

CIÊNCIAS GERENCIAIS em foco ©

ISSN: 2317-5265 – v. 9, n. 6 (2018) - UEMG – CLÁUDIO

ISSN: 2317-5265

CIÊNCIAS GERENCIAIS em foc©

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



UNIDADE CLÁUDIO

**Cláudio
2018**

Universidade do Estado de Minas Gerais

Reitora: Lavínia Rosa Rodrigues
Vice-Reitor: Thiago Torres Costa Pereira

Unidade Cláudio

Diretora: Valdilene Machado

Coordenações

Coordenador de Pesquisa: Frederico Cordeiro Martins
Coordenadora de Extensão: Maria Antonieta Teixeira
Coordenador do Curso de Administração: Marcos Vinicius Gomes
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis: Humberto Gomes Pereira
Coordenador do Curso de Pedagogia: Márcio Pereira
Coordenador do Curso de Serviço Social: Maicon Marques de Paula
Coordenadora de Estágio em Serviço Social: Maria Augusta de Assis Vieira

Colaboradores

Bibliotecária: Talita Alves Garcia
Secretárias: Maria Niete Prado de Vasconcelos e Maria Aparecida Cunha
Oliveira
Estagiária: Kelen Cristina de Lima Rafael

Edição: Frederico Cordeiro Martins

EDITORIAL

A UEMG Cláudio em foco

É com imensa satisfação que anunciamos o volume de 2018 da Revista Ciências Gerenciais em Foco, da UEMG, resultado do esforço coletivo de professoras e professores da Unidade de Cláudio. O momento qualitativamente novo que a Revista expressa, foi conduzido pela Professora Valdilene Machado, que manteve corajosamente o periódico, em 2015, na estadualização da Unidade. A ela, nossos sinceros agradecimentos!

A UEMG Cláudio vivencia, nesse ano de 2018, uma momento ímpar, com a constituição de instâncias colegiadas, que definem democraticamente os processos acadêmicos, na busca da qualidade da educação superior e no cumprimento do compromisso social que a Universidade tem como a comunidade. Importa dizer que o empenho e determinação da Unidade de Cláudio convivem cotidianamente com limitações decorrentes da precária situação da UEMG.

A Pesquisa e a Extensão, elementos indissociáveis do ensino, vêm se estruturando como caminhos estratégicos na formação profissional e cidadã. A Revista, neste contexto, visa socializar o conhecimento gerado pela Universidade, sobretudo por meio de projetos de iniciação científica e de extensão desenvolvidos. Os artigos constituem ainda uma mostra das possibilidades de cooperação técnico-científica entre Universidade, poder público e organizações sociais e empresariais.

A todas e todos, desejamos uma boa leitura!

Maria Antonieta Teixeira

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO CENTRO OESTE/MG POR PARTE DE SEUS COLABORADORES

Isabel Alice Resende de Azevedo¹
Sabrina Vieira de Melo²
Humberto Gomes Pereira³
José Marcelo Fraga Rios⁵

RESUMO

A segurança da informação é uma questão primordial quando se trata de tecnologia tanto na vida pessoal quanto no cotidiano em organizações, e tem como objetivo evitar fraudes como vazamentos e perda de informações. O presente estudo busca, através de uma pesquisa qualitativa, definir os conceitos de segurança da informação, a sua importância para as organizações bem como analisar através da participação dos funcionários e demais associados de uma cooperativa de crédito o seu grau de conhecimento da política da segurança da informação e suas atitudes como forma de sua proteção. Perante os resultados obtidos nesta pesquisa, destacamos a existência de uma política de segurança da informação na organização, porém, não conhecida pela totalidade de seus colaboradores. Buscamos, ainda, analisar a forma com que os colaboradores utilizam as estações de trabalho.

Palavras-chave: segurança da informação, política da segurança da informação, fraudes.

ABSTRACT

The Information security is a key issue when it comes to technology, both in personal life and daily life in organizations, with the aim of avoid frauds such as leaks and loss of information. The present study searches through a qualitative research, definier the concepts of information security, the information security's importance as well as to analyze through the participation of employees and other members of a credit union the degree of knowledge about the information security policy and employee's actions as a way of protecting yourself. Considering the results obtained in this research, highlight the existence of an information security

¹Professor e orientador – FACED – rafahdiniz@yahoo.com.br

²Pós-graduanda em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria pela FACED - isabelazevedoadm@gmail.com

³Pós-graduanda em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria pela FACED - sabrinamelov@hotmail.com

⁴ Professor e orientador – FACED – humberto.pereira@uemg.br

⁵Pós-graduando em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria pela FACED – mfragarios@gmail.com

policy in the organization, but this information security policy is not known by all of its employees. We will analyse how the employees use their workstations.

Keywords: information security, information security policy, fraud.

INTRODUÇÃO

Com a constante evolução da tecnologia, as empresas passaram a utilizar cada vez mais os sistemas de informação no processamento de várias tarefas. Uma dessas tarefas é a confecção de cadastro de clientes e sua análise econômica financeira em uma cooperativa de crédito.

Neste estudo, abordaremos a percepção da segurança da informação no sistema utilizado por funcionários de uma cooperativa de crédito do Centro Oeste de Minas Gerais. A pesquisa foi realizada na Cooperativa Sicoob Divicred. O Sicoob Divicred é uma instituição financeira cooperativa fundada em 8 de maio, de 1997 autorizada pelo Banco Central do Brasil e filiada ao Sicoob Central Cecremge. Com o intuito de fornecer recursos a sociedade, promove o crescimento social e econômico, uma vez que aplica na própria região de atuação a maior parte dos recursos captados na busca do que é mais lucrativo para seus associados.

Como princípio básico do cooperativismo o Sicoob Divicred é uma instituição sem fins lucrativos com foco na cooperação e concessão de boas condições financeiras de forma desburocratizada. No cooperativismo os associados também são donos do negócio, por isso, as sobras financeiras ou lucro como é denominado nos bancos convencionais, são distribuídas anualmente aos associados.

Embasado em um planejamento sério, transparente e dinâmico afirma um só propósito – oferecer confiabilidade, facilidade e atendimento direcionado às necessidades de cada cooperado com condições personalizadas valorizando a união, cooperação, ética, profissionalismo, inovação e o relacionamento com os mais de 11 mil cooperados.

Hoje o Sicoob Divicred atende em nove pontos de atendimento distribuídos no centro-oeste e região metropolitana de Minas Gerais sendo quatro Postos de Atendimento em Divinópolis, um em Carmo do Cajuru, um em Belo Horizonte, um em Betim e um em Contagem.

Ao fazer uma consulta interna nos dados cadastrais para realizar o levantamento da situação econômica e financeira das empresas que mantêm negócios na Cooperativa, alguns procedimentos devem ser seguidos pelos responsáveis por essa atividade dentro da empresa. A segurança das informações é de suma importância para qualquer empresa e extremamente vital em uma empresa que têm por finalidade o apoio no desenvolvimento e liberação de crédito para os seus clientes.

Percebe-se que a empresa que utiliza a plataforma da segurança da informação é vista de forma diferenciada pelos seus clientes e funcionários e estará protegida por ações contínuas de fraudes, invasão em redes e evitando assim, que suas estações de trabalho não sejam corrompidas e infectadas por vírus e ataques cibernéticos.

Sabendo que as empresas necessitam de proteção e devem criar filtros que impeçam o uso dessas informações de forma indevida, questiona-se: a segurança dessas informações estão seguras de ataques cibernéticos e de quebra de sigilo na empresa estudada? Os funcionários da Cooperativa utilizam o sistema de forma a evitar a contaminação por vírus e ataques cibernéticos e proteger os dados utilizados?

Para responder aos questionamentos, apresenta-se uma entrevista envolvendo 14 (quatorze) pessoas, onde analisaremos o conhecimento e utilização da segurança da informação na cooperativa, sua forma de utilizar as estações de trabalho e a conscientização dos funcionários envolvidos na utilização dos dados sobre o valor da informação para os negócios.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida foi baseada no método quantitativo, que segundo Prodanov e Freitas (2013), considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números, as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Ela requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas como percentagem, média,

moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, dentre outros.

Em relação aos procedimentos técnicos para a coleta de dados, a pesquisa utilizou-se da pesquisa bibliográfica e de entrevistas com os funcionários sobre o cenário de segurança da informação na empresa alvo mediante questionário *online* enviado para os funcionários da cooperativa de crédito. O questionário dispõe de dez questões entre múltipla escolha e abertas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONCEITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Definições

A Segurança da Informação tem ganhado destaque nos últimos anos devido ao seu valor tanto para usuários quanto para empresas. A segurança envolve medidas responsáveis em proteger contra atos como espionagens, roubos, ataques cibernéticos e golpes dentre outras práticas.

A segurança resulta na condição de seguro e adequadamente protegido em situações perigosas. Segundo Sêmola (2003), a informação é “algo que se conhece e em que se baseia para racionalizar”. Na comunicação dos seres humanos a informação é essencial para sobrevivência e convívio entre si. Ainda conforme Sêmola (2003, p.45), define a informação como:

Conjunto de dados utilizados para transferências de uma mensagem entre indivíduos e/ou máquinas em processos comunicativos, isto é, baseados em trocas de mensagens ou transacionais, e processos em que sejam realizadas operações que envolvem, por exemplo, a transferências de valores monetários (SÊMOLA, 2003, p. 45).

A Segurança da Informação consiste no conjunto dos significados citados acima, ou seja, proteção ao conjunto de informações sejam eles de uma empresa, pessoais para que não sejam copiados, alterados e consultados por indivíduos não autorizados. Continuando, Sêmola (2003, p.45) explica segurança da informação

como um campo do conhecimento dedicado à proteção da informação contra acessos não permitidos, alterações indevidas ou sua indisponibilidade.

Para a Norma Regulamentadora (NBR) International Organization for Standardization (ISO) International Electrotechnical Commission (IEC) denominada ISO/IEC 27002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2013), a segurança da informação “é alcançada pela implementação de um conjunto adequado de controles, incluindo políticas, processos, procedimentos, estrutura organizacional e funções de software e hardware”.

A norma define itens como: Escopo, Referências normativas, Termos e definições, Estrutura da Norma, Políticas de segurança da informação, Organização da segurança da informação, Segurança em recursos humanos, Gestão de ativos, Controle de acesso, Criptografia, Segurança física e do ambiente, Segurança nas operações, Segurança nas comunicações, Aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas, Relacionamento na cadeia de suprimento, Gestão de Incidentes de Segurança da Informação, Aspectos da segurança da informação na gestão da continuidade do negócio, e, Conformidade.

Recomenda-se que as empresas utilizem os princípios da certificação NBR ISO/IEC 27002 (ABNT, 2013) e trabalhem com profissionais qualificados e certificados por essa norma para auxílio na implantação dos controles relacionados.

Importância da Segurança da Informação

O tema Segurança da Informação vem se tornando assunto cotidiano nas grandes mídias devido a sua evolução e, em muitas vezes, relacionado aos danos causados em cenários de perda ou roubo de dados.

A Tecnologia da Informação tem evoluído a passos largos fazendo com que as organizações sejam eficientes e ágeis na tomada de decisões, e atualmente, as chances de uma empresa não utilizar sistema de segurança da informação é praticamente nula visto que o contexto atual é marcado e representado por ações contínuas de fraudes, invasões em redes e estações de trabalho captando informações sigilosas das empresas, colocando em questão a fragilidade e

desconhecimento de todos que utilizam as redes de acesso de uma determinada organização.

Garantir níveis de proteção para as informações é essencial, pois deve-se sempre observar os prejuízos impostos com a perda de dados. Segundo Fonseca (2009, p. 51), “é através do fator humano que ocorre grande parte dos vazamentos de informações, seja por descontentamento do colaborador com a organização, o qual pode não se sentir valorizado ou por técnicas de Engenharia Social”.

Percebe-se a senso comum que, na maioria das vezes, é evidenciado o mau uso das ferramentas de trabalho, onde o colaborador utiliza o terminal de trabalho com fins de utilização pessoal, comprometendo informações das organizações e expondo ela a riscos incalculáveis.

Uma forma das organizações se protegerem é através da implantação de Políticas de Segurança da Informação, visando minimizar eventuais riscos por quebra de confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações das empresas. Ela procura adotar diversos mecanismos para proteção de dados. A política de segurança funciona como um conjunto de procedimentos que direciona os funcionários para agir de forma que ela imponha a eles procedimentos para evitar os danos causados pela perda nas informações.

Conforme Campos (2007), a ameaça pode ser considerada um agente externo ao ativo de informação, pois se aproveita de suas vulnerabilidades para quebrar a os princípios básicos da informação como a confidencialidade, a integridade ou disponibilidade.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

FORMAS DE PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Atualmente existem inúmeros mecanismos de proteção para as informações, tanto pessoais quanto empresariais. Essas proteções têm por objetivo proteger os dados dos usuários e organizações que tanto dependem de seus ativos tecnológicos.

A segurança da informação envolve dois aspectos distintos, o físico e o lógico. Para Pinheiro (2009), a segurança física tem por objetivo a proteção de equipamentos contra usuários não autorizados, caracterizando-se pela segurança de perímetros e instalações. O autor ressalta que para a proteção física são recomendados alguns artifícios como o controle de entrada e saída de materiais, equipamentos, pessoal, registro de data e horários, bem como os responsáveis pelos mesmos.

Vale ressaltar que a segurança da informação deve ser iniciada pela parte física para o lógico, pois de nada adianta investir muito dinheiro em sistemas sofisticados e softwares robustos, se o invasor consegue o acesso fisicamente ao dispositivo tecnológico.

Conforme Pinheiro (2009, p.15), a segurança lógica tem a preocupação em “proteger os dados, programas e sistemas contra tentativas de acessos não autorizados, feitas por usuários ou outros programas”. O autor ainda apresenta (2009, p.15), os recursos e informações que devem ser protegidos: “Aplicativos (Programas fonte e objeto); Arquivos de dados; Utilitários e Sistema operacional; Arquivos de senha; e, Arquivos de log.”

Os controles lógicos procuram limitar e impedir o acesso as informações e estão em ambiente controlado por meio eletrônico e restrito aos não autorizados para não ficar exposto correndo o risco de sofrer alterações. Pinheiro (2009) diz que alguns dos mecanismos de proteção são listados a seguir:

- Mecanismos de criptografia: é uma técnica de linguagem transformada em sua forma original para ser reconhecida apenas pelo destinatário o que dificulta a leitura para não autorizados
- Assinatura digital: é uma forma de autenticação de documentos por meio digital substituindo a assinatura física eliminando o documento em papel.
- Controle de acessos: uso de palavra chaves, cartões inteligentes, sistema biométrico, firewalls e senhas.

Existem atualmente vários sistemas e empresas que buscam fornecer proteções para esses ambientes, como os antivírus com a capacidade de detectar invasões e impedir o acesso dos vírus ao banco de dados e à rede de acesso aos dados.

Disponibilidade, integridade e confidencialidade

Ter na empresa a Segurança da Informação significa garantir que as informações existentes em qualquer formato estejam seguras contra o acesso por pessoas não autorizadas tornando confidencial essas informações e acessadas somente por pessoas autorizadas, que esteja sempre à disposição quando necessária para consultas e verificação, confiável e autêntica e que não possa ser manipulada indivíduo não autorizado.

Segundo Fontes (2006, p.20), proteger a informação significa garantir:

1. Disponibilidade: a informação deve estar acessível para o funcionamento da organização.
 2. Integridade: a informação deve estar correta, ser verdadeira e não estar corrompida.
 3. Confidencialidade: a informação deve ser acessada exclusivamente
- (FONTES, 2006, p. 20)

Conforme o autor supra, o investimento em segurança é necessário para que as informações sempre estejam disponíveis quando solicitadas, íntegras quando acessadas e em nível de confidencialidade para quem deva ter o acesso.

Políticas de Segurança da Informação

A Política de Segurança da Informação, também conhecida como PSI, é o documento que orienta e estabelece as diretrizes corporativas de uma determinada organização para a proteção dos ativos de informação e a prevenção de responsabilidade legal para todos os usuários. Para o Tribunal de Contas da União (TCU, 2012), a política de segurança da informação busca nortear a gestão de

segurança de informações. Ressalta-se que elas devem ser seguidas pela instituição para que sejam assegurados seus recursos computacionais e suas informações.

A política de segurança da informação está baseada nas recomendações propostas pela NBR ISO/IEC 27002 (ABNT, 2013), reconhecida mundialmente como um código de prática para a gestão da segurança da informação, bem como está de acordo com as leis vigentes em nosso país. Diante deste cenário, a segurança da informação torna-se imprescindível para as organizações, sejam elas do setor público ou privado. Sem exceção de toda e qualquer organização, a segurança da informação deve estar interligada em cada atividade processada na empresa.

Para o TCU (2012), a Política de Segurança da Informação não deve ficar restrita à área de informática. Ela deve envolver os planos estratégicos do setor bem como as políticas institucionais. Ressalta-se que o conteúdo da Política de Segurança da Informação deve ser distinto de acordo com cada organização, seu perfil, nível de maturidade, grau de informatização, etc. Porém, lembra que alguns tópicos dela são comuns entre as organizações, tais como (2012, p.11):

- Definição de segurança de informações e de sua importância como mecanismo que possibilita o compartilhamento de informações;
- Declaração de comprometimento da alta administração com a PSI, apoiando suas metas e princípios;
- Objetivos de segurança da instituição;
- Definição de responsabilidades gerais na gestão de segurança de informações;
- Orientações sobre análise e gerência de riscos;
- Princípios de conformidade dos sistemas computacionais com a PSI;
- Padrões mínimos de qualidade que esses sistemas devem possuir;
- Políticas de controle de acesso a recursos e sistemas computacionais;
- Classificação das informações (de uso irrestrito, interno, confidencial e secretas);
- Procedimentos de prevenção e detecção de vírus

- Princípios legais que devem ser observados quanto à tecnologia da informação (direitos de propriedade intelectual, direitos de software, normas legais correlatas aos sistemas desenvolvidos, cláusulas contratuais);
- Princípios de supervisão constante das tentativas de violação de segurança de informações;
- Consequências de violações de normas estabelecidas na política de segurança;
- Princípios de gestão da continuidade do negócio;
- Plano de treinamento em segurança de informações (TCU, 2012, p.11).

Valor e importância

A política de segurança da informação está presente em diversos segmentos. Ela consiste como apoio de prevenção de fraudes e acessos indesejados nas plataformas do sistema das organizações. Esta política deve prever como deverá ser efetuado o acesso das informações de todas as formas possíveis, ou seja, internamente, externamente e quais tipos de mídia poderão transportar e ter acesso a esta informação, em evidência nos casos, se destaca sistemas bancários, vítimas constantes por ataques nas plataformas de atendimento, fazendo com que os dados protegidos sejam corrompidos.

Para garantir a segurança e o controle, a empresa deve definir diretrizes, normas, ferramentas, procedimentos e responsabilidades aos profissionais que lidarão com essas informações. É o documento que determina as regras dentro da organização para uso de recursos tecnológicos e descarte de informações. Segundo Pinheiro (2009), a divulgação das informações confidenciais ou secretas pelos elementos que participam da organização constitui-se em uma falta ética e moral grave.

O elo mais frágil de um processo de segurança envolve as pessoas que utilizam as plataformas do sistema, que por sua vez, é a responsável por garantir a fidelidade da informação. Em um planejamento estratégico da informação é vital a participação do analista ou gestor, que é a pessoa quem tem competência para avaliar o valor da informação.

Práticas para segurança da informação

A melhor forma de garantir a segurança da informação é atuar junto às pessoas que, de alguma forma, manipulam a informação, conscientizando-as com treinamentos e utilizar termos de confidencialidade. Estes termos permitem responsabilizar juridicamente as pessoas que de alguma forma causar um dano financeiro à empresa por vazamento de informações sigilosas.

Não basta implantar políticas e métodos, é necessário o envolvimento das pessoas para o sucesso da implantação de uma Política de Segurança. Existem diversas formas de envolvê-los nesse processo. Segundo o TCU (2012), uma forma de envolver os colaboradores da organização sobre o valor da informação é através de normativos, manuais e procedimentos. Ainda, a promoção de encontros, seminários e palestras sobre o tema, bem como propagandas visuais de conscientização também ajuda no envolvimento. Vale ressaltar que ações de prevenção, cursos específicos, reciclagem e especializações são formas de alcançar e disseminar as Políticas de Segurança

Mais do que a proteção através dos dispositivos tecnológicos, o olhar atento ao fator humano é imprescindível. A maioria dos problemas nos sistemas relacionados à Segurança da Informação são causados pela utilização indevida e falta da política dos mesmos, pelas pessoas que interagem com os sistemas.

As empresas, juntamente com o setor de Recursos Humanos e Tecnologia da Informação, devem estar alinhadas no planejamento, elaboração e programação das reuniões para todos os usuários da informação com o objetivo central da segurança das informações.

Outras formas para minimização de riscos podem ser verificadas a seguir de acordo com Pinheiro (2009):

- Política da mesa limpa: deixando no ambiente de trabalho apenas o básico para a execução de tarefas, minimizando a perda de dados sigilosos ou confidenciais.
- Política da tela limpa: em caso de ausência no ambiente de trabalho, que o colaborador deixe bloqueada a estação de trabalho, minimizando riscos.
- Cuidados no compartilhamento de dados pessoais e/ou organizacionais, podendo expor vulnerabilidades ou informações importantes da organização.

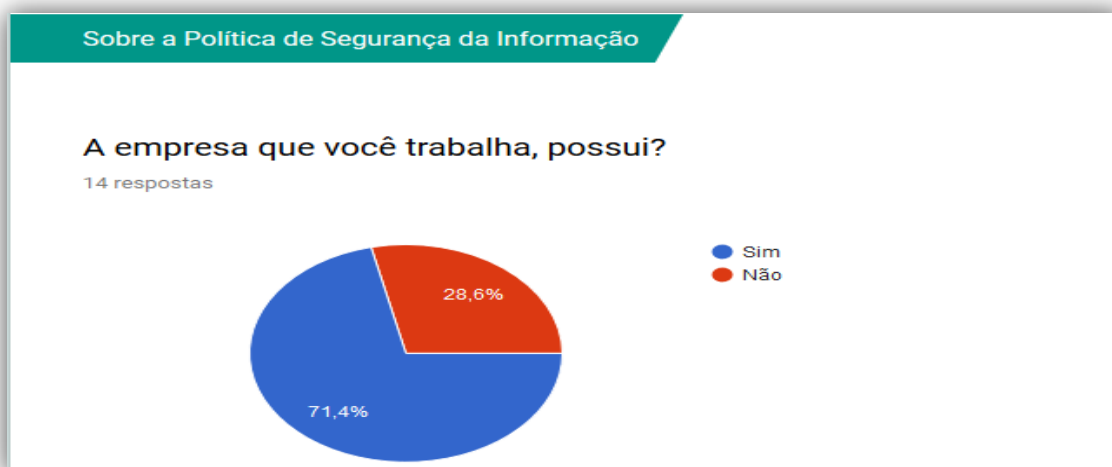
Sendo assim, a Política de Segurança da Informação tem o objetivo de proteger as informações, conforme Albertin e Pinochet (2010) afirmam que as empresas estão dando maior ênfase aos aspectos relacionados à segurança, relacionamento com clientes e privacidade dos dados, sendo considerados até críticos para os negócios. Logo, toda e qualquer organização deve inteirar sobre essas ferramentas de suporte aos usuários a fim de mitigar riscos sobre suas informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira questão levantada aos funcionários foi sobre a existência de uma Política de Segurança da Informação própria da empresa. Conforme o gráfico apresentado a seguir, quatro colaboradores afirmaram que a empresa não possui a política e dez funcionários afirmaram que a empresa possui a política de segurança da informação.

Baseado nesse levantamento, os funcionários que julgaram que a empresa não possui Política de Segurança, não puderam mais responder às demais questões, pois o resultado seria impactado por uma amostra de respostas que sequer reconhece a presença de itens, podendo influenciar nos resultados dos que reconhecem a utilização da Política de Segurança da Informação (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Política de Segurança da Informação na empresa pesquisada



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Consideramos que apesar da grande maioria dos entrevistados afirmarem que sabem da existência da Política de Segurança da Informação, um número considerável disse desconhecer sobre a mesma em ambiente de trabalho.

Para os funcionários que declinaram sobre a presença da Política de Segurança da Informação na organização, foi perguntado se os mesmos consideram importante o uso de políticas de conscientização sobre o valor da informação na empresa. As respostas são apresentadas no Gráfico 2 a seguir.

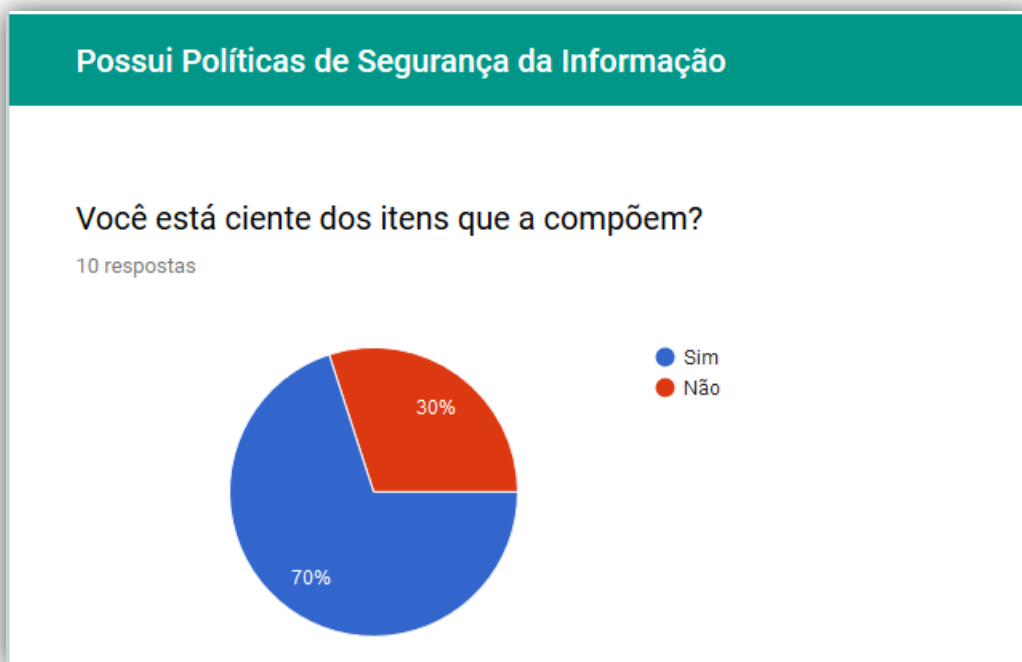
Gráfico 2 – Importância das Políticas de Segurança da Informação em uma organização



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Conforme é possível analisar, todos os funcionários concordam sobre a importância do uso e utilização da Política de Segurança da Informação na empresa. Aos funcionários que afirmaram ter ciência que a empresa possui Política de Segurança da Informação, foram perguntados sobre a ciência dos itens que fazem parte da política. A seguir apresentamos os resultados (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Ciência dos itens que compõem as políticas de segurança da informação

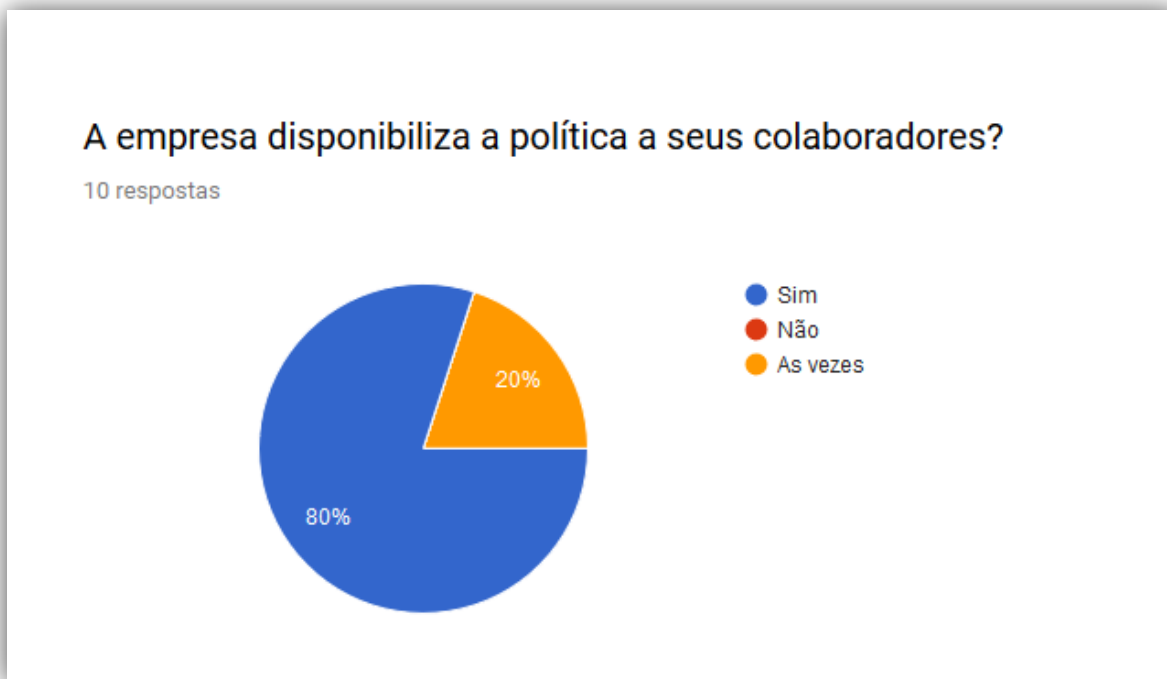


Fonte: dados da pesquisa (2018).

Conforme os dados acima, é possível afirmar que mesmo cientes que a empresa possui a política de segurança, nem sempre os funcionários possuem a ciência dos itens descritos nela, podendo gerar dúvidas e incertezas sobre a proteção, divulgação e guarda das informações da empresa.

Aos funcionários foi perguntado sobre a disponibilização da Política de Segurança da Informação. As respostas são consolidadas no Gráfico 4 adiante:

Gráfico 4 – Disponibilização das políticas de segurança da informação

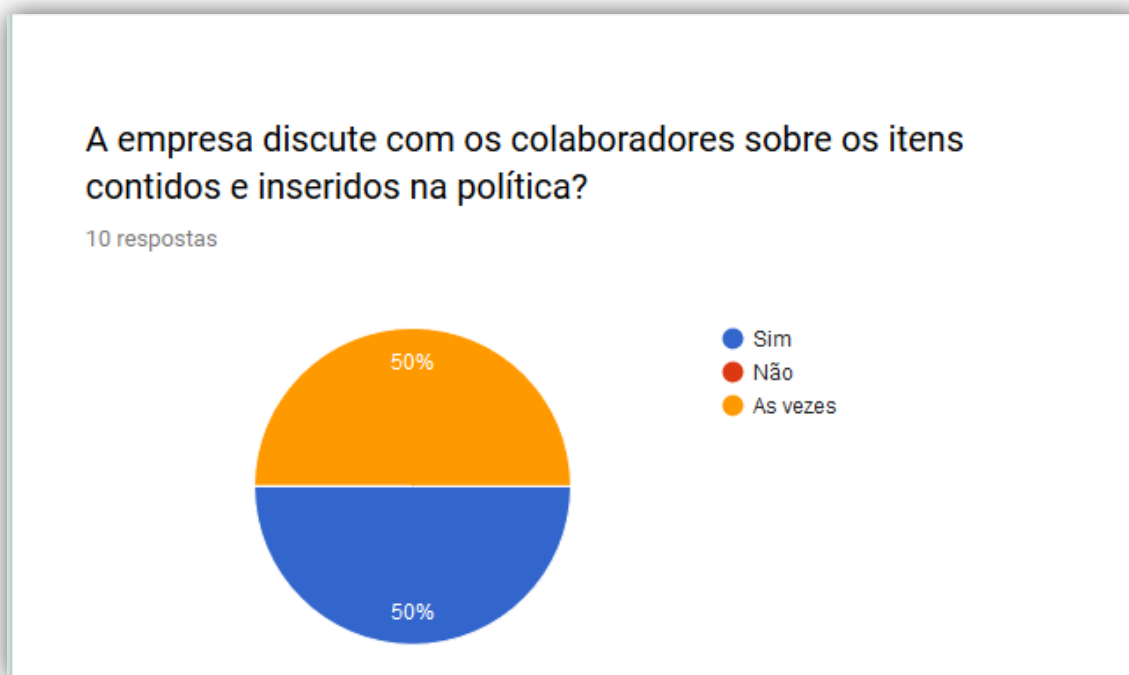


Fonte: dados da pesquisa (2018)

Conforme os resultados, é possível afirmar que alguns funcionários ainda se mostram incertos da disponibilização da Política de Segurança da Informação. Percebe-se então que poderiam ser feitas algumas ações que divulgassem mais a política e como o funcionário pode encontrá-la, seja em mídia digital, manual ou em outras formas.

Aos funcionários foi questionado ainda sobre os itens contidos na Política de Segurança da Informação da empresa, sendo as respostas obtidas e discriminadas no Gráfico 5, a seguir.

Gráfico 5 – Discussão sobre os itens contidos nas políticas de segurança da informação

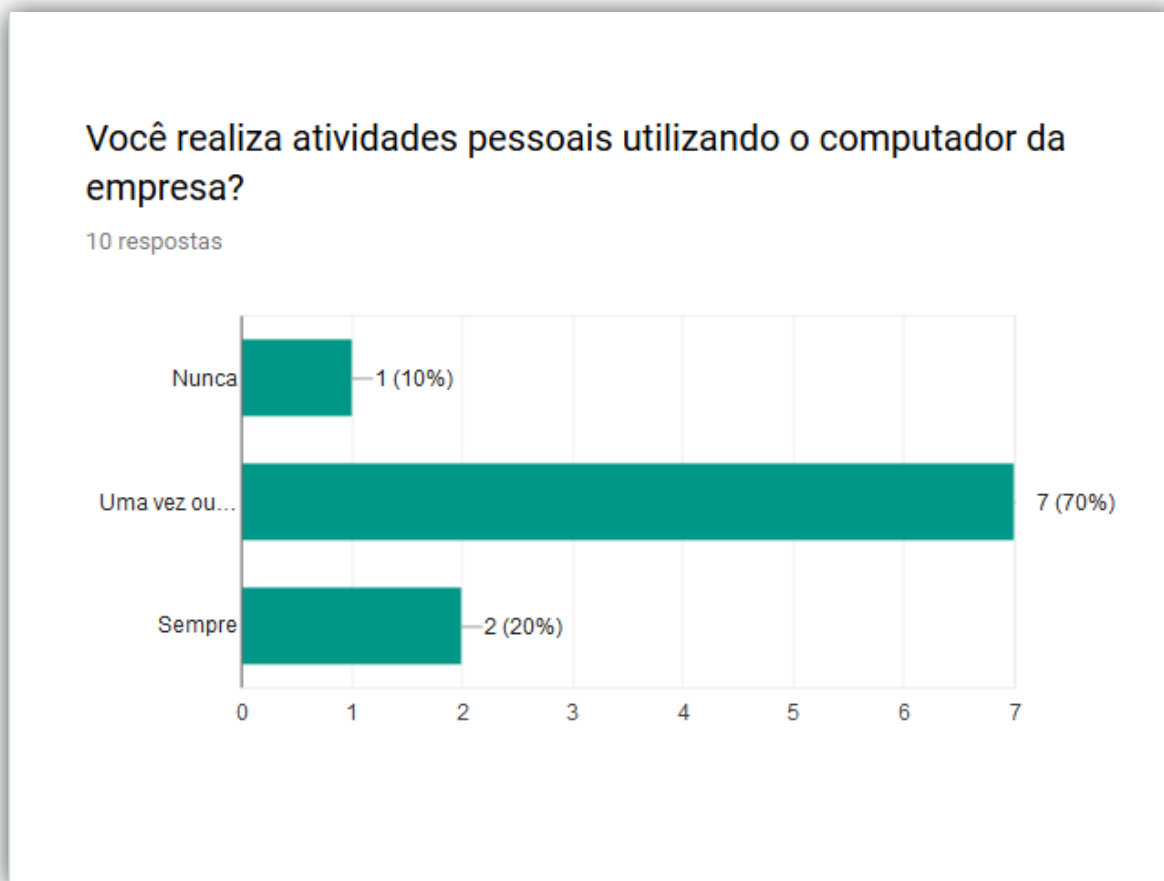


Fonte: dados da pesquisa (2018)

Conforme as respostas do gráfico 5, percebeu-se que nem sempre os funcionários discutem sobre os itens contidos na Política de Segurança da Informação da empresa. Ações de educação interna devem ser executadas neste sentido.

Continuando, aos funcionários foi questionado sobre o uso de atividades pessoais utilizando os computadores da empresa. As respostas são apresentadas a seguir, como descritas no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Utilização dos computadores da empresa para atividades pessoais

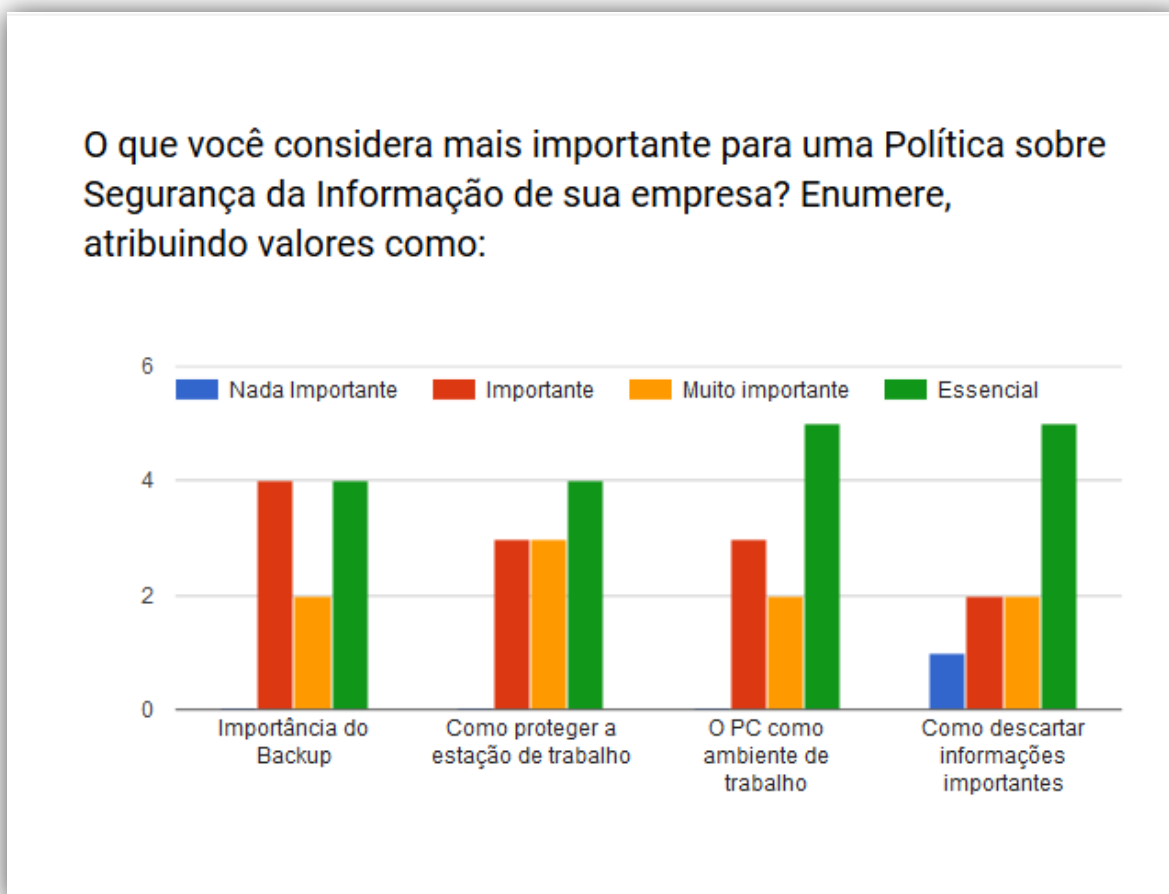


Fonte: dados da pesquisa dos autores

Conforme as respostas obtidas no gráfico 6, podemos afirmar que a utilização da estação de trabalho com fins pessoais ainda é uma atividade muito comum pelos funcionários. Os números encontrados nesse gráfico alertam sobre os riscos que uma empresa corre quando seus funcionários trafegam dados pessoais em sistemas empresariais, que podem estar sem a proteção devida, corrompendo os sistemas operacionais.

Aos funcionários foi perguntado sobre itens que considerem importantes em uma Política de Segurança da Informação. A seguir foram apresentados os resultados, como discriminados no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Itens importantes de uma política de segurança da informação

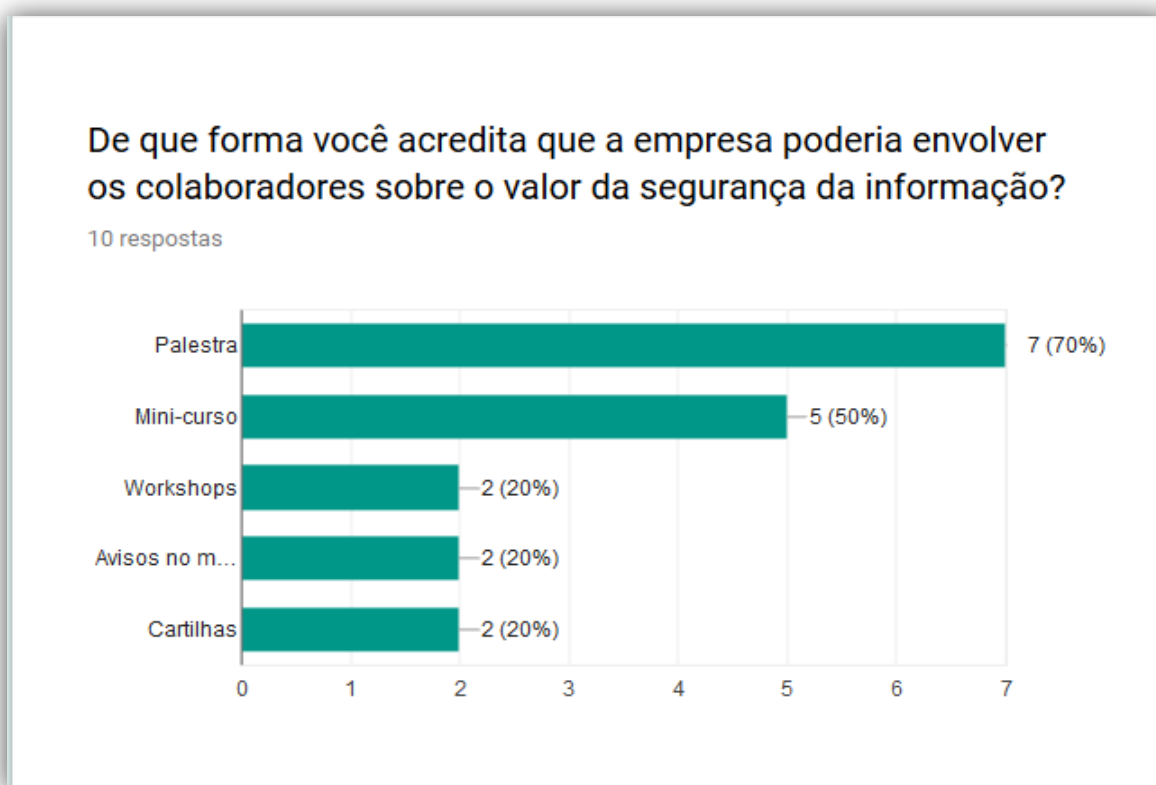


Fonte: dados da pesquisa (2018)

Conforme o gráfico, podemos afirmar sobre os itens considerados mais importantes em uma Política de Segurança, a presença maior do item “essencial”, apesar do conflito de respostas descritos no Gráfico 6, acima. Também, verifica-se que ainda não está consolidada um pensamento de segurança em razão das respostas da importância do *backup*, da proteção da estação de trabalho e do descarte de informações, face a essencialidade de segurança nas informações e a gradação de importância dada pelos funcionários

Aos funcionários foi perguntado sobre formas de envolver os colaboradores sobre o valor da segurança da informação para a empresa. A seguir apresentamos os resultados.

Gráfico 8 – Envolvimento dos funcionários sobre o valor da segurança da informação na empresa.



Fonte: dados da pesquisa dos autores

Conforme as respostas, podemos afirmar que a maior parte dos colaboradores deseja receber informações através de palestras ou minicursos com o objetivo de se capacitarem, o que se mostra um excelente indicador de ações.

Aos funcionários foi perguntado sobre ações de conscientização que a empresa pode desenvolver aos clientes. Como se trata de uma questão discursiva, a seguir apresentamos as respostas que julgamos mais relevantes.

“Através de Informativos via e-mail, mensagens SMS, destacando a importância da segurança digital, já que é um meio que cresce significativamente.” Funcionário 01

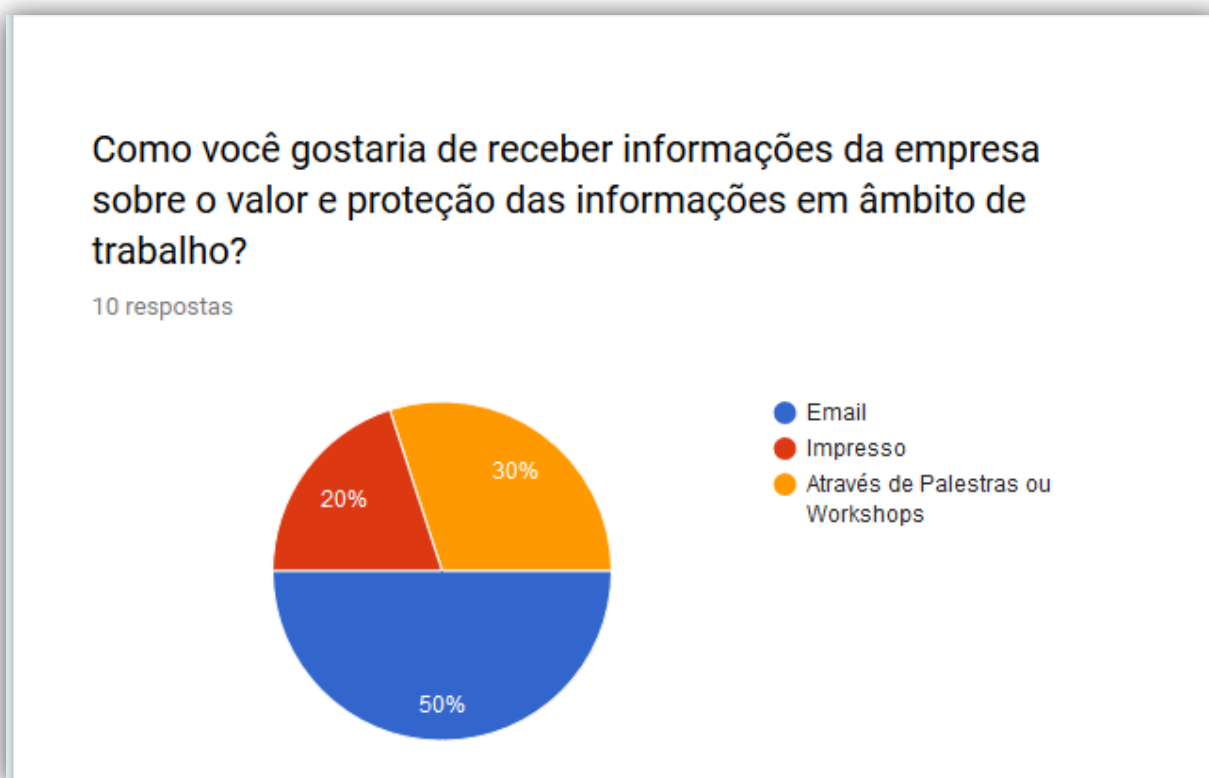
“Sim, é necessário a conscientização para que todos possam ter conhecimentos adequados e dessa forma manter o sigilo e segurança das informações.” Funcionário 02

“Através de material impresso” Funcionário 03 (dados da pesquisa, 2018)

Pode-se afirmar que a divulgação da importância da proteção das informações é o item mais presente nas respostas dos funcionários.

Aos funcionários foi perguntado de qual forma eles gostariam de receber informações sobre formas e maneiras de proteger as informações. As respostas são apresentadas no gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Formas de divulgar as informações da empresa sobre segurança da informação.



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Sobre os números apresentados no gráfico, podemos afirmar que os funcionários estão divididos entre os que preferem receber remotamente as informações, via endereço eletrônico e os que preferem materiais físicos, palestras e workshops.

CONCLUSÃO

Concluimos através dos resultados apresentados que mesmo para as empresas que já utilizam Políticas de Segurança da Informação, esse ainda é um assunto que merece maior atenção e deve ser divulgado entre os funcionários das empresas. Percebemos muitas dúvidas entre os funcionários sobre a existência da política e sobre o material apresentado no manual da empresa.

Podemos também perceber pela pesquisa que é um assunto que a maioria dos funcionários considera ser importante para ser debatido dentro da empresa e que são necessárias ações como palestras, minicursos e materiais impressos, exemplificadamente, para a divulgação de medidas de segurança dentro da empresa, sendo essas ações consideradas formas eficazes de proteção e de divulgação realizado no ambiente de trabalho pelos funcionários.

Verificamos também que o uso dos computadores das estações de trabalho da empresa é feito de forma irregular para atividades particulares, sendo comum essa prática no local e que merece uma maior atenção quanto ao uso.

Acreditamos que esse é um tema que merece importância dentro das empresas devido ao número crescente de informações que são produzidas por meios eletrônicos e que a proteção das informações é essencial tanto para a empresa quanto para os clientes.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, A. L.; PINOCHET, L. H. C. **Política de Segurança de Informação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. v. 1. 328 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6023: Informação e documentação: Referências**. Rio de Janeiro, p. 24. 2002.

_____, **NBR ISO/IEC 27002: Tecnologia da informação. Técnicas de segurança. Código de prática para a gestão da segurança da informação**. Rio de Janeiro, p. 112. 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Boas Práticas em Segurança da Informação** / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação, 2012.

CAMPOS, A. **Sistemas de Segurança da Informação**. 2 ed. Florianópolis: Visual Books, 2007.

FONTES, E. **Segurança da Informação: o usuário faz a diferença**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

FONSECA, P. F. **Gestão de Segurança da Informação: O Fator Humano**. Curitiba, 2009. Disponível em: <[www.ppgia.pucpr.br/~jamhour/RSS/TCCRSS08A/Paula Fernanda Fonseca - Artigo.pdf](http://www.ppgia.pucpr.br/~jamhour/RSS/TCCRSS08A/Paula%20Fernanda%20Fonseca%20-%20Artigo.pdf)> Acesso em: 18 ago. 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010, 249 p.

PINHEIRO, J. M. S. Auditoria e Análise de Segurança da Informação - Segurança Física e Lógica. (2009). Disponível em: <www.projeteredes.com.br/aulas/ugb_auditoria_e_analise/ugb_apoio_auditoria_e_analise_de_seguranca_aula_02.pdf.pdf> Acesso em: 18 ago. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

SÊMOLA, M. **Gestão da Segurança da Informação**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

**TEORIA POLÍTICA E GESTÃO PÚBLICA:
A ABORDAGEM DE MAX WEBER**

JOSÉ VITOR LEMES GOMES¹

RESUMO

Nesse artigo o pensamento de Max Weber é mobilizado com o intuito de evidenciar a lógica interna da política enquanto campo de ação de políticos, gestores e funcionários da burocracia estatal. Abordamos as fontes da legitimidade dos governantes e a organização burocrática do Estado relacionada à gestão pública racional. A análise dos textos weberianos propicia o entendimento da política como uma área com lógica específica de atuação.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Legitimidade; Burocracia.

ABSTRACT

In this article Max Weber's thought is mobilized with the intention of highlighting the internal logic of politics as a field of action for politicians, managers and officials of the state bureaucracy. We address the sources of legitimacy of the rulers and the bureaucratic organization of the state that fosters rational public management. The analysis of the Weberian texts favors the understanding of politics as an area of action with specific logics that impose themselves on those who work in it.

KEYWORDS: Policy; Legitimacy; Bureaucracy.

¹ Professor designado na Universidade Estadual de Minas Gerais, unidade de Cláudio. Doutor e mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: emaildozevitor@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Weber é um dos pensadores seminais da Teoria Política Contemporânea. Devido assertividade de suas análises esse autor consolidou-se como uma das fontes teóricas que fundamenta a política profissional e a gestão pública burocrática.

Esse artigo se divide em duas partes. Na primeira apresenta-se a concepção de Weber sobre a política enquanto campo de luta pelo poder estatal. A segunda contém a posição política de Weber no contexto político alemão de seu tempo. Ao final apresentamos uma discussão através da qual sintetizamos algumas das premissas fundamentais da sociologia a respeito da política como ação legitimadora da dominação burocrática que assegura a gestão pública racional legal.

Os argumentos apresentados resultaram da análise de alguns dos principais textos da sociologia política weberiana como: *Política como vocação* (2004a), *Sociologia da dominação* (2004c), *Os tipos de dominação* (2004b), entre outros. Além disso, o trabalho referencia a contribuição de alguns dos mais relevantes intérpretes da obra de Weber como: Wolfgang Mommsen (1981), Reinhard Bendix (1960) e Anthony Giddens (1997).

2 A CONCEPÇÃO WEBERIANA DA POLÍTICA

Max Weber reconhece que o termo política pode designar muitas relações, a política de divisas de um banco, a política adotada por um sindicato, a política da diretoria de uma associação, e até a política de uma esposa hábil para com seu marido. Porém, para dar um tratamento sociológico ao termo, Weber delimita a noção de política, como conjunto de esforços que visam participar do poder estatal ou influenciar na divisão desse poder.

Política significaria para nós, portanto, a tentativa de participar no poder ou de influenciar a distribuição do poder, seja entre vários Estados, seja dentro de um Estado entre os grupos de pessoas que este abrange. Quando se diz de uma questão que é uma questão política, de um ministro ou funcionário que é um funcionário político, de uma decisão que é politicamente condicionada, sempre se tem em mente que interesses de distribuição, conservação ou deslocamento de poder são decisivos para a solução daquela questão, condicionam aquela decisão e determinam a esfera de ação daquele funcionário. (WEBER, 2004c, p.526).

A noção de política é indissociável do poder do Estado. Assim é necessário esclarecer a noção de Estado na sociologia weberiana. Para Weber a característica básica do Estado é seu meio específico, o monopólio legítimo da coação física. Todo Estado dispõe da possibilidade de exercer a coação física, sendo o agrupamento político dirigente, que submete uma comunidade humana a sua dominação dentro do território onde é vigente. Além da coação física o Estado possui um poder centralizado e um aparato burocrático administrativo que propiciam o exercício da dominação.

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o território, faz parte da qualidade característica -, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permitia. (WEBER, 2004c, p.525).

É notável que o Estado consiste, antes de tudo, em uma relação de dominação do homem sobre o homem. Mas devemos lembrar que para Weber uma associação só tem legitimidade e existência quando é fruto da concatenação de inúmeras ações individuais, do consenso da coletividade. Desse modo, o Estado, que é uma associação política, necessita do reconhecimento dos cidadãos para ter seu poder legitimado. Assim o primeiro passo da ação política consiste em efetivar a legitimidade do estado frente à coletividade. Segundo Weber, as razões que garantem a legitimidade da dominação estatal são: a tradição, o carisma, a legalidade, o medo e a esperança.

A tradição consiste em legitimar uma instância de dominação através do hábito irrefletido com a justificativa de que as coisas são assim desde sempre. Na modernidade ocidental, o patrimonialismo e as monarquias absolutas se enquadram na modalidade tradicional de dominação.

A dominação tradicional é a que existe em virtude de crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito tempo existentes. O seu tipo mais puro é a dominação patriarcal. O tipo daquele que manda é o senhor e os que obedecem são os súditos. Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. O conteúdo das ordens está fixado pela tradição, cuja violação por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio, que repousa exclusivamente na santidade delas. Em princípio, considera-se impossível criar novo direito diante das normas e da tradição. Consequentemente, isso

se dá, de fato, através do reconhecimento de um estatuto válido desde sempre. (WEBER, 1995, p.351).

A legitimidade da dominação é fruto do carisma quando um líder plebiscitário obtém, democraticamente, a direção do Estado ou influência em tal, utilizando-se de dons carismáticos. Nesse caso os cidadãos se submetem à dominação em virtude de uma devoção afetiva à pessoa do líder, que demonstra carisma através de atos heroicos em guerras ou do poder intelectual e retórico, apresentando-se como alternativa nova para os problemas cotidianos.

Esse tipo nos conduz à fonte de vocação, na qual se encontra seus traços mais característicos. Se se abandonam ao carisma do profeta, algumas pessoas, do chefe de tempos de guerra, do grande demagogo que opera no seio do parlamento, significa isso que estes passam a estar interiormente chamados para o papel de condutores de homens e que a ele se dá obediência não por costume ou por força de uma lei, mas porque neles se deposita fé. (WEBER, 2004a, p.62).

Weber argumenta que, na política moderna do ocidente, o carisma triunfou na figura do líder demagogo como o chefe de partido no parlamento.

A dominação encontra legitimidade racionalmente quando há um direito racional e previsível com um quadro de funcionários especializados sujeitos às leis. O Estado moderno está associado à jurisprudência que o regula e, além disso, seu corpo administrativo é organizado burocraticamente.

Rege o principio das competências oficiais fixas, ordenadas, de forma geral, mediante regras: leis ou regulamentos administrativos, isto é: 1) existe uma distribuição fixa das atividades regularmente necessárias para realizar os fins do complexo burocraticamente dominado, como deveres oficiais; 2) os poderes de mando, necessários para cumprir estes deveres, estão também fixamente distribuídos, e os meios coativos (físicos, sacros ou outros) que eventualmente podem empregar estão também fixamente delimitados por regras; 3) para o cumprimento regular e continuo dos deveres assim distribuídos e o exercício dos direitos correspondentes criam-se providências planejadas, contratando pessoas com qualificação regulamentada de forma geral. Esses três fatores constituem, na dominação baseada no direito público, a existência de uma autoridade burocrática, e na dominação da economia privada, a de uma empresa burocrática. Nesse sentido, essa instituição dentro das comunidades políticas e eclesiásticas somente chega a estar plenamente desenvolvida no Estado moderno. (WEBER, 2004c, p.198).

Bendix (1960) lembra que, segundo Weber, a população governada por uma burocracia não pode dispensá-la ou substituí-la. A administração burocrática é permanente e indispensável para a vida política moderna. Para Weber a burocracia permanece em qualquer ordem social, capitalista ou socialista. Bendix ressalta que com esse argumento, Weber contraria os anarquistas e os socialistas, os quais defendiam uma ordem social totalmente livre de toda forma de dominação. Para Weber a impessoalidade, a rapidez, o registro documental conferem à burocracia uma superioridade técnica para administração pública ou privada. Essa superioridade se traduz em aumento de confiabilidade e calculabilidade. Desse modo qualquer ordem que seja instaurada, seja comunista ou capitalista, não poderá dispensar a burocracia.

Weber afirma que os súditos (ou cidadãos) se submetem à dominação, também, em função do medo e da esperança. Temem ser punidos ao contrariarem as forças dominantes e esperam ser recompensados, de algum modo, pelo poder vigente.

Ressaltamos que a legitimidade do poder político é fruto de estímulos culturais e psicossociais. A tradição, o carisma e a legalidade são condições socioculturais dominantes as quais o político deve compreender, para conquistar a legitimidade enquanto senhor ou líder. O medo e a esperança são disposições psicossociais que o político deve saber despertar em seus eleitores nas ocasiões convenientes, a favor de sua eleição e da sua manutenção no poder. Nesse aspecto a política é a arte de construir imagens do mundo na consciência coletiva, para que a ação da massa tome a direção desejada por aqueles que a dominam. Se a política funciona construindo visões de mundo e orientando a ação coletiva, podemos concluir que ela tem uma atuação sobre a racionalidade humana. Fica evidente que, nesse caso, a atuação do político não é nada simples e exige qualificações.

Em *Política como vocação* (2004a), Weber argumenta que no Estado moderno surgem os políticos profissionais. Trata-se de uma categoria que inicialmente se coloca a serviço dos príncipes não apresentando ambição de se transformarem em senhores, mas empenham-se na luta política para garantir a legitimidade dos príncipes no poder estatal e a realização de suas ordens. Weber ressalta que isso só ocorreu no ocidente, onde a categoria encontrou remuneração e conteúdo moral para sua ação, oferecendo dedicação exclusiva à atividade política. O autor ressalta que existem vários modos de praticar a política enquanto atividade secundária. Esse é o caso do eleitor que só tem participação política na hora do voto, dos militantes de partido, dos parlamentares que só exercem o cargo durante as sessões, entre

outras atividades que são realizadas de modo ocasional. O político profissional, pelo contrário, tem a atividade política como ocupação principal. Porém, entre os políticos profissionais, Weber estabelece uma distinção entre aqueles que buscam na atuação política apenas uma fonte de renda e outros que a transformam no seu objetivo de vida como meio de defender causas e convicções.

Há duas formas de exercer política. Pode-se viver para a política ou pode-se viver da política. Nada há de exclusivo nessa dualidade. Até ao contrário, geralmente se faz uma e outra coisa simultaneamente. Quem vive para política a transforma no objetivo de sua vida, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja por achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal colocando-se a serviço de uma causa que dá significação sua vida. Nesse sentido, todo homem que vive para uma causa vive também dela. (WEBER, 2004a, p.68).

Os políticos profissionais, no entanto, não atuam sós, de modo independente. Weber lembra que a luta política é o espaço ocupado por partidos, isto é, associações de pessoas com ideais políticos comuns ou unidos em busca do poder e de cargos. Weber deixa claro que os partidos vivem sob o signo do poder.

Denominamos partidos relações associativas baseadas em recrutamento (formalmente) livre com o fim de proporcionar poder a seus dirigentes dentro de uma associação e, por meio disso, a seus membros ativos, oportunidades (ideais ou materiais) de realizar fins objetivos ou de obter vantagens pessoais, ou ambas as coisas. (WEBER, 2004b, p.188).

Os políticos profissionais buscam ascender ao poder com o apoio e a influência de um partido, através do qual, disputam votos no eleitorado, que, nesse caso, é encarado como um mercado. O partido, então, é uma máquina que atua no mercado eleitoral, no qual busca legitimidade para ocupar o aparato dirigente do Estado, o que se traduz, segundo Weber, no controle da distribuição de cargos.

Que significa para formação dos partidos, a atribuição de todos os postos da administração federal aos partidários do candidato vitorioso? Significa, meramente, que os partidos desprovidos de base doutrinária, reduzidos a meros instrumentos de disputa de postos, opõem-se uns aos outros e elaboram, para cada campanha eleitoral um programa que é função das possibilidades eleitorais. Subordina-se a estrutura dos partidos, total e exclusivamente, a batalha eleitoral, que é, muito acima de qualquer outra, a

mais importante para o domínio dos empregos: o posto de presidente, governadores. (WEBER, 2004a, p.98).

Nesse caso a política não visa mais o bem comum, mas sim interesses particulares. Os partidos se tornam trampolins para um futuro garantido economicamente através de um cargo na máquina estatal. Nesse cenário da luta partidária, Weber indica que os meios para conquista de votos no mercado eleitoral são variados.

Seus meios de alcançar o poder podem ser variados, indo desde a violência pura e simples, de qualquer espécie, à cabala de votos através de meios grosseiros ou sutis: dinheiro, influência social, a força da argumentação, sugestão, embustes primários, e assim por diante, até as táticas mais duras ou mais habilidosas de obstrução parlamentar. (WEBER, 1963, p.227).

Apesar de indicar um predomínio de uma racionalidade teleológica na esfera política, Weber indica que essa esfera não se resume necessariamente a um mercado eleitoral. A política moderna reserva um vasto espaço para valores e ideais o que impede que o perfil do político seja reduzido à simples busca da obtenção do poder ao modo maquiaveliano. Sendo assim Weber faz recomendações à ação política. O político deve agir com paixão na defesa de suas causas, com responsabilidade e senso de proporção, o que implica em calma interior, capacidade de distanciamento dos homens e das coisas. Além disso, Weber alerta que os políticos devem controlar a vaidade pessoal, pois essa é um inimigo fatal.

O instinto de poder – como habitualmente se diz – é sem dúvida uma de suas qualidades normais. O pecado de sua vocação consiste num desejo de poder, que, sem qualquer objetivo, em vez de se colocar exclusivamente a serviço de uma causa, não consegue passar de pretexto de exaltação pessoal. Certamente em última análise, existem apenas duas espécies de pecado mortal em política: não defender causa alguma e não ter sentimento de responsabilidade – duas coisas que repetidamente, não necessariamente, são idênticas. (WEBER, 2004a, p.108).

Portanto fica evidente que, para Weber, a política não é um campo de dogmas e de predomínio da ética como a religião. Mas, por outro lado, Weber evidencia, também, que a política não se resume a uma atividade de racionalidade estritamente teleológica. Cabe-nos, a partir disso, responder a questão: qual a lógica da ação no campo da política? Ou, como pensar a racionalidade nessa esfera? Essas questões são centrais e suas respostas são buscadas

nesse artigo. Para responder tais questões seguimos na análise de outros aspectos dos textos da sociologia política de Weber.

3 A POSIÇÃO POLÍTICA DE WEBER

Nascido em 1864, Max Weber vivenciou a Alemanha recém unificada politicamente, país que no plano econômico era palco de uma expansão industrial vinculada a uma estrutura socioeconômica fundiária tradicional. O pai de Max Weber foi um proeminente deputado do Partido Nacional Liberal, fato que propiciou a Weber um contato estreito com os bastidores da cena política alemã.

Weber nunca chegou a ocupar cargo político, mas ao fim de sua vida, após a Primeira Guerra Mundial, participou da elaboração da Constituição da República de Weimar. O importante para essa abordagem é o fato de que a vida pessoal e acadêmica de Weber sempre estiveram associadas a questões políticas. Sua aula inaugural de 1895 em Freiburg apresentava as condições do leste da Prússia, região predominantemente agrária. Essa região era base política de Bismark, que conduziu o processo de unificação da Alemanha, e continha a presença dos Junker, classe proprietária de terra que consistia na elite econômica da Alemanha. Em sua abordagem, Weber enfatizou como dilema alemão o domínio de uma classe que não satisfazia à necessidade de expansão, ou seja, os Junker não tinham interesses burgueses e industriais. A análise weberiana desse contexto traz uma lição: política e economia estão inevitavelmente vinculadas.

Era claro, na concepção de Weber, que os Junker não estavam preparados para protagonizar a modernização do país, porém o autor não encontra alternativas para o dilema na burguesia e no proletariado, pois reconhece que essas classes ainda estavam imaturas para assumir a liderança política naquele momento.

Quando o Estado alemão nasceu na sua integridade, estava constituído sob a liderança da Prússia, cuja autocracia feudal fundada no poder dos latifundiários Junker, a burocracia de função civil e os corpos de funcionários, contrastava consideravelmente com as constituições mais liberais e com as tradições de alguns estados alemães do sul. O pleno impacto do desenvolvimento industrial, experimentado durante as últimas décadas do século XIX, ocorreu, assim, dentro de uma ordem social e política que, por razões importantes, era muito diferente daquela que

caracterizava o capitalismo na sua forma clássica: isto é, o caso da Inglaterra no período inicial do século. (GIDDENS, 1997, p.30).

Weber expressou, em sua aula inaugural, a defesa do Estado como fundação necessária para política alemã, mas isso exigia uma liderança que o autor não via na elite agrária e nem na burguesia e no proletariado de então. Para Weber a unificação alemã se deveu, antes de tudo, à política expansionista de Bismark, mas com o desaparecimento desse líder ocorre uma carência de liderança na cena política alemã. Além da presença de uma classe tradicional e da ausência de um líder carismático como Bismark, Weber viu, também, uma burocracia estatal fortemente centralizada. Nesse contexto o Estado burocrático não garantiu a emergência do capitalismo moderno, ao modo que ocorreu na Inglaterra e Holanda, onde a burocratização era menor.

É diante desse cenário que Weber edifica sua visão política e elabora as formas de dominação típicas de sua sociologia política. Nos Junker Weber viu a dominação tradicional; Bismark inspirou o tipo carismático de dominação e a burocracia estatal alemã levou Weber a elaborar seu tipo de dominação racional.

A análise de Weber da estrutura política da Alemanha tinha como preocupação a inter-relação de três elementos centrais: a posição tradicionalmente estabelecida dos proprietários de terra feudais Junker; a tendência à dominação burocrática incontrolada pelo funcionalismo do Estado; e a carência de liderança política que se vinculava a cada um desses fatores. Os três componentes reaparecem, no âmbito mais geral da sociologia política de Weber, em sua tipologia da dominação: tradicional, legal e carismática. (GIDDENS, 1997, p.49).

Weber identificou o dilema alemão em função do desequilíbrio entre essas três instâncias: tradição, carisma e legalidade. Como já foi exposto, a manutenção do poder econômico dos Junker era um obstáculo à modernização da Alemanha devido à incapacidade de uma classe agrária e tradicionalista assumir a direção do Estado promovendo o desenvolvimento industrial. Desse modo, Weber visualizou uma carência de liderança na cena política alemã. Para Weber, Bismark assumiu esse papel no processo de unificação, mas com seu desaparecimento a política alemã passou a ser dominada pelo que Giddens chama de despotismo burocrático.

A tendência de burocratização era característica de outras instituições, além do Estado: o processo de decisão se tornava crescentemente uma questão administrativa, conduzido de acordo com os preceitos normatizados pelos especialistas. A burocratização da divisão do trabalho fundava-se na separação do trabalhador em relação aos meios materiais da produção, da destruição, da administração, da pesquisa acadêmica e das finanças em geral, o que constitui a base comum do Estado moderno na sua esfera política, cultural e militar, e a economia privada capitalista. (GIDDENS, 1997, p.37).

Diante da burocratização excessiva, Weber ressaltava a necessidade de um líder político cesarista para Alemanha. O funcionário burocrático desempenha suas funções de modo imparcial, submetido às regras pré-estabelecidas, que não questiona, executando-as rotineiramente. Essa transformação da atividade política em rotina irrefletida não satisfaz as demandas reais da nação. Weber indica o carisma do líder cesarista como o oposto da rotina burocrática, pois um líder carismático seria capaz de impor novas demandas na agenda política do contexto, enquanto o funcionário burocrático só as executa. O carisma envolve o dom da criação, improviso e inovação, pois seu representante não se submete às normas pré-estabelecidas. Alheio a todas as normas, o líder carismático genuíno inspira os movimentos revolucionários da história, sendo capaz de forjar novas formas de racionalização. Giddens defini o funcionário burocrático do seguinte modo: “O membro de uma burocracia é apenas uma peça em um mecanismo móvel que lhe prescreve uma marcha essencialmente fixa” (1997a, p.58). Weber reconhecia pontos positivos na burocracia como o sucesso na eliminação do personalismo na administração, a execução da função sem ódio, amor e todo elemento emocional, irracional, que escape ao cálculo. Mas um Estado moderno não progride com uma dominação puramente burocrática, deve haver um ajuste entre burocracia e carisma para obtenção do desenvolvimento desejado.

Mommsen (1981) argumenta que a burocratização era, para Weber, uma ameaça a uma vida pública livre. O excesso de burocracia pode passar a dominar a atividade dos próprios líderes enquanto classe dominante, o que restringe a mobilidade necessária para realização das mudanças necessárias em prol do bem público. O excesso de burocratização solapa as convicções dos agentes políticos.

La burocracia administrativa era rebajada a maquina; el deber y el núcleo del ethos del funcionario es la realización estricta de las directivas de la cúspide, sin tener en cuenta sus propias convicciones y de acuerdo con esquemas estrictamente racionales y formales. (MOMMSEN, 1981, p.57).

O político esboçado por Weber como líder genuíno toma decisões a partir de valores responsabilizando-se por suas próprias convicções.

Y aqui la posición del líder era objeto de una sobrevalorización específica; el líder toma las decisiones a partir del carisma de su personalidad que es el que impone los valores; está obligado a responder ante sí mismo, de manera racional, de los fundamentos últimos de su acción, pero no tiene que convencer a sus partidarios o a su equipo administrativo, mediante una exposición racional, de la conveniencia objetiva de sus propósitos. (MOMMSEN, 1981, p.57).

O funcionário burocrático age submetido às normas e o político age de acordo com sua própria convicção, o que, para Weber era fundamental para condução política. O dilema Alemão consistia na extensão da burocracia até a cúpula do executivo que foi, assim, asfixiada. Diante desse dilema da política alemã, referente ao desequilíbrio entre as formas de dominação, Weber se posiciona em defesa da democracia parlamentar, sistema propício para formação e manifestação de líderes carismáticos capazes de exercer uma forma de cesarismo limitado pela legalidade. Para Weber a democracia parlamentar se adequava à realidade das sociedades de massa.

Toda administração precisa, de alguma forma, da dominação, pois, para dirigi-la é mister que certos poderes de mando se encontrem nas mãos de alguém. O poder de mando pode ter aparência muito modesta, sendo o dominador considerado o servidor dos dominados e sentindo-se também como tal. Isso ocorre, em mais alto grau, na chamada administração diretamente democrática. Chama-se democrática por duas razões que não coincidem necessariamente a saber: 1) porque se baseia no pressuposto da qualificação igual, em princípio, de todos para a direção dos assuntos comuns, e 2) porque minimiza a extensão do poder de mando. (WEBER, 2004c, p.193).

Giddens (1997) ressalta que a democracia, para Weber, não poderia estar desvinculada de uma considerável fundação parlamentar, pois a ausência de um parlamento fiscalizador poderia levar a um autoritarismo desenfreado. Por outro lado, o parlamento deveria ser constituído através do voto universal, o que evita o domínio excessivo da burocracia e garantiria a emergência de líderes de massa.

O líder político, ao contrário, tinha que tomar uma posição e ser apaixonado. A rotinização da política – ou seja, a transformação das decisões políticas em decisões de rotina administrativa, pela dominação do funcionalismo burocrático – era especificamente estranha às demandas que eram mais básicas para a ação política. Esse fenômeno, que ocupou boa parte da atenção de Weber em sua análise da carência de liderança política na Alemanha constitui-se no maior componente de sua comparação generalizada do carisma tanto com a dominação tradicional quanto com a racional-legal. O carisma era, como tipo puro, inteiramente oposto a rotina. O líder carismático, como todo líder verdadeiro nesse mesmo sentido, preconiza, cria ou demanda novas obrigações. Era por essa razão que o elemento carismático adquiria uma significação vital na ordem democrática moderna; sem ele, nenhuma elaboração de políticas seria possível, e o Estado ficaria relegado a uma democracia sem liderança, ao governo de políticos profissionais sem vocação. (GIDDENS, 1997, p.51).

Mommsen (1981) indica que a inspiração de Weber para pensar uma democracia parlamentar na Alemanha era a Inglaterra, onde o parlamento produzia grandes políticos. Mommsen lembra que, para Weber, não é a massa que faz surgir um líder, mas, ao contrário, é o líder que desperta a simpatia das massas com sua capacidade retórica apontando novas demandas sociais, mostrando-se um condutor viável.

No es la masa pasiva la que da luz al conductor, sino que el conductor político es el que procura atraer a sus partidários y obtiene el favor de la masa a través de la demagogia, así formulaba Weber la relación entre el conductor y los conducidos. Weber subrayaba notoriamente el elemento de dominación que encierra el concepto de conducción política; esto está vinculado con el hecho de que Max Weber propiciaba incondicionalmente un aumento del poder del Estado. (MOMMSEN, 1981, p.56).

Mommsen ressalta que a sociologia política de Weber confere uma ênfase especial ao papel dos líderes (dominantes) em detrimento do comportamento da massa (dominados). Isso se deve à presença de um traço aristocrático na formação intelectual de Weber.

Para Weber a extensão da burocracia deveria ser reduzida, o que não permite pensar que o autor era completamente avesso ao sistema burocrático. Pelo contrário, Weber entendeu a burocracia como instância mais eficaz para o estabelecimento de uma dominação racional indispensável ao sistema político. Weber entendia que os partidos modernos eram grandes máquinas burocráticas, muitas vezes sem ideologia própria, o que seria admitido, desde que, houvesse espaço para emergência de um líder capaz de criar valores e metas que conferissem sentido à política do Estado.

La democracia plebiscitaria o lo que objetivamente conduce a lo mismo, lãs formas cesaristas de la conduccion de lãs masas, lê parecían a Weber indispensables para el funcionamiento de la moderna democracia de masas. Pues solo grandes personalidades de conductores, dotadas de la capacidad de ganar a lãs masas para si y para sus objetivos personales, gracias a sus calidades demagógicas positivas, podian, em su opinion, contrarristar com êxito el peso burocrático de los aparatos de los partidos e indicarles sus metas y direccion. (MOMMSEN, 1981, p.59).

Diante de tudo o que foi apresentado até aqui, sobre a posição política de Weber, podemos questionar a neutralidade valorativa que Weber defendeu na sua construção de um paradigma sociológico. Mommsen argumenta que é uma ingenuidade considerar a sociologia política de Weber neutra valorativamente. Weber considerava que a sociologia política, assim como toda ciência da realidade, era orientada por pontos de vista. O autor defende a democracia parlamentar em nome de um espaço para emergência de líderes carismáticos que contrabalancem o excesso de burocratização. Nesse caso, Weber argumenta racionalmente a favor da democracia e da expansão do Estado. Weber entende que a expansão do Estado é algo a ser perseguido, é um fim. Enquanto analista da política, Weber indica a democracia parlamentar, com líder cesarista, o melhor meio para se atingir o fim estabelecido, isto é, a expansão do Estado Alemão. Assim o ponto de vista valorativo de Weber é essa defesa do expansionismo.

4 CONCLUSÃO

A política envolve uma lógica de dominação que se dá através de processos de racionalidade, isto é, produção de imagens do mundo que orientam a ação, prática que tem raiz na religião e que é essência das relações políticas. Um líder, ou candidato a líder, só se efetiva como tal na medida em que é capaz de operar uma construção ideológica da realidade, persuadindo seus eleitores a agirem a seu favor. Inicialmente esse tipo de prática foi tarefa dos profetas que traziam a boa nova. A partir disso, fica notável a conexão entre religião e política. Dessa conexão resulta, também, a busca de dominação da massa.

Diante de tudo que foi considerado é possível pensar a lógica da ação na política de vários modos. Weber demonstra que o político profissional pode agir pautado por diferentes tipos de racionalidade entre as quais destacamos a racionalidade teleológica e valorativa.

A lógica da ação política é equivalente à lógica de mercado quando o eleitorado é tratado como mercado de voto. Nesse caso vigora a racionalidade teleológica. O eleitor é considerado como um consumidor que deve ser persuadido pela propaganda. A conquista de eleitores converte-se na conquista de cargos no aparato estatal, com remuneração, ou seja, converte-se em riqueza. Essa situação é predominada pela racionalidade teleológica, ou seja, a ação do político é estritamente racional referente a fins, busca-se a vitória eleitoral independente de projetos ideológicos, adesão a causas públicas e convicções pessoais. Essa é uma das visões mais pessimistas de Weber em relação à política, o autor constata o predomínio de interesses pessoais e a prática da manipulação da massa.

Se a política é o campo da tomada de posições e decisões, podemos concluir que é um espaço pautado por conhecimento técnico, mas antes de tudo, por valores, nesse caso vigora a racionalidade valorativa. A técnica pode oferecer os meios eficazes que levem aos fins desejados, mas a definição dos fins a serem perseguidos é fruto dos valores dos agentes em jogo. Além disso, entre meios adequados, alguns serão mais aprovados do que outros pela moral vigente, o que implica, também, na consideração a valores. Ao evidenciar o papel dos valores na política os textos weberianos demonstram que esse campo não é predominado estritamente por racionalidade teleológica. O líder político não pode estar desprovido de convicções e de ideais valorativos que o capacitem para a tomada de decisão. Portanto a ação política passa a se pautar em uma racionalidade eletiva e valorativa, para que os valores pessoais do político passem a determinar quais fins devem ser buscados e quais os meios serão moralmente aceitos. Nesse caso a ação política é uma ação racional referente a valores. A política é o campo da tomada de decisões e posições e isso só é possível a agentes dotados de valores e convicções.

Por fim, ressaltamos que Weber se estabelece como estudioso pioneiro de um fenômeno caro à gestão pública moderna, isto é, a burocracia, um complexo de técnicas e procedimentos que caracterizam a racionalidade teleológica. O autor entende a dominação racional das leis e dos funcionários, tecnicamente preparados, como instância presente em todos os estados modernos, independente do regime político em vigência. O Estado moderno

está associado à jurisprudência que o regula e, além disso, seu corpo administrativo é organizado burocraticamente. A burocracia permanece em qualquer ordem social, capitalista ou socialista. A impessoalidade, a rapidez, o registro documental conferem à burocracia uma superioridade técnica para administração pública ou privada. Essa superioridade se traduz em aumento de confiabilidade e calculabilidade. A organização burocrática é o modo de gestão vigente nas empresas privadas e nos estados modernos, por isso trata-se de um fundamento essencial para a gestão pública.

REFERÊNCIAS

BENDIX, Reinhard. **Max Weber: An intellectual portrait**. London. Lowe & Brydone. 1960.

GIDDENS, Anthony. **Política e Sociologia no Pensamento de Max Weber**. IN: Política, Sociologia e Teoria Social. São Paulo. Editora Unesp. 1997.

MOMMSEN, Wolfgang. **Max Weber, Sociedad, Política e História**. Buenos Aires. Editorial Alfa. 1981.

WEBER, Max. **Classe, estamento e partido**. In: Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1963.

_____. **Os três tipos puros de dominação legítima**. In: Metodologia das Ciências Sociais. Parte.2. São Paulo. Cortez. 1995.

_____. **Os tipos de dominação**. In: Economia e Sociedade. Vol.1. Brasília. UnB. 2004b.

_____. **Política como Vocação**. In: Ciência e Política, duas vocações. São Paulo. Martin Claret. 2004a.

_____. **Sociologia da Dominação**. In: Economia e sociedade. Vol.2. Brasília. UnB. 2004c.

A CONTROLADORIA NAS PEQUENAS EMPRESAS E MICROEMPRESAS

José Marcelo Fraga Rios¹

Humberto Gomes Pereira²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é demonstrar que a Controladoria pode ser implantada nas pequenas empresas. Pesquisando percebe-se que a literatura relacionada à Controladoria não aborda as questões relacionadas à implantação da controladoria e sua gestão nas pequenas empresas.

Tem-se visto que a maioria das pequenas empresas é fechada logo nos dois primeiros anos de seu funcionamento, e um dos fatores que contribuem para isso é a falta de informação do gestor para direcionar a empresa. Pretende-se avaliar a implantação da Controladoria, as vantagens e demonstrar as fases da implantação.

Desta forma pergunta-se: Qual a vantagem e a possibilidade da implantação da Controladoria nas pequenas empresas?

Acredita-se que implantando a Controladoria, havendo um controle das informações e criando um planejamento, as pequenas empresas podem sobreviver, desenvolver com eficácia e obter lucro.

PALAVRAS-CHAVE: controladoria; pequenas empresas; gestão.

¹ Pós-graduando MBA em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria – E-mail: mfragarios@gmail.com

² Professor da Pós-graduação MBA em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria – E-mail: hgpereira2@gmail.com

ABSTRACT

The aim of this work is to demonstrate that the Comptroller can be deployed in small businesses. Researching realizes that the literature related to the Comptroller does not address issues related to the deployment of the Comptroller and its management in small businesses.

It has been seen that most small businesses are closed in the first two years of its operation, and one of the factors contributing to this is the lack of information of the Manager to direct the company. It is intended to assess the implementation of the Comptroller, the advantages and demonstrate the phases of deployment.

Thus the question is: what is the advantage and the possibility of deploying of Comptrollership in small businesses?

It is believed that deploying the Comptroller, with a control of information and creating a planning, small businesses can survive, develop with efficiency and profit.

KEY-WORDS: Comptroller; small businesses; management

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado é fruto de uma pesquisa intensa e de uma preocupação com a grande mola impulsora da economia do país, as micro e pequenas empresas e a possibilidade de implantação da Controladoria.

De acordo com Gil (1999, p. 26) “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E o método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.”

Para completar o conceito de pesquisa Gil define:

“Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.”.
(GIL, 1999, p.42).

Para Gil (2002, p. 17), “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

A abordagem utilizada é qualitativa, pois se propicia pelo emprego de fontes de conhecimentos existentes para a elaboração do trabalho de pesquisa e não pela utilização de instrumentos estatísticos na análise de dados.

Segundo Richardson:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos e possibilitar, em maior profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999, p.80).

O objetivo da pesquisa é baseado em estudos exploratórios, pois serão investigados os dados coletados por diversos autores, todos baseados em teorias concretas e estudos descritivos para se chegar à conclusão pretendida.

Dados de pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae (2014), informam que as pequenas e microempresas são 27% do PIB brasileiro. Somente no setor de comércio esse percentual sobe para mais de 53%. Os dados coletados para este trabalho foram retirados do site do Sebrae e livros referenciais sobre Controladoria.

Pretendemos demonstrar que a aplicação da Controladoria pode ser um diferencial na vida das micro e pequenas empresas e que ela pode ser uma ferramenta de controle de apoio para que elas tenham um desempenho muito mais satisfatório.

Afinal, toda empresa visa lucro e sendo bem assessorada com controles padronizados e um sistema eficaz que gera as informações necessárias para o seu direcionamento, ela pode crescer tanto quanto uma empresa grande com boa estrutura e resultar em lucro.

Dessa forma pergunta se seria possível a implantação da Controladoria nas pequenas empresas.

A definição de micro e pequena empresa foi retirada do texto sobre a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (2006). Essa lei foi instituída em 2006 para regulamentar o disposto na Constituição Brasileira, que prevê o tratamento diferenciado e favorecido à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Ela foi concebida com ampla participação da sociedade civil, entidades empresariais, Poder Legislativo e Poder Executivo passando por várias alterações, mas sempre com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

Através da Lei Geral, foi instituído o regime tributário específico para os pequenos negócios, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, que é o Simples Nacional.

Além disto, a Lei prevê benefícios para as pequenas empresas em diversos aspectos do dia a dia, como a simplificação e desburocratização, as facilidades para acesso ao mercado, ao crédito e à justiça, o estímulo à inovação e à exportação.

A Lei Geral uniformizou o conceito de micro e pequena empresa ao enquadrá-las com base em sua receita bruta anual.

A microempresa será a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufera em cada ano calendário, a receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00.

Se a receita bruta anual for superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, a sociedade será enquadrada como empresa de pequeno porte. Estes

valores referem-se a receitas obtidas no mercado nacional. A empresa de pequeno porte não perderá o seu enquadramento se obter adicional de receitas de exportação, até o limite de R\$ 4.800.000,00.

A Lei Geral também criou o microempreendedor individual, que é pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional, com receita bruta anual de até R\$ 81.000,00. O microempreendedor pode possuir um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa.

Os pequenos negócios respondem por mais de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Juntas, as cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas no País representam 27% do PIB, um resultado que vem crescendo nos últimos anos. De acordo com dados do Sebrae (2014), no ano de 1985, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculou em 21% a participação dos pequenos negócios no PIB brasileiro. Como não havia uma atualização desse indicador desde então, o Sebrae contratou a Fundação Getúlio Vargas para avaliar a evolução das micro e pequenas empresas na economia brasileira, com a mesma metodologia utilizada anteriormente. Em 2001, o percentual cresceu para 23,2% e, em 2011, atingiu 27%.

Em valores absolutos, a produção gerada pelas micro e pequenas empresas quadruplicou em dez anos, saltando de R\$ 144 bilhões em 2001 para R\$ 599 bilhões em 2011, em valores da época.

Os valores foram apurados até 2011 para manter a mesma forma de cálculo considerando os dados do IBGE disponíveis sobre os pequenos negócios. A apuração foi feita com a soma das riquezas geradas por empresas de todos os portes nos setores de Comércio, Indústria, Serviços e Agroindústria – exceto o setor público e as intermediações financeiras, uma vez que não há micro e pequenas empresas nestes setores.

As micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no Comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. No PIB da

Indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios.

Segundo levantamento do Sebrae (2014), os pequenos negócios empregam 52% da mão de obra formal no País e respondem por 40% da massa salarial brasileira. Os principais motivos para o bom desempenho dos pequenos negócios na economia brasileira são a melhoria do ambiente de negócios (em especial após a criação do Supersimples que reduziu os impostos e unificou oito tributos em um único boleto), o aumento da escolaridade da população e a ampliação do mercado consumidor, com o crescimento da classe média.

Também tem contribuído para aumento das micro e pequenas empresas a crise interna em que o país se encontra. Com o aumento das demissões, surgem novos empreendimentos a cada dia.

Pequenos negócios na economia brasileira:

- 27% do PIB
- 52% dos empregos com carteira assinada
- 40% dos salários pagos
- 8,9 milhões de micro e pequenas empresas

“A Controladoria não pode ser vista como um método, voltado ao como fazer. Para uma correta compreensão do todo, devemos cindi-la em dois vértices: o *primeiro* como *ramo do conhecimento*, responsável pelo estabelecimento de toda base conceitual, e o *segundo* como *órgão administrativo* respondendo pela disseminação de conhecimento, modelagem e implantação de sistema de informações.”
(CATELLI, 2001, p.344)

“Pode-se entender Controladoria como o departamento responsável pelo projeto, elaboração, implementação e manutenção do sistema integrado de informações operacionais, financeiras e contábeis de determinada entidade, com ou sem finalidades lucrativas, sendo considerada por muitos autores como o atual estágio evolutivo da Contabilidade.” (OLIVEIRA; PEREZ JR; SILVA, 2013, p.5)

A Controladoria do ponto de vista do ramo do conhecimento alia as bases teóricas e conceituais ao sistema de informações para criar o modelo de gestão que será o responsável pela tomada de decisão dos gestores devendo obedecer às premissas básicas:

- toda empresa é constituída sobre o pressuposto da continuidade;
- a empresa é um sistema em constante interação com o seu ambiente;
- o resultado econômico é o melhor indicador da eficácia empresarial;
- o resultado econômico é a base para a tomada de decisões;
- o Modelo de Gestão – derivado das crenças e valores – será a carta magna que corresponde a um conjunto de definições relativas ao processo de gestão empresarial;
- as atividades empresariais são conduzidas, de forma estruturada, por um Processo de Gestão que analiticamente corresponde ao Planejamento, Execução e Controle;
- as informações requeridas pelos Gestores são devidamente registradas e suportadas por sistemas de informações.

Nas grandes empresas percebe-se a Controladoria como uma área independente da Contabilidade onde a organização dos dados e informações, o processamento, e a divulgação dos resultados para os tomadores de decisão são realizados para assessorar em busca de uma melhora quantitativa e qualitativa.

Este profissional pode ser da área administrativa, financeira ou contábil e a sua responsabilidade e remuneração dependerá basicamente do setor e do porte da empresa. Nas grandes empresas ele tem nomenclatura de *finance controller*, *corporative controller*, *planing controller*, *sênior controller*, *controller* para unidades de negócios, diretor ou gerente de Controladoria.

A sua função básica é monitorar o plano de ação da empresa e os sistemas de informações gerenciais fazendo a avaliação coordenada de todos os gestores com foco no desempenho global e setorial. Dar apoio aos demais gestores, mas sem o compromisso de obtenção dos resultados, pois cada gestor é o responsável da sua área. É o responsável pela tomada de decisões de sua área.

O profissional deve ter alguns princípios e características como:

- Iniciativa para antecipar fatos na economia global, e fornecer essas informações aos seus gestores e respectivos setores que necessitem tais alterações;
- Comunicação: fornecimento de informações às áreas com linguagem simples, direta e objetiva sem dar margem para duplas interpretações;
- Síntese: deve traduzir fatos em índices, usando sempre a comparação entre o resultado realizado e o planejado, além de comparativos externos;
- Visão: analisar o desempenho e os resultados com ações focadas no futuro;
- Oportunidade: fornecer informações aos gestores em tempo hábil para que possam agir corrigindo ou adaptando-se às novas variáveis externas;
- Conselheiro: assumir o papel de consultor na busca de soluções para os problemas e nunca a de crítico.

O papel da Controladoria é otimizar os resultados econômicos baseado no modelo de gestão. A Controladoria tem um peso grande no processo decisório e essas decisões são influenciadas pela atuação da Controladoria. As informações de planejamento e controle exigem um sistema de informações que suportem essas decisões. Cabe a ela assessorar as demais áreas da empresa concentrando as informações neste sistema para que os gestores possam ter conhecimento e adotar as medidas necessárias para a otimização e facilitação do processo decisório.

Assim a figura do Controller é a mais importante neste processo, pois ele deve assessorar o principal executivo e os demais gestores, fornecendo informações rápidas e confiáveis sobre a empresa. No planejamento operacional, ele é o responsável por desenvolver um modelo de planejamento com dados baseados no sistema de informação e integrado para as devidas análises.

O sistema de controles internos é um dos importantes elementos para a gestão financeira e um instrumento imprescindível para a gestão empresarial como um todo.

Nesse sentido, controles internos podem ser entendidos como o conjunto de normas e procedimentos existentes na empresa que envolve recursos financeiros, físicos e humanos.

O controle interno torna-se fundamental no alcance dos objetivos da empresa, pois de nada adianta planejar e dirigir uma organização sem que haja um controle eficaz e eficiente de todos os processos internos. A partir dele, é que a empresa poderá identificar falhas no andamento das atividades, para que possam ser sanadas a tempo.

Podem-se citar como exemplo de controle interno os pagamentos e recebimentos utilizando a pasta sanfonada. Percebe-se que esse método ainda é bastante utilizado pelas micro e pequenas empresas.

O processo de gestão inicia-se com o planejamento estabelecendo o que se deseja controlar e os meios para executá-lo, definindo políticas e diretrizes para a organização e direção das atividades a serem controladas. Depois, passa pela avaliação e análise dos resultados e, por fim, pela tomada de ações corretivas dos desvios observados entre o previsto e o realizado.

Muito se fala sobre a importância de controles internos e sistemas contábeis dentro de uma organização.

O controle interno faz parte de um processo gerencial completo, que contempla as compras, vendas, faturamento, estando ligado às atividades operacionais, fundamentais para a operação de um negócio.

Estes controles são de função gerencial, importantíssimo para o sucesso de um empreendimento. A gerência deve saber que um planejamento estratégico ou uma coordenação não assegura totalmente os objetivos pretendidos ou metas a serem cumpridas. Trata-se de um importante elemento das funções administrativas de uma organização, pois permite a avaliação do alcance dos objetivos estratégicos e operacionais. Quando implantados, são capazes de indicar as deficiências que impedem o alcance desses objetivos.

Aderir um controle de vendas permite que o empresário possa ter previsões de receitas e como consequência programar as compras da empresa. Se houver um controle bem estruturado, fica mais fácil acompanhar o comportamento mensal das vendas, as variações sazonais e o tempo médio cedido para pagamentos realizados a prazo.

Esse controle permite que o empresário distribua melhor suas compras para os próximos meses baseando nas previsões de vendas e nos compromissos firmados. Além disso, também permite determinar o prazo médio das compras.

Esse controle tem como principal objetivo acompanhar a evolução dos gastos mensais de cada item de despesa. Assim, o empresário pode tomar medidas para conter os gastos que vem crescendo sem justificativa. O controle de despesas é indispensável à elaboração do cálculo dos custos e do preço de venda de um serviço, mercadoria ou produto. O conselho do Sebrae é extrair os valores gastos com pessoal, encargos sociais e retiradas pró-labore da folha de pagamento. Deve-se ficar atento com o pagamento de horas extras e qualquer outra despesa com pessoal que não entre em folha. Tudo deve ser registrado.

Para fazer esse controle, a empresa pode utilizar um software que oferece soluções para controle de estoque como entrada e/ou saída e transferências de mercadoria, inventário contábil, contagem de mercadorias e relatórios que auxiliam o empresário na tomada de decisão e a visualizar os produtos em estoque com mais ou menos saída, acompanhando todos os dias a movimentação do que acontece no estoque da loja.

|que procura otimizar as relações recursos-operação- produtos/serviços, considerando as variáveis do ambiente externo e interno que impactam as atividades da empresa em seus aspectos operacionais, financeiros, econômicos e patrimoniais”. (CATELLI, 2001, p.57)

“O termo gestão deriva do latim *gestione* e significa gerir, gerência, administração. Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando atingir determinado objetivo. Gerir é fazer as coisas acontecerem e conduzir a organização para seus objetivos. Portanto, gestão é o ato de conduzir as empresas para obtenção dos resultados desejados.” (OLIVEIRA; PEREZ JR; SILVA, 2013, p.104)

O significado de gestão é administrar ou gerir. A gestão indefere ao porte ou objetivo da empresa, ou seja, toda empresa necessita ser gerida para obtenção de resultados.

As instituições podem ser públicas, privadas, sociedades de economia mista, com ou sem fins lucrativos. A gestão administrativa além da técnica de administrar, ainda se utiliza de outros ramos como o direito, a contabilidade, economia, psicologia, matemática e estatística a sociologia, a informática entre outras.

A gestão surgiu quando após a revolução industrial, os profissionais decidiram buscar solução para problemas que não existiam antes, usando vários métodos de ciências, para administrar os negócios da época o que deu início a ciência da administração, pois é necessário o conhecimento e aplicação de modelos e técnicas administrativas.

As funções do gestor são em princípio fixar as metas a alcançar através do planejamento, analisar e conhecer os problemas a enfrentar, solucionar os problemas, organizar recursos financeiros, tecnológicos, ser um comunicador, um líder, ao dirigir e motivar as pessoas, tomar decisões precisas e avaliar, controlar o conjunto todo.

A gestão pode ser eficaz se houver uma interação com modelos de gestão, o processo de gestão e sistemas de informações da empresa.

“O modelo de gestão é a matriz do subsistema de gestão que é traduzido na empresa dentro de um processo orientado que permita a ordenação de sua administração para o fluxo de processo de tomada de decisão em todos os planos empresariais e níveis hierárquicos denominado de processo de gestão. Este tem por finalidade permitir à empresa alcançar os seus resultados dentro de um conjunto coordenado de diretrizes, para atingir as metas e objetivo explicitados na declaração de visão empresarial” (PADOVEZE, 2012, p.27)

“O modelo de gestão, que de forma explícita ou não, sempre existe numa empresa, é constituído de princípios permanentes que orientam a atuação dos gestores, procurando potencializá-la. O ponto de partida do modelo de gestão é logicamente, o conjunto de crenças e valores dos donos ou dos principais

ISSN: 2317-5265 – v. 9, n. 6 (2018) - UEMG - CLÁUDIO
executivos da empresa”. (OLIVEIRA; PEREZ JR; SILVA, 2013,
apud TELES e VARTANIAN, p.104)

Vimos que o modelo de gestão da empresa está diretamente ligado às crenças e valores de seus donos e principais executivos, servindo para nortear o caminho a ser seguido. Mesmo nas pequenas empresas há de se definir a Missão, Visão, Metas, Crenças e Valores.

Missão é a razão de existência da empresa. Ao escrever a missão deve-se observar para que não haja conflito do seu propósito e ela deve estar alinhada com os seus objetivos. A missão pode ser alterada se não estiver de acordo com os objetivos propostos. Por isso é importante desde o primeiro momento construir a missão de acordo com o propósito da empresa.

Visão é a definição de estado futuro ambicioso que a empresa deseja estar e os caminhos a serem seguidos. Ela tem o poder de motivar, inspirar e alinhar a organização de forma a ganhar sinergia interna.

Meta correspondem ao itinerário básico para se chegar ao destino que a empresa deseja.

Valores são declarações específicas que estão relacionadas às metas com detalhes do que deve ser feito e quando. Normalmente estão relacionados a números e datas.

São os princípios que a empresa pratica e naquilo que ela acredita. Eles devem ser entendidos, aceitos e praticados por todos da empresa.

O processo de gestão deve ser estruturado com base na lógica do processo decisório, devendo contemplar todas as fases do planejamento, programação, execução e controle das atividades da empresa.

Além disso, deve estar alinhado em conjunto com o planejamento estratégico e com o planejamento operacional.

O planejamento estratégico tem como premissa assegurar o cumprimento da missão e da continuidade da empresa atribuindo diretrizes estratégicas qualitativas e que irão orientar a etapa de planejamento operacional. Dentro do planejamento estratégico, deve-se observar o estabelecimento de cenários, variáveis do ambiente externo com oportunidades e ameaças e o ambiente interno com identificação de pontos fortes e pontos fracos.

O planejamento operacional divide-se em pré-planejamento, planejamento de médio/longos prazos e planejamento de curto prazo com objetivos, processos e produtos específicos.

O planejamento operacional consiste na previsão dos meios e recursos que deverão ser acionados para possibilitar a realização de um objetivo e devem ser previstos planos alternativos de ação para implementação das políticas, diretrizes e objetivos do plano estratégico da empresa.

A programação é uma fase do processo onde se replaneja em curto prazo. O replanejamento é necessário devido às alterações do ambiente externo e interno e consiste na ordenação das necessidades, meios, recursos e análises para executar o plano operacional adotado.

A execução é a etapa em que as coisas acontecem e deve estar de acordo com o planejado e programado.

O controle é o processo que avalia a coesão dos planos e sua execução, com a realização de análise dos desvios, a identificação das causas dos desvios para prática de ações corretivas e retorno ao objetivo esperado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa realizada, percebe-se que a implantação da controladoria é um processo que contempla alguns passos como a aquisição de um bom sistema de informação de dados.

Este sistema fornecerá dados importantes sobre o histórico da empresa e que ajudarão a controlar e mapear as compras, as vendas (receitas), as despesas, o custo dos produtos, o estoque interno e o financeiro. O sistema de informações deve conter todas as informações necessárias e o maior nível de detalhamento possível sobre departamentos, centro de custo, ou atividades, os tipos de relatório que deverão ser extraídos, as formas de agrupamento de informações e o prazo das informações.

Em conjunto com a implantação do sistema, os controles internos devem ser aplicados e seguidos à risca para os dados do sistema sejam precisos e confiáveis. A funcionalidade do sistema será efetiva se os controles internos forem colocados em prática. As rotinas de verificação e revisão dos controles são importantes para a detecção de erros e de ações fraudulentas.

Logo em seguida, deve-se definir qual a Missão, a Visão, as Metas, os Objetivos e as Crenças e Valores da empresa que irão nortear e ajudar na construção do planejamento estratégico e o operacional.

Entende-se que as ações acima descritas se completam com o treinamento de todos os colaboradores tanto no plano operacional com o uso do sistema e aplicação dos controles quanto ao entendimento da Missão, Visão, Metas, Objetivos e Crenças e Valores da empresa.

Não se percebe a figura clara do *controller* nas pequenas empresas. A função é basicamente exercida por todos, desde os colaboradores até o sócio-gerente. Normalmente as microempresas não tem um departamento de contabilidade e elas realizam a contratação de escritórios de contabilidade. Neste caso a parceria com o contador é extremamente importante para análise e interpretação da vida da empresa e sua condução.

Deve-se ficar atento quanto à emissão dos relatórios contábeis que apresentam o resultado geral e consolidado da empresa, como o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, o Fluxo de Caixa e Origens e Aplicações de Recursos que evidenciam a evolução da empresa.

CONCLUSÕES

Percebe-se que as micros e pequenas empresas sofrem com a concorrência das médias e grandes empresas. A falta de controle e de informações precisas para tomada de decisão são os principais problemas encontrados para que o desenvolvimento delas ocorra.

De acordo com a pesquisa realizada percebe-se que aplicando controles, implantando a Missão, Visão, Valores e Crenças e definindo o planejamento estratégico e operacional alinhado a essas diretrizes, fazendo o acompanhamento sistemático, as micros e pequenas empresas têm total condição de sobreviver ao prazo médio de vida das empresas no Brasil, como afirmado pela pesquisa do Sebrae e elas terem uma vida longa.

Para isso, as micros e pequenas empresas podem e devem utilizar de todos os recursos possíveis para obter os resultados esperados. Com alguns ajustes e adequação ao porte, a implantação da Controladoria pode ser uma ferramenta muito útil para os gestores, dando uma visão dos resultados produzidos, norteadando ações que visem o lucro, a sua durabilidade e o seu crescimento.

Mediante tais apontamentos, vimos que é perfeitamente possível a implantação da Controladoria nas micro e pequenas empresas e não há desvantagem na sua aplicação, mas somente vantagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Complementar nº 123. 2006. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em 15 Nov.
2017.

CATELLI, Armando, Controladoria - Uma abordagem da Gestão Econômica. 2. ed.
São Paulo: Atlas, 2001.

CRUZ, Rozany Ipaves, Uma contribuição à definição de um modelo conceitual para
a gestão econômica. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade (FEA/USP). São Paulo: USP, 1991.

GAMA, Heitor Cova; BEDÊ, Marco Aurélio; MOREIRA, Rafael de Farias,
Sobrevivência das Empresas no Brasil. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e
Pequenas Empresas, 2013.

GIL, Antônio Carlos: Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas,
1999. 206p.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas
2002. 175 p.

OLIVEIRA, Luiz Martins de; PEREZ JR., José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos
Santos, Controladoria Estratégica. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2013

PADOVEZE, Clóvis Luis, Controladoria Estratégica e Operacional. 3.ed. São Paulo:
Cengage Learning, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza et al. Pesquisa
social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

SEBRAE, Participação das Micros e Pequenas Empresas na Economia Brasileira. 2014. Disponível em:< >. Acesso em 20. Fev. 2018.

A TECNOLOGIA ENGENHARIA DE CUSTOS PROCEDURAL PARA EMPRESAS DE MANUFATURA

¹Otavino Alves da Silva

RESUMO

O objetivo do trabalho é colocar em discussão a tecnologia Engenharia de Custos Procedural para construção do melhor aporte de capital, ou convencionalmente o melhor custo, que resulta da convergência entre o custo máximo e o custo mínimo, e que difere dos tradicionais sistemas e modelos contábeis de apuração de custos, inclusive os formulados pela Contabilidade de Custos, posto que tem por escopo a aplicação de uma tecnologia procedural para gestão de custos, com enfoque em aportes de capital, ao invés de custos incorridos, para rentabilizar recursos produtivos, em condições de liquidez e solvência, em cada condição de risco de produção. Para tanto, são utilizados conceitos e ferramentas da Neurogestão, do *Business Model Generation* (Canvas), do *Design Thinking*, da Engenharia de Produção e da Microeconomia para escolha das melhores decisões com vistas à construção do melhor custo e suas técnicas de sensibilização, segundo a metodologia *Backward Analysis*. A base científica da tecnologia procedural está na identificação e hierarquização dos requisitos para usabilidade dos recursos produtivos segundo seus atributos de capacidade, disponibilidade, confiabilidade e manutenibilidade. Por metodologia, busca-se sincronia e convergência entre as pesquisas básica e aplicada e suas derivações para geração de novo conhecimento e nova técnica para a gestão de custos na manufatura enxuta. O resultado é uma formulação matemática para apuração do melhor custo.

PALAVRAS-CHAVE: Procedural, Canvas, Design Thinking, Melhor Custo.

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the Engineering Technology Cost Procedural for manufacturing companies as for the search of the best cost, which results from the convergence of the maximum cost and minimum cost. This differs from traditional systems

¹ Professor Me. Otavino Alves da Silva. Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Cláudio – otavino.silva@uemg.br

and accounting models cost determination, including those made by the Cost Accounting, once it aims to the development of a procedural technology for cost management, with a focus on capital contributions instead of costs incurred to monetize productive resources, liquidity and solvency conditions in each production risk condition. For that, it was used concepts and Neuromanagement, Business Model Generation (Canvas), Design Thinking, Production Engineering and Microeconomics tools to choose the best decisions in order to build the best cost and their awareness techniques, according to Backward Analysis Methodology. The scientific basis for procedural costs technology is the identification and prioritization of requirements for usability of productive resources according to their attributes capability, availability, reliability and maintainability. As for methodology, synchrony and convergence are sought between basic and applied research and its derivations for a new knowledge and new technique for the cost management in lean manufacturing. The result is a mathematical formulation to calculate the best cost.

KEYWORDS: Procedural, Canvas, Design Thinking, Best Cost.

INTRODUÇÃO

O tema apurar e conhecer os custos de produção, segundo Zanluca e Zanluca (2017), tem sido preocupação do homem desde 5.000 anos a.C., mas somente a partir de século XIV teria surgido o seu disciplinamento. Muitos são os autores que têm dedicado expressiva atenção a esse tema gerando, inclusive, a disciplina Contabilidade de Custos e diversos livros e artigos a respeito.

Neste trabalho, começamos com Jesus admoestando sobre a prudência necessária de fazermos as contas dos gastos para ver se temos condições de concluir algo antes de iniciá-lo. Passamos em seguida por economistas renomados que nos alertam sobre a característica e a propriedade da escassez dos recursos, daí o reconhecimento de que a própria oportunidade tem custo, e que se alinhando entre as fronteiras do máximo e do mínimo, pode estabilizar-se com a igualdade de sua taxa marginal de substituição técnica com a relação dos preços dos recursos.

Passamos, também, pelos autores mais conhecidos sobre teoria, modelos e técnicas de apuração de custos, na visão da abordagem contábil. E chegamos ao conceito e técnica, na

abordagem da engenharia de custos, esta, contudo, centrando o foco na orçamentação de obras da construção civil.

Tal jornada bibliográfica levou-nos a desenhar uma nova função para a engenharia de custos, com abordagem procedural, considerando as presumibilidades condicionais de eventos acontecerem na presença (custos explícitos) e na ausência (custos ocultos) de outros eventos condicionantes implicam necessariamente a visão de aportes de capital e não o convencionalmente conhecido como gasto incorrido ou custo contábil.

A metodologia para esse desenhar implicou em pesquisa básica buscando-se consistência na pesquisa bibliográfica e sincronização com a pesquisa aplicada e suas derivações, obtendo-se como resultado uma formulação matemática para construção do melhor custo no conceito de aporte de capital.

METODOLOGIA

Como a pesquisa científica é entendida como um conjunto de investigações, operações e trabalhos científicos que tem por objetivo a invenção de novas técnicas e a exploração ou criação de novas realidades, dentre outros objetivos, este trabalho tem por objeto a exploração de uma realidade contábil sobre custos para criação de uma nova realidade: a tecnologia estratégica procedural, que é disruptiva em conceitos e mensuração de custos de produção.

Como pesquisa básica, busca consistências na pesquisa bibliográfica para geração de novo conhecimento, metodologia e técnica para aplicação no campo do planejamento orçamentário da manufatura enxuta. Por isso, a metodologia deste trabalho está em sincronia e convergência com as pesquisas descritiva e explicativa, qualitativa e quantitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Zanluca e Zanluca (2017), em História da Contabilidade, contam-nos que escavações na cidade de Ur, na Caldeia, onde teria vivido Abraão, descobriram que, já há 5.000 anos a.C., tabelas em escrita cuneiforme registravam contas referentes à mão de obra e materiais - o que nos leva a refletir que “o homem já considerava fundamental apurar seus custos”. Segundo esses autores, os gregos aperfeiçoaram os modelos egípcios de registros de inventário criando contas de custos e receitas. Com o surgimento do método das “partidas

dobradas”, na Itália, são adotados os registros explícitos de custos comerciais e industriais, no início do Século XIV, gerando daí o Livro da Contabilidade de Custos.

Jesus, em Lucas 14:28-33, com a parábola da previdência, admoesta sobre a necessidade do planejamento, da “previsão conjectural do futuro”(Dicionário Michaelis 2000): “ Qual de vós, querendo edificar uma torre, não se assenta primeiro a fazer as contas dos gastos, para ver se tem com que a acabar?” Jesus conclui que para ser seu discípulo é preciso renunciar a tudo quanto tem, ou seja, ser-fazer-ter implica uma renúncia, um sacrifício, um custo.

Samuelson (apud PASSOS e NOGAMI, p. 6, 1998) define economia como o “estudo de como as pessoas e a sociedade decidem empregar recursos escassos, que poderiam ter utilizações alternativas, para produzir bens variados e para os distribuir para consumo, agora ou no futuro, entre várias pessoas e grupos da sociedade”. Nessa definição está implícito o conceito de custo de oportunidade.

Segundo Passos e Nogami (1998), os economistas diferenciam o custo econômico (custo explícito mais custo implícito) do custo contábil (custo explícito histórico incorrido), considerando os conceitos de oportunidade, de alternatura, de temporalidade (custo de curto prazo, custo de longo prazo) e sua acumulação como função de produção (custo fixo, custo variável, custo total e suas derivações em custo médio, custo marginal, custo mínimo, isocusto, taxa marginal de substituição técnica).

De acordo com Ferguson (1988, p. 230), ... “um comportamento empresarial eficiente significa a produção a qualquer nível por uma combinação dos insumos, que iguale a taxa marginal de substituição técnica à relação dos preços dos insumos”.

É muito extensa a literatura sobre a ótica de custo segundo a Contabilidade, a Contabilidade Financeira, a Contabilidade de Custos, a Contabilidade Gerencial. Pela contabilidade clássica, o custo era apurado segundo a seguinte regra: estoques iniciais, mais compras, menos estoques finais, igual ao custo da mercadoria. Com o advento da industrialização, passou-se a entender que

“o valor do Estoque dos produtos existentes na empresa, fabricados por ela, deveria então corresponder ao montante que seria equivalente ao valor das `Compras` na empresa comercial. Portanto, passaram a compor o custo do produto os valores dos fatores de produção utilizados para sua obtenção, deixando-se de atribuir aqueles outros que na empresa comercial já eram considerados como despesas no período de sua incorrência: despesas administrativas, de vendas e financeiras” (MARTINS, p. 20, 2009).

Nesse autor, encontram-se os princípios contábeis aplicados a custos, classificação dos custos como diretos e indiretos, critérios para rateio por absorção, custeio baseado em atividades (ABC), critérios em relação à produção contínua (custeio por processo), à produção por encomenda (custeio de ordens e encomendas), departamentalização. Muitos autores brasileiros seguem essa estrutura conceitual.

Hansen e Mowen (2003, p. 28) afirmam que “Especificamente, a **gestão de custos** identifica, coleta, mensura, classifica e relata informações que são úteis aos gestores para o custeio (determinar quanto algo custa), planejamento, controle e tomadas de decisão”. Isso é fundamental para as empresas que estão desenvolvendo atividades como a melhoria contínua, a administração da qualidade total, a gestão ambiental com o realce da produtividade.

Segundo esses autores, “o ambiente econômico atual criou a necessidade de uma reestruturação da gestão de custos”, levando muitas empresas a “mudarem drasticamente sua maneira de operar seus negócios”, com práticas inovadoras e relevantes para a gestão de custos enfatizando três metas organizacionais fundamentais: “o tempo, a qualidade e a eficiência, bem como a abordagem multifuncional de sistemas” (HANSEN e MOWEN, 2003, p. 28).

Um dos grandes desafios da gestão de custos contemporânea é convergir sistemas de custos baseados em função (os custos são classificados como fixos e variáveis com respeito a mudanças nas unidades ou volumes de produtos produzidos) com sistemas de alocação de custos (atribuição de custos baseada em supostas conexões ou conveniências, enfatizando o rastreamento de atividades). Convergir significa inter-relacionar acumulação de custo (reconhecimento e registro dos custos), mensuração de custos (classificação e organização dos custos de maneira significativa para determinação da quantia em unidades monetárias dos insumos consumidos na produção) e atribuição de custos (acumulados e mensurados, os custos são atribuídos às unidades de produtos manufaturados ou às unidades de serviços realizados) no sentido da construção de um sistema de custo padrão (padrões de quantidade x padrões de preços).

A ENGENHARIA DE CUSTOS

O Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos – IBEC é uma entidade fundada em 1978, filiada ao Conselho Internacional de Engenharia de Custos – ICEC, que tem por missão e visão promover o conhecimento e reconhecimento da engenharia de custos e através desta garantir o preço socialmente justo. Objetiva também desenvolver técnicas e tecnologias da Engenharia de Custos como ciência multidisciplinar para atividades como cursos de MBA, Pós-graduação, cursos de capacitação e consultoria em orçamentação, controle de custos, planejamento financeiro e gerencial de empreendimentos. O foco central de suas atividades está na indústria da construção.

Seu site divulga o livro digital “Engenharia de Custos: uma metodologia de orçamentação para obras civis”, de Paulo Roberto Vilela Dias, que teria sua primeira edição ocorrida em 1950. Segundo esse autor, Engenharia de Custos “é a área da engenharia onde princípios, normas, critérios e experiência são utilizados para solução de problemas de estimativa de custos, avaliação econômica, de planejamento e de gerência e controle de empreendimentos” (DIAS, 1950).

Segundo ele, “não basta saber elaborar o orçamento, mas também, desenvolvê-lo em período curto, através de métodos atuais de execução, e prioritariamente, obter um preço mínimo competitivo”.

A editora PINI editou o livro “Elementos de Engenharia de Custos: desatando o nó para os agentes de obras públicas na formação do preço para a construção civil”, de autoria de Carvalho e Pini (2012). André Pachioni Baeta (p. X), prefaciando esse livro, declara que “Em regra, o orçamentista da Administração Pública não dispõe de apropriações reais de custo de vários serviços, o que traz dificuldades para as estimativas de produtividade da mão de obra e de consumo de materiais”. Em geral ele tem como única solução possível adotar as produtividades e os consumos utilizados pelos sistemas referenciais de custos.

A Nota do Editor traz a declaração de que “O principal objetivo desta publicação (...) consiste em resgatar a Engenharia de Custos como o campo do conhecimento capaz de nortear as decisões da etapa inicial do processo licitatório até aos eventuais litígios que surgirem durante e após o término das obras” (ERIC COZZA, *apud* CARVALHO e PINI, 2012, p. XIX). Todavia, é possível graduar os modelos de cálculo de custos de construção de acordo com a confiabilidade.

Os autores na Apresentação do livro declaram que no território dos custos, o conhecimento técnico é capaz de estabelecer as pertinências entre tipologias, metodologias de estudo e valoração e o grau de confiabilidade requerido. Eles argumentam ainda que “a engenharia de custos define como insubstituíveis os instrumentos de modelagem para a obtenção da formação do preço, avaliação do preço e mensuração dos efeitos no preço provocados por eventos impactantes durante a execução do empreendimento” (CARVALHO e PINI, 2012, p. 6).

É importante, ainda, ressaltar que “Na lógica da Engenharia de Custos, a Contingência é a probabilidade de um evento ser impactado ou causar impactos em outros eventos”. Ao proceder a análise de Contingências deve-se considerar as “presumibilidades condicionais” que relacionam um evento a outro, ou seja, verificar “a probabilidade de um evento acontecer na presença e na ausência de outro evento condicionante”(CARVALHO e PINI, 2012, p. 28).

A ENGENHARIA DE CUSTOS PROCEDURAL

Em pesquisas bibliográficas e bibliométricas verificou-se pouquíssima disponibilidade de referências sobre engenharia de custos aplicada a outras atividades econômicas, além das referenciadas para a construção civil, oportunizando experiências inovadoras para estender tal conceito e princípios a empresas de manufatura, onde predominam conceitos e métodos contábeis tradicionais de apuração de custos. . Daí surgiu esta ideia de discussão da aplicabilidade da Engenharia de Custos em empresas de manufatura, porém com a abordagem procedural.

Como introduzir o conceito de engenharia de custos na indústria manufatureira, quando a prática prevalecente é o custeio por absorção? Quais seus princípios científicos/teóricos e sua metodologia pertinente? Por que procedural?

Como nos alertam Burbidge e outros (2005, p. 7): “No estudo formal de filosofia, aprendemos que, se não pudermos definir alguma coisa, não saberemos na realidade do que se trata”.

Então, primeiramente, vamos entender o conceito **engenharia**. Gilberto Freyre (2010, p. 23) entende engenharia como “a arte de aplicar conhecimentos científicos ou empíricos à criação de estruturas a serviço do homem”. E em sentido mais restrito, ele entende que arte ou

ciência “é o emprego de dispositivos e de processos na conversão de recursos naturais ou humanos em formas adequadas ao atendimento de necessidades do mesmo homem”.

No Dicionário Aurélio, engenharia é “a aplicação de conhecimentos científicos e empíricos e certas habilitações específicas à criação de estruturas, dispositivos e processos para converter recursos naturais em formas adequadas ao atendimento de necessidades humanas”. O Dicionário Michaelis 2000 traz: “Engenharia é a arte de aplicar os conhecimentos científicos à invenção, aperfeiçoamento ou utilização de técnicas industriais em todas as suas determinações”. E arte é o conjunto de regras para dizer ou fazer com acerto alguma coisa.

Transpor o conceito de engenharia como **arte de construção de custos**, largamente empregado na construção civil, para o setor de manufatura, não pode resultar em simples transplante de métodos, de conceitos, de soluções de caráter socioeconômico, que deram certo em determinadas situações, para solução de problemas específicos (Gilberto Freyre 2010, p. 84 e p. 91) e sem ser vítima de uma “*coletivização maciça*”.

Pela sua etimologia, o termo procedural vem de proceder + ura + l. *Proceder* significa começar e prosseguir alguma ação, processo, movimento (dentre outras definições no Dicionário Michaelis 2000). *Procedura*, nesse Dicionário, significa conjunto ou duração das diversas fases do processo judicial e *ura* exprime estado, qualidade.

O termo *procedural* vem também da categoria conhecimento no domínio cognitivo da taxonomia de Bloom, revisada, que significa “relacionado ao conhecimento de ‘como realizar alguma coisa’ utilizando métodos, critérios, algoritmos e técnicas” (FERRAZ e BELHOT, 2010). Neste trabalho será utilizado como um dos princípios da progressão da complexidade para possibilitar a interpolação de categorias de processos como criar, aplicar, analisar e avaliar, e validar, daí reconhecendo-se sua contribuição para o conhecimento e relevância prática de novo formato e estrutura de *design* de gestão de custos.

Assim, podemos definir Engenharia de Custos Procedural como

“A arte de dirigir a execução prática com acerto de concepções de resultados, - nas diversas fases derivadas de um processo de decisões para ações com começo, meio e fim – a partir de simetrias e convergências de conceitos, princípios, ferramentas de métricas interdisciplinares e de normas legais para converter recursos escassos em formas adequadas de produtos e serviços para satisfazer necessidades dos seres vivos (humano, animal, vegetal), através de estruturas que possibilitem rentabilizar a

aplicação dos recursos direcionadores de soluções de problemas” (SILVA 2018, p. 116).

A Engenharia de Custos Procedural fundamenta-se no conceito de **competição de recursos de soma positiva** – os custos dos recursos são considerados aportes de capital – e no emprego dos princípios da Neurogestão, do *Canvas*, do *Design Thinking* e da Microeconomia para a **construção do melhor custo**.

A Engenharia de Custos Procedural como objeto de rentabilizar recursos convertidos (aportes de capital) em formas adequadas de produtos e serviços, harmonizando as três dimensões da Engenharia (a física, a humana e a social na abordagem de Gilberto Freyre, 2010), possibilitará que os recursos alocados sejam ajustados e apropriados criativamente a espaços, necessidades e a tempos, gerando situações para rendas econômicas e, ao mesmo tempo, revelando formas de sustentabilidade dessas situações e oportunidades para sua melhoria contínua.

Diz Santos (1999, p.35 e 40) que a análise situacional de Popper consiste num método para explicar eventos sociais partindo do “pressuposto que a estrutura e o modo de funcionamento do tecido social – em suas várias dimensões – são o resultado das ações e das decisões de inúmeros indivíduos que atuam em seu ambiente dentro de uma lógica de situação”.

E para explicar um evento ou antecipar um resultado futuro provável de uma situação “temos que levar em conta que indivíduos tomarão as decisões, sujeitos a suas características pessoais e restrições objetivas – materiais e institucionais – do ambiente em que atuam”. Na concepção da Engenharia de Custos Procedural, a estrutura e o tecido social se dão no piso de fábrica e o *Canvas* e o *Design Thinking* são modelos pertinentes para auxiliar na tomada de decisões.

Para que a análise situacional *no piso de fábrica* seja frutífera é preciso considerar as influências múltiplas dos mundos material (equipamentos, insumos e espaços), mental (processos, tecnologias, trabalho humano) e institucional (gestão, administração) para que uma metodologia inovadora e revolucionária junte todas as fragmentações teóricas da microeconomia, da administração, da psicologia e outras de processos de interação para adoção e implementação de uma tecnologia estratégica de alocação, mensuração e comunicação dos recursos e seus respectivos custos sobre o desempenho econômico-

financeiro da empresa industrial. Essa metodologia é da Engenharia de Custos Procedural como “melhores práticas”.

A tecnologia estratégica procedural considera que o monitoramento do ciclo de vida da produção contribui para a melhoria da produtividade e a obtenção do custo mínimo, quando combinado com outras ferramentas de gestão e alinhado a pertinentes formatos e estruturas organizacionais e taxionômicas constituídas como epicentros rentabilizadores de ações. É um processo de imersão estrutural e relacional na organização da empresa, conciliando e convergindo os custos de transação – aqueles de soma zero ou negativa – com o emprego de valores de transação, ou seja, a escolha de alternativas de menor custo e o emprego das engenharias: a engenharia física para captura de valor dos recursos produtivos físicos, a engenharia humana e a engenharia social para geração e criação de valor pelos recursos humanos em toda a rede de operabilidade no ciclo de vida da produção.

Os Princípios direcionadores da tecnologia estratégica procedural

Um sistema para maximizar e otimizar o desempenho de ativos precisa assentar-se no disciplinamento da norma da ABNT ISO 55.000/2014 e suas complementações que sugerem a *capabilidade* como medida da capacidade e habilidade de uma empresa, pessoa ou sistema para atingir suas metas e objetivos possibilitando a eficaz e eficiente captura de valor dos recursos e da vida econômica dos ativos.

Ainda é importante destacar que uma tecnologia estratégica deve ser, além de sistêmica, também metodológica e capaz de possibilitar a distinção entre variáveis estruturais comuns e variáveis específicas e singulares para selecionar atitudes e meios para que metas e objetivos sejam alcançados e, ainda, reconhecer os ativos que se mostram valiosos apenas em conjunto com determinada tecnologia. Nesse reconhecimento se inclui a operacionalização metodológica dos requisitos-atributos dos ativos intangíveis e da priorização dos mesmos, segundo as dimensões: predição, prevenção e correção.

Essa operacionalização metodológica consiste na sincronização dos direcionadores dos aportes de capital para transação de requisitos (capabilidade, confiabilidade, disponibilidade, durabilidade e mantabilidade) com os direcionadores dos aportes de capital para transação de atributos (captura de valor, geração de valor, eficácia, entrega de valor, efetividade). Dessa

sincronização podem-se extrair asserções que se alinham entre si possibilitando sua convergência com os indicadores multidimensionais de desempenho (tomar decisão com uso adequado de recursos para realização de objetivos, processar conforme a disposição dos recursos em estruturas pertinentes para execução disciplinada com acerto e aplicação do conhecimento mediante conversibilidade de recursos para atendimento de necessidades). Este é o primeiro princípio direcionador da tecnologia estratégica procedural.

O segundo princípio direcionador da tecnologia estratégica procedural assenta-se na estrutura inovadora e revolucionária *Canvas* desenhada por Osterwalder & Pigneur (2011) para modelagem da gestão de negócios que tem por analogia a imagem do cérebro humano, cujas funções associadas a valor (emoções, atitudes) estão no lado direito e cujas funções associadas à eficiência (lógica, razão, cálculos) estão no lado esquerdo.

O *Canvas* é uma metáfora útil que é composta por uma figura com nove módulos: um, central, contendo a proposta de valor; três à direita, cada qual representando respectivamente as atividades de segmentação de clientes, os relacionamentos com clientes e os acessos aos clientes; três à esquerda, cada qual, representando as relações com parceiros, o estudo das atividades-chave e a alocação e usabilidade dos recursos; dois módulos compoem a base, um para análise da estrutura e mensuração dos aportes de capital (custos na visão tradicional) e o outro para estimativas das receitas e previsão e mensuração das fontes de recursos.

A Engenharia de Custos Procedural, também por analogia metodológica, centraliza seus procedimentos científicos e empíricos nos requisitos-atributos pertinentes aos módulos das atividades-chave, da alocação-usabilidade e ao módulo da estrutura e mensuração, definindo os indicadores para captura de valor das atividades e dos recursos, definindo os direcionadores da alocação dos recursos e estabelecendo os critérios e coeficientes de quantificação e mensuração dos recursos requeridos para compatibilização com seus atributos para obtenção do melhor aporte de capital (custo na visão tradicional).

Pelo entendimento da lógica da utilidade econômica – escassez dos recursos e comportamento do consumo – a empresa atuará segundo o princípio da racionalidade: priorizará a otimização dos recursos visando maximizar o lucro. Isso leva a se trabalhar com os conceitos de escolha, alternativa, possibilidade e inovação e suas complexas e variadas subjacências ou derivações procurando-se compreender e entender o todo a partir do

tratamento independente das partes, o comportamento do todo visualizando sua pertinência a um contexto mais amplo.

O terceiro princípio direcionador da tecnologia procedural assenta-se numa “jornada”, partindo de indagações e de questões a respeito de como priorizar a otimização dos recursos como aportes de capital rentabilizadores de requisitos? e quais as ferramentas para conciliar consumos escassos e obter o melhor aporte de capital? (custo na visão tradicional)

Para a priorização e conciliação, - que em última instância significa alocação, mensuração e apuração de custos na ótica da Contabilidade de Custos – a tecnologia estratégica procedural utiliza-se da logicidade desenvolvida em *Design Thinking*, de Liedtka e Ogilvie (2015) que possibilita as pessoas aprenderem juntas a desenvolver uma capacidade de gerar e criar resultados de quatro questões – **O que é?, E se?, O que surpreende?, O que funciona?** – colocadas dentro de quatro abóbadas, numa figura assemelhada à imagem do DNA.

A tecnologia estratégica procedural converte cada abóbada em segmentos com instruções – dentro de cada módulo do *Canvas* – necessárias para construção do melhor aporte de capital (melhor custo) com expectativa de rentabilidade, em condições de liquidez, de alavancagem operacional positiva e crescente. Aquelas questões do *design thinking* podem ser complementadas por novas questões tais como: O que/Quanto/Para Quem?, Como e Com Que?, Quem?, Onde?, Quanto Custa Produzir? Vale a Pena? Como categorizar os consumos que convalidem o melhor aporte de capital (melhor custo), como parâmetros simultâneos e consistentes para maximização e otimização?, Como alocar as variáveis das equações a cada modelo matemático para capturar valor dos ativos e gerar/criar valor nos processos produtivos para obtenção de “resultados de soma positiva”?

O pensamento racional leva a formas diretas e lineares de solução das questões. O *design thinking* leva a formas sincrônicas de construção social de modelos para solucionar problemas complexos que resistem a métodos convencionais e, em simetria com o *Canvas*, possibilita operacionalizar adequadamente a apropriação dos recursos a “espaços, a tempos e a consumos” para consecução dos desempenhos objetivados.

As estratégias matemáticas para a formulação e construção do melhor aporte de capital (melhor custo)

Na tecnologia estratégica procedural para o melhor aporte de capital (melhor custo), os recursos produtivos são concebidos como investimentos produtores de fluxos de benefícios e não apenas como consumidores de valor ou geradores de custos. Três premissas devem ser consideradas: a primeira considera que ativos têm vida econômica limitada, seja pelo desgaste com seu uso ou indolência pelos hábitos e rotinas, seja por obsolescência em decorrência de inovações. A segunda considera que a continuidade da vida econômica está associada à conjunção da predizibilidade (medida de desempenho de ativos) com a preditividade (medida da efetividade dos ativos) de sorte a possibilitar expectativas de fluxo de benefícios financeiros. A terceira premissa é subjacente às duas premissas anteriores: produção é um processo em que os insumos e produtos são taxas de fluxo por unidade de tempo e é função de uma capacidade produtiva tal em que os custos médios estejam num mínimo e se esse mínimo é mantido no longo prazo, diz-se que essa capacidade é de tamanho ótimo (STIGLER 1968).

E como capital e investimento estão devotados à produção de renda futura, os custos de produção na tecnologia estratégica procedural são tratados como aportes de capital que são categorizados segundo a seguinte taxonomia (SILVA, 2018, p. 118):

- a) Aportes de capital de fluxo, para recursos consumidores de valor e para recursos consumidores e geradores de valor;
- b) Aportes de capital constantes, para recursos consumidores de valor e recursos consumidores e geradores de valor.

Essas duas grandes categorias subdividem-se nas seguintes subcategorias de segunda e terceira linhas:

- Aportes de capital por pertinência técnica
 - Hora-técnica de equipamentos e dispositivos
 - Hora-técnica de instalações
 - Segundo o modo de uso
 - Segundo critérios de disponibilidade
 - Segundo critérios de eficiência
 - Segundo critérios de eficácia
 - etc.
- Aportes de capital por requisitos/premissas de execução

- Aportes de capital por contingências
 - Segundo critérios de segurança
 - Segundo critérios de confiabilidade
 - Segundo critérios de manutenibilidade
- Aportes de capital por pertinência logística
 - Segundo critérios para maximização de capacidade
 - Segundo critérios para tamanho ótimo
 - Segundo critérios para o melhor custo
- Aportes de capital por atenções de agência
 - de pertinência diretiva
 - de pertinência organizacional
 - de pertinência administrativa
 - de pertinência normativa e de conformidades
- Aportes de capital por perspectivas de rentabilidade
 - Segundo indicadores de retorno do investimento (Modelo DuPont)

A Formulação do **melhor custo**

Todos os aportes de capital são representados pelas variáveis fluxos: volume, quantidade, tempo, movimento, espaço. Os aportes de capital têm como atributo assegurar que uma determinada remuneração garanta liquidez, solvência e a continuidade das atividades da empresa. Uma das assertivas da eficiência financeira consiste em que, se os aportes de capital de fluxo crescerem proporcionalmente mais do que os aportes de capital constantes, ocorrerá uma alavancagem operacional positiva; se, ao contrário, o resultado da alavancagem operacional será negativo. Surge, então, um desafio: maximização da produção com minimização dos custos.

O caminho para enfrentamento do desafio, na concepção da tecnologia estratégica procedural, é sistematizar e convergir as interações entre isoquantas de produção – produções físicas decorrentes de combinações de insumos que encerram iguais coeficientes de proporcionalidade para variadas quantidades de produção – com os isocustos de orçamentos -

orçamentos financeiros de combinações de insumos com iguais coeficientes de proporcionalidade com seus respectivos preços.

Segundo Silva (2018, p. 194/214), essa sistematização e convergência da eficiência técnica com a eficiência econômica resulta na escolha da combinação de insumos para determinada produção que iguala a taxa marginal de substituição técnica (TMgST, y por x) à relação dos preços dos insumos, dada pela equação:

$$TMgST, y \text{ por } x, = PMgx/PMgy = Px/Py \quad \text{onde}$$

PMgx = produto marginal do insumo x

PMgy = produto marginal do insumo y

Px = preço do insumo x

Py = preço do insumo y

Essa, portanto, é a formulação do **melhor custo** que pode ser derivada da regra do custo mínimo definida por Stigler (1968, p. 151): “o valor de um dólar de qualquer insumo deveria acrescentar tanto ao produto total quanto o valor de um dólar de qualquer outro insumo” que é expressa pela equação:

$$PMgx/Px = PMgy/Py = PMgz/Pz=...$$

de sorte que: a variação da quantidade do insumo x multiplicada pelo seu produto marginal somada à variação da quantidade do insumo y multiplicada pelo seu produto marginal é igual a zero.

Como estratégias matemáticas para alocação e captura de valor e para avaliação da geração de valor e determinação do risco econômico, podem ser utilizados os seguintes modelos matemáticos, usualmente encontrados na literatura microeconomia e de gestão de custos:

- Modelos para alocação e captura de valor dos aportes de capital
 - Curva de Acumulação de Aportes de Capital
 - Caminho de Expansão
 - Equivalência Econômica
- Modelos para geração de valor e determinação de risco econômico
 - Ponto de Equilíbrio Técnico-Econômico (PETE)
 - Relações de Sensibilidade em Função da Constância ou Alterações do Fator Produtividade

- Gráfico L/V
- Gráfico do Polígono de Soluções
- *Recovery Time Objective (RTO)* ou Tempo Objetivado de Recuperação
- *Business Impact Analysis* ou Análise de Impactos nos Negócios
- *Backwards Analysis* ou Análise para Trás (do preço de mercado para o custo máximo ou custo mínimo ou melhor custo).

A Neurogestão para oportunizar a Engenharia de Custos Procedural

A Economia para ser reconhecida como ciência dotou princípios mecanicistas fundamentados na escassez, na utilidade e na racionalidade como influenciadores da escolha do *homo economicus*. Na evolução dos tempos, reconheceu-se que quanto mais refletir sobre o agir, mais a reflexão qualifica as ações. Daí, foi percebendo-se a necessidade de incluir no estudo do comportamento econômico do homem o ser social, o ser político e o ser humano e buscou-se justificativas na Neurociência.

Paul Zak (2012) fundou o *Claremont's Center for Neuroeconomics Studies* para pesquisas sobre neuroeconomia a partir do conhecimento do funcionamento do cérebro humano em situações de decisão e defende que o gerenciamento humano substituirá o gerenciamento mecanicista. Segundo ele, em entrevista à Revista HSM Management (edição 93, julho-gosto 2012),

“grande parte das decisões que tomamos não é fruto do estudo de alternativas possíveis, e sim de motivações inconscientes (...) O hemisfério esquerdo do cérebro tenta dar sentido ao mundo e, em busca de significado, atribui um enorme peso às evidências que apoiam nossas teses e ignora as que não interessam”.

Joseph Kable, da Universidade da Pensilvânia, identificou em suas pesquisas que uma parte específica do cérebro – o córtex frontal ventromedial – é o responsável por tomar decisões sobre o valor e a identificação das configurações de produtos e preços que são percebidas como justas.

A visão humanista para a gestão toma a vida como razão e medida das coisas com uma filosofia que condiga com a prontidão para assumir riscos e pagar o preço em avançar na qualidade das decisões. Jeffrey Schwartz, da Faculdade de Medicina da Universidade da

Califórnia (HSM Management 93), desenvolveu um sistema para modificar hábitos e viabilizar mudanças denominado Círculo Virtuoso dos Fatores Focados, configurado por dois círculos sobrepostos, sendo o externo contemplando seis passos (reconhecer a necessidade da mudança, renomear as reações, refletir sobre expectativas e valores, reorientar a conduta, responder com repetição e revalorizar as escolhas em tempo real) e o círculo interno contemplando os valores organizacionais (foco, significado, prática e contribuição). Segundo esse sistema, à medida que os passos vão progredindo, as pessoas ganham senso mais forte de significado compartilhado e são levadas a práticas específicas, a contribuições mais tangíveis, a um desempenho melhor e por fim à mudança profunda.

Para avançar da estratégia dominante de escalar eficiências com a linearidade de métodos convencionais para uma estratégia procedural, a empresa precisa, primeiramente, criar um ambiente para rupturas: para quantificar a realidade de uma situação é necessário entendê-la e interpretá-la; para articular objetividades de resultados é preciso abraçar a ideia da *destruição criadora* e contar com uma abordagem ágil de experimentação para reconstruir conhecimentos institucionais em progressão acelerada de complexidade e diversidade. Esse ambiente é possível com a neurogestão e os fundamentos do *Canvas* e do *Design Thinking*.

CONCLUSÃO

É ampla e diversificada a literatura existente sobre custos, principalmente na abordagem da contabilidade. O IBEC filiado ao ICEC tem desenvolvido uma nova abordagem de custos, denominada engenharia de custos, porém com foco especificamente para orçamentação de obras na construção civil.

Carvalho e Pini (2012) expandiram tal procedimento como modelagem de custos voltado para os agentes de obras públicas para formação do preço em construção civil, tendo por pressuposto o que dispõe o art. 8º. Parágrafo 4º. Da Lei 12.462/2011 que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Nota-se uma grande lacuna quanto à aplicação do conceito de engenharia de custos à indústria manufatureira que utiliza a abordagem contábil de custeio. Como, então, introduzir tal conceito nesse ramo de atividade econômica e quais seriam os princípios científico-teóricos e a metodologia pertinentes?

Partindo do conceito de engenharia desenvolvido por Freyre (2010) e de formulação matemática de Ferguson (1988) e de Stigler (1968), bem como de conceituações e práticas do *Canvas*, do *design thinking* e da Psicologia, acrescentamos o termo *procedural* à expressão engenharia de custos, com o propósito de evitar o simples transplante da metodologia e técnica usadas na construção civil.

A engenharia de custos procedural utiliza princípios da progressão da complexidade para possibilitar a interpolação de categorias de processos como criar, aplicar, analisar, avaliar e validar e do processo de imersão estrutural, relacional e cultural na organização para consolidação tecnológica estratégica no sentido de humanizar a formulação de equações matemáticas para construção do melhor custo, tendo por natureza e características as próprias do aporte de capital.

REFERÊNCIAS

BURBRIDGE, R. Marc...[et al.]. Gestão de negócios. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHO, Luiz Raymundo Freire de; PINI, Mário Sérgio . Elementos de Engenharia de Custos: desatando o nó para os agentes de obras públicas na formação do preço para a construção civil. São Paulo: PINI, 2012.

DIAS, Paulo Roberto Vilela. Engenharia de Custos: uma metodologia de orçamentação para obras civis. 10ª. Ed. – 1950. [WWW.ibec.org. br/publicações](http://WWW.ibec.org.br/publicações).

FERGUSON, C.E. Teoria microeconômica. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marcheti; BELHOT, Renato Vairo. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. Revista Gestão da Produção, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

FREYRE, Gilberto. Homens, Engenharias e Rumos Sociais. São Paulo: É Realizações Editora, 2010.

HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. Gestão de Custos: contabilidade controle. 1-reimpr.-1ª. Ed.-São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. Contabilidade de custos. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LIEDTKA, Jeanne; OGILVIE, Tim. A magia do design thinking: um kit de ferramentas para o crescimento rápido da sua empresa. São Paulo: HSM Editora, 2015.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9ª.ed.-9 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

Orientação Técnica OT-oo4/2013-IBEC. [WWW.ibec.org.br/publicacoes](http://www.ibec.org.br/publicacoes).

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. Business Model Generation – Inovação em Modelos de negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de economia. 2ª.ed.-São Paulo: Pioneira, 1998.

SANTOS, Rita de Cássia L.F. A formação da realidade econômica: para além do pensamento linear. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

SILVA, Otavino Alves da. Gestão preditiva disruptiva: para bem evitar que custos ocultos levem lucros para o ralo. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

STIGLER, George S. A teoria do preço: Análise microeconômica. São Paulo: Atlas, 1968.

ZAK, Paul J. A molécula da moralidade: as surpreendentes descobertas sobre a substância que desperta o melhor em nós. Rio e Janeiro: Elsevier, 2012.

ZANLUCA, Julio César; ZANLUCA, Jonatan de Sousa. História da contabilidade. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>. Acesso em: 18.07.2017.

TUDO QUE TIVER DE SER CONTROLADO NÃO MERECE SER FEITO

¹Otavino Alves da Silva

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a lógica e pertinência da filosofia de gestão humanista do Comandante Rolim, da TAM, que se resumia em “tudo que tiver de ser controlado não merece ser feito” e que, fiel a ela, montou uma estrutura enxuta, distante da pirâmide tradicional e hierárquica e orientada essencialmente para o cliente. A pesquisa bibliográfica realizada verificou que é farta a literatura e apontou diversas manifestações sobre a necessidade e utilidade do controle nas organizações. Mas também foram apuradas evidências de que, sob determinadas premissas, considerações e princípios da Teoria Socioeconômica do Instituto de Socio-Economía de las Empresas y de las Organizaciones (ISEOR) e da teoria da influência social de Berger (2017), é possível conceber como válida e pertinente a filosofia humanista do Comandante Rolim, da TAM, que considera desnecessária a gestão do controle.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão, Humanismo, Controle.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the logic and pertinence of TAM's Commander Rolim's humanist management philosophy, which was summarized in “everything that has to be controlled does not deserve to be done” and that faithful to it set up a lean structure, distant from traditional and hierarchical pyramid, and essentially oriented to the client. The literature review verified that there is abundant researches, pointing out several manifestations about the utility need and control in the organizations. But also evidence has been found that, under certain assumptions, considerations and principles of Socioeconomic Theory of Instituto de Socio-Economía de las Empresas y de las Organizaciones (ISEOR) and Berger (2017) theory of social influence, it is possible to conceive as valid and pertinent a philosophy of TAM's Commander Rolim, who consider unnecessary a management control.

¹ Prof. Me. Otavino Alves da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Cláudio - otavino.silva@uemg.br

KEYWORDS: Management, Humanism, Control.

INTRODUÇÃO

Gracioso (2010) desenvolve a tese de empresas perenes com a adoção do humanismo como filosofia de gestão que tem, por princípios, o comportamento ético, a missão de servir e o respeito ao ser humano. Para justificar sua tese, toma por exemplos o perfil de gestão de várias empresas que possuem valores humanistas em seus negócios. O autor reconhece que, embora venham sendo elevados os investimentos em tecnologia para substituir o trabalho humano, “o fato é que está se tornando cada vez maior a nossa dependência em relação à qualidade e à motivação do elemento humano” (GRACIOSO, 2010, p. 4).

Dos exemplos de perfis de gestão humanista apresentados por Gracioso (2010), foi escolhida a filosofia de gerência e antiburocrática adotada pelo Comandante Rolim, da TAM, que assim se resumia: “Tudo que tiver de ser controlado não merece ser feito” (GRACIOSO, 2010, p. 57).

O objetivo deste trabalho é refletir se a lógica desta filosofia não está confrontando e contrariando o classicismo da ciência da administração, que tem como um dos seus principais fundamentos o controle, e se há premissas e considerações que apontem para a assertiva daquela declaração.

A metodologia desenvolvida fundamenta-se na pesquisa exploratória fundada em levantamento bibliográfico consistente e pertinente, em livros e artigos publicados em congressos, seminários e periódicos, buscando-se identificar os fatores que determinam e influenciam o fenômeno do controle nas organizações.

A análise e interpretação do material coletado aponta que, sob determinadas premissas e considerações, é pertinente a filosofia humanista que dispensa a gestão de controle praticada pelo Comandante Rolim na TAM.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Cordeiro, Santos e Oliveira (2005, p. 382, grifo dos autores), abordando o controle estratégico e operacional, como fase complementar ao ciclo de planejamento, afirmam:

O *estado-da-arte* da gestão é descrito como um sistema em que um dos seus elementos estruturais é chamado de inferência científica. A premissa adotada é de que aquilo que não pode ser medido não pode ser avaliado e, conseqüentemente, as decisões sobre ações não podem ser tomadas.

Na visão deles, “não pode existir uma gestão eficaz sem a correspondente avaliação das ações desenvolvidas pela instituição” e que “é condição indispensável ao processo de gestão a adoção de indicadores que mensurem os resultados das ações dos gestores, de forma a subsidiar decisões corretivas a serem internalizadas, principalmente na cadeia de agregação de valores da organização” (CORDEIRO, SANTOS E OLIVEIRA, 2005, p. 359).

Gracioso (2010, p. 14) acredita que “o sentido crítico e o pensamento criativo, sempre em busca de soluções para o problema, são os fatores que conduzem à inovação e às mudanças” e defende o humanismo como filosofia de gestão, baseado em valores éticos, espírito de servir e respeito ao ser humano.

Fábio Barbosa, prefaciando Gracioso (2010, p. VIII), acentua que humanizar os negócios é identificar e comunicar uma causa para dar sentido ao trabalho e, ao tomar decisão, deve-se levar em conta o pensamento sistêmico com vistas a integrar os princípios da gestão humanista: comportamento ético, missão de servir, respeito ao ser humano, pois “nenhuma ação poder ser mais enriquecedora do que fortalecer a conciliação de valores individuais e corporativos” (GRACIOSO, 2010, p. VIII).

Gracioso (2010, p. 83), refletindo sobre unidade e diversidade, defende que o objetivo do gestor humanista “é criar a unidade de propósitos e ações, sem abrir mão das vantagens que traz a diversidade (...) O problema do gestor consiste, portanto, em conciliar esses dois extremos: de um lado, é preciso obter a unidade de pensamento que fará com que todos vistam a mesma camisa e remem na mesma direção; de outro lado, é preciso identificar e utilizar corretamente o potencial humano de cada um” (GRACIOSO, 2010, p. 86).

Ainda Gracioso (2010, p. 57) apresenta, como uma das justificativas de sua tese – a cultura humanista como fator de integração das estruturas da organização –, o exemplo do Comandante Rolim, da TAM, que assim resumiu sua filosofia de gerência humanista e antiburocrática: “Tudo que tiver de ser controlado não merece ser feito”. Assim, montou uma estrutura enxuta, distante da pirâmide tradicional e orientada essencialmente para o mercado. Gracioso (2010), então, formulou a seguinte regra: “Quanto mais orientada para o mercado, mais predisposta a inovar e mudar será a empresa”.

Como se pode notar, há dois polos de entendimento de gestão: a gestão racional e a gestão humanista. Da primeira, há o entendimento de que “aquilo que não pode ser medido não pode ser avaliado, e conseqüentemente, as decisões sobre as ações não podem ser tomadas” (GRACIOSO, 2010, p. 57). Da segunda, há o entendimento, dentre outros, de que “tudo que tiver de ser controlado não merece ser feito” (GRACIOSO, 2010, p. 57). Assim, torna-se necessário esclarecer o significado e o conceito de controle, pois, segundo Burbridge *et al.* (2005, p. 7), “no estudo formal de filosofia, aprendemos que, se não pudermos definir alguma coisa, não sabemos na realidade do que se trata”.

Segundo o dicionário **Michaelis** (2000), controle é o ato de dirigir qualquer serviço, fiscalizando-o e orientando-o do modo mais conveniente; é a fiscalização e o domínio de alguém ou alguma coisa.

Duarte (2012, n.p.), membro da Equipe Ideagri e com base em Chiavenato, diz que

o controle é o processo pelo qual são fornecidas informações e retroação para manter as funções dentro de suas respectivas trilhas. (é uma) função administrativa que monitora e avalia as atividades e resultados alcançados para assegurar que o planejamento, organização e direção sejam bem-sucedidos. É a quarta função administrativa que consiste em medir e corrigir o desempenho para assegurar que os objetivos organizacionais e os planos estabelecidos para alcançá-los sejam realizados.

Ele é, ainda, cíclico e repetitivo e composto de quatro etapas: estabelecimento de padrões, avaliação do desempenho, comparação do desempenho ou resultado com o padrão e ação corretiva.

Brito (2005, p. 93) assinala que o constante crescimento dos custos de produção complica, continuamente, o objetivo econômico da empresa, e, para vencer esse desafio, é necessário incrementar, continuamente, a produtividade, e “uma das maneiras de incrementar a produtividade é o estabelecimento de um controle continuamente aprimorado das atividades de produção”.

Um sistema com essa finalidade é denominado Monitoração da Produção, que, segundo Brito (2005, p. 93), “seria desnecessária se tudo ocorresse como planejado”. Como imprevistos desafiam a produtividade da produção, eles “são esperados, mas, evidentemente, não podem ser planejados; por isso, têm de ser monitorados, ou seja, detectados e contornados, em si mesmos e quanto às suas conseqüências na atividade total da empresa” (BRITO, 2005, p. 93).

Wallace e Stahl (2003) lembram que há uma ampla variedade de ferramentas e técnicas que ajudam as empresas a operar melhor, e algumas das ferramentas estão relacionadas com a eficiência, que pode ser dividida em três categorias: ferramentas para incrementar a confiabilidade, ferramentas para reduzir perdas e ferramentas para intensificar a coordenação de processos e funções, ocorrendo, obviamente, certa sobreposição entre essas categorias e, conseqüentemente, gerando “sobre” custos ou custos ocultos. Estas três categorias de ferramentas para eficiência estão relacionadas com controle.

Wallace e Stahl (2003, p. 14), historiando o processo de gerenciamento, lembram que “nossa economia estava em grande parte baseada em uma postura mental direcionada para a oferta: Produza o máximo que puder, e se preocupe em vender depois”. Hoje, as empresas trabalham com mentalidade de “Manufatura enxuta”, que “preconiza: simplifique o ambiente, elimine atividades que não agregam valor, crie fluidez, produza apenas o que necessita, reduza os *lead times*” (WALLACE E STAHL, 2003, p. 14, grifos dos autores).

Slack, Chambers e Johnston (2002) tratam o planejamento e o controle juntos. Sobre controle, eles consideram-no como o processo de lidar com as ocorrências no sistema de produção com o significado da necessidade de se fazer uma intervenção na operação para trazê-la de volta aos “trilhos”. Para eles, “planejamento e controle é a conciliação do potencial da operação de fornecer produtos e serviços com a demanda de seus consumidores. É o conjunto de atividades diárias que garante que a operação ocorra de uma forma contínua” (SLACK, CHAMBERS E JOHNSTON, 2002, p. 338).

É muito vasta a literatura sobre custos, controle e gestão de custos, em artigos e livros (controles internos, auditoria, administrativos, CEP, conformidades legais e fiscais, certificações e normalizações de sistemas e processos, confiabilidade). Há uma preponderância de estudos com ênfase conceitual e estudos de caso sobre mensuração e controle de custos (tipologias, custos da qualidade, etc.), uns justificando o controle, outros declarando “pura perda de tempo”, o qual poderia ser dedicado para o aperfeiçoamento. É raríssima a existência de trabalhos/pesquisas sobre custos específicos das atividades de controle e sua representatividade em relação aos custos totais.

Souza e Collaziol (2006), tratando de uma investigação da prática empresarial sobre planejamento e controle de custos da qualidade, enfatizam a classificação desses custos idealizada por Feigenbaum: custos do controle (custos da prevenção e custos da avaliação) e

custos da falha no controle (custos da falha interna e custos da falha externa). Interpretam esses autores que, “da configuração dada por Feigenbaum, pode-se inferir que em uma empresa ideal a plena eficácia dos investimentos realizados no primeiro grupo faria com que os valores do segundo grupo tenderiam a zero” (SOUZA e COLLAZIOL, 2006, n.p). Esses autores enfatizam ainda que estudos têm revelado que os custos da qualidade das companhias americanas variam de 10% a 20% das vendas totais e outros revelaram que o custo pela falta de qualidade é equivalente a 7,2%, em média, contra um lucro líquido médio da ordem de 3,2%. Ficou evidenciada a adoção de sistemas de premiação financeira como fator motivacional e de recompensa por atingir metas de qualidade.

Desde 1975, o ISEOR, como centro de investigação associado à Universidade Jean Moulin, em Lyon, na França, vem desenvolvendo e implementando conceitos sobre a Teoria da Gestão Socioeconômica, que se fundamenta no *Zócalo Epistemológico* (interatividade cognitiva, contingência genérica, intersubjetividade contraditória) para investigação de “disfuncionamentos” que geram impactos financeiros denominados custos ocultos.

O epicentro dessa teoria é o comportamento humano, que, subjacentemente, se desdobra em estudos/investigações sobre a estrutura e o funcionamento interno das organizações, sobre decisões estratégicas (a respeito da integração entre sistemas, entre normalizações, da proatividade com a inovação, da racionalidade econômica com a responsabilidade social) e sobre a criação de valor econômico (elasticidade da produtividade humana, geração de custos ocultos, rentabilidade da inversão em potencial humano, contratação de desempenhos como negócio com os atores internos e partes interessadas).

O controle como vem sendo até aqui exposto é uma atividade humana que pode ser realizada mecanicamente com sua supervisão e/ou mediante a intervenção direta e, ainda, pode ser de dimensões preditiva, preventiva e corretiva. Nesta concepção, a atividade controle é “serviço”, que deve ser ajustado e alocado criativamente a espaços, a necessidades e a tempos, gerando, explícita e implicitamente, situações para custos. Requer uma estratégia de gestão que se compõe de diversos conjuntos pontuais de ações, processos e atuações de controle.

Há muitas definições de serviço. Para fins deste trabalho, serviço é a “aplicação de competências especializadas (habilidades e conhecimento), por meio de ações, processos e

atuações para benefício de uma outra entidade ou de si próprio” (VARGO e LUSCH *apud* MALDONADO *et al.*, 2010, n.p.).

Gianesi e Corrêa (2007) defendem que uma estratégia de operações de serviços deve estar dentro do processo de planejamento estratégico funcional relativo à função de operações, e uma de suas características é o fato de que, geralmente, os serviços são produzidos e consumidos simultaneamente e que têm forte relação com a capacidade produtiva pelo aspecto da disponibilidade e da manutenibilidade.

Berry (2000) assevera que a “mudança execucional” deve ser contínua em empresas excelentes à medida que o *status quo* é desafiado e busca-se a melhoria de desempenhos e que “é difícil ser demonstravelmente excelente atendo-se a práticas convencionais, pois a oportunidade é mais frequentemente encontrada fora das limitações da convenção” (BERRY, 2000, p. 71). Uma vez encontrada a oportunidade, o desafio é “a gestão simultânea da mudança e da continuidade” (BERRY, 2000, p. 77).

Essa gestão pode ser desenvolvida com base numa estrutura organizacional que contemple, além dos elementos dispostos nas argumentações acima, os princípios da Gestão Econômica encontrados em Catelli (2010, p. 31, 70 e 172). Dentre eles, destacamos: a otimização dos resultados por meio da melhoria da produtividade e da eficiência operacionais, a capacidade da empresa de gerar produtos e serviços cujo valor econômico seja suficiente para repor, no mínimo, os recursos consumidos e que a otimização seja uma decorrência da competência das pessoas, fazendo o melhor de acordo com as limitações das situações ambientais.

Berger (2017), em seus estudos sobre o poder da influência como força que molda o comportamento, defende que decisões e resultados estão relacionados, intrinsecamente, com a influência social e alerta-nos para que devemos entender as influências sutis e invisíveis por trás de nossas escolhas, pois, em ambientes complexos, como uma empresa, fica mais difícil ver como uma ação em uma parte afeta as demais partes (há dificuldade em mapear a correlação entre seus processos para determinar causalidade).

METODOLOGIA

Para este estudo, adotou-se o processo de pesquisa bibliográfica, com coleta dos dados e informações em livros e artigos publicados em seminários, congressos e periódicos e sua leitura exploratória, segundo os passos sugeridos por Gil (2007), principalmente os de cunho qualitativo, buscando-se identificar os fatores que determinam ou influenciam o fenômeno do controle nas organizações.

A análise e a interpretação do material coletado evidenciam que os objetivos da pesquisa foram atingidos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando os dados referenciais colhidos na revisão bibliográfica, pode-se assim resumir as seguintes correntes de pensamento que têm impacto direto neste trabalho: 1) Aquilo que não pode ser medido não pode ser avaliado e, conseqüentemente, as decisões sobre ações não podem ser tomadas e não pode existir uma gestão eficaz sem a correspondente avaliação das ações desenvolvidas pela instituição, pois é indispensável a adoção de indicadores que mensurem os resultados das ações, de forma a subsidiar decisões corretivas (CORDEIRO, SANTOS e OLIVEIRA, 2005); 2) Até os finais da década de 1960, a postura mental das empresas era produzir para depois vender, mas, hoje, cada vez mais se acentua a mentalidade da “manufatura enxuta”, que preconiza a fluidez, a simplificação ambiental e a eliminação de atividades que não agregam valor (WALLACE e STAHL, 2003); 3) É preciso vencer o desafio do crescimento dos custos de produção que complica o objetivo econômico da empresa, que é incrementar, continuamente, a produtividade, e uma das maneiras de incrementá-la é o estabelecimento de um controle continuamente aprimorado das atividades de produção. Um sistema com essa finalidade seria desnecessário se tudo ocorresse como planejado (BRITO, 2005); 4) Slack, Chambers e Johnston (2002) trabalham os conceitos de planejamento e controle como uma unidade só com o significado da conciliação das operações de produção com a demanda dos consumidores dos produtos e serviços, de sorte a garantir que as operações ocorram de uma forma contínua; e 5) Nenhuma ação pode ser mais enriquecedora do que fortalecer a conciliação de valores individuais e corporativos, criando-se unidade de propósitos e ações sem abrir mão de potenciais vantagens da

diversidade, dando-se, assim, sentido ao trabalho, utilizando, corretamente, o potencial humano de cada pessoa (GRACIOSO, 2010).

A assertiva 1) aponta para a essencialidade do controle e uma postura tipicamente racional e mecanicista e a 4), para a adequação entre oferta e demanda que, de certa forma, revela uma postura típica de racionalidade econômica.

A assertiva 2) aponta para a possibilidade de eliminação de parte das funções de controle com uma postura mental de enxugamento das atividades de produção, o que leva a crer numa postura tipicamente mecanicista.

A assertiva 3) aponta para a desnecessidade do controle com uma correta execução do planejado – o que revela uma mentalidade voltada para a eficácia e abrindo possibilidade para a gestão humanista. Essa assertiva encontra correlação com a assertiva 5), justificando a filosofia de gerência humanista e antiburocrática – “tudo que tiver de ser controlado não merece ser feito” – posta em prática pelo Comandante Rolim, presidente da TAM.

O ISEOR vem desenvolvendo estudos e consultoria sobre o método de *costos-desempeños ocultos*. Segundo Zardet e Krief (2006), esse método busca a reconciliação entre a dimensão econômica e a dimensão social da empresa com o objetivo de uma gestão mais eficaz que leve a empresa a prestar mais atenção ao custo da ausência ou demora de sua modernização, que causam insatisfações aos empregados e aos clientes, gerando os custos ocultos.

Os *costos-desempeños ocultos* são decorrentes dos “disfuncionamentos”: condições de trabalho, organização do trabalho, *comunicación-coordinacion-concertación*, gestão do tempo, formação integrada e implementação de estratégias. Se curadas essas seis “patologias”, consegue-se melhorar a qualidade integral da empresa, que consta de três níveis: qualidade de gestão, qualidade do funcionamento/execução e qualidade dos produtos e serviços. Esses “disfuncionamentos” provocam os custos ocultos de predomínio social – absentismo, acidentes de trabalho e rotação do pessoal – e de predomínio econômico – qualidade dos produtos e serviços e produtividade direta. Tais “disfuncionamentos” e suas consequências financeiras representam uma fonte de recursos mal utilizados e parcialmente aproveitados. Ainda segundo Zardet e Krief (2006), as experiências do ISEOR têm demonstrado que os custos ocultos chegam a representar até 50% de “sobregastos” e 50% de não-produtos ou, de outra forma dizendo, representam de 15% a 30% do custo de produção.

Essas autoras defendem que o desempenho social se mede pelo nível de satisfação dos atores, das pessoas dentro da empresa e dos clientes, e melhorando, de maneira simultânea, o desempenho social e o desempenho econômico, é possível desenvolver a criação potencial para gerar recursos que assegurem a sobrevivência da empresa. Num diagnóstico socioeconômico, apreende-se que cada membro da empresa tem uma visão diferente com respeito aos seus colegas e, por isso, é útil confrontar e analisar essas visões, suas convergências e especificidades porque todos os atores numa empresa participam, de uma forma ou de outra, na criação e difusão de custos ocultos.

Contam, ainda, as autoras que o ISEOR, em mais de mil empresas, tem conseguido reduzir custos ocultos entre 20% e 80% do total dos custos ocultos identificados mediante intervenções de melhoramento do desempenho socioeconômico. Das diferentes modalidades para obter redução dos custos ocultos, são ressaltadas: a redução da frequência dos “disfuncionamentos” (ausentismos, erros, acidentes, etc.), melhorar a forma de regulação desses “disfuncionamentos” (capacitação das pessoas e melhor e ajustada alocação dessas pessoas) e ter sensibilidade econômica, pois, quanto mais se intenta reduzir, rápida e intempestivamente, os custos visíveis, mais há possibilidade de os custos ocultos aumentarem.

Por fim, Zardet e Krief (2006) concluem: 1) para reduzir os custos ocultos, a empresa precisa optar por duas direções/estratégias: em que proporção quer melhorar seus resultados imediatos, reduzir os gastos visíveis e aumentar as receitas? Ou criar potencial, melhorando a qualidade da gestão, do funcionamento/execução e dos produtos/serviços; e 2) quanto mais ocupados estiverem os atores em regular os “disfuncionamentos”, menos disporão de tempo indiretamente produtivo para comunicar, informar, capacitar, preparar e valorizar o trabalho e realizar a reflexão estratégica.

A noção de que parece óbvio que as nossas escolhas são orientadas por nossas ideias e opiniões, segundo Berger (2017), é inteiramente errada. Na verdade, segundo ele, tudo que fazemos é resultado da influência social, ou seja, “noventa e nove pontos nove por cento de todas as decisões são afetadas pelos outros. É difícil encontrar uma decisão ou comportamento que não seja influenciado por terceiros” (BERGER, 2017, p. 4). Em outras palavras, as pessoas conseguem ver como a influência social afeta o comportamento alheio, mas não o próprio, e, em razão da atratividade social e da familiaridade que leva à preferência

(quanto mais as pessoas são expostas a algo, mais aumenta a preferência a isso), elas são incapazes de ver a influência social (não se dão conta dela).

Em seus estudos, Berger (2017) explora a tendência humana de imitar e analisa o desejo de diferenciação e procura demonstrar que essas duas tendências podem ser combinadas, que a influência social afeta a motivação e que há uma tensão entre familiaridade e novidade e o valor de manter o nível máximo de singularidade. E conclui: “Os seres humanos têm uma preferência inata pelo estímulo, o que nos leva ao novo, ao original ou ao que jamais experimentamos antes” (BERGER, 2017, p. 167).

Citando vários experimentos e estudos, o autor diz que o fenômeno “facilitação social” ocorre quando “a presença de outras pessoas leva os indivíduos a apresentarem um desempenho mais rápido e melhor do que apresentariam de outra forma” (BERGER, 2017, p. 192), mas adverte que, “quanto maior for o tempo entre as interações, mais a experiência nos parecerá nova e mais tenderemos a gostar dela” (BERGER, 2017, p. 170) e que “integrar a semelhança e a diferença é particularmente importante ao gerenciar a inovação” (BERGER, 2017, p. 183).

CONCLUSÃO

Embora haja uma farta literatura abordando a necessidade e a utilidade do controle, inclusive evidenciado, em várias argumentações neste trabalho, outras constatações específicas apontando para sua desnecessidade, também foram ressaltadas as referências de Brito (2005), acentuando que a monitoração da produção seria desnecessária se tudo ocorresse como planejado; de Wallace e Stahl (2003), que defendem as preconizações da manufatura enxuta; de Souza e Collaziol (2006), que defendem a ideia de Feigenbaum, segundo a qual a plena eficácia de investimentos em custos do controle anularia os custos com falhas no controle; e das experiências e investigações do ISEOR, assinaladas por esse Instituto e por Zardet e Krief (2006), assegurando que a implementação da teoria da gestão socioeconômica reduziria e eliminaria os “desfuncionamentos” responsáveis pelos custos ocultos. Todas essas assertivas e mais as de Gracioso (2010) e de Fábio Barbosa prefaciando Gracioso (2010) induzem a acreditar na filosofia de gerência humanista e antiburocrática do Comandante Rolim, da TAM, segundo a qual “tudo que tiver de ser controlado não merece ser feito”.

Nas considerações de Souza e Collaziol (2006), só com custos da qualidade as empresas americanas despendem cerca de 10% a 20% em relação às receitas totais, e os custos, com a falta de qualidade, equivalem a 7,2% em média contra um lucro líquido médio da ordem de 3,2%.

Zardet e Krief (2006) revelam que, nas consultorias realizadas pelo ISEOR, apurou-se que os custos ocultos chegam a corresponder de 15% a 30% do custo de produção.

Talvez não seja prudente eliminar todos os tipos de controle que induzem custos, mas é necessária uma análise acurada de sua efetividade em relação aos riscos do negócio e dos impactos sobre o retorno dos capitais investidos. Nesta análise, entende-se oportuna a inclusão das abordagens de Berger (2017) quanto à influência social e suas dimensões: facilitação social e combinação do desejo de diferenciação individual (para manter em nível máximo a singularidade) com a tendência de imitação para pertinência na identidade do grupo. A influência social e suas dimensões auxiliam a empresa a desvendar os mecanismos das influências sobre tomadas de decisão tanto para aceitá-los a favor como para defesa deles quando são prejudiciais, pois as dinâmicas desses mecanismos são, segundo Berger (2017), invisíveis e imperceptíveis.

REFERÊNCIAS

BERGER, Jonah. **O poder da influência: as forças invisíveis que moldam nosso comportamento**. Tradução de: Cristina Yamagami. São Paulo: HSM, 2017.

BERRY, Leonard L. **Descobrendo a essência do serviço: os novos geradores de sucesso sustentável nos negócios**. Rio Janeiro: Qualitymark Editora, 2001.

BRITO, Rodrigo G. F. A. **Planejamento, programação e controle da produção**. 3. ed. São Paulo: IMAM, 2005.

BURBRIDGE, R. Marc *et al.* **Gestão da negociação**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CATELLI, Armando (Coord.). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. 2. ed. 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

CORDEIRO, Marcos Pires; SANTOS, Sergio Antonio dos; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de (Orgs.). **Economia para administradores**. São Paulo: Saraiva, 2005.

DUARTE, Leonora. Administrar bem, lucrar sempre. Controle: a quarta função da administração. **Portal Ideagri**, 2 out. 2012. Disponível em: <<http://ideagri.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=561>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique Luiz. **Administração estratégica de serviços: operações para satisfação do cliente**. 1. ed. 15. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GRACIOSO, Francisco. **Empresas perenes: o humanismo como filosofia de gestão**. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO DE SOCIO-ECONOMÍA DE LAS EMPRESAS Y DE LAS ORGANIZACIONES – ISEOR. Disponível em: <www.iseor.com>. Acesso em: 20 abr. 2017.
MALDONADO, Maurício Uriona *et al.* Um estudo sobre a evolução e as tendências da gestão de serviços. **XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)**, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.ngs.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/09/ENEGEP_Servi%C3%A7os_final.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa. Ed. exclusiva. Rio de Janeiro: Reader's Digest: São Paulo: Melhoramentos, 2000.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. Tradução de: Maria Tereza Corrêa de Oliveira e Fábio Alher; revisão técnica de: Henrique Luiz Corrêa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, Marcos Antonio de; COLLAZIOL, Elisandra. Planejamento e controle dos custos da qualidade: uma investigação na prática empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17, n. 41, mai./ago. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772006000200004&Ing=pt&nrm=iso&tIng=en>. Acesso em: 21 abr. 2017.

ZARDET, Véronique; KRIEF, Nathalie. La teoría de los costos-desempeños ocultos el nel modelo socioeconómico de las organizaciones. **Seminário Laboratorio de Análisis Institucional del Sistema Universitario Mexicano**, 2006. Disponível em: <http://laisumedu.org/DESIN_Ibarra/desin/pdf-seminario2006/seminario-2006-06d.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

WALLACE, Thomas F.; STAHL, Robert A. **Planejamento moderno da produção**. Tradução de: Edgar Toporcov; revisão técnica de: Reinaldo A. Moura e Mauro Tomaselli. São Paulo: IMA, 2003.

SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS À DEFESA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT.

PAULA, Maicom Marques de¹

LIMA, Wellington Damáso²

VASCONCELOS, Camila de Sousa³

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, parte conclusiva do seminário sobre direitos humanos apresentado à disciplina de Educação para diversidade e meio ambiente, do curso de Serviço Social da Uemg Unidade Cláudio. Objetiva analisar a situação da população LGBT no Brasil, quanto aos fatores de exclusão, legislação vigente e atuação do profissional de Serviço Social junto a este público. Realizou-se a busca de artigos acadêmicos a partir dos descritores; Assistente Social, Cidadania LGBT, Direitos LGBT, Homofobia e Serviço Social, cuja publicação refere-se aos 10 últimos anos, a saber 2007 – 2017. Dos artigos correspondentes ao tema, sendo estes disponibilizados em diferentes bases, selecionou-se 20. O embasamento da discussão teórica contou também com a leitura de demais referenciais alusivos ao tema. Destaca-se como fatores de exclusão a não equação de gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa, típica de uma ideologia heterossexista. Afirma-se o desrespeito à legislação contida na Constituição Federal de 1988, ao constatar a desigual aplicação das leis quando se trata deste público. Quanto à atuação profissional do Assistente Social junto ao público LGBT, assinala-se que tanto o Conselho Federal de Serviço Social quanto os Conselhos Regionais têm seu aparato político normativo baseado no respeito à diversidade humana. Em suma, nota-se a constante e diversificada presença de situações discriminatórias à população LGBT. Em contrapartida reafirma-se a atuação de categorias profissionais, como os Assistentes Sociais e seus Conselhos de Classe, em oposição ao padrão heterossexista socialmente imposto a população LGBT.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos, Homofobia, População LGBT, Serviço Social.

ABSTRACT

The present work deals with a bibliographic review, a concluding part of the seminar on human rights, presented to the discipline of Education for Diversity and Environment, of the course of Social Service of Uemg Unity Cláudio. It aims to analyze the situation of the LGBT population in Brazil, the factors of exclusion, current legislation and the work of the Social Work professional dealing with LGBT people. The search for academic articles was made from the descriptors; Social Welfare, LGBT Citizenship, LGBT Rights, Homophobia and Social Work, published between 2007 - 2017. Twenty articles were chosen. The basis of the theoretical discussion also referenced other reading material relating to the theme. It

¹ Prof. Ms. UEMG Unidade Cláudio – maicon.paula@uemg.br

² Discente do Curso de Serviço Social 6º Período da UEMG Unidade Cláudio – wdamasinho@gmail.com

³ Discente do Curso de Serviço Social 6º Período da UEMG Unidade Cláudio – camila.sousa.v@gmail.com

highlights, as exclusion factors, the non-gender equation with the biological sex or the non-heteronormative sexual identity, typical of a heterosexist ideology. Disrespect for the legislation contained in the Federal Constitution of 1988 is affirmed, when noting the unequal application of the laws when it comes to LGBT people. As for the professional work of the Social Worker with the LGBT public, it is pointed out that both the Federal Council of Social Service and the Regional Councils have their normative political apparatus based on respect for human diversity. In sum, we can observe the constant and diversified presence of discriminatory situations to the LGBT population. In contrast, the work of professional categories, such as Social Workers and their Class Counselors, is reaffirmed as opposed to the socially imposed heterosexist pattern of the LGBT population.

KEYWORDS: Human Rights, Homophobia, LGBT Population, Social Services.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a população LGBT ainda se encontra em situação de extremamente fragilidade devido às inúmeras formas de discriminação e preconceito sofridas, a começar pelo próprio indivíduo, que ao não se aceitar, ou seja, vivenciar a chamada “homofobia internalizada” cria para si próprio um complexo que o atormenta e impede de desenvolver sua personalidade plena (BORRILLO, 2010).

Aliado a isso, a família, local privilegiado e/ou base de fortalecimento e segurança, quando o sujeito descobre suas características homoafetivas e desperta interesse pelo gênero oposto, torna-se também em muitos casos fator gerador para a exclusão da população LGBT ao não lhes oferecer aceitação e o respeito, e contribuindo para manutenção das barreiras heteronormativas estabelecidas desde os tempos do patriarcado brasileiro.

A não existência de legislação específica que ampare e criminalize qualquer tipo de discriminação contra a população LGBT, a fortalece no lugar da vulnerabilidade, seus direitos permanecem violados. Nesse sentido, a defesa dos direitos desta população torna-se objeto de trabalho e campo de atuação do assistente social, através da viabilização e garantia de seus direitos, seja por meio da união com movimentos sociais que os representam, seja integrando os espaços de controle social, tais como o Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (CNCD/LGBT), reforçando a necessidade criação e implementação de programas e leis que defendam e amparem a população LGBT em âmbito nacional.

Isso posto, esse trabalho objetiva analisar os fatores que contribuem à exclusão, bem como a legislação e a atuação do assistente social junto a população LGBT, considerando o território nacional.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, parte conclusiva do seminário sobre direitos humanos apresentado à disciplina de Educação para diversidade e meio ambiente, do curso de Serviço Social da Uemg Unidade Cláudio, realizada no primeiro semestre de 2017. Fora solicitado aos discentes a escolha de temas referentes a violação de direitos de setores da

população frequentemente considerados vulneráveis, bem como o levantamento da existência de ações com o viés da defesa de direitos implementadas por assistentes sociais.

Definida a escolha do tema, propôs-se analisar a situação da população LGBT no Brasil, quanto aos fatores de exclusão, legislação vigente e atuação do profissional de Serviço Social junto a este público. Para tal, realizou-se a busca de artigos acadêmicos, em diferentes bases, a partir dos descritores; Assistente Social, Cidadania LGBT, Direitos LGBT, Homofobia e Serviço Social. Priorizou-se as publicações referentes aos 10 últimos anos, a saber 2007 – 2017. Dos artigos correspondentes ao tema, selecionou-se 20. O embasamento da discussão teórica contou também com a leitura de outros referenciais alusivos ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população LGBT, devido à não adequação de gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa, tem seus direitos humanos básicos agredidos, e muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade. Diante dessa realidade, o Ministério da Saúde reconhece que a identidade sexual e a identidade de gênero são constituintes de um processo complexo de discriminação e de exclusão, do qual derivam os fatores de vulnerabilidade, tais como a violação do direito à saúde, à dignidade, à não discriminação, à autonomia e ao livre desenvolvimento (Brasil, 2008b, p. 571).

De acordo com Ramos e Carrara (2006), desde a década de 80, o movimento homossexual brasileiro tem dado visibilidade aos crimes motivados pela orientação sexual, divulgando o termo homofobia para designar tais atos.

Leony (2006, p.1) caracteriza a homofobia como o ódio explícito, persistente e generalizado; manifesta-se numa escala de violência desde as agressões verbais subsumidas nos tipos penais contra a honra até os extremados episódios de violência física, consumados com requintes de crueldade.

Um dos conceitos apresentados por Nascimento (2010) para designar o termo homofobia consiste na classificação infundada dos indivíduos que fogem aos padrões heterossexuais em inferiores ou anormais, rótulo que também pode ser atribuído a algumas diversidades étnicas, raciais e religiosas.

A etiologia dos delitos contra a população LGBT é explicada por Leony como consequência da ideologia heterossexista, que situa os homossexuais como minorias desprezíveis e desprezadas, e, por supostamente viverem na clandestinidade com medo de serem descobertos, são vistos pelos semeadores da homofobia como alvo fácil de chantagens, extorsões e latrocínios (2006, p. 5).

De acordo com uma pesquisa feita com base nos indicadores do SUS, publicados em 2008, 2.511 homossexuais foram assassinados no Brasil, no período de 1980 a 2005, grande parte das ocorrências atribuídas a motivos homofóbicos (Brasil, 2008b). Os agressores que fazem parte do cotidiano das vítimas estão concentrados principalmente nos espaços familiares, seguido dos colegas de escola/faculdade e dos amigos conhecidos. (Brasil, 2008b).

As informações dos indicadores do SUS, trazem números que evidenciam a violação dos direitos humanos da população LGBT causada pelo preconceito e pela violência. Também revelam que as principais formas de violência são agressões verbais ou ameaças de agressão, seguidas pelas agressões físicas, chantagens ou extorsões, violência sexual e o golpe conhecido pela expressão boa noite Cinderela (Brasil, 2008b).

Paiva (2006) sustenta que tais indicadores de saúde refletem a defasagem na promoção, na proteção e na violação dos direitos humanos.

De acordo com o relatório elaborado pelo grupo gay da Bahia, vem aumentando o número de assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nas últimas três décadas, sendo que na década de 80, o número de mortes por motivos homofóbicos era de um caso por semana, passando para um homicídio a cada três dias na década de 90 e chegando ao início do terceiro milênio com a marca de uma morte a cada dois dias (Mott & Cerqueira, 2000).

A homofobia, que antes passava despercebida, atualmente pode ser observada nas instituições e redes sociais como a família, a escola, o trabalho e a vizinhança (Lionço, 2008a, p.14).

Em 2010, o jornal Gazeta do Povo publicou a reportagem “*Na internet, alunos convocam beijaço na USP contra homofobia em jornal.*” A matéria citada contextualiza o repúdio dos alunos ao periódico do curso de farmácia “O Parasita”, que incentivava os alunos a jogarem fezes nos casais homossexuais, e, em troca do favor, receberiam gratuitamente um convite para uma festa tradicional do curso. Os alunos que se sentiram ofendidos convocaram a comunidade acadêmica, independentemente da identidade sexual, para um beijo coletivo – beijaço no gramado da universidade a fim de *desparasitar a farmácia Uspiana*. Os organizadores do movimento utilizaram ferramentas como blog, Twitter, Orkut e e-mails para divulgar o ato (Homofobia..., 2010).

O recorte acima exemplifica o fato de que a propagação da homofobia não ocorre somente em jornais universitários ou na mídia informal, mas que essa prática também está presente nos renomados meios de comunicação.

A homofobia é propagada também por políticos e intelectuais brasileiros: o maior jornal do Nordeste publicou a pena de morte aos homossexuais com o slogan mantenha Salvador limpa, mate uma bicha todo dia; em São Paulo, um político declarou que os homossexuais não podem ter os mesmos direitos de pessoas normais; no Rio de Janeiro, um jornalista escreveu que gostaria de ver todos os homossexuais condenados à morte em forno crematório e, mesmo assim, lamentava que sobrassem as cinzas... Por fim, não podemos nos esquecer do assassinato na Praça da República, em São Paulo, de Edson Nérís da Silva, por um grupo de skinheads (autodenominados carecas do ABC) (Alencar, 2008, p.6).

A partir dos exemplos citados, corrobora-se com Ribeiro, Soares, Soares, Severo e Moço (2005, p.4) quando afirmam que os significados atribuídos à sexualidade não estão apenas na cabeça, mas que constituem e regulam as práticas sociais através de uma variedade de meios, tais como TV, rádio, revistas, internet.

Ao mesmo tempo em que a população, de modo geral, pode acessar na internet artigos acadêmicos que esclarecem as diversidades de identidade de gênero e sexual ou sites de apoio como, por exemplo, a página da ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis Transexuais, não é incomum encontrarmos páginas com conteúdos pejorativos e vastas listas de e-mail com conteúdo homofóbico. Essa situação se agrava devido à possibilidade de anonimato em relação ao conteúdo disponibilizado na internet, o que dificulta medidas judiciais.

Irineu e Bertolini, (2008) indicam que as intervenções que visam ao combate à violência contra a população LGBT devem dialogar em três esferas: nos movimentos sociais, na sociedade civil e no Estado; desse modo, poderemos manter a perspectiva quanto à efetivação de direitos sociais em moldes universalizantes e igualitários (2008, p. 7).

As observações dos autores Irineu e Bertolini, Mott e Cerqueira e Lionço convergem sobre o posicionamento de que a estratégia de envolver o Estado, a população civil e os ativistas do movimento LGBT contra os crimes homofóbicos apresenta resultados positivos na visibilidade das diversas formas de agressão contra homossexuais. A visibilidade decorrente dessas ações ampara a reivindicação dos ativistas para a implementação de leis e programas que combatam a homofobia e acolham as necessidades das vítimas desse tipo de violência.

No que diz respeito aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, a situação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) é, no Brasil, não muito respeitada. Infelizmente, a população LGBT não possui uma legislação específica que a proteja e criminalize a homofobia, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os negros e o racismo.

Além da discriminação irracional da população, os travestis e os transexuais ainda sofrem com a discriminação e o abandono da própria família, pois muitas delas não têm estrutura para aceitar que a identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico.

Para tentar amenizar a questão, o governo do Estado de São Paulo criou leis para garantir a cidadania da comunidade LGBT. Estas leis punem apenas administrativamente toda manifestação discriminatória contra qualquer cidadão em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero, como acontece com a Lei nº 10.948/01, que pune todo cidadão, inclusive os funcionários públicos, civis ou militares, toda organização social ou empresas privadas ou públicas, instaladas no Estado de São Paulo, com advertência, multa, suspensão e cassação da licença estadual para funcionamento.

Há, também, o Decreto Estadual nº 55.588/10 que, respeitando o princípio da dignidade da pessoa humana, faculta aos transexuais e travestis a escolha de tratamento nominal que desejam receber junto aos órgãos públicos estaduais. Assim sendo, tornou-se obrigatório ao servidor público tratá-los pelo prenome indicado e, caso ocorra o descumprimento, o servidor poderá responder processo administrativo disciplinar.

Ressalta-se que nem todas as Unidades da Federação possuem leis que proíbem a discriminação em virtude da orientação sexual e a maioria das leis que existem não tem disposições quanto à discriminação em razão da identidade ou expressão de gênero.

No âmbito legislativo nacional desde a promulgação da nova Constituição Federal em 1988 não houve avanços no que diz respeito à proibição de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, sendo que inclusive não foi aprovada na Constituinte a menção desta forma de discriminação específica no artigo 3º da Carta Magna. Pelo contrário, as bancadas fundamentalistas e conservadoras no Congresso Nacional, opositoras da igualdade de direitos das pessoas LGBT têm se fortalecido desde então, de forma a conseguir impedir que seja aprovada uma legislação antidiscriminação nesta área e até apresentando proposições que discriminariam a população LGBT.

No que diz respeito à criação de órgãos específicos responsáveis por combater a discriminação e promover direitos e oportunidades iguais, as dimensões continentais do Brasil inviabilizam o desempenho desse papel por um único órgão governamental. Além disso, no Brasil prevalece o sistema federativo, em que as funções do governo são divididas entre a União, os Estados e os Municípios.

A nível nacional, desde o final de 2009 existe na estrutura da Secretaria de Direitos Humanos - SDH da Presidência da República a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, criada após a realização da 1ª Conferência Nacional LGBT em 2008 e do

lançamento em maio de 2009 do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, tendo entre seus objetivos a articulação da implementação do Plano entre os ministérios elencados no mesmo. O assim chamado “tripé da cidadania LGBT” foi completado no âmbito federal com a instituição em dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante da estrutura básica da SDH, contando com quinze representantes do Poder Público Federal e quinze representantes da sociedade civil.

No que diz respeito à obtenção de estatísticas oficiais sobre a discriminação contra a população LGBT no Brasil, uma das iniciativas mais significativas da SDH nesta área foi a criação em 2011 do módulo LGBT do Disque Denúncia Nacional (Disque 100), que apenas naquele ano recebeu 6.809 denúncias, sendo 18.6 violações por dia em média contra pessoas LGBT. As violações mais denunciadas foram: violência psicológica (42.5%); discriminação (22.3%); e violência física (15.9%). Vêm sendo estruturados acordos entre a SDH e os órgãos e serviços afins nos estados e municípios para o seguimento dos casos com informações suficientes para serem investigados.

No que tange a atuação do assistente social para a população LGBT, está previsto no Código de Ética da categoria de assistentes sociais: exercer o serviço social sem sofrer discriminação e nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Este é apenas um dos princípios que balizam o trabalho de assistentes sociais no Brasil em prol dos direitos humanos. O Conjunto CFESS-CRESS vêm, ao longo de quase duas décadas, promovendo ações políticas para dar visibilidade às questões LGBT e, conseqüentemente, qualificar o trabalho da categoria com este público.

Além de campanhas diversas sobre a temática LGBT, o CFESS e os CRESS possuem um aparato político-normativo que tem como premissa o respeito à diversidade humana.

Um exemplo é a campanha pela liberdade de orientação e expressão sexual "O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito", lançada em 2006, em parceria com as entidades LGBT. Elaborada a partir da Resolução CFESS 489/2006, que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional de assistentes sociais, a campanha é retomada com frequência pelas entidades (CFESS Manifesta, 2017).

Mais recentemente, o Conjunto CFESS-CRESS lançou o cartaz “Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito”, que defende o uso do nome social e às pessoas a livre expressão da identidade de gênero. O material reforça ainda a importância de outra resolução do Conjunto, a 615/2011, que possibilita a assistentes sociais travestis e transexuais o uso do nome social na carteira e na cédula de identidade profissional.

O Conjunto CFESS-CRESS também tem participado das atividades promovidas pelas entidades representativas LGBT, como as paradas e as marchas contra a homofobia. Para se ter uma ideia, o Conselho Federal esteve presente nas últimas três marchas realizadas em Brasília (DF), levantando as principais bandeiras LGBT, inclusive a de aprovação do Projeto de Lei que criminaliza a homofobia.

O Conselho Federal lança também diversos manifestos em razão de algumas datas políticas, como o Dia do Orgulho LGBT, o Dia da Visibilidade Lésbica, entre outras. Para se aproximar ainda mais das pautas LGBT, o CFESS compõe, desde 2013, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (CNDC/LGBT). A participação do Conselho de Serviço Social no CNDC/LGBT é

fundamental, não só pela histórica luta da profissão pelos direitos da população LGBT, mas também para dar visibilidade a uma área de atuação de assistentes sociais.

CONCLUSÕES

Categorizar as pessoas como doentes com base em sua orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero “tem sido historicamente uma das principais causas por trás das violações de direitos humanos” enfrentadas pelo público LGBT.

A orientação sexual é uma característica da pessoa, como o próprio conceito de “homossexualidade” deixa claro. Não é algo que a pessoa consegue deixar de lado, não é uma escolha, e por isso deve ser respeitada.

A luta travada pelo grupo LGBT vai além dos direitos de orientação sexual, é a luta por direitos humanos tão desconsiderados, é a luta contra o fim de todo o tipo de preconceito e exclusão, pois sigla LGBT engloba uma criança que precisa ser inserida em uma sociedade diversificada, um jovem que está em conflito consigo mesmo por externar uma imagem “adequada” ao que sua família deseja, aos adultos, homens e mulheres que sofrem a violência de “estupros corretivos”.

Compete aos assistentes sociais, zelar pela garantia e efetivação dos direitos, lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo assim a igualdade. Contudo, são estas competências e/ou desafios de toda a sociedade, todas as classes, em conjunto com o Estado. Os direitos humanos vieram para todos e todas e precisam alcançar, todos e todas!

REFERÊNCIAS

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Autêntica, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011**. Brasília, 2012.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. **Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão**. Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília, v. 32, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000300003>. Acesso em: 23 de abr. de 2017.

CFESS/Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta: O amor fala todas as línguas – assistente social na luta contra o preconceito – campanha pela livre orientação e expressão sexual**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>>. Acesso em: 23 de abr. de 2017.

CFESS/Conselho Federal de Serviço Social. **Pela defesa dos direitos LGBT, Conjunto CFESS-CRESS é homenageado em Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1110>>. Acesso em: 23 de abr. de 2017.

PRATA, M. R. Serviço Social e homossexualidade Revista em Debate. Rio de Janeiro, fascículo nº 5, 2007. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10790/10790.PDF>>. Acesso em: 09 de maio de 2017.

Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Cidadania LGBT: Mapa de boas práticas Brasil – União Européia.** Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/cidadania-lgbt-boas-praticas-brasil-uniao-europeia>>. Acesso em: 23 de abr. de 2017.

Universidade Brasil. **Cidadania de LGBT e leis de proteção.** Disponível em: <<http://universidadebrasil.edu.br/portal/cidadania-de-lgbt-e-leis-de-protecao/>>. Acesso em: 23 de abr. de 2017.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A REINserÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL NA SOCIEDADE

Carolina Assis Vieira Oliveira¹

Frederico Cordeiro Martins²

Maria Augusta Assis Vieira³

RESUMO

O presente artigo apresenta uma reflexão teórica sobre a trajetória histórica da saúde mental no Brasil, enfatizando o processo de reforma psiquiátrica e sua relevância para a construção de um novo modelo de assistência psiquiátrica, contemplando a contribuição da família nesse processo e principalmente a participação do Serviço Social na prestação de serviços as pessoas com transtornos mentais em suas demandas, funções e desafios. Utilizou-se, como metodologia, a pesquisa bibliográfica, com a utilização de livros, artigos disponíveis. Conclui-se que o Serviço Social, através de assistentes sociais, contribui para a inserção das pessoas com transtornos mentais na sociedade, mas sua atuação necessita de inúmeros fatores, e da viabilização do Estado. Mas pode-se dizer que o modelo de assistência em saúde mental tem sido de fundamental importância para a melhoria na forma de tratar esses pacientes. Por meio dos serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico é possível promover a inserção social dos usuários, abandonando-se o modelo asilar, visando sempre a qualidade de vida e o convívio social. Por meio dos serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico é possível promover a inserção social dos usuários, visando sempre a qualidade de vida e o convívio social.

Palavras-chave: Família; Serviço Social; Pessoa com transtorno mental; Saúde mental.

1. INTRODUÇÃO

¹ Pedagoga.carolvieira002@hotmail.com

² Advogado. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - frederico.martins@uemg.br

³ Assistente Social. Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - gutavieira@hotmail.com

O tratamento a pessoa com transtorno mental, por muito tempo, limitou-se ao modelo hospitalocêntrico, no qual existiam ações que reforçavam o preconceito, a estigmatização e a segregação. Com o passar dos anos e com a tentativa de minimizar a angústia das pessoas com transtorno mental, transformações começaram a acontecer fazendo surgir um novo modelo de cuidar baseado na reinserção social, liberdade e cidadania.

Apesar das mudanças no modelo de atenção à saúde mental, a ideia que ainda persiste em relação aos portadores de transtorno mental traz o estigma de ameaça e perigo. Por isso, conhecer o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é importante, considerando que esta instituição recebe a pessoa com transtorno mental, oferece atendimento médico e psicológico. Além disso, na tentativa de buscar a cidadania e oferecer-lhes a autonomia, busca também estratégias sociais e familiares para transformar o paradigma de periculosidade e construir novos caminhos para que eles sejam reinseridos nos grupos sociais dos quais fazem parte (SATURNINO et. al., 2010).

Neste sentido, o presente artigo procurou caracterizar a atuação do assistente social na área da saúde mental através de uma trajetória histórica e crítica do sistema de saúde e saúde mental enfatizando o processo de reforma psiquiátrica e sua relevância para a construção de um novo modelo de assistência psiquiátrica, contemplando a contribuição da família nesse processo e principalmente a participação do Serviço Social na prestação de serviços as pessoas com transtornos mentais em suas demandas, funções e desafios.

Utilizou-se, como metodologia, a pesquisa bibliográfica, quando foram utilizadas as literaturas atuais, artigos e revistas que forneceram subsídios para esclarecer, conceituar, identificar e expressar a trajetória histórica e as formas de agir perante a loucura.

2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001), os problemas de saúde mental são caracterizados pelas alterações do modo de pensar e das emoções, ou por comportamentos angustiantes e/ou de deterioração que podem afetar o desenvolvimento da vida do indivíduo. Isto significa dizer que os problemas de saúde mental são doenças que interferem na capacidade de organização social do sujeito.

A Política Nacional de Saúde Mental, Lei 10.216/02, busca consolidar um modelo de atenção à saúde mental aberto e comunitário garantindo a livre circulação das pessoas com transtornos mentais pelos serviços existentes e oferecendo cuidados com base nos recursos comunitários. Este modelo conta com uma rede de serviços e equipamentos variados tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral e o Programa de Volta para Casa.

Desde o início da internação de pessoas portadoras de transtornos mentais no Brasil, no século XIX, a atenção aos portadores de transtornos mentais significou internação em hospitais psiquiátricos especializados, concentrados nos centros de maior desenvolvimento econômico do país.

A partir dos anos setenta começam as reformas que resultaram em modelo focado na comunidade e substitutivo ao modelo do hospital especializado, quando o Movimento de Reforma Sanitária lutou por melhorias das condições de saúde da população e buscou a reestruturação do sistema de saúde existente no Brasil, impulsionado por questionamentos no campo da saúde e por outros movimentos sociais (OLIVEIRA, 1987).

Vital (2007) relata que, paralelamente ao Movimento de Reforma Sanitária, reafirmando a proposta de um novo sistema para a saúde e, particularmente, para a saúde mental, tem-se o Movimento pela Reforma Psiquiátrica que tinha o de desconstruir o método de assistência existente, propondo novas formas de atendimento.

A reforma psiquiátrica, no Brasil, foi inspirada na experiência italiana, que partia do pressuposto de que “quando dizemos não ao manicômio, estamos dizendo não à miséria do mundo e nos unimos a todas as pessoas que no mundo lutam por uma situação de emancipação” (BASAGLIA, 1982, p. 29).

Segundo Amarante (2003), o objetivo da Reforma Psiquiátrica é

[...] não só tratar mais adequadamente o indivíduo com transtorno mental, mas o de construir um novo espaço social para a loucura, questionando e transformando as práticas da psiquiatria tradicional e das demais instituições da sociedade (2003, p. 58).

Assim, a Reforma Psiquiátrica pretende, além de melhorar a qualidade no atendimento, criar mecanismos e espaços para tratamento pautado na inclusão e na inserção comunitária, abandonando a ideia de que os “loucos” deveriam ser isolados para o tratamento (AMARANTE, 2009). Desta forma, criou-se a possibilidade de um tratamento humanizado, sem a necessidade do isolamento e distanciamento da família ao qual eram submetidos os usuários até este período.

O início desta transformação política no Brasil se deu através do surgimento do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) e, principalmente, da inspiração advinda da experiência Italiana liderada por Franco Basaglia (AMARANTE, 1988). Este buscou abolir o modelo meramente hospitalocêntrico de tratamento em saúde mental e instituir outra lógica de assistência, como mantê-los em suas relações sociais, sem isolá-los institucionalmente, de forma a buscar o tratamento, o acompanhamento assistencial e a recuperação.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é criado o Sistema Único de Saúde (SUS) quando são estabelecidas as condições institucionais para a implantação de novas políticas de saúde, entre as quais a da saúde mental.

Dando continuidade ao processo de Reforma Psiquiátrica, em 1989, o Projeto de Lei do Deputado Paulo Delgado, hoje Lei Federal 10.216 de 06 de abril de 2001, objetivou regulamentar os direitos das pessoas com problemas de saúde mental e

sua aprovação proporcionou efetivamente a expansão dos Centros de Apoio Psicossociais (CAPS).

Desta forma, o modelo de atenção comunitário passa a ser a primeira opção de atendimento e transfere aos CAPS a responsabilidade de promover a ressocialização dos portadores de problemas de saúde mental. Os CAPs buscam inovar o tratamento em saúde mental, de forma a substituir o modelo hospitalocêntrico. Uma das funções dos CAPS é realizar um trabalho conjunto com as Equipes de Saúde da Família, com o objetivo de promover a vida comunitária e a autonomia dos usuários.

A reforma psiquiátrica elegeu os agentes essenciais neste processo: os técnicos e a família, que passam a serem peças principais. Neste significado, a política de saúde mental está sendo implementada a partir de uma agenda empenhada com a promoção, prevenção e tratamento, na perspectiva da integração social e na produção da autonomia das pessoas.

A partir de 1990, o Ministério da Saúde, através de uma nova Política de Saúde Mental, redireciona os recursos da assistência psiquiátrica em um modelo substitutivo, baseado em serviços de base comunitária, oferecendo cuidados na comunidade e em articulação com os recursos que a comunidade oferece. Incentiva-se a criação de serviços públicos e territorializados em saúde mental ao mesmo tempo em que se determina a implantação de critérios mínimos de adequação e humanização dos hospitais especializados.

Em 2011, dez anos após o sancionamento da Lei 10.216, conhecida como Lei Paulo Delgado, lei essa que possibilitou a criação de serviços substitutivos ao modelo hospitalar manicomial, houve a expansão dos diversos serviços substitutivos como: as Residências Terapêuticas – SRT, os Centros de Atenção Psicossociais – CAPS, entre outros.

3. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social orienta-se por princípios humanitários e luta para superar as relações sociais dominantes, exercendo importante papel na reintegração dos portadores de transtorno mental nos serviços substitutivos, atendendo não apenas a eles mas também suas famílias.

Os fundamentos do Serviço Social datam do século XIX, com a consolidação da Revolução Industrial e, conseqüentemente, do capitalismo, trazendo consigo profundas alterações na sociedade vigente (SANTOS, 2010).

O Serviço Social no Brasil, conforme Silva & Silva (2007), desde as primeiras escolas em 1930, que surge com influência norte-americana, tem como base a doutrina católica, composta por setores mais abastados da sociedade, sendo a atuação profissional baseada na benevolência, caridade e filantropia. As duas primeiras escolas de Serviço Social no Brasil são abertas; em 1936, a Escola de Serviço Social de São Paulo, em São Paulo e, em 1937, a Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro. Três eixos definem a formação profissional do assistente social, a saber: formação científica, formação técnica e formação moral e doutrinária.

Na formação científica há a necessidade do conhecimento de disciplinas como Sociologia, Psicologia, Biologia, Filosofia, criando o hábito da objetividade; na formação técnica há o objetivo de preparar o educando quanto sua ação no combate aos males da sociedade; na formação moral e doutrinária busca-se a absorção dos princípios inerentes à profissão (SILVA & SILVA, 2007).

Como profissão, sua institucionalização se une “à criação das grandes instituições assistenciais estatais e paraestatais, especialmente na década de 1940, período marcado pelo corporativismo do Estado e por uma política a favor da industrialização” (SILVA & SILVA, 2007, p. 3).

Com o decorrer do tempo e os avanços conquistados pela categoria, o Serviço Social passou a exercer um significativo papel nos cuidados às pessoas com transtorno mental, suas famílias e sociedade.

Ao trabalhar com a prestação dos serviços sociais, o Assistente Social atua com os fragmentos da questão social, que tem como uma de suas expressões o adoecimento.

O Assistente Social começou a desenvolver na área da saúde o denominado Serviço Social Médico. As atribuições dadas a este profissional se baseavam na triagem, elaboração de fichas, distribuição de auxílios financeiros para possibilitar a ida do paciente à instituição médica e a adequação do paciente à instituição (IAMAMOTO, 1998).

A inserção do Assistente Social na saúde também foi baseada em princípios de atendimento benevolente e filantrópico. Esses ranços apesar de não hegemônicos são carregados junto com a profissão; alguns atendimentos estão envoltos nessas marcas (TESARO, 2010).

Montaño (2007), em seus estudos sobre a natureza do Serviço Social apresenta duas teses opostas sobre a natureza profissional: perspectiva endógena e perspectiva histórica e crítica.

Na perspectiva endógena ou conservadora a origem do Serviço Social está relacionada à evolução, organização e profissionalização da caridade e da filantropia, das damas de caridade (moças de família rica) emergentes na Igreja católica, através do humanismo cristão, enfocando questões de natureza moral e orientação conservadora baseada no Neotomismo. Neste contexto, a ação profissional está atrelada à resolução dos conflitos individuais ou coletivos dos trabalhadores, com o propósito de assegurar as relações de solidariedade que constituem a sociedade.

As perspectivas históricas e crítica enfocam o trabalho e o modo de produção capitalista como o berço da profissão, entendida como subproduto da síntese dos projetos políticos e econômicos, e situada na sociedade capitalista como um elemento que participa da reprodução das relações de classe e da contradição nelas existente.

A diferença básica entre as duas perspectivas é que na conservadora a profissão é vista a partir dela mesma, na qual o tratamento teórico conferido ao Serviço Social lhe permite uma autonomia histórica referente às classes, as lutas de classes e a sociedade; na histórica e crítica a profissão é entendida como subproduto da síntese dos projetos políticos e econômicos e está situada na sociedade capitalista como um elemento que participa das relações de classes e das contradições nelas existente.

3.1 ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL

A sociedade brasileira a partir da década de 30 passa por alterações na sua conjuntura, como o processo de industrialização, a redefinição do papel do Estado e o surgimento das políticas sociais respondendo reivindicações dos trabalhadores. As características econômicas e políticas desse período fizeram surgir políticas sociais que respondessem às questões sociais.

A questão social neste período precisava ser enfrentada de forma mais sofisticada, transformando-se em questão de política e não de polícia, com a intervenção estatal e a criação de novos aparelhos que contemplassem os assalariados urbanos, que se caracterizavam como atores importantes no cenário político nacional. (BRAVO, 2004 *apud* VITAL, 2007, p. 5).

O Serviço Social na área de Saúde Mental teve início em 1940 com a criação de instituições assistenciais onde a classe atuava em cuidados com educação em saúde e higiene. Atendia a uma parcela da população de forma asilar. O trabalho do assistente social nessas instituições consistia em fazer estudo de caso, orientação familiar e comunitária e entrevistas terapêuticas, lidando com crianças tidas pela sociedade como problemáticas (VASCONCELOS *apud* ROSA, 2006).

Rosa (2006) relata que as primeiras sistematizações da atuação do Assistente Social na área da saúde mental surgiram por volta de 1905, nos Estados Unidos, com o Serviço Social Psiquiátrico, quando já existia a preocupação de reinserção social de pessoas com transtorno mental e o trabalho contra o estigma existente contra eles. Percebe-se que a intervenção do Assistente Social já incluía a família e a comunidade que os cercava. As ações profissionais do assistente social no campo da saúde mental não ocorrem de forma isolada, mas articulam-se a outros eixos como a Psicologia, tão importante na reintegração do portador de transtorno mental em sua comunidade. Também nesta época já havia a preocupação de se obter maiores informações a respeito dos portadores de doença mental como informações sociais e econômicas, hereditárias, físicas e emocionais. Esta tendência convergiu-se para a realidade brasileira.

Por volta dos anos 30, período em que a política de saúde foi formulada e começam a criar políticas sociais em resposta às reivindicações dos trabalhadores, Vital (2007) relata que a saúde foi organizada em dois setores: o da saúde pública, até meados dos anos 60, responsável pela promoção e prevenção, com ênfase nas campanhas sanitárias e criação de serviços de combate às endemias, centralizando-se na criação de condições sanitárias mínimas para a população e, a medicina previdenciária, marcada pela criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's) que substituíram as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's) criadas em 1923. A medicina previdenciária ultrapassa a saúde pública a partir de 1966.

As principais alternativas adotadas para a saúde pública, no período de 1930 a 1940 foram:

ênfase nas campanhas sanitárias, coordenação dos serviços estaduais de saúde, pelo Departamento Nacional de Saúde, em 1937; interiorização das ações para as áreas de endemias rurais; criação de serviços de combate às endemias; reorganização do Departamento Nacional de Saúde, em 1941 (BRAGA e PAULA, 1986 *apud* VITAL, p. 6).

A partir da década de 40, com a formação dos primeiros assistentes sociais no Rio de Janeiro, passam a integrar a equipe de profissionais que atuavam no campo da saúde e, em especial, no campo da saúde mental (BISNETO, 2007). Na trajetória desse processo o Serviço Social esteve desvalorizado por diversas vezes, reduzindo a relevância da atuação do profissional.

Segundo Silva & Silva (2007), o Serviço Social atuava de forma subalterna aos médicos e ao direcionamento da instituição, exercendo as seguintes atividades: levantamento de dados sociais e familiares dos pacientes e/ou de contatos com os familiares para preparação da alta; confecção de atestados sociais; e realização de encaminhamento. Atendia, também, a demanda dos usuários e familiares em relação às necessidades imediatas como roupas, contatos e pequenos recursos financeiros. Os assistentes sociais em algumas instituições, participaram de campanhas para arrecadação de recursos financeiros, visando adquirir roupas, cigarros e bens de primeiras necessidades dos internos. Seu fazer limitava-se a serviços burocráticos e rotineiros sem nenhuma intervenção transformadora no cotidiano de pacientes e familiares.

A área de Saúde transformou-se no principal campo de absorção profissional a partir de 1948 quando o novo conceito de Saúde, elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS): “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não mera ausência de doença ou enfermidade” passou a enfatizar os aspectos biopsicossociais, determinando a requisição de outros profissionais para atuar no setor, entre eles o assistente social.

Na área da psiquiatria brasileira a atuação do Serviço Social teve início como assistência aos trabalhadores, para amenizar as manifestações sociais entre o capital e o trabalho. Sua atuação em manicômios ocorreu posteriormente. O movimento militar de 1964 marca a divisão entre uma assistência destinada ao doente mental indigente e uma nova fase na qual é estendida a cobertura a massa de trabalhadores e seus dependentes (SILVA & SILVA, 2007).

Durante a ditadura militar, segundo as autoras, o maior problema era a pobreza que precisava ser controlada, pois poderia gerar contestações da sociedade, principalmente com a incorporação na rede previdenciária, através do atendimento aos trabalhadores e seus dependentes. Sendo assim, o assistente social foi demandado pelo Estado ditatorial para atuar como executor de políticas sociais na área da saúde mental.

A política de saúde no período de 1964 a 1974, de acordo com Vital (2007), privilegia o setor privado, assumindo um modelo que valoriza a prática clínica e a assistência médico-curativa, desvalorizando as ações preventivas de caráter coletivo. Há também uma diminuição das responsabilidades estatais e uma transferência progressiva da função estatal de regulador das políticas públicas de saúde para o setor privado.

O espaço de atuação do Serviço Social no mercado de trabalho aumentou devido à implantação de clínicas e hospitais psiquiátricos particulares e à privatização ocorrida na saúde nessa época. Mesmo assim, inexistia uma demanda definida para atuação por parte dos empregadores. Nos hospitais psiquiátricos os assistentes sociais foram contratados para cumprir a exigência do Ministério da Saúde, entretanto os salários eram péssimos e os assistentes sociais não tinham função definida (SILVA & SILVA, 2007).

Segundo Bisneto (2007), a inserção do Serviço Social em hospitais psiquiátricos foi exigida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) a partir de 1973, evidenciando a importância de uma equipe interprofissional no atendimento ao doente mental.

É na década de 70 que surgem iniciativas de impacto tanto para a saúde mental e também para o Serviço Social: o Movimento de Reforma Psiquiátrica que estabelece a transformação do modelo de tratamento psiquiátrico, colocando a exigência de superação da privação de liberdade para os serviços de atenção psicossocial diária

de acordo com as necessidades de cada indivíduo e a busca pela construção de um Projeto Profissional embasado na teoria social crítica de Marx.

No período de 1974-1979, conforme Vital (2007), o Serviço Social na saúde não se alterou, apesar do processo organizativo da categoria, do aprofundamento teórico dos docentes e do movimento geral da sociedade. Manteve-se o caráter conservador com uma visão psicologizada das relações sociais, sendo o indivíduo culpabilizado por sua situação social ou seu estado de saúde, cabendo ao profissional de Serviço Social, recuperá-lo através de uma ação moralizadora.

Nas décadas de 1980 e 1990, com as transformações operadas pela Reforma Psiquiátrica, a área da saúde mental exigiu abordagens mais comprometidas com a proposta de desinstitucionalização, de retirada da atenção em saúde mental do âmbito do manicômio, atribuindo ao doente mental a condição de sujeito, digno de receber uma atenção baseada em direitos sociais (SILVA & SILVA, 2007).

Bisneto (2007, p.120) aponta que “algumas variáveis típicas na caracterização dos usuários de estabelecimentos psiquiátricos que podem trazer implicação para a prática do Serviço Social”, sendo levantadas algumas questões como a predominância de usuários pertencentes a classe dominada: moradores de rua, sujeitos com baixo nível de escolaridade. Apesar das instituições psiquiátricas não fazerem distinção de classe social, são os empobrecidos que prevalecem trazendo consigo não apenas as demandas emergenciais decorrentes de sua condição social, mas principalmente questões implícitas que cabe ao assistente social desvelá-las, pois neste sentido a Lei n. 10.216 de 6 de abril de 2001, dispõe em seu Artigo 1º:

Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

O trabalho do assistente social com as famílias dos portadores de transtorno mental deve estar direcionado ao fortalecimento dos vínculos para com o membro que

necessita de atenção e cuidados especiais, o que muitas vezes resulta no distanciamento e rejeição, prejudicando ambas as partes. Colocar-se a disposição da família para escutá-las, demonstrando atenção e importância para os diversos problemas que ela apresenta. Esta é uma etapa do caminho a ser percorrido na busca de algo maior, cujo diferencial está na intencionalidade do assistente social que pode se deixar levar pelos limites institucionais e outros desafios a serem superados ou então propor e efetivar mudanças na realidade dessa família vítima da exclusão social.

O profissional que presta ajuda à família deve pensar que a mesma tem de ser respaldada nos conceitos já estabelecidos no meio familiar e não nos do profissional; quando se passa a considerar o doente mental nos seus contextos familiar e social, atribui-se ao seu distúrbio mental um significado cultural, ou seja, “diferente” para aquela determinada família sustentada por uma cultura diferenciada (OLIVEIRA & COLVERO, 2001, p. 199).

A família exerce um papel fundamental junto ao portador de doença mental proporcionando toda a proteção, acolhimento, bem como aportes afetivos e cuidados distintos. Concernente à concepção conceitual do papel da família, Rosa (2003) enfatiza que ela deve ser parceira co-responsável nos projetos terapêuticos dos Serviços de Saúde Mental.

Cabe ao profissional para superar determinadas fragilidades ainda existentes no campo de saúde mental:

[...] reconhecer seu próprio valor, saber o que está fazendo, criar um discurso profissional, publicar idéias, lutar por seus princípios, fazer alianças, se expor profissionalmente em Saúde Mental. É claro que o profissional de campo precisa contar com a colaboração de seus colegas de academia: a universidade também deve desenvolver esse discurso profissional com pesquisas, aulas, extensão, publicações, conferências entre outros recursos (BISNETO, 2007, p. 145).

Conforme Abade (2001), o Assistente Social contribui para uma visão global do paciente frente ao seu projeto terapêutico individual, de forma a garantir ao paciente dignidade ao tratamento, tornando-o um sujeito social com direitos e deveres. A pessoa portadora de sofrimento mental, frente ao sistema social em que vive,

necessita de apoio e assistência adequada para exercer cidadania em qualquer momento da vida e em qualquer circunstância, tornando-se capaz de ser o agente da luta pela conquista e conservação dos direitos fundamentais.

O Serviço Social é uma profissão historicamente ligada ao campo de saúde mental e à intervenção junto à família, e nesse contexto da desinstitucionalização, recupera o compromisso ético e profissional da categoria, na luta pelo direito à saúde de qualidade e a necessária articulação entre os atores envolvidos nesse cenário (usuário/família/profissionais) buscando conquistar espaço de controle social (ABADE, 2001).

Na área da Psiquiatria, o assistente social necessita de conhecimentos relacionados à saúde mental, para discutir a necessidade de se buscar soluções quanto aos interesses do portador de transtorno mental quer seja na saúde psicossocial, como também ter conhecimentos acerca dos direitos de cidadania, que vão de encontro às concepções de outras práticas políticas que respondem à política neoliberal (ABADE, 2001).

É importante haver um aprofundamento dos conhecimentos em torno da atuação do Serviço Social junto ao campo de Saúde Mental para que os profissionais reflitam sobre a sua prática, uma vez que a mesma é integrante de uma equipe interdisciplinar em serviços abertos de Saúde Mental.

Neste sentido, segundo Abade (2001), o atual contexto da política de saúde mental coloca novas possibilidades para os assistentes sociais, que devem adotar uma prática investigativa que seja problematizadora do real, pois só surge alternativas para uma intervenção profissional crítica e competente, a partir de uma análise crítica da realidade, isto é, a partir de uma investigação concreta feita através de situações concretas.

4. A REINSERÇÃO DO PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL

Segundo Silva *apud* Gambatto & Silva (2006), ainda existem 55 mil leitos psiquiátricos, dos quais 20 mil são ocupados por pacientes considerados crônicos ou que, abandonados por suas famílias, transformaram-se em “moradores” das instituições hospitalares.

Os manicômios retiraram-lhes o direito à existência pública reduzindo-os ao anonimato e à miséria por anos, privando-os do que a humanidade produziu e da oportunidade de aderirem às lutas pela construção de um mundo melhor para todos, principalmente, para eles.

Silva *apud* Gambatto & Silva (2006) narra que, para modificar esse quadro, no dia 18 de maio de 1987, teve início o movimento da luta antimanicomial, cuja proposta foi abolir os tratamentos realizados aos pacientes psiquiátricos nos manicômios e substituí-los por procedimentos terapêuticos que possibilitassem o cuidado em liberdade e o resgate da cidadania do portador do sofrimento psíquico.

A luta antimanicomial, de acordo com Canedo *apud* Gambatto & Silva (2006), propôs nova forma de encarar os pacientes portadores de transtorno mental, buscando reintegrá-los na família e na sociedade. Desse modo, o poder psiquiátrico criou uma rede de atenção à saúde mental substitutiva, composta por unidade básica de saúde, centros de atenção psicossocial, enfermarias psiquiátricas em hospitais gerais, centros de convivência e cooperativa e residências terapêuticas. (VIEIRA *apud* GAMBATTO & SILVA, 2006).

Segundo Crispim *apud* Gambatto & Silva (2006), nos novos serviços como os centros de atenção psicossocial e hospitais dia, com internação parcial, procura-se a inclusão da família nos tratamentos para que ela compreenda o transtorno mental e suas implicações, aceitando o paciente em casa, visto que “quanto maior for a crença de poder controlar o comportamento do doente mental, maior será a intenção comportamental de permanecer com o doente mental em casa.” (CRISPIM *apud* GAMBATTO & SILVA, 2006, p. 10).

É necessário, entretanto, que a família receba o suporte para oferecer possibilidades de intervenção e de ajuda, constituindo o melhor espaço de relações afetivas.

Se não é mais aceitável estigmatizar, excluir e recluir os loucos, também não se pode reduzir a reforma psiquiátrica a devolução as famílias, como se estas fossem, indistintamente, capazes de resolverem a problemática da vida cotidiana acrescida das dificuldades geradas pela convivência, pela manutenção e pelo cuidado com o doente mental (GONÇALVES & SENA *apud* GAMBATTO & SILVA, 2006, p. 12).

Por isso, é preciso repensar o cuidado as famílias com a pessoa com transtorno mental numa concepção que favoreça a diversidade de diálogos e, assim, as construções, saberes e ações, entre profissionais e entre estes e a família, a partir de uma interação entre as instâncias.

O Serviço Social contribui e muito para a inserção nos novos serviços de saúde mental, os serviços substitutivos como o CAPS. Segundo Alves *apud* Kantorski et. al. (2011), os CAPS oferecem várias atividades aos seus usuários e familiares para atender, tratar e acompanhar os usuários, resgatando sua cidadania e oferecendo espaços de produção de subjetividades, onde haja diálogo, interações, reciprocidade e construção de vínculos.

As atividades, conforme Kantorski *apud* Kantorski et. al. (2011), valem-se de grupos terapêuticos, oficinas, atividades de geração de renda, meio de inclusão social, atividades culturais, de lazer, de trabalho, de convívio com o objetivo de atendimento/tratamento e de reabilitação psicossocial.

Kantorski et. al. (2011) relatam o resultado de um estudo desenvolvido no sul do Brasil (Alegrete, Joinville, São Lourenço do Sul, Porto Alegre e Foz do Iguaçu), que teve por objetivo identificar as contribuições das atividades de suportes terapêuticos desenvolvidos em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) a partir da percepção de usuários, familiares e profissionais. As atividades existentes preenchem os dias da semana, com atendimento pela manhã e à tarde: reunião do sistema com a coordenação do serviço; atendimento individual e ambulatorial com médico e

psicólogo; realização de oficinas de trabalhos manuais, atividade física e capoeira; oficinas de alfabetização, visitas domiciliares; yoga; oficina de saúde mental coletiva; reuniões do Serviço Residencial Terapêutico; assembleia dos usuários (KANTORSKI et. al., 2011).

Em relação às atividades que integram o serviço, as oficinas de saúde mental coletiva são diárias, sendo desenvolvidas a cada dia por um profissional de formação diferente; os temas são diversos para privilegiar a integralidade do portador de sofrimento psíquico. Fazem parte das atividades: oficinas de trabalhos manuais (tricô, crochê, pintura em tecido, desenho em pintura e bordados), atividades na horta, atividades pedagógicas, teatro, yoga, capoeira, grupo de obesidade, grupo de alfabetização e oficina de família.

Além dessas atividades são oferecidos o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e outras escolas de ensino, importantes estratégias e instrumentos no cuidado ao paciente em sofrimento psíquico; passeio com os usuários, cinema, participação em festas para acabar e/ou diminuir o estigma que se tem em relação aos pacientes em sofrimento psíquico.

Segundo Kantorski et. al. (2011), as entrevistas realizadas com familiares e usuários mostram que eles consideram as oficinas um importante instrumento de tratamento a pessoa em sofrimento psíquico. As atividades corporais proporcionam a oportunidade de percepção pessoal e pode revelar sentimentos vivenciados e aliviar tensões geradas por suas condições de vida.

Um aspecto relevante é a aproximação do assistente social com as famílias dos portadores de doença mental. A família deve inserir-se no processo de tratamento para que possa contribuir na manutenção da saúde do usuário do serviço assim como partilhar suas experiências, anseios, medos e frustrações. É preciso que as famílias conheçam as possibilidades de melhora do seu familiar em tratamento porque pode existir esperança na recuperação e na cura. Para Albuquerque & Bosi *apud* Kantorski et. al. (2011), a visita domiciliar permite a obtenção de informações

sobre a vida do usuário e de sua família. Através das visitas do assistente social, a família pode ser orientada para compreender que a reabilitação pode significar autonomia, melhorando a qualidade de vida não do portador de doença mental no contexto social como no seu dia a dia.

Para Oliveira e Colvero (2001) a família deve receber uma assistência abrangente, com o apoio necessário para que ela assuma o seu papel de agente de inclusão do seu doente mental, inserindo-o na comunidade ao qual pertence. Somente contando com o apoio familiar, comunitário e da rede de saúde o portador de doença mental terá condições de se reintegrar, na sociedade, com seriedade e cidadania.

Compreende-se assim que a reintegração do portador de transtorno mental na comunidade em que vive é possível se apoiado pelos serviços substitutivos, pela família e pela sociedade. Sua recuperação será possível se lhe forem oferecidos os meios para que possa viver com dignidade e cidadania.

Diante do exposto, vê-se que a nova compreensão de saúde mental que visa priorizar o indivíduo e não a doença, oferecendo-lhe tratamento humanizado e de qualidade, resultou na criação de novos mecanismos e espaços de tratamento que atentam para a necessidade de uma ação intersetorial com as demais políticas sociais e de um trabalho pautado no fortalecimento e atuação em rede, que possibilite uma intervenção integrada, visando à integralidade no atendimento ao usuário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As necessidades das pessoas portadoras de distúrbios mentais e seus familiares são variadas e divergem em diferentes etapas da doença, o que denota a necessidade de uma gama de serviços e de ações que permitam o seu atendimento, compreendendo a atuação do Serviço Social visando à promoção e a garantia dos direitos sociais ao portador de distúrbio mental assim como à sua família.

O adoecimento mental deixa indivíduos à margem da sociedade, da vida, da família. Sempre existiu a loucura. Os locais usados para tratar dos loucos variaram no decorrer do tempo e lugar: templos, domicílios e instituições. Mas foi a partir da instituição psiquiátrica que tais locais se tornaram sinônimo de exclusão e isolamento específico para o louco. Atualmente, ainda existe essa realidade, (de exclusão e isolamento), porém de forma mais amena.

Desde o início da Reforma Psiquiátrica no Brasil, busca-se uma mudança de paradigma no tratamento aos portadores de doença mental que anteriormente era baseado em uma cultura estigmatizadora e excludente. Programas governamentais voltados para a inclusão do portador de doença mental foram implantados para mudar a forma de cuidar do portador de transtorno mental de modo mais humano.

Os maiores desafios que o assistente social vive na atualidade é construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes na sociedade. Inserido nesse processo contraditório, o Serviço Social se vê confrontado com este conjunto de transformações societárias.

Estes desafios precisam ser colocados em pauta para viabilizar uma política de saúde mental que garanta os direitos dos usuários, o seu fortalecimento, voltando-se o cuidado para grupos de pessoas com transtornos mentais de alta prevalência e baixa cobertura assistencial; concretizar e aumentar uma rede de atenção de base comunitária e territorial, que os reintegre socialmente como cidadãos; implementar uma política de saúde mental dinâmica no atendimento às pessoas que sofrem com a crise social, com a violência e com o desemprego; aumentar recursos do orçamento anual do SUS para a saúde mental.

Os desafios precisam ser conquistados e compreendidos pela sociedade para que se consiga amenizar os tensionamentos e garantir o atendimento integral, humanitário, com eficiência e eficácia, fazendo valer os princípios e diretrizes do SUS.

O Serviço Social, através de assistentes sociais, contribui para a inserção das pessoas com transtornos mentais na sociedade, mas sua atuação necessita de inúmeros fatores, e da viabilização do Estado. Apesar do significativo avanço das políticas de saúde, o SUS que existe no cotidiano está longe do que está determinado na Lei. O SUS como um sistema universal e público não se efetivou de verdade.

REFERÊNCIAS

ABADE, Flávia. **Caracterização do trabalho do Assistente Social em equipe: interdisciplinar de Saúde Mental no Centro de Atenção Integral à saúde de Santa Rita – Cais – RS.** 10º CBAS, Rio de Janeiro, 2001.

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1988.

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial.** 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2008.

AMARANTE, Paulo (Coord.). **Saúde mental, políticas e instituições:** Programa de Educação a Distância. Rio de Janeiro. Módulo. 7. Fiotec/Fiocruz, EAD/Fiocruz. 2009.

BASAGLIA, Franco. **A psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão o otimismo da prática.** Conferências no Brasil. São Paulo: Monsanto, 1982.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática.** São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº. 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção à saúde. Legislação em Saúde Mental. 5. ed. ampl. Brasília: 1990-2004.

GAMBATTO, Rosani; SILVA, André Luiz Picolli da. Reforma psiquiátrica e a reinserção do portador de transtorno mental na família. In: **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 24, n. 45 p. 25-33, abr./jun. 2006.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez. 1998.

KANTORSKI, L. P.; COIMBRA, V. C. C.; DEMARCO, D. A.; ESLABÃO, A. D.; NUNES, C. K.; GUEDES, A. C. A importância das atividades de suporte terapêutico para o cuidado em um Centro de Atenção. In: **Rev. enferm. saúde**. Pelotas (RS) 2011 jan-mar; 1(1): 4-13.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Márcia A. Ferreira; COLVERO, Luciana de Almeida. A saúde mental no programa saúde da família. In: BRASIL. Instituto para o desenvolvimento da saúde. Universidade de São Paulo. Ministério da Saúde. **Manual de enfermagem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001, cap. 6, p. 197-210.

OLIVEIRA, Jaime A. Reformas e reformismo: "democracia progressiva" e políticas sociais (ou "para uma teoria política da reforma sanitária"). **Cad. Saúde Pública** [online]. 1987, vol.3, n.4, pp. 360-387. ISSN 0102-311X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v3n4/v3n4a02.pdf>> Acesso em: 3 abr. 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) (2001). Organização Panamericana da Saúde. Relatório sobre a saúde no mundo 2001: **Saúde mental** - nova concepção, nova esperança. Genebra: Organização Mundial da Saúde.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Os saberes construídos sobre a família na área da saúde mental. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na prática a teoria é outra?** Mitos, dilemas na relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SILVA E SILVA, M. O. S. (Coord). **O Serviço social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4 eds. São Paulo: Cortez, 2007.

TESARO, Elizandra. **Tecendo algumas reflexões sobre o serviço social no contexto da saúde** - como foco principal, a questão da saúde mental. 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial283531.PDF>>. Acesso em: 2 abr. 2014.

VITAL, Natália Silva. **Atuação do Serviço Social na área de saúde mental frente ao liberalismo**. 2007. 61 f. TCC (Especialização em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PRÁTICA DOCENTE: POR UM MUNDO ONDE O MENOS É MAIS

Maria Augusta de Assis Vieira
Lenir Rosa André
Patrícia Ferreira Santiago
Luiz Elpídio de Melo Machado
Maurício José de Faria

Resumo

As práticas, durante o período de Estágio Supervisionado, têm gerado oportunidades de formação, de grande valia para os alunos das Universidades em contato com as escolas de Ensino Fundamental e Médio. O Curso de Pedagogia da UEMG / Cláudio – tem realizado diversas ações com temas atuais nas Escolas Estaduais da cidade e das cidades vizinhas. Esse texto apresenta os resultados de práticas realizadas na Escola Estadual de Cláudio. No ano de 2017, os universitários trataram do tema: Educação Financeira – a tecnologia em favor de suas finanças, com o intuito de conscientizar as crianças que, no mundo atual, o excesso de consumo não assegura qualidade de vida e pode ainda gerar grandes danos ao meio ambiente e a eles mesmos, isso fez essa abordagem assumir extrema relevância e promoveu grande envolvimento dos universitários e dos adolescentes- público alvo dessa ação. Foram exibidos curtas para reflexões sobre o consumo compulsivo e que destrói o espaço, foram avaliadas questões, também do cotidiano dos alunos, como: como reduzir os custos de suas compras – cesta básica, energia elétrica e até como alimentar-se de forma saudável e menos onerosa. Para a construção dessas ações, autores como Nóvoa (2011) que diz de novas abordagens em sala de aula, Freire (2009) que propõe uma educação para autonomia e cidadania crítica foram utilizados. Os resultados das ações foram registrados, durante todo o semestre em relatórios semanais, arquivos com fotos e depoimentos dos alunos, que tem assumido uma prática de consumo mais consciente.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Perspectiva Interdisciplinar. Consumismo. Educação financeira. Cidadão crítico.

ABSTRACT

The practices during the Supervised Internship period have generated training opportunities, of great value for the students of the Universities in contact with the schools of Elementary and Middle School.

The Pedagogy Course of UEMG Claudio - has carried out several actions with current themes in the State Schools of the city and the surrounding cities. This text presents the results of practices carried out at Claudio State School. In 2017, university students addressed the theme: Financial Education - the technology in favor of their finances, in order to make children aware that, in the current world, excess consumption does not ensure quality of life and can still generate great damages to the environment and to themselves, this made this approach assume extreme relevance and promoted great involvement of the university students and the target public of this action. Short questions were presented for reflections on compulsive and space-consuming consumption; questions were also evaluated in everyday life of students, such as how to reduce the costs of their purchases - basic food, energy consumption and even how to eat healthy and less burdensome. For the construction of these actions, authors such as Nóvoa (2011) who says of new approaches in the classroom, Freire (2009) that proposes an education for autonomy and critical citizenship were used. The results of the actions were recorded throughout the semester in weekly reports, files with photos and student testimonials, which has assumed a more conscious consumption.

Keywords: Supervised Internship. Interdisciplinary Perspective. Consumerism. Financial education. Critical citizen.

1 INTRODUÇÃO

Melhorar a educação básica é uma questão fundamental para países em desenvolvimento e que veem de fato a educação como parte impulsionadora desse desenvolvimento. Preocupados com essa melhoria, muito se tem discutido sobre a formação docente no ensino superior (NÓVOA, 2011) e muitas têm sido as iniciativas para otimizar o desempenho dos futuros professores. Dentre elas, podemos apontar o Estágio Supervisionado e programas de incentivo à docência que visam a inserção de graduandos de licenciaturas nas escolas públicas.

Acreditando que o desenvolvimento profissional já deva ser pensado durante o processo de formação de professores, a UEMG - Unidade de Cláudio mantém seus convênios de Estágio Supervisionado com o Estado de Minas Gerais por meio de suas Superintendências de Educação e Secretarias Municipais de Cláudio e das cidades do entorno com a finalidade de buscar a melhoria da Educação Básica Pública no Brasil, estreitando o contato dos licenciados, ainda no Ensino Superior, com o espaço escolar futuro no qual será inserido.

Destaca-se, neste artigo, o projeto de caráter interdisciplinar do Curso de Pedagogia em Cláudio que agregou os profissionais das diversas disciplinas, para atuarem na orientação de Estágio Supervisionado dos graduandos que estagiariam na Educação Básica com temas que fossem pertinentes ao espaço escolar e que ao mesmo tempo assegurasse o aperfeiçoamento da formação dos docentes em nível superior. Ressaltamos que a interdisciplinaridade é fundamental na atualidade, uma vez que só o trabalho em equipe e com um viés integral pode lograr sucesso.

Por essa razão, entende-se o Estágio Supervisionado como um programa de extrema relevância a formação docente e apresentar os resultados dos trabalhos nele desenvolvidos também se faz importante uma vez que a formação de professores se concretiza no exercício, na reflexão, na ação e também do ato de analisar os aspectos do conhecimento estético: a fruição, a análise artística, a contextualização e a produção de obras de artes (BRASIL, 2016). Assim, o Estágio Supervisionado, à medida que viabiliza a inserção do licenciando em situações concretas nas quais se desenvolve o trabalho docente, permite que esse vá refletindo sobre suas ações enquanto constrói seus saberes.

O licenciando, em contato com a rotina da escola, passa a observar, perceber e analisar com maior precisão quais são de fato as demandas dos alunos. Ele passa a associar a teoria à prática com muito mais precisão e com um olhar mais crítico, pois vivência situações para as quais a teoria não apresenta respostas prontas. Diante desse contexto, ele passa a levar a prática vivida nas escolas para ser discutida nos cursos de graduação.

Buscando essa reflexão sobre o processo de formação que tem se dado durante o ingresso dos licenciandos nas Escolas, esse artigo descreverá as ações e os resultados das mesmas de uma proposta de Estágio Supervisionado em uma Escola de Educação Básica de Cláudio

No primeiro semestre de 2017, o tema interdisciplinar selecionado para trabalho na Escola Estadual xxxxxxxx foi "Consumismo: uma proposta de educação financeira" e teve o contorno mais específico a partir do título: “Educação financeira: por um mundo onde o menos é mais”

Em um mundo cada vez mais globalizado e informatizado, a instituição escolar não pode mais compreender a tecnologia como uma ameaça e vilã que concorre e destitui o seu papel de ensinante e abala os moldes já estabelecidos de ensino, mas requer uma compreensão

ISSN: 2317-5265 – v. 9, n. 6 (2018) - UEMG - CLÁUDIO
da necessidade de tomar essas ferramentas, como mais um instrumento de apoio no processo ensino-aprendizagem e esse desafio foi assumido pelos graduandos que atuaram com esse Projeto interdisciplinar.

Nesse sentido, todas as ações que foram desenvolvidas no segundo semestre de 2017 e que aqui são apresentadas tiveram a intenção de valerem-se de recursos digitais para o desenvolvimento de um projeto de ensino em uma perspectiva interdisciplinar e interativa, na qual a prática se sobressai à teoria, ou seja, parte-se do princípio que o conhecimento vai ser construído a partir das ações que serão feitas durante a realização da atividade.

Entendendo o processo ensino-aprendizagem como um espaço de interação em que os atores envolvidos nesse processo – ensinantes-aprendentes – alternam esses papéis e efetuam um trabalho colaborativo, um trabalho valendo-se de recursos midiáticos se fez relevante e ofereceu grande bônus para a escola, tornando seus alunos sujeitos mais ativos de seu processo de aquisição de conhecimento, como também contribuiu para a formação dos licenciandos em contato com as novas tecnologias e com o fazer pedagógico colaborativo e investigativo.

Os objetivos mais específicos de se trabalhar esse tema foram: propor ações de ensino que envolvessem as novas tecnologias; e desenvolver um projeto de ensino sobre “Educação financeira: a tecnologia em favor de suas finanças, tendo em vista que o assunto merece atenção por parte dos educadores.

1.1 Procedimentos metodológicos

Para a realização das ações propostas nesse estudo interdisciplinar foi necessária a utilização de diversos textos teóricos sobre o consumismo e educação financeira na atualidade e, também, a organização e seleção dos materiais tecnológicos que seriam utilizados como ferramentas para a apresentação do tema, a saber: câmeras digitais, smartphones, computadores do laboratório de informática da escola, aparelhos de datashow, caixas de som e câmera de filmagem para produção de pequenos vídeos.

Posteriormente, o tema foi apresentado à escola, mais especificamente a um público-alvo que contemplou alunos dos quartos e quintos anos do Ensino Fundamental. O tema foi escolhido pelos estagiários e seus professores orientadores. A escolha do tema para a

ISSN: 2317-5265 – v. 9, n. 6 (2018) - UEMG - CLÁUDIO
construção do Projeto de Estágio se deu por apresentar a possibilidade de se trabalhar conteúdos variados que atendessem à diversidade socioeconômica dos alunos.

2 DESENVOLVIMENTO

2 Resultados e discussão

Durante todo o segundo semestre de 2017, os licenciandos da UEMG Cláudio em parceria com a escola trabalharam o tema consumismo e o apresentou aos alunos, valendo-se de recursos midiáticos de forma interdisciplinar.

Em um primeiro momento, foi exibido um curta-metragem sobre o "Consumismo no mundo capitalista", com o intuito de iniciar a conscientização e a motivação dos alunos para trabalharem o tema.

Outra necessidade foi uma ação de conscientização sobre o uso de eletrônicos na escola em prol da educação. Para conseguir a liberação da entrada de celulares e de câmeras na escola, os alunos precisaram, inicialmente, compreender o uso efetivo desses aparelhos, cumprindo regras de utilização, somente nos momentos solicitados, ou seja, foram estabelecidas regras em conjunto para otimizar as atividades que seriam propostas.

Após a exibição do curta-metragem sobre o consumo em excesso nos tempos atuais, os alunos foram divididos em grupos e passaram a executar a primeira tarefa envolvendo o tema, a saber: a realização de uma pesquisa de preços de produtos de uma cesta básica e, posteriormente, a confecção dessa cesta pelo menor valor que pudessem alcançar. Esse momento oportunizou muita reflexão sobre o que é básico, o que é consumir de forma consciente e como eles, alunos e ainda crianças, poderiam ajudar aos pais na economia financeira em seus lares. Sabemos que muitos filhos têm passado pouco tempo com os pais. Segundo Campos e Souza (2003),

O tempo compartilhado entre pais e filhos é cada vez mais escasso: trabalha-se cada dia mais para o aumento do poder aquisitivo (e conseqüentemente do consumo), e a mulher tem uma contribuição crescente na fatia produtiva da população, ficando bastante tempo fora de casa. Pais chegam tarde em casa, crianças atarefadas, refeições solitárias ou feitas fora do lar. A família se reúne cada vez menos para conversar sobre o cotidiano...

Conscientes já de serem crianças e adolescentes, mas sujeitos críticos que podem atuar na sociedade e nela inserir outros hábitos, uma nova proposta foi lançada aos mesmos alunos – aprender a ler o gênero textual contas de energia – conhecer como se dá a redução do consumo em seus lares e buscar a prática efetiva do aprendido. Essa ação envolveu uma pesquisa via internet em um site denominado “aprendendo a ler sua conta” e, também, contou com uma palestra de um engenheiro da Cemig que detalhou todos os passos para a economia de energia.

A partir dessa primeira ação, os alunos apresentaram suas tarifas de energia do mês de agosto e passaram a compará-las com as próximas contas, as dos meses de setembro, outubro e novembro, com intuito de comprovarem que introduziram o aprendido em casa. Destaca-se que essa ação deixou os alunos muito motivados e todos conseguiram mostrar reduções em suas tarifas, demonstrando uma aplicabilidade do que aprenderam em sala.

Enquanto, a ação de redução de energia em casa se dava, de maneira concomitante, outras ações eram postas em prática. Assim, os alunos efetuaram a criação de receitas para um café da manhã completo e esse café foi alvo de avaliação pelos docentes da escola, que levaram em conta: o material utilizado e o custo dos produtos, assim como o sabor das comidas e bebidas que ali lhes foram servidas.

A produção dos bolos e de guloseimas para serem servidos como café da manhã foram gravados durante a confecção nas casas das crianças e editados como simulação de um programa de culinária. Novamente, aliou-se aqui a temática de redução de consumo ao uso da tecnologia para registro dessa ação.

Além de produzirem receitas econômicas e cestas básicas de menor custo, ações que visavam o benefício direto às famílias das crianças envolvidas no projeto, outra ação desenvolvida visou o atendimento de outras crianças que não teriam acesso ao livro, em função de seu alto custo ainda no Brasil. Se ler é necessário para a formação de cidadãos críticos, o acesso ao livro é outra questão que merece atenção. Em função da dificuldade para aquisição de livros por parte de muitas crianças, foi lançada uma campanha, usando como ferramenta de divulgação o Facebook da escola e dos alunos envolvidos com os seguintes dizeres: “Há um livro em sua casa sem leitor, pois há um leitor sem livro aqui”. As doações dos livros para o aumento do acervo na escola foram feitas na biblioteca da Escola para

ISSN: 2317-5265 – v. 9, n. 6 (2018) - UEMG - CLÁUDIO
posterior distribuição em outros espaços não escolares, mas que atendem, também, crianças
como abrigos e CRAS. Desta forma, os alunos aprendem a lidar com o consumismo de forma
diferente, ou seja, menos "capitalista". De acordo com estudiosos,

As experiências vivenciadas na infância (grifo nosso) e adolescência são de grande
importância na construção de padrões de comportamento, inclusive na fase adulta.
Segundo Ward (1974), pelo menos alguns padrões de comportamento são
influenciados por experiências na adolescência e o estudo dessas experiências
serviria para entender não apenas o comportamento do consumidor jovem, mas
também o desenvolvimento de padrões de comportamento entre adultos (SANTOS;
FERNANDES, 2011).

Durante todo o Estágio Supervisionado, muitos professores da escola puderam
perceber, a partir do contato com os licenciados, que é possível utilizar com certa
tranquilidade as novas tecnologias a favor do processo ensino-aprendizagem, desde que se
faça um planejamento criterioso do que pode ou não ser feito/usado pelos alunos.

Ao final de todo o processo, uma roda de conversa foi promovida na escola, com
professores, estagiários, alunos e família para avaliar o resultado das ações propostas. Tanta
família, quanto os próprios alunos relataram estar mais atentos ao consumismo desenfreado e
a preços abusivos que o mercado lhes tem apresentado, exercendo uma ação mais criteriosa e
crítica no momento de fazerem suas compras. Muitos disseram que a atividade proposta e
desenvolvida poderá futuramente evitar o materialismo e o consumismo exacerbado. De
acordo com Santos e Fernandes (2011),

A literatura sugere que um estilo de vida materialista possui consequências
negativas a longo prazo, tanto para a sociedade em geral como para o indivíduo em
particular. Além disso, estudos em psicologia defendem a infância (grifo nosso) e a
adolescência como período-chave para a formação de valores e crenças. Torna-se,
portanto, crucial descobrir o que leva a criança (grifo nosso) e o(a) adolescente a
desenvolver padrões materialistas de consumo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado tem se mostrado um programa fundamental ao licenciando
que pretende seguir o trabalho docente, pois através desse ele vem tendo a possibilidade de
experienciar práticas de ensino, conhecer melhor o desenvolvimento de um projeto didático-

ISSN: 2317-5265 – v. 9, n. 6 (2018) - UEMG - CLÁUDIO pedagógico e, principalmente, envolver-se com os alunos e seus pares, a fim de que ele possa adicionar essa experiência a sua vida profissional.

Logo, o objetivo do Estágio de preparar o educando para a vida docente e capacitá-lo para o aprendizado permanente e autônomo tem se dado. Neste contexto, buscamos desenvolver um projeto no segundo semestre de 2017 que visou ampliar as possibilidades de trabalho docente valendo-se da tecnologia e aliando a essa ferramenta um tema atual, no caso "educação financeira". Desta forma, permitiu-se ao licenciando compreender seu cotidiano escolar e aprender a lidar com outras situações além da sala de aula como laboratórios de informática, salas de multimídia, desenvolvendo, pois, projetos de caráter inovador.

Entende-se que iniciativas como essas, de criação e implementação de projetos com novas tecnologias, contribuem para elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das instituições de Educação Superior. Além disso, o projeto permite ao licenciando o contato imediato com a realidade das escolas públicas nas quais ele irá atuar.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação da Docência (Pibid). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=467&id=233&option=com_content&view=article>. Acesso em: 3 jul. 2017.

CAMPOS, Cristiana Caldas Guimarães de; SOUZA, Solange Jobim. Mídia, cultura do consumo e constituição da subjetividade na infância **Psicol. Cienc. Prof.** vol.23 no.1 Brasília mar.2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100003>. Acesso em 11 abr. 2017.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. HYPERLINK "<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312230&search=%7C%7Cinfo%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>"HYPERLINK "<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312230&search=%7C%7Cinfo%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>"HYPERLINK <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312230&search=%7C%7Cinfo%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>

NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto, 2011.

SANTOS, Cristine Pizzutti dos; FERNANDES, Daniel von der Heyde. A socialização de consumo e a formação do materialismo entre os adolescentes. **RAM**, Rev. Adm. Mackenzie.

ISSN: 2317-5265 – v. 9, n. 6 (2018) - UEMG - CLÁUDIO
vol.12, n.1. São Paulo jan./fev. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712011000100007>>. Acesso em: 23 maio 2017.

**TRABALHO E ORGANIZAÇÃO: as relações entre trabalho,
personalidade e identidade - um estudo de caso na indústria siderúrgica**

Patrícia F Santiago¹

Maurício José de Faria²

Jadir Raimundo da Silva³

Marcos Vinícius Gomes⁴

Luiz Elpidio de Melo Machado⁵

Resumo

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada junto à Indústria Siderúrgica, cujo objetivo principal foi estudar as relações entre trabalho, personalidade e identidade dos trabalhadores na área siderúrgica, tendo como referência os modelos de QVT – (Qualidade de vida) na área siderúrgica. A pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo analítico, podendo ser considerada também um estudo de caso. A amostra pesquisada foi de 190 indivíduos. A coleta de dados foi realizada através dos instrumentos de entrevista, leitura de atas e observação in loco dos trabalhadores. Como resultado, constatou-se a existência de uma interação grupal bem definida, que decorrem de uma elevada satisfação em relação à organização. Paralelamente, foi encontrado um importante nível de satisfação com o trabalho em si, implicando em significativa QVT. A promoção de maior satisfação entre os membros da área de produção e administração, passa pela revisão de aspectos da cultura organizacional e das políticas de Recursos Humanos. Através desta pesquisa, foi possível identificar as

¹ Pós graduada (Mestrado em Língua Portuguesa). Professora do Curso de Letras / UEMG – unidade de Divinópolis

² (Mestrado em Letras) Professor do Curso de Letras UEMG Unidade Divinópolis

³ Pós graduado (Mestrado em educação) UNINCOR. Professor do Curso de Psicologia / UEMG- unidade de Divinópolis

⁴ (Mestrado em Administração). Coordenador e Professor do Curso de Administração/ UEMG- Unidade Cláudio

⁵ (Mestrado em Engenharia de Produção). Professor do Curso de Engenharia de Produção /UEMG- Unidade de Divinópolis

variáveis determinantes que possibilitam recomendar a adoção de políticas que visem a promoção de maior ajustamento e satisfação no trabalho.

PALAVRA CHAVE: Qualidade, Trabalho, Identidade e Personalidade.

Abstract

This article presents the results of a survey carried out with the Steel Industry, whose main objective was to study the relationships between work, personality and identity of the works in the steel industry, with reference to QVT - (Quality of life) models in the steel industry. The research is characterized as a descriptive analytical study, and may also be considered a study case. The sample studied was 190 individuals. The data collection was done through the instruments of interview, minutes reading and in loco observation of the workers. As a result, the existence of a well-defined group interaction was verified, which derive from a high satisfaction with the organization. At the same time, an important level of satisfaction with the work itself was found, implying significant QVL. The promotion of greater satisfaction among the members of the production and administration area goes through the review of aspects of organizational culture and Human Resources policies. Through this research, it was possible to identify the determinant variables that make it possible to recommend the adoption of policies aimed at promoting greater adjustment and job satisfaction.

KEY WORD: Quality, Work, Identity and Personality.

1. Introdução

O trabalho constitui, ao longo da história, um importante, se não o principal, determinante da forma de organização das sociedades, sendo o meio através do qual o homem constrói o seu ambiente e a si mesmo.

O advento do sistema capitalista veio introduzir profundas transformações no mundo do trabalho, destacando-se a separação do trabalhador dos meios de produção e do produto do trabalho e a expropriação do conhecimento deste a partir do surgimento de movimentos como os tayloristas/fordistas no século XX.

Esses últimos movimentos foram responsáveis por um aumento de produtividade e redução dos custos de produção, possibilitando o acesso de uma parcela cada vez maior da população aos bens de consumo.

Em contrapartida, verificou-se que a forma de trabalho instituída, então resultou em uma perda de poder do trabalhador sobre seu trabalho e do significado do mesmo, de modo que o trabalho passou a constituir uma fonte de sofrimento para o indivíduo e de deterioração de sua qualidade de vida.

A deterioração da qualidade de vida se manifesta através de diversas formas, destacando-se o surgimento de novas patologias, dentre as quais sobressai o fenômeno do estresse.

Aliado ao impacto decorrente da forma de arranjo do trabalho em si, tem-se a influência da forma de configuração das organizações sobre a personalidade do indivíduo, podendo o choque entre a estrutura organizacional e a psicofísica do trabalhador levar ao seu adoecimento.

Tendo em vista a possível repercussão negativa do trabalho sobre o indivíduo, surgiram estudos visando adequar o trabalho e a estrutura das organizações às necessidades dos trabalhadores, buscando a satisfação destes *vis-à-vis* a melhoria de seu desempenho profissional. Inserem-se aqui os estudos sobre Qualidade de Vida e relações entre o trabalho, personalidade e identidade. Quais são os fatores relacionados ao trabalho que influenciam na formação da identidade/ personalidade dos funcionários?

Este artigo visa apresentar alguns dos resultados encontrados em tal estudo, salientando as questões referentes ao impacto da atividade braçal na produção do gusa e da estrutura da organização pesquisada sobre as variáveis.

2.Revisão Teórica

2.1. Qualidade de Vida no Trabalho

O grande impulso em torno da questão da Qualidade de Vida no Trabalho - QVT - deu-se a partir dos anos 70 quando acontecem as lutas de trabalhadores e estudantes contra o sistema taylorista/fordista de produção. No entanto, diversos autores demonstram preocupação com a QVT no movimento de Administração Científica e mesmo nos trabalhos de Adam Smith.

O interesse das organizações acerca da QVT deve ser entendido como resultado das pressões dos trabalhadores e também como decorrência da constatação de que formas de

gerenciamento do trabalho mais democráticas, aliadas a tarefas mais complexas, constituíam as bases para um aumento de produtividade num contexto econômico tecnológico delineado então.

Em última instância, os estudos da QVT vieram englobar as pesquisas sobre motivação, satisfação no trabalho, fatores ambientais e ergonômicos, proporcionando uma visão mais completa da situação do homem em relação ao trabalho. Nesse sentido, destacam-se as pesquisas realizadas por Maslow, Herzberg, McGregor dentre outros autores.

A QVT surge como esforço no sentido da humanização do trabalho. De fato, observa-se que a forma de estruturação do trabalho e das organizações impõe uma necessidade de adequação do indivíduo aos parâmetros organizacionais, não considerando os seus interesses e desejos. A abordagem da QVT vem então incorporar algumas preferências humanas no desenho e gestão de sistemas organizacionais, buscando torná-los mais satisfatórios ao indivíduo, contribuindo ainda para a qualidade de vida geral do mesmo.

2.2. Investigação das Relações entre Trabalho, Personalidade e Identidade

O objetivo geral desta investigação foi, portanto, entender as relações entre trabalho, personalidade e identidade, das pessoas dentro da indústria siderúrgica, a partir da identificação dos fatores que provocam satisfação e insatisfação no trabalho.

a) Pesquisa na área siderúrgica:

A área siderúrgica apresenta uma característica de trabalho primitivo, ou com grande esforço intelectual e físico. A relação entre trabalho, personalidade e identidade, justificava sempre uma necessidade de compreender os motivos que levavam alguns trabalhadores a manifestarem características emocionais diversificadas, assim como: agressividade, sensibilidade e outros fatores emocionais relacionados ao trabalho.

Há uma relação e incorporação do trabalho ao homem na formação da identidade e personalidade.

b) Fatores que influenciam nas relações e formação da personalidade e identidade dos funcionários:

Na área siderúrgica, a situação não parece diferente de outras indústrias, a maioria das organizações encontram defasadas há décadas em relação ao desenvolvimento tecnológico, principalmente em modernas técnicas operacionais, com baixos salários e oportunidades de aprimoramento não são criadas.

A área siderúrgica não oferece boas condições de trabalho, o trabalhador cria uma nova forma de comportar-se, buscando uma identidade no nível social.

2.3-Transformações no Trabalho

a) Revolução Industrial Clássica:

Nesta revolução, o trabalho servil tornou-se assalariado e nessa época surgiram os primeiros sindicatos de trabalhadores: também foram construídas as primeiras máquinas. Introdução de uma prática mecânica, com máquinas a vapor e de carvão. A sociedade deixou de ser rural para ser urbana.

b) Transformação com o Fordismo:

O Fordismo possui uma característica que expressava uma produção em linha e em grande escala. Foi um período marcado pela força do sindicato e o estado de bem-estar social.

Sua ideia básica era a linha de montagem que surgiu quando Henry Ford visitava um frigorífico de frangos, onde eles eram dispostos em uma esteira, mortos e depenados. Ford, então adaptou a ideia da esteira em uma linha de montagem de automóveis, assim surgiu a produção estandardizada. (Padronizada). O Fordismo tem como objetivo a produção em larga escala, que necessitava também, de um consumo em larga escala.

C) Transformações Toyotismo

O Toyotismo começou a ser implantado definitivamente em 1962. Sua principal característica e objetivo é a produção somente do necessário num tempo menor. Ao contrário do Fordismo, onde a produção determina a demanda, no Toyotismo, a demanda

determina a produção, isto é, só se produz o que é pedido, por isso se produz mais rápido e melhor.

O Toyotismo provocou o fim da produção em massa. Criou o sindicato incorporando a empresa, o sistema flexível de produção, pois, trabalha com exigências mais individuais de consumo.

2.4. Produção Industrial

A preocupação com a produção industrial iniciou-se na Revolução Industrial, quando houve uma acumulação de capital.

Enquanto o Fordismo era um meio de organização social, o Toyotismo foi o principal modelo da reestruturação produtiva. A produção industrial passou por fases distintas:

- a) **Artesanato**, onde o trabalho era todo realizado pela mesma pessoa. Trabalho manual, o artesão, com a ajuda de sua família fiava o fio e fazia o tecido.
- b) **Manufatura**, o trabalho era feito com ferramentas e vários operários trabalhavam na mesma sala sob a supervisão de um chefe. Há uma especialização, cada trabalhador era encarregado de uma parte específica da produção.
- c) Terceira fase **maquinofatura**:

A maquinofatura, é caracterizada pela substituição das ferramentas utilizadas na manufatura por máquinas. Este sistema predomina até hoje. Segundo Marx historicamente, o desenvolvimento do processo de trabalho capitalista apresentou três fases: cooperação, manufatura e grande indústria. O artesão passou a ser assalariado, o que fez surgir progressivamente, o proletariado moderno. Várias foram as inovações tecnológicas do início da Revolução industrial: o tear mecânico, o bastidor hidráulico, a máquina a vapor, o barco a vapor, a locomotiva, etc. Todas estas invenções, inovações, causaram impactos no modo de produção.

2.5. As Organizações como Empreendimentos Humanos

Podemos descrever as organizações como “unidades ou entidades sociais, intencionalmente construídas e reconstruídas, nas quais as pessoas interagem entre si para alcançar objetivos específicos”. (Ademir Antônio Ferreira)

A organização envolve a alocação dos recursos da empresa, de maneira a otimizar a consecução das metas. O controle, por sua vez, envolve a retroalimentação dos resultados e o acompanhamento destes, de modo a permitir comparações com o que foi planejado e ajustes necessários.

Um papel muito importante cabe à motivação, pois trata-se de um fator fundamental para a melhoria do nível de desempenho dos empregados, que, por consequência, influenciará o alcance dos objetivos da empresa.

2.6. Comportamento humano nas organizações

O estudo do comportamento organizacional é a aplicação do conhecimento sobre a ação e comportamento das pessoas dentro das organizações. Este estudo busca uma forma de compreensão das atitudes e formação da personalidade dessas pessoas.

Lopes menciona que as três razões fundamentais que determinam o comportamento são a percepção, entendida como a maneira pela qual o indivíduo sente os estímulos que são absolvidos seletivamente; as atitudes, relacionadas com as opiniões e valores; e os mecanismos de defesa, definidos como o processo de comportamento usado quando o *feedback* do comportamento original indica expectativas não alcançadas.

Kanaane considera “a existência de diferentes concepções do termo comportamento”. Assim, distingue e define:

- comportamento individual: aquele que retrata as reações inerentes ao indivíduo e suas condutas no contexto organizacional;
- comportamento grupal: aquele que se refere à gama de reações dos indivíduos que compõem um grupo. As ações emergentes do comportamento grupal retratam as

múltiplas influências decorrentes da dinâmica existente, incluindo as pessoas, a interação, o sentimento, as atividades (tarefas), a comunicação e os objetivos;

- comportamento organizacional: aquele que se refere a manifestações emergentes no contexto das organizações, indicando os controles, o processo decisório e os esquemas técnico-administrativos assumidos num dado momento organizacional".

2.7. Aspectos históricos da siderúrgica no Brasil

Ao assinar, em 30 de janeiro de 1941, o decreto-lei determinando a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, Getúlio Vargas encerrou uma longa etapa da história da implantação da siderurgia no Brasil. Mas por que esta foi uma decisão política?

Não se pode dizer que em 1930 não existissem usinas siderúrgicas no Brasil. Eram muitas as pequenas usinas, mas apesar da produção sempre crescente, elas não conseguiam atender à demanda do país e obrigavam-nos à importação de produtos siderúrgicos. Simplificando a questão, o Brasil exportava minério para poder importar trilhos para suas ferrovias.

No começo da década de 1930, ainda não se possa falar em uma política de industrialização consistente, é certo que então se inaugurou uma nova fase nas relações entre Estado e economia. Afastando-se progressivamente do liberalismo econômico, o Estado passou a atuar cada vez mais como regulador das diferentes atividades, e se esforçou para definir um planejamento econômico global.

A ascensão de Getúlio Vargas marcou o início de uma série de medidas tomadas pelo Estado para avaliar a situação da indústria siderúrgica. Ao longo de uma década, várias comissões foram formadas ou encarregadas de estudar o assunto, até se chegar à criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O fator decisivo para a criação dessa indústria foi a Segunda Guerra Mundial.

A mudança de rumo coincidiu com a viagem do major Edmundo Macedo Soares e Silva à Europa e aos Estados Unidos, para estudar as possibilidades de exportação do minério de ferro brasileiro e as modernas instalações siderúrgicas existentes, com vistas à criação de uma grande siderúrgica. Como resultado dos contatos mantidos, foi decidido que a empresa U. S.

Steel enviaria ao Brasil um grupo de técnicos para avaliar a viabilidade, a partir de capital misto, da construção de uma usina a coque.

Assim, em 4 de março, assinou o Decreto-Lei nº2.054, criando a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, diretamente subordinada à Presidência da República, e integrada, entre outros, por Guilherme Guinle e o próprio Macedo Soares.

A nova etapa seria a organização da nova companhia e a implementação das obras. O local escolhido foi a pacata localidade de Santo Antônio da Volta Redonda. Um local que atendia às exigências técnicas (terreno plano, grandes reservas de água, estrada de ferro), e também a alguns fatores de ordem política, pois a cidade se situava no estado do Rio de Janeiro, então governado por Ernani do Amaral Peixoto, genro do presidente Vargas.

Em 9 de abril de 1941, realizou-se a assembleia geral de criação da Companhia Siderúrgica Nacional, e foi escolhida sua primeira diretoria.

3-Resultados e Discussão

A Indústria Siderúrgica em Divinópolis

Se os aspectos sociais e humanos não recebem a atenção devida, os aspectos técnicos e os serviços não serão executados em sua plenitude. Isso gera uma má organização do trabalho e atendimento insuficiente aos usuários e aos próprios objetivos da indústria siderúrgica; a produção de gusa.

Um ambiente favorável ao desenvolvimento da organização inclui, portanto, os aspectos relativos à autoridade, à situação do diretor administrativo e supervisor de produção e de seu pessoal.

Contudo, a situação observada nas indústrias siderúrgicas é diferente. Elas se encontram instaladas em locais adaptados, os maquinários são obsoletos e os trabalhadores em geral não possuem nível de instrução necessário às atividades que desempenham.

A indústria siderúrgica deveria dispor de recursos humanos compatíveis com a sua função de organismo imprescindível ao desempenho do sistema de produção de gusa. Tendo em vista a

relevância do subsistema humano para as indústrias siderúrgicas (tanto da diretoria como dos níveis de chefia e pessoal de nível operacional) e, sendo estas partes do ambiente interno, é que tivemos uma sustentação para o estudo de caso.

Estudo de caso é o produto de diversas entrevistas e observações. Neste trabalho, o estudo de caso foi efetuado na Ferroeste Industrial Ltda., empresa que tem como ramo de atividades a produção de gusa, e que conta com aproximadamente 190 funcionários.

O primeiro contato com a empresa se deu através de entrevistas abertas com os funcionários do setor de produção e administração e visitas a todas as dependências da empresa, acompanhadas pelo técnico de segurança do trabalho.

As entrevistas individuais possibilitaram constatar expressões de felicidade e bem-estar, e verbalizações como “... aqui a equipe de trabalho é boa”, “... os encarregados não aborrecem”, etc. Isto implica que as relações trabalhistas calcadas em políticas de fluência entre empregador e empregado, preservam a manutenção do clima organizacional. A constatação de práticas empresariais, motivação, como o bom índice do salário, pagamentos programados e em dia, auxílio-saúde, seguro de vida, etc, denotam a hipótese sobre a construção de política trabalhista mais participativa. A observação da história de vida dos trabalhadores dos setores de produção remete ao acontecimento do êxodo rural para a busca de melhores condições de trabalho numa sociedade industrializada.

Os operários pesquisados relataram as suas condições de trabalho no meio rural e o vislumbre de uma perspectiva de se encontrar na área urbana uma “estabilidade”.

Atualmente, relatam que a partir da admissão na empresa, tiveram em suas vidas uma melhoria considerável no que diz respeito à alimentação, à saúde e ao relacionamento familiar.

Segundo Maslow, a motivação do ser está no prazer e na satisfação do presente ou no desejo de buscar uma meta que o indivíduo considera positiva. São comportamentos inspirados por valores e necessidades de crescimento. Assim, suprido suas necessidades básicas como fome, estabilidade, proteção, libertação do medo e da ansiedade, advindas de uma condição de vida complexa e mal estruturada no campo e, que foram segundo os relatos desses trabalhadores, a

mola mestra para efetuarem o êxodo, eles agora se colocam dispostos a tratarem de temas como relações humanas, segurança no trabalho e outros.

Palestras efetuadas na própria empresa podem auxiliar a promoção dos aspectos cognitivos, sociais e emocionais destes operários, mostrando que o fator saúde mental e sua manutenção vai depender do homem estar satisfeito em suas necessidades básicas e psicológicas, como necessidade de auto-respeito e estima e crescimento. Isto gera necessidade de desenvolver seus potenciais e capacidades de autocrítica, gerando o prazer em se atualizar. Nesse sentido, a análise das queixas aponta para um nível mínimo de conflitos relegando para os sindicatos de classe questões mais generalizadas. Notou-se que a satisfação pessoal gerado pelo desempenho da tarefa é uma questão relevante e observável nos trabalhadores.

Segundo Vanderley Codo, quem entender como os homens transformam a natureza, como se organizam para produzir, entenderá muito sobre o seu comportamento. As relações de trabalho determinam o comportamento, as expectativas, os projetos, a linguagem e os afetos determinam a identidade.

Durante as conversas com o setor administrativo da empresa, visualizamos a ânsia dos trabalhadores para o aperfeiçoamento, através da frequência em cursos capacitação ou aperfeiçoamento.

Reportando a Maslow, inferimos que os impulsos para o crescimento são a maior fonte da motivação humana. Um ambiente bom e estável proporciona um nível de satisfação e condições de comunicação, e permite o fluxo de informações sobre a própria tarefa. Este ambiente também passa a ser considerado, como um local de trocas efetivas, que visualiza não só o lucro, mas também o crescimento pessoal. Isto ressignifica um desenvolvimento pessoal, que as representações destes trabalhadores acerca de seu papel enquanto operários. Já dizia Maslow, que o trabalhador estável e psicologicamente saudável, e autoatualizado, produz mais e promove o progresso em todos os níveis. Formam-se pessoas responsáveis e auto-diretivas, gerando um clima de confiança, cooperação e de relações afetivas provocadoras de integração.

A observação da história profissional dos encarregados dos setores de produção desta empresa através das entrevistas efetuadas demonstrou que muitos se relacionam com a empresa há quase 20 anos, e alcançaram ascendência na carreira, mediante comportamentos criativos e propulsores do crescimento empresarial.

Uma análise concreta das representações que um indivíduo tem do mundo que o rodeia, só é possível se as considerarmos inseridas num discurso bastante amplo, onde as lacunas, as contradições e, conseqüentemente, a ideologia pode ser detectada. É necessário definirmos o lugar que ele ocupa em relação aos outros e através do seu discurso, entender o seu espaço. Este se concretiza nesta relação, enquanto realidade subjetiva que se insere no real, socialmente representada e reproduzida em termos de “todo mundo” (Sílvia T.M. Lane)

4. Considerações Finais

Chegar a conclusão final deste artigo é rever, não só o percurso do texto produzido, mas, principalmente, é reconsiderar o fazer profissional, mediante as realidades estudadas nas relações entre trabalho, personalidade e identidade.

De antemão, havia consciência da necessidade da contextualização da história do trabalho e do relacionamento desta com o momento social da personalidade e identidade do trabalhador.

Mas com o decorrer da pesquisa, através de toda a revisão bibliográfica e através da pesquisa em loco, pudemos perceber mais nitidamente o valor da compreensão do trabalho nas relações sociais, na interação com a formação da personalidade como determinadora da identidade.

Diante disso, fez-se mister ampliar o nosso objeto de pesquisa, uma vez que não se pode circunscrever a polêmica sobre as relações entre personalidade e identidade no trabalho apenas nos seus aspectos tecnicistas e processualísticos. O âmbito de debate se torna agora mais amplo.

A Indústria Siderúrgica em Divinópolis, apesar da menor ênfase na questão educacional, existe uma inquietação e busca pelo autodesenvolvimento, atualização educacional e profissional por parte dos funcionários. Neste caso, a perspectiva de crescimento nas empresas e a manutenção dos empregos são dados a serem considerados.

Verificamos, também, uma tendência em direção ao uso da gestão participativa, trabalho de equipe e divisão de responsabilidades, mescladas evidentemente às formas de gestão mais tradicionais.

Isto gera um impacto positivo na personalidade do trabalhador que tem a oportunidade de expressar suas opiniões e sugestões dentro do grupo de trabalho, além de conservar um relacionamento saudável e uma comunicação mais favorável entre os membros da equipe e a respectiva chefia.

Em termos dos fatores que provocam a satisfação no trabalho, os depoimentos dos funcionários apontaram como influentes os aspectos que se enquadram dentro das categorias motivacionais definidas e propostas na abordagem de Maslow, como o cumprimento das necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de auto-realização.

Fatores que, afetam diretamente a formação da personalidade dos funcionários quando expressos e mantidos, desencadeando sentimentos de felicidade e comprometimento com a tarefa e com a organização, o que nos leva a concluir que, na ausência ou privação destes fatores motivacionais, emergem os reflexos de insatisfação ocasionando consequências negativas para a personalidade e comprometendo o envolvimento no trabalho.

Os trabalhadores têm no trabalho uma fonte de realização pessoal, principalmente quando fazem aquilo que gostam e, conseqüentemente o fazem com prazer.

Com base nos relatos da pesquisa e discussão teórica apresentada neste trabalho, consideramos, pois, ter atingido os objetivos propostos e, ainda, ter contribuído com informações sistematizadas sobre o tema, fornecendo, assim, subsídios que possam contribuir para as investigações sobre a relação personalidade, identidade e trabalho, principalmente em função dessa nova situação de gestão laboral no país.

5. Referências Bibliográficas

CHANLAT, J-F. *O indivíduo na organização*. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1993.

CHIAVENATO, Idalberto, *Administração de Recursos Humanos*. São Paulo : Mcgrawhill, 1983.

DAVIS, K.; WERTHER, W.B. *Administração de pessoal e recursos humanos*. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

FADIMAN, J. FRAGER, R. *Teorias da personalidade*. São Paulo : Harbra, 1986.

FERNANDES, Eda, Conte. *Qualidade de vida no trabalho*. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

FERREIRA, A. A. *Gestão Empresarial de Taylor aos nossos dias*. São Paulo : Pioneira, 1997.

GIL, Antonio Carlos. *Administração de Recursos Humanos*. São Paulo : Ed. Atlas, 1994.

HUSE & CUMMINGS. *Uma evolução no conceito qualidade de vida no trabalho*. São Paulo : Ed. Macgraw-Hill, 1985.

KANAANE, Roberto. *Comportamento Humano nas organizações : O Homem rumo ao século XXI*. São Paulo : Atlas, 1996.

LANE, Silvia T. M. , WANDERLEY Codo (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo : Brasiliense, 2001

LOPES, Alberto, Najar. *Organização de RH*. São Paulo : Ed. Atlas, 1994

MARTINS, M. M. *Personalidade e trabalho : um estudo psicológico com trabalhadores em uma empresa industrial..* Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo : 1999.

MASLOW, A. *Introdução psicologia do ser*. Rio de Janeiro : Eldorado, 1968.

MORAES, L. F. R. de et al. *Qualidade de vida e estresse organizacional: um estudo comparativo em profissões de risco*. Belo Horizonte: NEACO/CEPEAD/FACE/UFMG, 1998. (Relatório de pesquisa).

NADLER, D.; LAWLER, E. Quality of work life: perspectives and directions. *Organization Dynamics*, New York, v. 1, n. 11, p. 20-30, Winter/1983.

ROBBINS, S. P. *Comportamento organizacional*. Trad. Christina Avila de Menezes 8.ed.

**VENDENDO IDEIAS OU REFORÇANDO PRECONCEITOS?
OS RISCOS DA COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL**

Marina Alvim Amaral / Licenciada em Letras

Patrícia Ferreira Santiago/ Mestre em Língua Portuguesa

Marcos Vinícius Gomes / Mestrado em Administração

Marcos Morais Tavares / Mestre em Ciências Contábeis

Jadir Raimundo da Silva/ Mestre em Educação

Luiz Elpídio de Melo Machado/ Mestre em Engenharia de Produção

RESUMO

A década de setenta constituiu um marco para o movimento de mulheres no Brasil, com suas vertentes de movimento feminista, grupos de mulheres pela redemocratização do país e pela melhoria nas condições de vida e de trabalho da população brasileira. Esses movimentos, culminaram no fato de que em 1975 passou-se a comemorar, em todo o planeta, o ano Internacional da Mulher e realizar-se a I Conferência Mundial da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, instituindo-se a Década da Mulher. A partir desta data, todos os anos é comemorado no dia oito de maio o dia internacional da mulher, sendo assim, divulgado e difundido várias formas de felicitações e homenagem às mulheres de todo o mundo. As empresas se valem dessa data, muitas vezes, para vender seus produtos e ideias para as mulheres e homens que irão presentear-las. Entretanto, até que ponto a Comunicação Empresarial cumpre o papel de ajudar a vender a ideia de igualdade de gênero? Até que ponto a mulher, realmente alcança seus direitos por meio dessas campanhas de comunicação e, de maneira mais específica, toma-se os cartões de felicitações às mulheres para indagar: o

que de fato se apresenta nesses cartões são mesmo felicitações, são mensagens que veiculam respeito a figura feminina? Para refletir sobre essas questões, foram utilizadas as considerações da Análise do Discurso Francesa, a qual preconiza uma visão de texto dialógico - repleto de vozes, implicando, dessa forma, em uma grande possibilidade de sentidos, que nos permite efetuar recortes significativos, atingindo o processo discursivo, pelo qual as ideologias, língua e história perpassam o texto de Comunicação Empresarial e tudo isso poderá nos mostrar um discurso velado, mas, ainda, existente de preconceito de gênero.

PALAVRAS CHAVE: Análise do Discurso, Comunicação Empresarial, Cartões, Dia Internacional da Mulher

ABSTRACT

The decade of the seventies was a milestone for the women's movement in Brazil, with its feminist movements, women's groups for the redemocratization of the country and the improvement of the living and working conditions of the Brazilian population. These movements culminated in the fact that in 1975 the International Women's Year was celebrated all over the world and the First World Conference on Women, promoted by the United Nations - UN, instituting the decade of the woman. Since then, the International Women's Day is celebrated on May 8 every year. Thus, various forms of congratulations and homage to women from all over the world have been disseminated and disseminated. Companies often use this date to sell their products and ideas to women and men who will present woman. However, to what extent does Business Communication play the role of helping to sell the idea of gender equality? To what extent does the woman really achieve her rights through these communication campaigns and, more specifically, the women's congratulatory cards are asked to ask: what actually appears on these cards are congratulations, they are messages that respect the female figure? In order to reflect on these issues, the considerations of the French Discourse Analysis were used, which advocates a dialogical text vision - full of voices, implying in this way a great possibility of meanings, which allows us to make

significant highlights, reaching the discursive process, through which ideologies, language and history permeate the text of Business Communication and all this may show us a veiled, but still existent, discourse of gender bias.

KEYWORDS: Discourse Analysis, Business Communication, Cards, International Women's Day

INTRODUÇÃO

O que entendemos por estudo de gêneros separa aquilo que seria adquirido pela natureza, ou os aspectos anatômicos, fisiológicos e as representações criadas pela sociedade para cada sexo (BUTLER, 2003, p. 24). Nesse contexto, por exemplo, o homem deve ser másculo, bem sucedido, provedor, superior, líder, racional e dominante sobre o sexo oposto. Já a mulher, em contrapartida, deve ser submissa, dócil, passiva, recatada, limitada ao ambiente familiar e dedicar-se aos serviços domésticos. Dessa forma, assimilamos essas representações como se fossem comuns e naturais, pois se tratam de construções sócio-históricas.

O dia 8 de março, como Dia Internacional da mulher, teve origem na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em 1910 em Copenhague, na Dinamarca. Isso se deu, quando em um protesto contra a opressão feminina, Clara Zetkin, dirigente do Partido Social Democrata Alemão, propôs instaurar, oficialmente, o dia internacional das mulheres. Já no Brasil, em 1975, Ano Internacional da Mulher, que a luta feminista conquista uma visibilidade mais expressiva. A partir dessa década, o dia 8 de março entra na agenda de luta de diversos movimentos sociais e organizações sindicais do país e grupos feministas tomam força para promover mais discussões e atividades, ocupando às ruas.

Essa data foi, posteriormente, proposta para representar a luta das mulheres por igualdade social, política, econômica e sexual, mas acabou sendo banalizada e comercializada.

Várias são as campanhas das Empresas para venderem seus produtos nessa data de maneira a presentear às mulheres e vários são os Cartões de felicitações às

veiculados em redes sociais, com a ascensão das novas mídias. A ideia inicial seria ressaltar o espaço da mulher, entretanto, o que de fato, quando efetuada uma leitura mais crítica, se vê é um texto paradoxal, que contraria a proposta primeira.

Na maioria das vezes, além de encobrir a verdadeira proposta da data, nessa pesquisa analisada, as propagandas veiculadas acabam produzindo uma imagem depreciativa e estereotipada da mulher. A mídia tem grande responsabilidade nisso e, de forma expressiva, a publicidade. Grande parte, ainda, produz a imagem de uma mulher fútil, sexualizada e (ou) objetificada: os comerciais de cerveja, por exemplo, são alvo de críticas frequentes pelos grupos feministas. Apesar da existência do CONAR (Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária), pouco se faz em relação a essas representações ofensivas veiculadas não só pelas empresas, mas também por instituições. Assim, essa pesquisa pretende analisar imagens veiculadas na Internet e Whatsapp no dia 8 de março de 2018, seu texto explícito, ou seja, o enunciado do cartão, mas também o “não dito” implícito nas chamadas entrelinhas.

Para a análise dos textos do Dia da Mulheres, seguiremos os postulados de Bakhtin (2011) que vê a palavra como signo ideológico por excelência. Pautados na ideia de Bakhtin (2011) de que a palavra não é monológica, mas dialógica, já que dialogam com as vozes do outro, a ideia de polifonia se faz presente nessa pesquisa. Sendo assim, destacamos as vozes feministas, machistas, femistas e outras que perpassam os cartões de felicitações, corpus de análise nesse estudo.

Partindo de uma análise discursiva e avaliando seus efeitos, foi possível questionar se os textos escritos em cartões e mensagens distribuídas em redes sociais, mais especificamente, no dia 8 de março do ano de 2018, direcionam a leitura para sentidos que enaltecem a luta feminina, ou o implícito, o não dito, apagam outros sentidos, que seriam possíveis de ocorrer na mesma sequência, se observados à luz da análise do discurso e de marcas de polifonia, não tão evidentes em uma primeira leitura.

JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa permitiu-nos uma discussão acerca dos conceitos da Análise do discurso, a linguagem, a estrutura e estratégias de persuasão presentes em cartões de

felicitações no dia 8 março – dia estabelecido como dia Internacional da mulher. Foi possível traçar um parâmetro histórico e a realidade do alcance que foi a luta das mulheres desde o ano de 1975 até os dias de hoje, quando pela análise dos cartões que se enviaram as mulheres nesse último ano – a saber 2018, destacamos vozes explícitas e outras veladas que, ainda, representam um discurso de menosprezo ao gênero feminino.

Aprender a ler para além do dito, perceber a polifonia e discursos que se querem perpetuar, mas de forma velada, contra as conquistas do gênero feminino se faz extremamente relevante.

OBJETIVOS

-Apresentar uma discussão acerca dos conceitos da análise do discurso, relevantes na análise dos textos impressos em cartões de felicitações do dia 8 de março de 2018 (Dias internacional da Mulher) e diante desses conceitos analisar nos textos presentes nos cartões, a linguagem, a estrutura, as vozes, as entrelinhas e as estratégias de persuasão presentes em cada um.

-Com base nas análises dos cartões, efetuar uma reflexão acerca do papel da mulher na sociedade atual e também de que forma podemos perceber as vozes escondidas (feministas, machistas, femistas, discursos de misandria entre outros) do dito e não dito por trás dos cartões enviados as mulheres no dia Internacional da Mulher.

METODOLOGIA

Para o cumprimento dos objetivos, esse estudo cumpriu uma primeira etapa de revistar o acervo bibliográfico em que foram levantadas obras da área da Análise do discurso e também de Antropologia, no tocante ao lugar do feminino no decorrer do tempo.

Posteriormente, foi feita uma seleção de textos, cartões de felicitações às mulheres que visaram confirmar nossa hipótese sobre o fato de nesses textos e cartões, ainda, há falhas no âmbito da Comunicação Empresarial, já que vendem, nesses cartões,

ideias presentes de vozes machistas , fumistas, colocando a mulher não exatamente no locus que sua luta tem visado.

Após a seleção desses materiais, os mesmos foram analisados à luz das teorias estudadas. O enunciado de cada cartão foi analisado, assim como os aspectos não verbais, como imagens, cores e tudo que isso pode simbolizar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a análise dos textos do Dia das Mulheres, seguiremos os postulados de Bakhtin (2011) e Ducrot (1987) que vê a palavra como signo ideológico por excelência. Pautado na ideia de Bakhtin (2011) de que a palavra não é monológica, mas dialógica, já que dialogam com as vozes do outro, a ideia de polifonia se faz presente nessa pesquisa. Sendo assim, estabeleceremos as vozes feministas, machistas, femistas e outras que possam perpassar esses cartões de felicitações tomados como corpus de análise.

Bakhtin (2011) e Ducrot (1987) apresentam em suas obras uma teoria que se opõe à posição linguística que toma como óbvio que cada enunciado tem um e apenas um autor. Iniciando sua reflexão através de um diálogo com os trabalhos de Bakhtin , Ducrot (1987) argumenta que é necessário considerar a existência de um desdobramento do sujeito na enunciação: há locutor e enunciador nesse lugar. Há o locutor, que é o responsável pelo dizer, é aquele a quem o pronome eu se refere (1987: 182). A ele correspondem duas instâncias: o “locutor enquanto tal”, que está no plano da enunciação, não é uma entidade do mundo “real”, e o “locutor enquanto ser do mundo”, que é a pessoa no mundo que está na origem do enunciado.

Ducrot (1987) exemplifica essa distinção com a autocrítica: nessa circunstância, o “locutor enquanto tal” faria a crítica não a si mesmo, mas ao “locutor enquanto ser no mundo”. Há, por outro lado, os enunciadores, que correspondem às perspectivas apresentadas no enunciado, aos pontos de vista postos em cena pelo locutor na enunciação dos enunciados. Através de um paralelo entre a cena enunciativa e a cena teatral, faz-se corresponder o locutor ao narrador, e o enunciador ao personagem.

Assim, do mesmo modo que pode haver vários personagens apresentados pelo mesmo narrador em uma mesma peça, também o locutor pode apresentar vários enunciadores, no mesmo enunciado, ou seja, o que nesse texto chamaremos de várias vozes. O enunciador é, então, a origem dos diferentes pontos de vista que se expressam no enunciado; isto é, o locutor coloca em cena diferentes enunciadores, que representam as diferentes perspectivas enunciadas. Na negação, por exemplo, o locutor coloca em cena duas situações: a voz de quem nega o fato, e a voz de quem afirma o fato, ou seja, por trás de toda negativa, há uma afirmativa. Na Comunicação Empresarial, portanto, a situação não é diferente, não se pode simplificar o processo de comunicação como um espaço de troca de uma única mensagem em um texto, as campanhas das Empresas, também, apresentam várias vozes, ainda que veladas.

Outros marcadores de pressuposição, inferências, recursos de linguagem como a ironia servem a representar vozes distintas da do locutor, também, nesse processo de Comunicação. Segundo o próprio Ducrot (1987), a figura do autor empírico não interessa a linguística e não será, portanto, tratada aqui. O locutor assimila os enunciadores a personagens da cena enunciativa, que podem ser determinados, indeterminados ou apenas genericamente caracterizados, ou seja, vozes do senso comum.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cartão de Felicitação N° 1

(Fonte: Imagem recebida pelo Whatsapp)



Nesse cartão, há uma predominância da cor rosa com a finalidade de determinar a personalidade e sexualidade de quem o irá recebe-lo. “Azul é de menino, e rosa de menina”. Destacam-se, também, os enunciados, nos quais enfatizam apenas qualidades positivas como se as mulheres não pudessem ser falíveis (femismo oculto). É relevante também a posição de sempre ser linda e arrasar sempre, pois se não há beleza o papel da mulher é rebaixado na sociedade, trazendo à tona que a mulher é vista como “bela” por seu corpo, cabelo, aparência e não por seu intelecto e estilo de vida. Levando em conta que esse é um exemplar que circulou nas redes sociais de maneira indistinta, a Comunicação Empresarial aqui falha vendendo a ideia de exigir um padrão/perfil ideal de mulher.

Cartão de Felicitação Nº 2

(Fonte: Imagem recebida pelo Whatsapp)



Nessa segunda imagem, a cor preta predominante no fundo traz como significado imagético talvez, a luta pelas mulheres desde o século XIX em buscas de melhores condições de trabalho e igualdade social. Segundo a teoria de Ducrot em

relação a polifonia por trás de toda negativa, há uma afirmativa. Quando se diz então nesse cartão “*Não dê bombom nem florzinha*” é devido ser esse um ato comum. As mulheres ganham flores, escutam “parabéns” (muitas vezes sem nem a pessoa saber pelo o que está parabenizando), recebem bombom, batom, kit de manicure cor-de-rosa e itens de mulherzinha, para cuidarem de suas aparências, manterem-se bonita e continuar cumprindo sua função social de embelezar o mundo tratando – as como um bibelô com funções domésticas. Em contrapartida a frase “dê respeito” é uma marca implícita de que as mulheres ainda não ganham o respeito que a luta feminista busca no que diz respeito a liberdade de ir e vir ser donas do próprio corpo. Nesse caso, a Comunicação assegurou um pouco mais o que é a intenção desse marco histórico, dando indícios de que o respeito é o melhor presente a ser ofertado.

Cartão de Felicitação Nº 3

(Fonte: Imagem recebida pelo Whatsapp)



Na imagem 3, a mulher se coloca na forma gráfica como uma pessoa, extremamente, poderosa, vista pela forma de andar, a postura ereta assumindo uma posição de superioridade. A ideia da fala do homem de desistir de acompanhar a evolução da mulher traz implícito o femismo, significando um conjunto de ideias que considera a mulher superior ao homem, e que, portanto, deveria dominá-lo, como um machismo às avessas, marcando o poder de submissão.

Cartão de Felicitação N° 4

(Fonte: Imagem recebida pelo Whatsapp)



Nesse cartão, quando se coloca a figura de Deus como alguém que criou a mulher, apenas, porque não seria bom para que o homem vivesse sozinho, é reforçada a ideia de que a mulher não seria um ser tratado igualmente como o “homem”, ela teria sido criada como um objeto para suprir o desejo masculino. Reforça-se, também, a ideia machista e de direitos não iguais das mulheres uma vez que elas surgiram apenas para melhorar a vida dos homens, dando à elas uma atribuição muito difícil de serem “simples e lindas” como se fosse fácil manter o estereótipo da beleza nos padrões da sociedade contemporânea.

Cartão de Felicitação N° 5

(Fonte: Imagem recebida pelo Whatsapp)



Por fim, a imagem 5, retrata a questão de não valorização das conquistas femininas, destacando futilidades, como um jantar; um segundo ponto a ser observado, nesse cartão é apresentar, de maneira velada, no enunciado, a mulher como provida pelo o homem, pois é ele quem irá leva-la a um bom restaurante. Nesse caso, a Comunicação precisa ser repensada, pois a intenção de vender um jantar como produto, derruba a ideia maior a ser transferida: o respeito às mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indagação sobre o discurso destacado nos cartões veiculados nas mídias sociais no dia das mulheres, principalmente voltado para a imagem feminina, permite explorar os códigos verbais e não-verbais nos processos de Comunicação social e empresarial e apreciar de uma maneira privilegiada as potencialidades persuasivas dos sistemas de comunicação. Há nos cartões procedimentos estéticos, literários, retóricos e narrativos que foram destacados nas análises no decorrer deste estudo. Sendo assim, conhecer as peculiaridades do discurso, permite ao leitor extrapolar uma leitura superficial, colocando em questionamento o que está subentendido, nas imagens e nos textos dos cartões destacados. Essa pesquisa não se encerra aqui, pois afinal, toma alguns exemplares de cartões que foram veiculados em 2018 no dia 08 de março, mas intenciona provocar os envolvidos no planejamento da Comunicação: estariam os elaboradores desses cartões vendendo a ideia de respeito ou reforçando o preconceito?

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação. A palavra na vida e na poesia: introdução ao problema da poética sociológica. Org. e equipe de trad. V. Miotello. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à Análise do Discurso. Campinas, S. R: Editora da UNICAMP, 1996.

DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987. (Tradução de Eduardo Guimarães)

MAINGUENEAU, Dominique. **Temas-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

PÊCHEUX, Michel. A análise do Discurso: três épocas, 1983.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In.:

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística III: domínios e fronteiras**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 353-392.

http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Rodolfo_Perske.pdf (Acesso em: 09/05/2018)

<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2405.pdf> (Acesso em: 09/05/2018)

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2308> (Acesso em: 09/05/2018)

<http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf> (Acesso em: 09/05/2018)

<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643> (Acesso em: 09/05/2018)

<http://www.redemulher.org.br/luta.htm> BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina: Educação e Realidade. Jul/dez. Porto Alegre, 1995. (Acesso em: 02/04/2018)

<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-0732-1.pdf> (Acesso em: 02/04/2018)

USO DE SÉRIES TEMPORAIS NA ANÁLISE DA RECEITA DO ICMS PRINCIPAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

USE OF TEMPORARY SERIES IN THE ANALYSIS OF THE REVENUE OF THE SALES TAX OF THE STATE OF MINAS GERAIS

MACHADO, Luiz Elpídio de Melo
GOMES, Marcos Vinícius
SILVA, Valdilene Gonçalves Machado

RESUMO

Este trabalho teve como principal objetivo analisar o comportamento da série da receita do ICMS Principal do estado de Minas Gerais, empregando análise de séries temporais e estudando o efeito da sazonalidade, tendência e intervenção. Para a análise, foram considerados modelos de séries temporais com e sem a presença de intervenção. Os dados referem-se ao recolhimento de ICMS do estado de Minas Gerais, receita mensal no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2016, num total de 228 observações. Essa pesquisa tem relevância no contexto empresarial, por permitir orientar outras análises futuras de outras séries temporais, inclusive, do ano de 2018 e também de contextos específicos, como do setor de Siderurgia e Fundação da cidade de Claudio. A série aqui analisada se ajusta melhor, utilizando as intervenções, mas para fazer previsões desprezar as intervenções torna o modelo mais confiável.

Palavras-chave: Análise de intervenção, modelo SARIMA, ICMS.

Termos para indexação: Análise de intervenção, modelo SARIMA, ICMS.

ABSTRACT

The main objective of this work was to analyze the behavior of the Sales Tax revenue series from the state of Minas Gerais, using time series analysis and studying the effect of seasonality, trend and intervention. For the analysis, time series models with and without the presence of intervention were considered. The data refer to the collection of the state Sales Tax, monthly revenue from

January 1998 to December 2016, for a total of 228 observations. The series fits better using the interventions, but to make predictions disregarding interventions makes the model more reliable.

Keywords: Intervention analysis, SARIMA model, Sales Tax (ICMS).

INDEX TERMS: Intervention analysis, SARIMA model, Sales Tax (ICMS).

INTRODUÇÃO

Inúmeras pesquisas, em diversas áreas do saber como Administração, Economia, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas, Ciências Ambientais, Ciências Exatas entre outras, têm se valido das Técnicas de Análise de Séries Temporais. Esse estudo tem a finalidade de analisar o comportamento da série da receita do ICMS Principal do estado de Minas Gerais empregando análise de séries temporais e estudando o efeito da sazonalidade, tendência e intervenção. Uma série temporal pode ser ajustada por modelos distintos, no estudo da série de ICMS Principal optou-se, inicialmente, pelo Autorregressivo-Integrado-Médias Móveis (ARIMA).

Antes de efetuar a análise do comportamento do ICMS, é importante elucidar algumas questões sobre o objeto que se elegeu para o estudo. O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadoria e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é um dos mais importantes impostos do Sistema Tributário Brasileiro, por ele ser uma relevante fonte de receita estadual e municipal. Segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2018), compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: “operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior”. O Distrito Federal e as Unidades da Federação têm legislação própria que são regulamentadas pelo Código Tributário Nacional.

O demonstrativo da Fazenda Evolução Anual de Arrecadação apresenta dois tipos de recolhimento, a saber: o ICMS Principal e o ICMS Outros. O ICMS Principal refere-se ao recolhimento dos tributos das transações ocorridas no mês e o ICMS Outros refere-se à receita decorrente do pagamento de multas, juros de mora e dívida ativa do próprio ICMS e estão disponíveis no Relatório Mensal de Arrecadação (RMA-DIEF/SEF-MG) elaborado pela Divisão de Gestão da Informação (DGI/DIEF/SAIF/SEF-MG).

Segundo o IBGE (BRASIL, 2018), a economia do Estado de Minas Gerais possui o terceiro maior montante de arrecadação de ICMS do país, por esta relevância, no cenário nacional, realizou-se a análise dessa série de ICMS do Estado de Minas Gerais, de janeiro de 1998 a dezembro de 2016, com um número de 228 observações (N=228). Para a realização dessa análise, foram considerados modelos de séries temporais com e sem a presença de intervenção. As intervenções destacadas foram efetuadas pelo governo estadual ou pela conjuntura política a partir das seguintes ações ou fatos:

- Decreto nº 39.836, de 24 de agosto de 1998 (MG de 25 e retificado no MG de 29/08). Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 38.104, de 28 de junho de 1996, e dá outras providências.
- Resolução nº 3.022, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a cobrança e compensação de valores relativos ao imposto devido nos períodos de referência de janeiro a março de 1999, pelas empresas de pequeno porte reclassificadas automaticamente neste exercício.
- Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/02).
- Orientação Tributária DOLT/SUTRI nº 001/2008. ST/MVA ajustada. Vigência: 01/01/2009.
- Decreto nº 45.504, de 24 de novembro de 2010. (MG de 25/11/2010 e retificado no MG de 16/12/2010 e 18/02/2011). Altera o Regulamento

do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.

- Final do mandato do governador Antônio Augusto Junho Anastasia e do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva
- Início do mandato do governador Fernando Da Mata Pimentel e da presidente Dilma Vana Rousseff.

Essa pesquisa tem relevância no contexto empresarial, por permitir orientar outras análises futuras de outras séries temporais, inclusive, do ano de 2018 e também de contextos específicos, como do setor de Fundação da cidade de Claudio, MG.

MATERIAL E MÉTODOS

Proposto para análise nesse estudo, o ICMS Principal do estado de Minas Gerais foi observado em um período de janeiro de 1998 a dezembro de 2016, totalizando 228 observações, correspondentes às arrecadações mensais desse período.

Comumente, sendo $\{Y_t, t = 1, \dots, N\}$ uma série temporal, um modelo de Y_t pode ser escrito como uma soma de três componentes não-observáveis $Y_t = T_t + S_t + e_t$, onde T_t e S_t representam a tendência e a sazonalidade, respectivamente, e e_t é a componente aleatória de média zero e variância constante.

Utilizou-se nessa análise a metodologia de Box e Jenkins (1970) que consiste em ajustar modelos autorregressivos integrados de médias móveis, ARIMA (p, d, q) , a um conjunto de dados. Segundo Morettin (2006), a construção do modelo baseia-se nos próprios dados em um ciclo iterativo, cujos estágios são:

- (a) "uma classe geral de modelos é considerada para a análise (especificação)";

- (b) há *identificação* de um modelo, com base na análise de autocorrelações, autocorrelações parciais e outros critérios;
- (c) a seguir vem a fase de estimação, na qual os parâmetros do modelo identificado são estimados;
- (d) finalmente, há a *verificação* ou *diagnóstico* do modelo ajustado, através de uma análise de resíduos, para se saber se este é adequado para os fins em vista (previsão, por exemplo).

Para ajustar a tendência, os métodos mais utilizados são, a saber:

- ajustar uma função polinomial ou exponencial;
- suavizar os valores da série ao redor de um ponto, para estimar a tendência no ponto;
- tomar diferenças na série.

Seja Δ o operador diferença, então a diferença na série será denotada por $\Delta Y_t = Y_t - Y_{t-1}$, onde $\Delta = 1 - B$ o, onde B é o operador translação para o passado.

Um modelo ARIMA sazonal, SARIMA de ordem $(p, d, q) \times (P, D, Q)_s$ pode ser representado pelo modelo

$$\left(1 - \Phi_1 B^{12} - \Phi_2 B^{24} - \dots - \Phi_p B^{12p}\right) \left(1 - \phi_1 B - \dots - \phi_p B^p\right) \left(1 - B^{12}\right)^D \left(1 - B\right)^d Y_t = \left(1 - \Theta_1 B^{12} - \Theta_2 B^{24} - \dots - \Theta_Q B^{12Q}\right) \left(1 - \theta_1 B - \dots - \theta_p B^q\right) e_t$$

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 1, observa-se o gráfico da série de ICMS Principal, arrecadação no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2016. Nessa figura, percebe-se que

a série não é estacionária, ou seja, não possui média zero e nem variância constante.

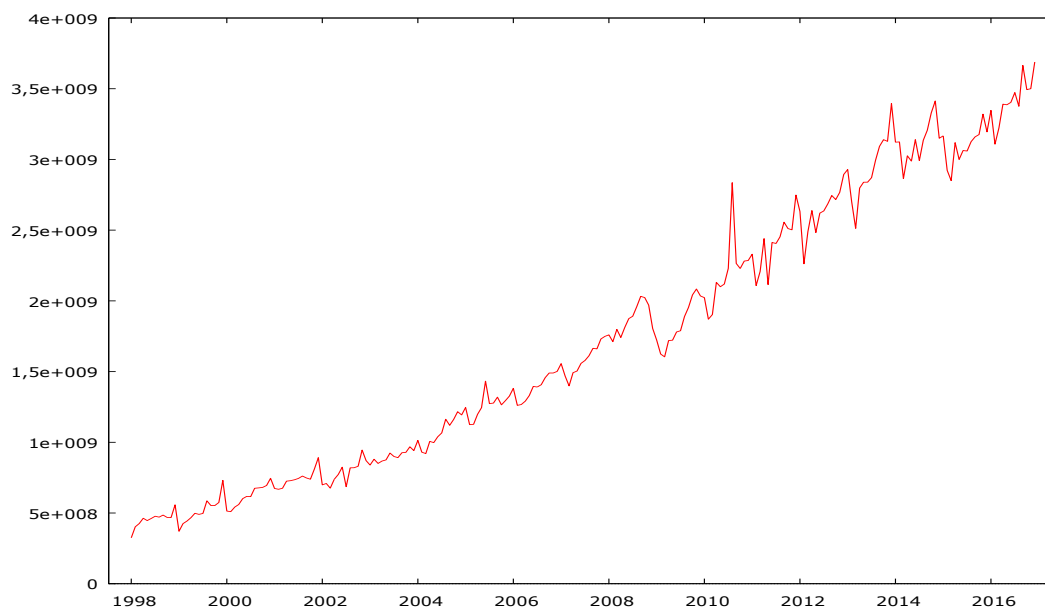


Figura 1: Gráfico da série de ICMS Principal período de jan. 1998 a dez. 2016

O gráfico amplitude versus média – Figura 2 – permite observar se há necessidade de transformação. As estatísticas amplitude-média para ICMS Principal, usando 15 sub-amostras de dimensão 15, geram os seguintes dados:

- inclinação da amplitude versus média = 0,196238
- p-valor para H_0 : inclinação = 0 é 3,45791e-005

Neste caso, a Hipótese nula é rejeitada, ou seja, a inclinação é diferente de zero, isto implica fazer transformação logarítmica.

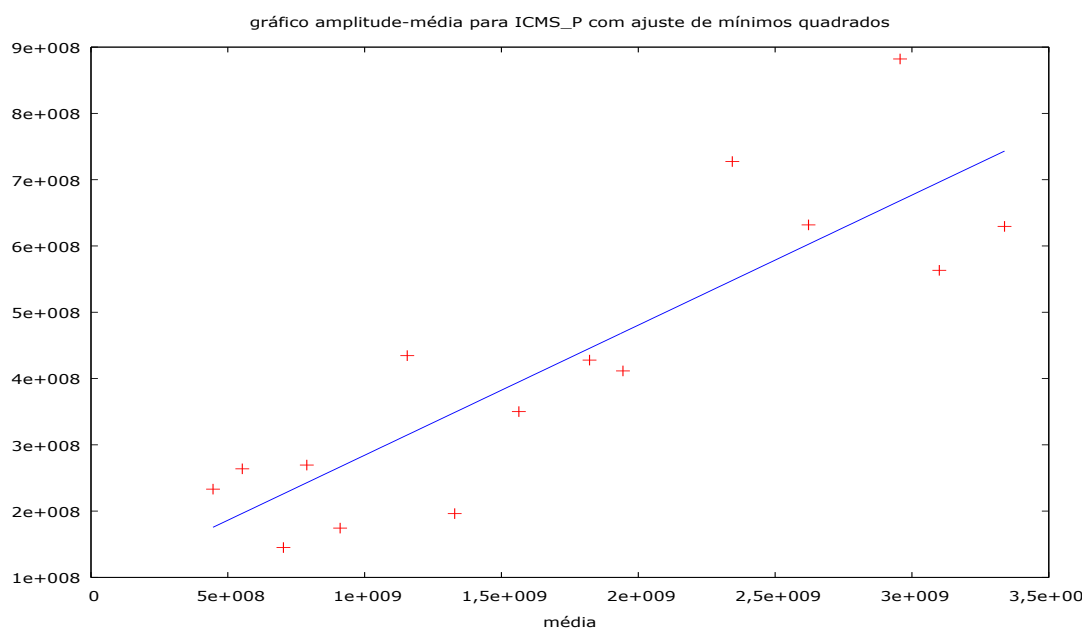


Figura 2: Gráfico amplitude versus média da série de ICMS Principal período de jan. 1998 a dez. 2016

Para realização do teste da raiz unitária, usou-se o Teste de Dickey-Fuller Aumentado.

Característica	Resultado	Indica	MODELO
Sem constante	O p-valor de 0,9991	Presença de raiz unitária	
	As três primeiras diferenças são significativas	Que três diferenças são suficientes para tirar a tendência estocástica	
Com constante	O p-valor de 0,9968	Presença de raiz unitária	ARIMA sem constante
	Constante não significativa		
Com constante e tendência	O p-valor de 0,5053	Presença de raiz unitária	ARIMA considerando time com
	Variável time significativa	Presença de tendência	

	Constante não significativa		variável regressora
--	-----------------------------	--	---------------------

Tabela 1: Teste de Dickey-Fuller Aumentado sem constante, com constante e com constante e tendência da série.

Analisando as variâncias das séries – Tabela 2 –, conclui-se que a primeira diferença é suficiente para eliminar a tendência da série, pois existe variância menor que a série inicial e que a série da segunda diferença.

Variância (na mesma ordem de grandeza)	
Série	$9,3250 \times 10^{17}$
Primeira diferença	$0,13698 \times 10^{17}$
Segunda diferença	$3,6408 \times 10^{17}$

Tabela 2: Variância da série e da primeira e segunda diferença.

A partir do Teste da raiz unitária na série diferenciada uma vez usando o Teste de Dickey-Fuller Aumentado, obtêm-se os dados da Tabela 3.

Característica	Resultado	Indica	MODELO
Sem constante	O p-valor de 0,06352	Presença de raiz unitária	
	A primeira diferença não é significativa	Que não é necessária outra diferenciação	
Com constante	O p-valor de 0,005561	Presença de raiz unitária	ARIMA sem constante
	Constante significativa		
Com constante e tendência	O p-valor de 0,04651	Presença de raiz unitária	ARIMA considerando time com variável regressora
	Variável time não significativa	Presença de tendência	
	Constante não significativa		

Tabela 3: Teste de Dickey-Fuller Aumentado sem constante, com constante e com constante e tendência, da primeira diferença da série.

Pela tabela de distribuição F, para nível de significância de $\alpha = 0,05$ é possível ter- $F(11,216,0,05)=1,83318$, portanto se rejeitou a hipótese nula da série não possuir sazonalidade determinística.

Ao se efetuar a análise da Função de Autocorrelação e Função Autocorrelação Parcial – Figura 3 – observou-se que estão fora do intervalo de confiança o primeiro lag da FAC e dois primeiros lags da função FACP, indicando assim o modelo ARIMA com as seguintes combinações $p = 1, 2$; $d = 1$ e $q = 1$.

Função de autocorrelação para Primeira Diferença ICMS Princi
***, **, * indicam significância aos níveis de 1%, 5% e 10%
usando erro padrão $1/T^{0,5}$

Defas.	FAC		FACP		Estat. Q [p-valor]
1	-0,3286	***	-0,3286	***	24,8393 [0,000]
2	-0,0790		-0,2096	***	26,2812 [0,000]
3	0,0446		-0,0653		26,7422 [0,000]
4	-0,0173		-0,0460		26,8119 [0,000]
5	0,0116		-0,0074		26,8436 [0,000]
6	-0,1250	*	-0,1498	**	30,5185 [0,000]
7	-0,0918		-0,2334	***	32,5083 [0,000]
8	0,1180	*	-0,0615		35,8134 [0,000]
9	-0,0685		-0,1099	*	36,9309 [0,000]
10	-0,0227		-0,1084		37,0543 [0,000]
11	-0,0572		-0,1938	***	37,8419 [0,000]
12	0,3077	***	0,2077	***	60,7273 [0,000]
13	-0,0176		0,1622	**	60,8023 [0,000]
14	-0,0202		0,1576	**	60,9023 [0,000]
15	-0,1261	*	-0,0959		64,8018 [0,000]
16	0,0530		-0,0636		65,4926 [0,000]
17	0,1011		0,1000		68,0239 [0,000]
18	-0,2305	***	-0,0932		81,2385 [0,000]
19	-0,0521		-0,1089		81,9178 [0,000]
20	0,0712		-0,1020		83,1902 [0,000]
21	-0,0273		-0,0601		83,3785 [0,000]
22	-0,0362		-0,1215	*	83,7109 [0,000]
23	0,0463		0,0197		84,2578 [0,000]
24	0,1560	**	0,0668		90,4909 [0,000]

Figura 3: Função de autocorrelação e autocorrelação parcial da primeira diferença da série.

Na Figura 4, pode-se observar que estão fora do intervalo de confiança o primeiro lag na FAC e os dois primeiros lags na FACP. Na FAC, o décimo segundo lag está fora do intervalo de confiança, indicando neste caso o modelo SARIMA com as seguintes combinações $p=1, 2; d=1; q=1; P=0; D=0$ e $Q=1$.

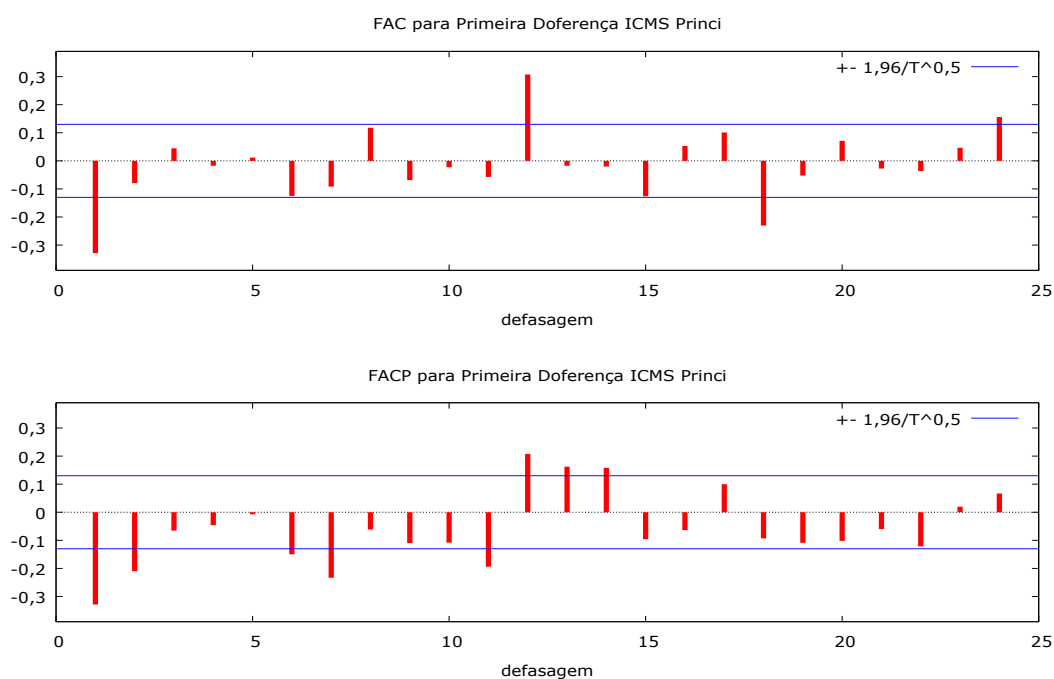


Figura 4: Gráfico da função de autocorrelação e autocorrelação parcial da primeira diferença da série.

Na Tabela 4, encontram-se os modelos ajustados e seus respectivos valores AIC e BIC e p-valor para o teste de Box Pierce.

Modelo SARIMA	AIC	BIC	p-Valor
			Box Pierce
$(1,1,0) \times (0,0,0)$	9062,275	9069,125	$5,562 \times 10^{-8}$
$(2,1,0) \times (0,0,0)$	9056,985	9067,260	$6,863 \times 10^{-8}$
$(0,1,1) \times (0,0,1)$	9027,843	9038,118	0,1432

$(0,1,1) \times (0,0,2)$	9022,385	9036,085	0,3829
--------------------------	----------	----------	--------

Tabela 4: valores AIC e BIC e p-valor para o teste de Box Pierce.

No modelo $(0,1,1) \times (0,0,2)$, o Theta 2 não é significativo, assim o modelo escolhido é o SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,1)$. Na figura 5, estão representadas a série efetiva e o modelo ajustado.

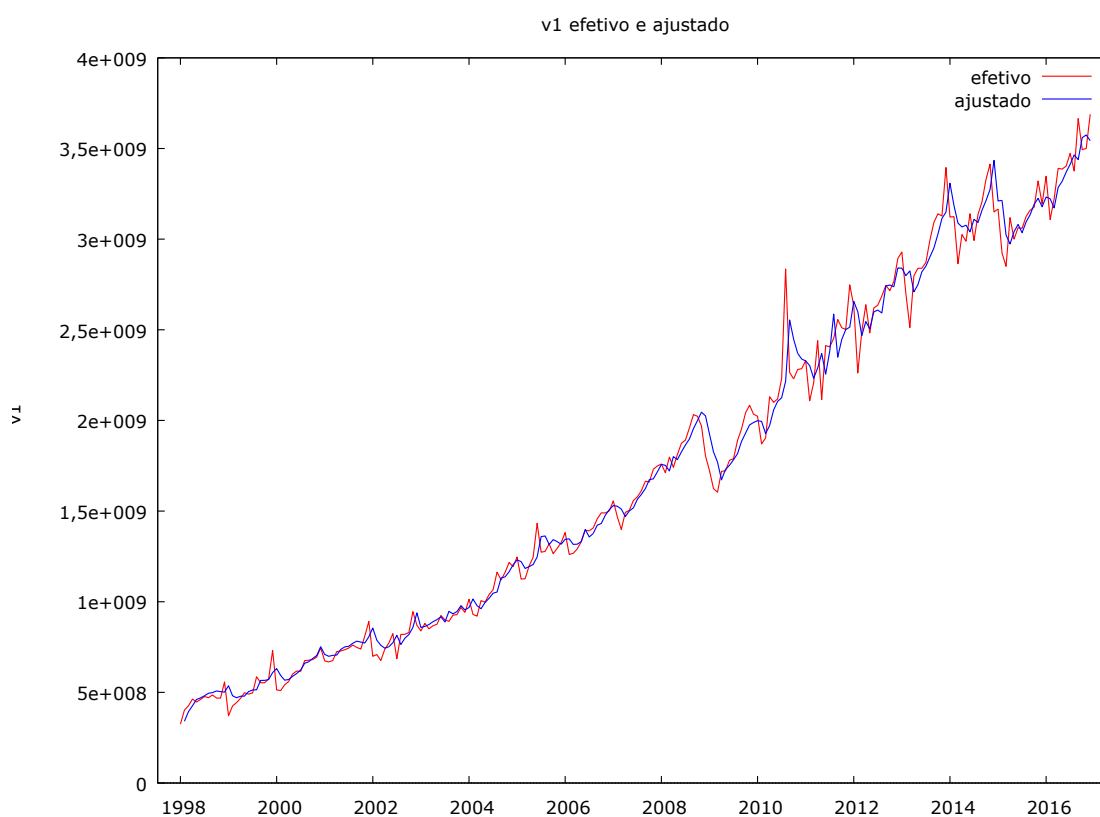


Figura 5: Gráfico série efetiva e o modelo SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,1)$ ajustado sem intervenção.

Para o modelo do gráfico da Figura 5 acima, têm-se os parâmetros na tabela 5.

Parâmetro	Coefficiente
Constante	$1,58421 \times 10^7$
theta 1	- 0,495955
Theta 1	0,311818

Tabela 5: Coeficientes do modelo SARIMA
(0,1,1)×(0,0,1) ajustado sem
intervenção.

Quando analisada, a existência de intervenção na série pelo modelo o SARIMA (0,1,1)×(0,0,1) proposto, identificou-se que foram significativas as intervenções em 2010:08, 2011:05, 2012:02, 2013:03, 2014:12 e 2015:02. Na figura 6, apresenta-se o modelo ajustado.

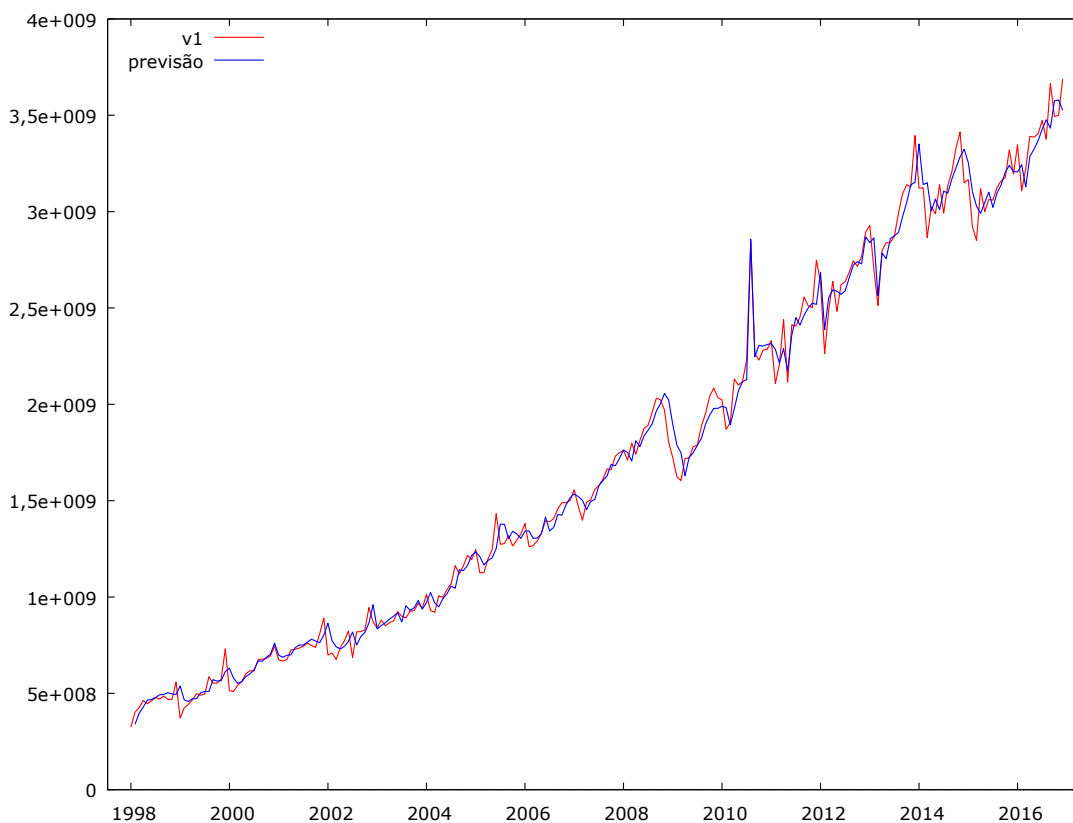


Figura 6: Gráfico da série efetiva e o modelo SARIMA (0,1,1)×(0,0,1) ajustado com intervenção.

Para o modelo do gráfico da Figura 6, têm-se os parâmetros da tabela 6

Parâmetro	Coefficiente
Constante	$1,47917 \times 10^7$
theta 1	- 0,385544
theta 1	0,428753
ago._2010	$6,24316 \times 10^8$
maio_2011	$-2,10730 \times 10^8$
fev._2012	$-2,01535 \times 10^8$
mar._2013	$-2,08475 \times 10^8$
dez._2014	$-1,60513 \times 10^8$
fev._2015	$-1,41218 \times 10^8$

Tabela 6: Coeficientes do modelo SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,1)$ ajustado sem intervenção.

Na Tabela 7, encontram-se os modelos ajustados e seus respectivos valores AIC e BIC.

Modelo SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,1)$	Intervenção	AIC	BIC
	Sem	9020,548	9034,247
	Com	8918,822	8953,071

Tabela 7: AIC e BIC do modelo SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,1)$ sem e com intervenção.

Os dados da tabela permitem concluir que o modelo que melhor se ajusta à série ICMS Principal é o SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,1)$ com intervenção.

Sem a intervenção, o modelo é $(1-B)Y_t = \theta_0 + (1-\Theta_1 B^{12})(1-\theta_1 B)e_t$, substituindo os coeficientes, têm-se

$$(1-B)Y_t = 1,47917 \times 10^7 + (1-0,428753B^{12})(1+0,385544B)e_t$$

$$Y_t = \frac{1,47917 \times 10^7}{(1-B)} + \frac{(1-0,428753B^{12})(1+0,385544B)}{(1-B)} e_t$$

Inserindo as intervenções

$$Y_t = \frac{1,47917 \times 10^7}{(1-B)} + \frac{(1-0,428753B^{12})(1+0,385544B)}{(1-B)} e_t + w_1 I_t^{(152)} + w_2 I_t^{(161)} + w_3 I_t^{(170)} + w_4 I_t^{(183)} + w_5 I_t^{(204)} + w_6 I_t^{(206)}$$

$$Y_t = \frac{1,47917 \times 10^7}{(1-B)} + \frac{(1-0,428753B^{12})(1+0,385544B)}{(1-B)} e_t + w_1 6,24316 \times 10^8 - w_2 2,10730 \times 10^8 - w_3 2,01535 \times 10^8 - w_4 2,08475 \times 10^8 - w_5 1,60513 \times 10^8 - w_6 1,41218 \times 10^8$$

onde $w_1 = \begin{cases} 0, t < 152 \\ 1, t \geq 152 \end{cases}$, $w_2 = \begin{cases} 0, t < 161 \\ 1, t \geq 161 \end{cases}$, $w_3 = \begin{cases} 0, t < 170 \\ 1, t \geq 170 \end{cases}$, $w_4 = \begin{cases} 0, t < 183 \\ 1, t \geq 183 \end{cases}$,
 $w_5 = \begin{cases} 0, t < 204 \\ 1, t \geq 204 \end{cases}$, $w_6 = \begin{cases} 0, t < 206 \\ 1, t \geq 206 \end{cases}$

PREVISÃO

Para verificar a eficiência da previsão do modelo será replicado o método de ajuste da série original a uma nova série, em que os dozes últimos dados são suprimidos. Na tabela 8, verificam-se os valores do AIC, BIC e p-Valor do Box Pierce.

Modelo SARIMA	AIC	BIC	p-Valor
			Box Pierce
(1,1,0)×(0,0,0)	8574,380	8584,492	1,649 x10 ⁻⁷
(2,1,0)×(0,0,0)	8566,826	8580,309	4,500x10 ⁻⁸
(0,1,1)×(0,0,1)	8542,018	8555,500	0,06148
(0,1,1)×(0,0,2)	8532,066	8548,920	0,23190

Tabela 8: AIC, BIC e p-Valor Box Pierce da série de ICMS Principal sem as 12 últimas observações.

Nessa tabela, o modelo escolhido é o SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,2)$. Na figura 7, estão representadas a série efetiva e o modelo ajustado.

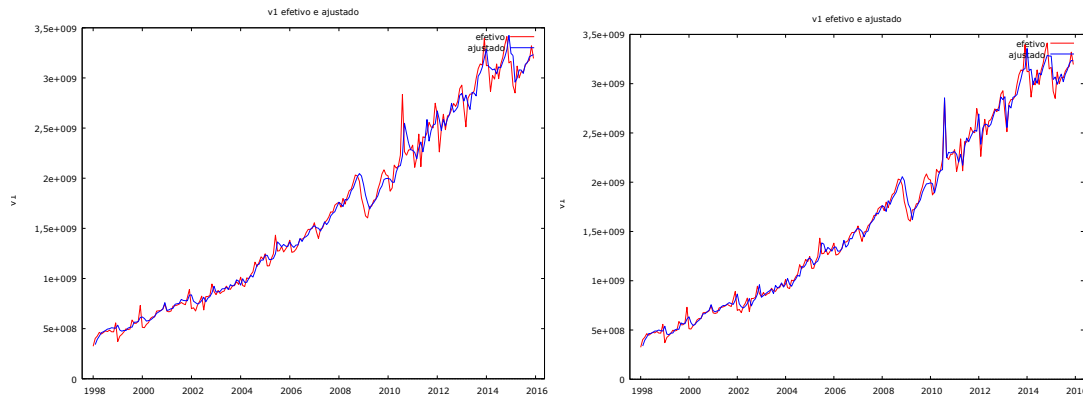


Figura 7: Gráfico da série efetiva e o modelo ajustado, figura (a) sem intervenção figura (b) com intervenção.

Na Tabela 9, encontram-se os modelos ajustados e seus respectivos valores AIC e BIC.

Modelo SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,2)$	Característica	AIC	BIC
	sem intervenção	8532,066	8548,920
com intervenção	8430,158	8463,864	

Tabela 9: AIC e BIC do modelo SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,2)$ sem e com intervenção, da série de ICMS Principal sem as doze últimas observações.

Na figura 8, apresentam-se os gráficos das previsões dos modelos.

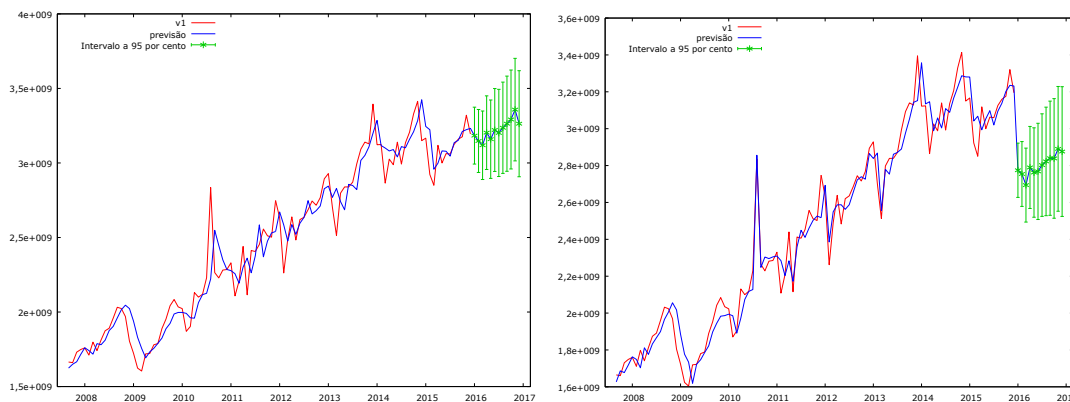


Figura 8: Gráfico da previsão do modelo SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,2)$ (a) sem intervenção e (b) com Intervenção.

Na Tabela 10, observam-se os valores da previsão, no período de janeiro a dezembro de 2016, pelo modelo SARIMA, sem intervenção.

Referência	Valor real	Previsão	Quadrado da diferença
2016:01	$3,34699 \times 10^9$	$3,18340 \times 10^9$	$2,67617 \times 10^{16}$
2016:02	$3,10829 \times 10^9$	$3,14743 \times 10^9$	$0,15319 \times 10^{16}$
2016:03	$3,22294 \times 10^9$	$3,11881 \times 10^9$	$1,08431 \times 10^{16}$
2016:04	$3,39073 \times 10^9$	$3,20325 \times 10^9$	$3,51488 \times 10^{16}$
2016:05	$3,38640 \times 10^9$	$3,15943 \times 10^9$	$5,15154 \times 10^{16}$
2016:06	$3,40357 \times 10^9$	$3,22121 \times 10^9$	$3,32552 \times 10^{16}$
2016:07	$3,47295 \times 10^9$	$3,20154 \times 10^9$	$7,36634 \times 10^{16}$
2016:08	$3,37590 \times 10^9$	$3,23621 \times 10^9$	$1,95133 \times 10^{16}$
2016:09	$3,66483 \times 10^9$	$3,26340 \times 10^9$	$16,11460 \times 10^{16}$
2016:10	$3,49385 \times 10^9$	$3,29158 \times 10^9$	$4,09132 \times 10^{16}$
2016:11	$3,49994 \times 10^9$	$3,35779 \times 10^9$	$2,02066 \times 10^{16}$
2016:12	$3,68901 \times 10^9$	$3,26329 \times 10^9$	$18,12375 \times 10^{16}$
TOTAL			$65,57360 \times 10^{16}$
Erro quadrático médio			$5,4645 \times 10^{16}$

Tabela 10: Erro quadrático médio do modelo SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,2)$ sem intervenção.

Para a realização de uma comparação, a Tabela 11 apresenta os valores da previsão com intervenção.

Referência	Valor real	Previsão	Quadrado da diferença
2016:01	$3,34699 \times 10^9$	$2,77454 \times 10^9$	$3,276990 \times 10^{17}$
2016:02	$3,10829 \times 10^9$	$2,75429 \times 10^9$	$1,253160 \times 10^{17}$
2016:03	$3,22294 \times 10^9$	$2,69405 \times 10^9$	$2,797246 \times 10^{17}$
2016:04	$3,39073 \times 10^9$	$2,78973 \times 10^9$	$3,612010 \times 10^{17}$
2016:05	$3,38640 \times 10^9$	$2,76227 \times 10^9$	$3,895383 \times 10^{17}$
2016:06	$3,40357 \times 10^9$	$2,76842 \times 10^9$	$4,034155 \times 10^{17}$
2016:07	$3,47295 \times 10^9$	$2,80259 \times 10^9$	$4,493825 \times 10^{17}$
2016:08	$3,37590 \times 10^9$	$2,82251 \times 10^9$	$3,062405 \times 10^{17}$
2016:09	$3,66483 \times 10^9$	$2,83981 \times 10^9$	$6,806580 \times 10^{17}$
2016:10	$3,49385 \times 10^9$	$2,83870 \times 10^9$	$4,292215 \times 10^{17}$

2016:11	3,49994 x10 ⁹	2,89061 x10 ⁹	3,712830 x10 ¹⁷
2016:12	3,68901 x10 ⁹	2,87595 x10 ⁹	6,610666 x10 ¹⁷
TOTAL			4,7847466 x10 ¹⁸
Erro quadrático médio			3,98706 x10 ¹⁷

Tabela 11: Erro quadrático médio do modelo SARIMA (0,1,1)×(0,0,2) com intervenção.

A previsão do modelo SARIMA (0,1,1)×(0,0,2) sem intervenção tem Erro Quadrático Médio menor que a previsão do modelo SARIMA (0,1,1)×(0,0,2) com intervenção, portanto é o mais confiável para este fim.

Na Tabela 12, apresentam-se os coeficientes do modelo SARIMA (0,1,1)×(0,0,2) sem intervenção, que permite fazer a previsão da série de ICMS Principal.

Parâmetro	Coefficiente
Constante	1,43620x10 ⁷
theta 1	- 0,482713
theta 1	0,290142
theta 2	0,247942

Tabela 12: Coeficientes do modelo SARIMA (0,1,1)×(0,0,2) sem intervenção.

Portanto, o modelo da série de ICMS Principal é

$$(1 - B) Y_t = \theta_0 + (1 - \Theta_1 B^{12} - \Theta_2 B^{24}) (1 - \theta_1 B) e_t$$

$$(1 - B) Y_t = 1,43620 \times 10^7 + (1 - 0,290142 B^{12} - 0,247942 B^{24}) (1 + 0,482713 B) e_t$$

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado demonstrou que os modelos de séries temporais podem ser úteis para a análise do comportamento do ICMS, nesse estudo específico do ICMS Principal recolhido no estado de Minas Gerais e poderá nortear estudos

específicos do setor empresarial de Cláudio, avaliando o comportamento do ICMS recolhido no município.

Trabalhando e ajustando os modelos com e sem intervenção, percebeu-se que de acordo com o modelo SARIMA $(0,1,1) \times (0,0,2)$ a análise sem intervenção tem Erro Quadrático Médio de Previsão menor e observou-se que esse erro é menor do que o presente na previsão do modelo $(0,1,1) \times (0,0,2)$ com intervenção, sendo esse o mais o confiável para realizar previsão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_16.04.2015/art_155_.asp. Acessado em: 12/02/2018.

BRASIL. IBGE <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html>. Acessado em: 25/03/2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais. Disponível em <<http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/impostos/icms/>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. *Análise de séries temporais*. 2. ed. ver. ampl. São Paulo: Blurche, 2006.

SAFADE, T. Uso de séries temporais na análise de vazão de água na represa de furnas. *Ciênic. agrotec.* 2004, vol. 28, n. 1, p.142-148. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-70542004000100019>>. Acesso em: 15/03/2018;

**ASPECTOS LEGAIS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
PENSANDO UMA EXTENSÃO COM AS ESCOLAS DE CLÁUDIO-
MG.**

Autor 1: Prof. Frederico Cordeiro Martins¹

Autor 2: Prof. Dr Jairo Barduni Filho²

Autor 3 Prof. Me. Márcio Pereira³

RESUMO

Nos últimos anos a sociedade vem acompanhando verdadeiros desastres ambientais, se por um lado o discurso se concentra no que se convencionou chamar de aquecimento global, sabemos que esse aquecimento é parte de um conjunto de outros problemas produzidos pelo capital no desejo de sua reprodução acelerada e para sua manutenção sem nenhuma preocupação com o meio ambiente. O meio ambiente, além de sofrer com os impactos de ações climáticas, tem sido deteriorado historicamente pelo descarte incontrolado do lixo residual doméstico e industrial. O projeto de tratamento de resíduos sólidos em sua vertente educacional possui o objetivo de diagnosticar e pensar a implementação de ações nas escolas do município de Cláudio-MG, no intuito de concretizar o desejo tanto do poder administrativo local quanto institucional, Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG-Cláudio bem como da Faculdade de Políticas Públicas (FAPP) de Belo Horizonte de tornar existente o cuidado com o descarte do lixo neste município. As ações educativas são o foco de nossas ações extensionistas tendo em vista a importância de diagnosticar e agir neste campo como sendo um dos responsáveis pelo processo de conscientização de preservação do meio ambiente. Pretendemos acionar através de uma rede institucional e com diferentes protagonistas um fazer ambiental, no qual a formação, a preservação e a conservação se

1 Prof. do curso de Administração e Ciências Contábeis da Unidade de Cláudio/UEMG – frederico.martins@uemg.br

2 Prof. do curso de Pedagogia da Unidade de Cláudio/UEMG – jairobardunifilho@gmail.com

3 Prof. do curso de Pedagogia da Unidade de Cláudio/UEMG – marcio.marcio@uemg.br

apresentam como elementos centrais de realização a curto, médio e longo prazo. Assim a ideia principal é que possamos, no âmbito da Educação Ambiental, diagnosticar e gerar possibilidades de atividades extensionistas para as escolas do município de Cláudio-MG.

Palavras-chave: Meio ambiente, gestão ambiental, resíduos sólidos, educação ambiental.

ABSTRACT

In recent years society has been following real environmental disasters, if on the one hand the discourse focuses on what is conventionally called global warming, we know that this warming and part of a set of other problems produced by capital in the desire for its accelerated reproduction and for its maintenance without any concern for the environment. The environment, besides suffering from the impacts of climate actions, has been historically deteriorated by the uncontrolled disposal of domestic and industrial waste. The solid waste treatment project in its educational aspect aims to diagnose and think the implementation of actions in the schools of the municipality of Cláudio-MG, in order to concretize the desire of both local and institutional administrative power, State University of Minas Gerais - UEMG-Cláudio as well as the Faculty of Public Policies (FAPP) of Belo Horizonte to make existing the care with the waste disposal in this municipality. Educational actions are the focus of our extension actions in view of the importance of diagnosing and acting in this field as one of the responsible for the process of awareness of preservation of the environment. We intend to activate through an institutional network and with different protagonists an environmental work, in which the formation, preservation and conservation present themselves as central elements of accomplishment in the short, medium and long term. So the main idea is that we can, within the scope of Environmental Education, diagnose and

manage possibilities of extension activities for schools in the municipality of Cláudio-MG.

Keywords: Environment, environmental management, solid waste, environmental education.

INTRODUÇÃO

A ideia de construção de pesquisa científica interdisciplinar e interinstitucional surge de uma concepção contemporânea de produção de conhecimento, onde a reciprocidade se torna presente entre os pesquisadores e instituições, envolvendo trabalho em grupo, colaboração e parceria na busca de uma investigação detalhada através do compartilhamento de experiências, objetivos e problemas. Segundo Veiga (2009):

“A pesquisa interinstitucional entre professores-pesquisadores e alunos de diferentes instituições de educação superior tem surgido como resposta às transformações sociais, políticas, culturais e tecnológicas que colocam em discussão as formas conservadoras e individualistas de produção de conhecimento e desenvolvimento profissional de professores.” (p. 3)

A interdisciplinaridade na pesquisa busca a correta contextualização de certas realidades marcadas pela complexidade, pois na maioria das vezes não podem ser explicadas por uma única disciplina. Conforme cita Maranhão (2010):

“A prática interdisciplinar de pesquisa ocorre em meio a diversos contextos no âmbito da história e consiste num empreendimento coletivo (e controverso) para conhecer as realidades². Tal contexto, caracterizado pela *complexidade* (Baumgarten, 2006; Floriani, 2006; Zellmer *et al*, 2006), indica a necessidade de novas explicações científicas multidimensionais de médio e longo alcance (Baumgarten, 2006: 16-17), principalmente quando se investigam *objetos complexos*, que escapam às explicações de uma única disciplina (Floriani, 2006: 72).”

Diante da complexidade de que se trata o tema meio ambiente, encontra-se na cooperação científica entres pessoas e instituições de diversas áreas de conhecimento, a correta investigação das prováveis soluções para os problemas advindos do uso de recursos naturais.

Com este espírito de cooperação e troca de experiências surgiu a ideia de desenvolvimento do projeto de tratamento de resíduos sólidos do município de Cláudio-MG, pela Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, Unidades Cláudio e Faculdade de Políticas Públicas (FAPP) de Belo Horizonte, contemplando as áreas de conhecimento de ambas. Um primeiro momento de troca de informações sobre as necessidades já conhecidas do município quanto às políticas públicas de gestão ambiental foi o ponto chave da união interinstitucional e interdisciplinar.

Estabelecido o grupo inicial de trabalho, o projeto foi provisoriamente intitulado de “Gestão de Resíduos Sólidos - Projeto Cidade de Cláudio”, estabelecidas as diretrizes de pesquisa pautadas nos temas: Política e Estrutura Legal; Arranjo Institucional (Governança Corporativa); Gestão Operacional; Tecnologias Apropriadas Gestão Financeira e Orçamentária; Participação e Conscientização Pública e Educação, que se apresenta neste artigo como o primeiro trabalho oriundo deste macro projeto.

A educação neste caso seria uma vertente do projeto que visa a conscientização tanto dos alunos das escolas de Cláudio quanto de suas famílias, entendendo que o processo de extensão poderá se estender as famílias bem como até mesmo aos próprios catadores da cidade de Cláudio.

METODOLOGIA

A investigação que está em seu começo partiu de uma revisão bibliográfica sobre o assunto - Educação ambiental e, após esta primeira etapa que será melhor apresentada na análise e discussões, partimos para gerar um plano futuro de diagnóstico com as escolas do município de Cláudio-MG para saber como as escolas deste município pensam e trabalham com o tema em suas ações pedagógicas.

Assim, a investigação que projetamos para começar no segundo semestre de 2018, ocorrerá com as escolas da rede pública de educação da cidade de Cláudio, por meio da análise da pesquisa documental, no caso, análises de conteúdo (livros didáticos, Plano Político Pedagógico (PPP) e currículo escolar). Paralelamente serão realizadas algumas entrevistas/conversas com os sujeitos (alunos) no intuito de saber deles o que têm visto e apreendido na escola sobre o assunto meio ambiente.

Entende-se a entrevista como sendo um gênero discursivo no qual se pode pensar nas redes de significados, interações, invenções infantis e a importância dada ao tema do Meio Ambiente que certamente pode ser evidenciada na relação entre o interlocutor e o destinatário. Logo, as entrevistas irão fornecer base para a análise de conteúdo que seria o método de estudo dos conteúdos em comunicação, ou seja, da presença de determinadas palavras, das verdades contidas nestas, em suas repetições etc.

É de conhecimento do desenvolvimento de um projeto, informação dita pela secretaria do meio ambiente da prefeitura de Cláudio, Maria Helena Gonçalves Mitre Amorim, que as escolas, em parceria com a secretaria, já trabalham com o tema meio ambiente, duas vezes ao ano, no sentido de conscientização deste conteúdo nas escolas. Assim, a proposta é a de diagnosticar este trabalho. Como ele é feito? De que modo é desenvolvido? O que se tem produzido desta ação? O objetivo é saber se, de fato, esta conscientização é algo possível de ser mensurada pelas entrevistas e se os alunos e alunas possuem compreensão do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o presente momento, já aconteceram três reuniões do projeto de tratamento de resíduos sólidos do município de Cláudio, a primeira aconteceu na cidade de Belo Horizonte, na Faculdade de Políticas Públicas (FAPP-UEMG). Naquele momento, estiveram presentes os representantes da Unidade da UEMG-Cláudio para definirmos em conjunto com os professores da FAPP os eixos de extensão.



Imagem 1 (Encontro de professores da UEMG-Cláudio com os professores da Faculdade de Políticas Públicas (FAPP) em Belo Horizonte em junho de 2018).

A segunda reunião ocorreu na prefeitura da cidade de Cláudio, a reunião contou com a presença dos catadores, a equipe da UEMG-Cláudio, do prefeito, da secretaria do meio ambiente e vereadores da cidade. O objetivo do encontro foi de conversar com os catadores na tentativa de convencimento para a associação de catadores, saímos da reunião com uma expectativa boa de adesão dos catadores.



Imagem 2 (Encontro da equipe UEMG com os catadores, secretaria do meio ambiente, vereadores e outros convidados em julho de 2018).

contudo, no terceiro encontro que ocorreu entre os catadores e vereadores para que a conversa avançasse no sentido de ouvi-los para que o processo ocorresse de acordo com a demanda deles, ficamos sabendo que apenas três catadores compareceram. A próxima reunião está marcada para o dia 01 de agosto na sede da UEMG-Cláudio.

Para a próxima reunião, pedimos a presença de uma representante da Secretaria de Educação para tentarmos articular um modo de diagnosticar como o trabalho em prol da educação ambiental tem sido praticado pelas escolas e se tem ocorrido essa extensão de conscientização nas famílias dos educandos.

BREVE CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A DIFÍCIL TAREFA DE TRABALHAR EM PROL DO COLETIVO.

O processo de industrialização e o estilo de vida capitalista trouxeram mudanças profundas para o modo como nos relacionamos com a natureza e com o outro. Apesar de ainda enxergarmos a questão ambiental como algo fora de nós, que trata do impacto da ação do homem sobre a natureza e como essa tem se reorganizado para resistir a essa

intervenção, é fato que o homem é parte da natureza, toda e qualquer ação que venha a afetá-la de algum modo, vai determinar mudanças também na sociedade.

A Educação Ambiental tem sido sujeito de pesquisas onde se procura compreender e questionar as metodologias aplicadas em suas atividades com objetivo de construir diferentes possibilidades de interações sociais. As ações da Educação Ambiental são pensadas a partir de um olhar voltado para um fazer ambiental, no qual a formação, a preservação e a conservação se apresentam como centrais. Trata-se de pensar o meio ambiente enquanto sendo o cuidado de si e do outro, cuidando do meio ambiente eu cuido de mim e do outro que também é parte deste coletivo. Além disso, a educação ambiental é uma intervenção no mundo, uma forma de desmascarar a ideologia dominante de evolução que confunde o senso comum em discursos romanceados de um capitalismo destituído de sua responsabilidade social. Segundo Freire (2013): “É uma imoralidade, para mim, que se sobreponha, como se vem fazendo, aos interesses radicalmente humanos, os do mercado” (p.98).

Freire (2017) ainda nos fala que: “(...) através de sua ação sobre ele (o mundo), o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação” (p.26), isso nos faz refletir sobre a necessidade do uso sustentável dos recursos naturais e da terra, e principalmente sobre a maneira como as relações humanas são afetadas em todo esse processo.

No Brasil o Movimento Ecológico vai ganhar força em plena ditadura, na década de 1970. Em um país em que o manejo racional dos recursos naturais nunca foi uma tradição, a industrialização e a abertura da economia ao capital estrangeiro tiveram consequências devastadoras.

No país foi criada em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente, aparentemente mais por pressão do Banco Mundial e de organizações voltadas para a questão ambiental que por interesse real no tema. Propôs que as instituições governamentais de Educação no Brasil deveriam promover a Educação Ambiental, mas, diante do quadro político vigente desfavorável (...) a Educação Ambiental foi vista como um processo de natureza revolucionário-subversiva e foi devidamente congelada. (...) os interesses políticos e econômicos das nações mais ricas poderiam ser “afetados”

por um tipo de educação que poderia proporcionar às pessoas uma nova visão de mundo.

Realizado em 1975, na Iugoslávia, a Conferência de Belgrado estabeleceu no documento conhecido com Carta de Belgrado os princípios e orientações para um programa de Educação Ambiental, com características multidisciplinares, baseadas nas diferenças regionais e com foco nos interesses nacionais, por se tratar de um dos mais fundamentais elementos de enfrentamento das questões ambientais com possibilidade de desenvolvimento de novas habilidades, competências, atitudes e valores para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, suas relações com a ecologia e, principalmente das pessoas entre si. Uma das mais importantes metas é a formação de uma população consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados, e que tenha conhecimento, aptidão, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para prevenir novos.

A própria Carta de Belgrado estabelece que a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em sua totalidade – natural e criado pelo homem, ecológico, econômico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético, como processo contínuo, permanente, tanto dentro como fora da escola e deve adotar um método interdisciplinar.

Uma das conferências mais importantes sobre o meio ambiente ocorreu em Tblisi na Geórgia em 1977, esta conferência representou um momento de entendimento do que vem a ser educação ambiental, algo, aliás, apropriado pelo Ministério da Educação em sua posição signatária deste encontro, pois, mesmo não tendo participado do encontro, o Brasil produziu inspirado nas discussões do encontro o primeiro documento oficial para a educação ambiental do país.

Deste modo, como aponta Bovo (2007), no Brasil, ocorreu a promulgação da primeira lei que instrumentaliza a educação ambiental, lei (Lei federal 6.938/81). Este instrumento legal versa sobre as escolas precisarem trabalhar o tema da EA integrada aos programas educacionais.

Ainda de acordo com Bovo (2007), no viés de movimento pró meio ambiente, temos os efeitos da Rio-92 que, por exemplo, lançou a carta da terra, que entre outros pontos que versam esse documento, é apontado o direito que todo cidadão possui de ter

uma vida saudável e ter uma vida saudável é viver em um ambiente cuidado, com o lixo devidamente tratado. Um ambiente no qual tanto as indústrias se tornariam instituições preocupadas com o meio ambiente como os cidadãos ordinários, nossos vizinhos, nossos parentes, nossos professores e amigos da escola.

A Educação Ambiental, ao ser destacada pela Rio-92, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), propôs um padrão de desenvolvimento conciliando métodos e práticas ambientais com objetivos de promover a justiça social com eficiência econômica.

Além desse evento, foi realizada a primeira jornada internacional de educação ambiental e o workshop sobre educação ambiental, organizado pelo MEC, dando origem a três documentos - Agenda 21, carta brasileira para a educação ambiental e o tratado de Educação Ambiental sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Ações que, fortalecidas pelo grupo de trabalho para a educação ambiental no âmbito do MEC e pela elaboração dos parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que sugerem o meio ambiente como um dos temas transversais.

De fato, um dos documentos legais de maior impacto no currículo escolar, os (PCN's), instituídos pela Secretaria de Ensino Fundamental, do Ministério da Educação, em seus temas transversais de 1997, passam a orientar metodologicamente a implantação do tema nas escolas. Logo depois, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, criou a Política Nacional de Educação Ambiental. De acordo com Bovo (2007):

Os parâmetros Curriculares Nacionais sugerem que o tema Meio Ambiente seja trabalhado transversalmente na Educação, ou seja, propõem que as questões ambientais permeiam os objetivos, conteúdos e orientações didáticas em todas as disciplinas, no período da escolaridade obrigatória. Ao mesmo tempo, na perspectiva da nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) há indicação de mudanças curriculares no ensino formal; a Educação Ambiental pode ser apresentada em outros níveis de ensino. (p.6).

Em 2002 se instituiria uma política nacional de educação ambiental que a institucionaliza, localiza seus princípios e apregoa a necessidade de interação entre os sistemas educacionais e os setores públicos e privados. (GONÇALVES e DIAS, 2018). O que se espera é que a Educação Ambiental escolar seja desenvolvida mediante práticas que integram humanidade e ambiente num processo prazeroso e lúdico em que

as interações educativas estão relacionadas com aspectos bióticos e abióticos do meio.

Os adultos de hoje não sabem administrar a herança deixada pela era industrial e, como não conseguem limpar a casa, a esperança fica com a próxima geração, aquela que ainda frequenta os bancos escolares. A sociedade mostra que educação ambiental não se aprende (ou não é ensinada) em casa. É só observar por alguns minutos o trânsito fluir numa rua e contar quantos papéis e de cigarros são jogados na mesma. Ou ir à praia e ver onde os banhistas jogam o lixo. Então, dê uma olhada no cesto de lixo de sua casa e repare como você também não separa o seu próprio lixo, ou seja, falta que nos apliquemos o ABC da reciclagem. Bom, você dirá que a prefeitura não tem nenhum programa sério de reciclagem. O fato é que quem se omite e lava as mãos na frente dos filhos, hoje, formará mais um adulto porcalhão daqui há pouco tempo. A questão do lixo doméstico não é a única, nem é o mal maior se considerarmos a poluição industrial, os resíduos químicos despejados nos córregos, rios etc.

Se a escola pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que trate de questões que interferem na vida diária, contribuindo para a formação e pleno reconhecido, ou seja, a educação ambiental deve ser um processo permanente, no qual a sociedade deve tomar e adquirir conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que nos tornem aptos a agir em prol do cuidado com o meio ambiente. Para isso, é preciso que o currículo, um dispositivo de poder no ambiente educacional contemple a discussão de Meio Ambiente em diálogo com as disciplinas escolares e não apenas aparecendo a discussão duas vezes por ano.

Por último, não poderia deixar de apontar para a reforma da Base Nacional Comum Curricular que parece ser o assunto do momento nas escolas, o documento é o que define o que os alunos aprenderão como aprendizagens essenciais a todos os alunos da educação básica além de ser uma referência obrigatória para formulação dos currículos, de acordo com o documento, seria uma reforma para direcionar na educação brasileira a formação integral do aluno e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. São diversos os pontos de vistas em relação a este documento, e, em visita a duas escolas públicas de Cláudio-MG, por ocasião do estágio obrigatório das alunas da Pedagogia, pude ouvir de duas diretoras que as escolas já estão se preparando para tal mudança. Em fala de uma delas, o documento a nível fundamental

preconiza o trabalho com valores o que a escola já faz, me parece que seria um reforço dos valores humanos, democráticos e inclusivos.

E, se a Base preconiza os valores, a integralidade da formação, então o trabalho com os temas tidos como transversais, no caso, o meio ambiente deve se tornar um dos temas a serem trabalhados pedagogicamente pela professora independente se a escola possui dia de trabalho comemorativo do meio ambiente. A Base Nacional Comum Curricular recebido por uma das diretoras da Secretaria de Educação foi gentilmente cedido a mim nesta visita, e, aponta para dez competências gerais para cumprir com as dimensões cognitiva, social, emocional, cultura e física, entre os dez, o sétimo me chamou atenção, este diz assim:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideais, pontos de vista e decisões comuns que respeitam e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com **posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.** (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, 2018 p.9)

Assim, é possível que com esta competência em destaque, as escolas trabalhem concretamente o tema da preservação do meio ambiente, isso, claro, entendo que se trata de uma letra prescritiva, ou seja, no plano ideal já que é preciso esse olhar averiguador para nos certificarmos esta ação acontecendo.

Também é algo interessante de se observar, é se os livros didáticos, com a nova base, irão se adequar a esse tema de modo a trazê-lo como protagonista da aprendizagem. Contudo, como já foi dito, muitas são as críticas e desconfiâncias do impacto desta política atual do MEC. Uma delas foi feita pelo professor Freitas (2017) ao dizer que:

Antes da BNCC os editores (e professores) tinham uma margem de manobra maior na questão do conteúdo, agora, além dos conteúdos definidos (baseados em competências) terão ainda definido o próprio sequenciamento dos conceitos envolvidos nos conteúdos. E de quebra, a questão das habilidades socioemocionais. Acabou a fase da “criatividade”, agora é material padronizado, para o ensino padronizado e que deve apoiar uma avaliação padronizada. Tudo voltado para aumentar a nota do IDEB. No conceito de educação do MEC, nota mais alta é sinônimo de boa educação, e se você quer melhorar o desempenho nos exames, deve-se ensinar aquilo que cai na prova. Portanto, é preciso estreitar o ensino nas habilidades esperadas e

que serão avaliadas. A consequência para os editores e professores era esperada. Para os estudantes, a consequência é o estreitamento curricular e o treino para os testes. (p.1).

Logo, o que vai acontecer na prática com o ensino é algo que nos interessa observar enquanto professores e pesquisadores da educação e do direito e, no tocante a este cenário em mudança, saber como temas como meio ambiente tido como transversal pelos Parâmetros Curriculares Nacionais irão compor não apenas o novo livro didático, mas, quais as estratégias pedagógicas as escolas irão se valer para o trabalho com o conhecimento deste tema visando a conscientização do coletivo para a Educação Ambiental durante o ano letivo?

CONCLUSÕES

Podemos falar que até o momento as primeiras impressões são de que o trabalho em prol do coletivo não será fácil de ser praticada entre os sujeitos catadores e que esperamos que com as escolas não haja a mesma resistência por parte dos gestores e professores para a execução do projeto. Contudo, entendemos que a oportunidade da UEMG-Cláudio participar da construção do projeto de resíduos sólidos é uma realidade e que o trabalho será de longo prazo, o que trazemos nesta escrita é apenas as primeiras impressões fruto de nosso “diário de bordo” da pesquisa que acaba de iniciar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> acesso em: 29 de jun de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental: **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente/ saúde. Brasília.** 128p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>

BOVO, Marcos Clair. **Desenvolvimento da educação ambiental na vida escolar: avanços e desafios.** Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/013/13bovo.htm> acesso em 27 de junho de 2018.

CNUMAD. **Agenda 21.** Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Livro_P_Freire_Extensao_ou_Comunicacao.pdf acesso em 25 de mai de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 47º ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GONÇALVES, A, C, G. DIAS, Cleuza Maria Sobral. **Práticas Educativas no Contexto Escolar e as Manifestações dos Princípios da Educação Ambiental.** GT Educação ambiental nº 22. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Praticas_Educativas.pdf acesso em 28 de junho de 2018.

MARANHÃO, Tatiana de P. A. **Produção Interdisciplinar de Conhecimento Científico no Brasil: temas ambientais.** Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro 2010

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **PESQUISA INTERINSTITUCIONAL EM PARCEIRA: um espaço de possibilidades formativas.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 47-59, jan./abr. 2009.

A PARTICIPAÇÃO E A CONSCIENTIZAÇÃO A RESPEITO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SUA RECICLAGEM NA CIDADE DE CLÁUDIO

Frederico Cordeiro Martins¹
José Vitor Lemes Gomes²

RESUMO

Esse trabalho consiste no esboço sobre as formas de participação popular e conscientização pública na coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis no município de Cláudio-MG. De acordo com informações concedidas pela Secretária Municipal de Meio Ambiente de Cláudio-MG são coletadas, em média, 15.000 Kg de lixo ao dia no município. Sabemos que parte considerável desse montante é composta por resíduos sólidos recicláveis não selecionados para reciclagem. Sabemos, também, que a destinação daqueles resíduos para o aterro controlado cria um problema ambiental devido à lenta decomposição dos mesmos. Frente a esse quadro são viáveis e urgentes ações no sentido de ampliar a coleta seletiva dos resíduos sólidos recicláveis. Desse modo, o presente artigo se justifica como uma proposta de extensão do conhecimento teórico para a prática favorável à uma economia sustentável e à preservação ambiental.

Palavras-chave: Participação; conscientização; resíduos sólidos; coleta seletiva; reciclagem.

INTRODUÇÃO

A política relativa à coleta de lixo no município de Cláudio é promovida pela Prefeitura Municipal através da Secretária de Meio Ambiente que norteia sua atuação na Lei Orgânica do Município (que institui a Política Municipal de Saneamento Básico) e

¹ Mestre e professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Campus Unidade Cláudio, frederico.cordeiro.martins@gmail.com

² Doutor e professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Campus Unidade Cláudio, jose.gomes@uemg.br

na Lei Municipal nº 1.532/2018. Além disso, o município também elaborou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos sólidos, como preleciona a Lei Municipal nº 12.305/10.

No âmbito de conselhos consultivos o Município conta com um Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - CODEMA, vinculado ao Departamento de Meio Ambiente. É um órgão autônomo de caráter consultivo, deliberativo, normativo, de composição paritária (representantes da sociedade civil e administração pública). Foi criado pela Lei Municipal nº 1.403/2014.

Não existe cooperativa ou associação de catadores no município. Existem catadores dispersos, que só coletam determinados recicláveis, ou seja, aqueles de maior valor agregado. A administração pública tentou, em 2014, formatar uma cooperativa com os catadores da época (em torno de 10 pessoas) mas não houve interesse por parte deles. Hoje, com a implantação da coleta seletiva no município (em 04-09-2017), o número de catadores (ainda dispersos) é, aproximadamente, 22.

Quanto à prática de movimentos sociais o que se percebe hoje no município é o empenho das indústrias na realização das SIPATS que tem buscado uma parceria com o Departamento de Meio Ambiente para realização de palestras sobre o tema. O Grupo de RESGATE está empenhado em coletar óleo de cozinha para fazer sabão. No intuito de realizar conscientização pública a respeito do lixo o Departamento de Meio Ambiente, desde 2013, realizou Palestras de Educação Ambiental em todas as escolas do Município, distribuiu panfletos, utilizou a Rádio (IND FM 107,1), Facebook, site da prefeitura e ainda tem trabalhado em parceria com a Secretaria de Educação que, ao longo dos anos, tem desenvolvido varias atividades. Para iniciar a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis foram distribuídos, de porta em porta, um recipiente de saco de rafia para o armazenamento dos resíduos sólidos até a coleta.

OBJETIVOS:

- 1- Conhecer o grau de participação da população na coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis e constatar os diferentes setores e agentes da população engajados e não engajados na coleta.

- 2- Identificar agentes e setores da população que podem contribuir para coleta, tal como apontar seus papéis em ações coletivas.
- 3- Mensurar a eficácia das campanhas de conscientização já existentes compreendendo as causas de sucesso/insucesso das mesmas e, desse modo, indicar correções e adequações para campanhas futuras.
- 4- Identificar setores e agentes da população dotados de potencial para atuar em campanhas de conscientização bem sucedidas.
- 5- Compreender as causas da inexistência de uma associação de catadores no município de modo que os obstáculos para sua constituição possam ser superados.

JUSTIFICATIVA

De acordo com informações concedidas pela Secretária Municipal de Meio Ambiente de Cláudio-MG são coletadas, em média, 15.000 Kg de lixo ao dia no município. Sabemos que parte considerável desse montante é composto por resíduos sólidos recicláveis não selecionados para reciclagem. Sabemos, também, que a destinação daqueles resíduos para o aterro controlado³ cria um problema ambiental devido à lenta decomposição dos mesmos. Frente a esse quadro são viáveis e urgentes ações no sentido de ampliar a coleta seletiva dos resíduos sólidos recicláveis. Desse modo, o presente pré-projeto se justifica como uma proposta de extensão do conhecimento teórico para a prática favorável a uma economia sustentável e à preservação ambiental.

METODOLOGIA

A investigação que está em seu começo partiu de uma revisão bibliográfica sobre o assunto e, após esta primeira etapa que será melhor apresentada na análise e discussões, partimos para um plano futuro de diagnóstico da participação da população na coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis e dos diferentes setores e agentes da população engajados e não engajados na coleta, bem como daqueles com potencial de atuação em campanhas de conscientização, além da identificação das causas de sucesso ou insucesso das mesmas.

³ O município de Cláudio-MG ainda não possui aterro sanitário.

Reuniões com os órgãos responsáveis da prefeitura da cidade de Cláudio e catadores são objetos de uma tentativa de convencimento para a associação de catadores, que deverá ser mais bem trabalhada com o acompanhamento psicossocial, numa tarefa inclusiva, além da articulação de um modo de diagnosticar como o trabalho em prol da educação ambiental tem sido praticado pelas escolas e se tem ocorrido essa extensão de conscientização nas famílias dos educandos.

DIAGNÓSTICO

A política relativa à coleta de lixo no município de Cláudio é promovida pela Prefeitura Municipal através da Secretária de Meio Ambiente que norteia sua atuação na Lei Orgânica do Município (que institui a Política Municipal de Saneamento Básico) e na Lei (municipal) 1.532/2018. Além disso, o município também elaborou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos sólidos, como preleciona a Lei 12.305/10.

No âmbito de conselhos consultivos o Município conta com um CODEMA, vinculado ao Departamento de Meio Ambiente. É um órgão autônomo de caráter consultivo, deliberativo, normativo, de composição paritária (representantes da sociedade civil e administração pública). Foi criado pela Lei 1.403/2014.

Não existe cooperativa ou associação de catadores no município. Existem catadores dispersos, que só coletam determinados recicláveis, ou seja, aqueles de maior valor agregado. A administração pública tentou, em 2014, formatar uma cooperativa com os catadores da época (em torno de 10 pessoas) mas não houve interesse por parte deles. Hoje, com a implantação da coleta seletiva no município (em 04-09-2017), o número de catadores (ainda dispersos) é, aproximadamente, 22.

Quanto à prática de movimentos sociais o que se percebe hoje no município é o empenho das indústrias na realização das SIPATS que tem buscado uma parceria com o Departamento de Meio Ambiente para realização de palestras sobre o tema. O Grupo de RESGATE está empenhado em coletar óleo de cozinha para fazer sabão. No intuito de realizar conscientização pública a respeito do lixo o Departamento de Meio Ambiente, desde 2013, realizou Palestras de Educação Ambiental em todas as escolas do Município, distribuiu panfletos, utilizou a Rádio (IND FM 107,1), Facebook, site da prefeitura e ainda tem

trabalhado em parceria com a Secretaria de Educação que, ao longo dos anos, tem desenvolvido varias atividades. Para iniciar a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis foram distribuídos, de porta em porta, um recipiente de saco de rafia para o armazenamento dos resíduos sólidos até a coleta.

AVALIAÇÃO - SWOT.

Pontos Fortes: A Secretaria Municipal de Meio Ambiente coordena a coleta do lixo em Cláudio. Essa coleta é feita com funcionários e veículos da Prefeitura vinculados a Secretária Municipal de Obras. Nessas condições o poder público municipal dispõe de sete (7) funcionários e um (1) caminhão para coleta do lixo. Além disso, a Prefeitura ainda dispõe de uma prensa utilizada para os resíduos sólidos recicláveis. A Secretária do Meio Ambiente, Maria Helena Gonçalves Mitre Amorim, colaborou com esse trabalho ao dispor várias informações sobre o assunto e mostrou-se como uma potencial aliada do projeto. De acordo com a secretária já houve empenho, por parte da Prefeitura, para formação de uma associação de catadores, porém não houve consenso entre os mesmos. A efetivação de uma associação continua sendo um anseio da Prefeitura que poderá dispor a prensa, um caminhão e um galpão. No âmbito da conscientização já existem ações, por parte da Secretaria de Meio Ambiente, que podem ser intensificadas pelas ações traçadas a partir desse projeto.

Oportunidades: Estimular e desenvolver a participação e a conscientização a respeito da coleta seletiva de resíduos sólidos e sua reciclagem.

Pontos Fracos: Restrições por parte dos catadores quanto a efetivação de uma associação.

Ameaça: Indisposições entre os catadores para o associativismo. Pressão do comprador dos resíduos recicláveis sobre os catadores para que não se associem, isolados podem vender a mercadoria por preço menor.

REFERENCIAL TEÓRICO: ASSOCIATIVISMO

A participação popular em políticas públicas é, por eminência, um tema da Ciência Política. A participação política⁴ pode se dar de várias formas, podemos citar os movimentos sociais⁵, as associações, as diversas formas de ação coletiva⁶ e ativismo⁷ e etc. Esse projeto tem como objetivo viabilizar a criação de uma associação de catadores de resíduos sólidos no município de Cláudio/MG. Desse modo enfatizamos, nessa etapa do trabalho, a abordagem teórica das associações como forma de participação política.

A história do Brasil demonstra que o hábito associativo nunca foi uma regra entre os brasileiros. O associativismo, tal como outras formas de participação política, foi inviabilizado pela debilidade da cidadania e pela instabilidade democrática ao longo da história. A participação popular depende dos direitos fundamentais à cidadania, ou seja, os direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967). Sabemos que a efetivação da cidadania depende do aprofundamento da democracia, fenômeno retardado pela predominância de regimes autoritários na trajetória política brasileira. Putnam (2006) demonstra que o predomínio da disposição para o associativismo depende do contexto social, ou seja, enquanto alguns contextos são viáveis ao associativismo, outros contextos são avessos às práticas associativas. A história do Brasil apresenta uma sociedade marcada pelo autoritarismo e pela desigualdade social que geraram obstáculos para a prática associativa ao longo de décadas. Percebe-se que a democracia é propícia a elevação do número de associações, assim como a outras formas de participação.

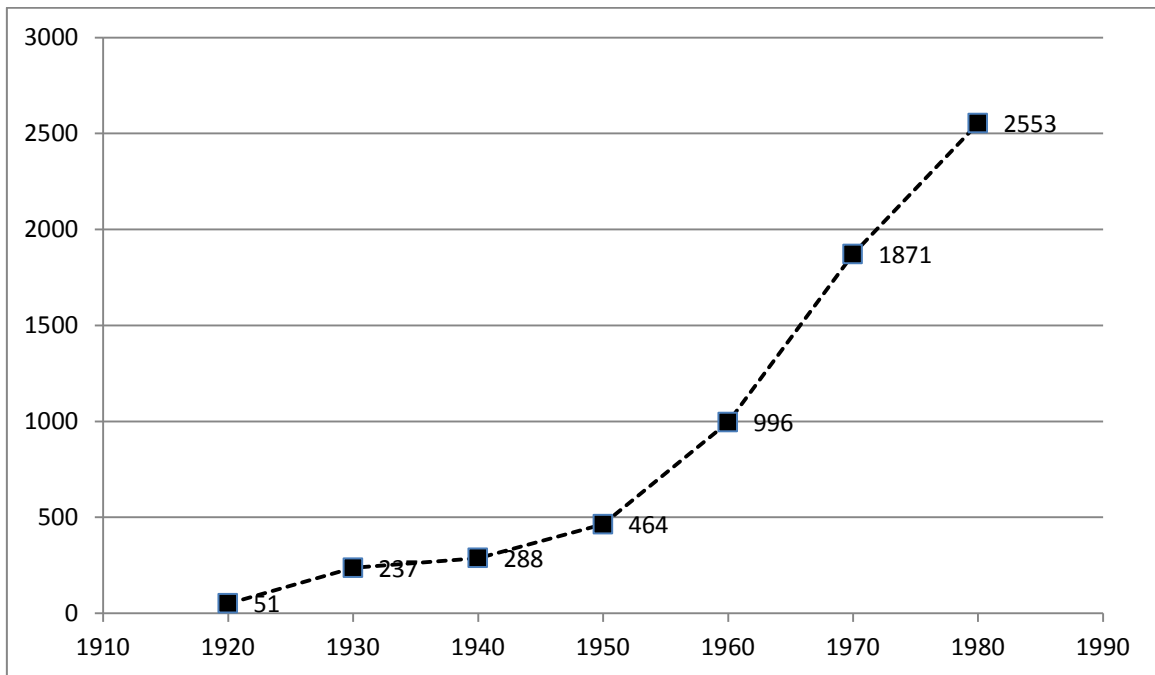
Gráfico 1: Número de associações civis criadas na cidade de São Paulo, por década, entre 1920-1980.

⁴ No caso da união de catadores em uma associação consideramos que a participação de cada um é política porque estarão empenhados em uma atividade de interesse público, isto é, a coleta seletiva de resíduos sólidos. Essa tarefa é uma prestação de serviço à comunidade e em defesa do meio ambiente.

⁵ As teorias relativas aos movimentos sociais estão sintetizadas por ALONSO (2009).

⁶ O tema da ação coletiva tem como principal referência OLSON (2011).

⁷ Para o tema do ativismo citamos como referência YONG (2014).



Fonte: Cartório de Registro Civil apud Santos (1994).

Avritzer (1997) ressalta que a partir dos anos 1970 floresce nos países latino-americanos um aumento no número e no ritmo de formação de novas associações civis. O autor nomeia esse fenômeno como “novo associativismo civil” e o caracteriza pela pluralização da ação social. A pluralização se deve à inserção de novos atores da classe média e a diferenciação nos objetivos das várias associações civis. Avritzer ressalta que além do pluralismo, o novo associativismo implicou em maior publicidade dos anseios da sociedade civil frente ao Estado.

A expansão do associativismo no Brasil, ao longo dos anos 1970, está relacionado ao início do processo de redemocratização e de abertura política. Entre seus traços destacamos o crescimento dos sindicatos e a intensificação das associações da sociedade civil dotadas de vários objetivos.

DILEMAS PARA COMPOSIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO

A capacidade de uma comunidade organizar-se associativamente se relaciona com a cultura política dessa comunidade e sua disposição para o enfrentamento dos dilemas da ação coletiva.

A abordagem culturalista da política pressupõe que o comportamento dos cidadãos é influenciado pela cultura, a qual tem o papel de definir quais são as práticas políticas aceitas e toleradas em uma sociedade⁸. Desse ponto de vista, a cultura cumpre o papel de uma das variáveis indispensáveis para o entendimento dos padrões comportamentais que desencadeiam os principais fenômenos políticos. Estudos com esse viés remetem ao clássico estudo de Tocqueville, *A Democracia na América* (1979).

Tocqueville (1979) exalta a cultura como fonte da democracia na América. Ao buscar entender a democracia no novo mundo, o pensador francês encontra a resposta nos hábitos e costumes que guiaram a organização social e política entre os americanos. Em 1830, Tocqueville vai aos Estados Unidos onde encontra uma organização social fundada no princípio da igualdade, essencial para democracia⁹. O espírito da democracia seria a igualdade de condições exercida nas práticas associativas através das quais, pela união dos esforços comuns, as pessoas desenvolvem o gosto pela liberdade. A associação é, para Tocqueville, a causa do progresso, nela se unem os esforços dos espíritos divergentes em nome do interesse público. Tocqueville encontrou na América uma organização social respaldada não só pelas normas institucionais de um Estado centralizado, mas se deparou com um grande número de associações nas quais os americanos decidiam, de modo democrático, sobre o que fazer frente aos problemas públicos. As instituições políticas americanas refletiam os hábitos e costumes de um povo que se autogovernava através de interações igualitárias na prática associativa. O achado de Tocqueville na América é uma democracia na qual as questões políticas são influenciadas, não só por normas institucionais ou pela ação de autoridades, mas, acima de tudo, pelos hábitos e costumes do povo, isto é, por sua cultura.

Um dos dilemas enfrentados para implementar uma associação de catadores no município de Cláudio/MG é a indisposição, por parte dos catadores locais, em associar-se para realizar a coleta. Supomos que um dos fatores associados a tal resistência é a escassez de uma cultura política viável à associação entre os catadores. Tal escassez é reforçada pelos

⁸ De acordo com essa perspectiva, as instituições políticas só serão eficazes quando os comportamentos predominantes estiverem em sintonia com as práticas prescritas e aceitas pelas normas institucionais, pois em caso contrário, as instituições encontrariam grandes dificuldades para serem efetivadas.

⁹ No pensamento de Tocqueville a principal característica da modernidade não é a indústria (como pensava Comte) ou a luta de classe (como pensou Marx), mas a democracia como regime político fundado na igualdade de condições.

dilemas da ação coletiva típicos das sociedades capitalistas contemporâneo, onde os interesses individuais predominam sobre os interesses grupais e de classe.

CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL:

O agente racional que se guia pelo cálculo de custo benefício voltado ao interesse pessoal dificilmente atua em prol do interesse público, afinal tal atuação depende da ação coletiva que é inviabilizada pelo cálculo egoísta. A intuição leva a crer que indivíduos de um mesmo grupo que partilham interesses comuns tendem a agir unidos em defesa dos próprios interesses. Desse modo, seria racional, da parte de cada um, contribuir para a ação grupal em prol dos interesses coletivos. Mancur Olson (2011,14), no entanto, argumenta o contrário. “Na verdade, a menos que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial (...) os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais”. Olson parte da analogia entre interesse individual e comportamento de empresas em um mercado competitivo. As empresas de um setor específico almejam a elevação dos preços de seus produtos sem, necessariamente, desejar que as concorrentes obtenham esse benefício. O mesmo se pode dizer sobre a elevação das vendas. Em um mercado competitivo, empresas do mesmo setor têm interesses comuns e diametralmente opostos ao mesmo tempo, pois quanto mais as outras venderem, menores serão os preços e os lucros de cada empresa. Olson utiliza leis da microeconomia para pensar o comportamento social, método típico da Teoria da Escolha Racional¹⁰. Do mesmo modo, encontra-se o ator racional inserido em um grupo, ou seja, buscará maximizar benefícios e minimizar custos. Exemplo disso é o membro de uma classe trabalhista que, diante de baixos salários, será estimulado a promover greve e manifestações em defesa de seus interesses de classe.

De acordo com Olson, um agente racional inserido nesse contexto iria preferir não agir enquanto seus colegas se empenham, pois, desse modo, desfrutaria do benefício, se esse fosse atingido, sem ter de arcar com o ônus. Essa atitude ficou conhecida na ciência política como “carona”, isto é, tal como o indivíduo que viaja sem custos no automóvel alheio, o agente

¹⁰ A Teoria da Escolha Racional encontra-se sintetizada em FERREJOHM & PASQUINO (2001). Além disso, DOWNS (2012) é uma referência fundamental de tal teoria.

racional, diante de ações coletivas, prefere cruzar os braços, omitir-se, para que os demais lutem pelo benefício comum que não poderá ser negado a ele, apesar de não ter arcado com os custos da ação. A estratégia desse ator é racional, ao passo que maximiza benefícios, afinal o ator coloca-se em uma situação duplamente favorável, pois se o objetivo grupal for alcançado, seu benefício será idêntico ao daqueles que se empenharam, por outro lado, se o objetivo for frustrado, seu ônus é zero. Com essa argumentação, Olson demonstra que os interesses grupais só podem frutificar de ações coletivas quando o grupo encontra-se sob o efeito de coerção ou de incentivos seletivos.

Consideramos a hipótese de que cada um dos catadores de resíduos sólidos de Cláudio/MG racionalizam de acordo com as premissas do agente racional estudado por Olson (2011) em dois aspectos: por um lado o catador prefere que a associação se efetive pelo esforço dos demais sem que ele tenha que comprometer-se, se no futuro o empreendimento associativo for bem sucedido ele adere. Por outro lado o catador teme aderir à criação da associação e empenhar-se mais que seus colegas de trabalho, os quais receberam o mesmo bônus se o futuro for promissor. Em pesquisas exploratórias junto aos catadores já constatamos que cada um deles teme ser injustiçado na divisão dos lucros da associação. O catador teme receber recompensas aquém de seu real esforço enquanto seus colegas receberiam a mesma quantia esforçando-se menos. Esse dado indica que, muito provavelmente, os dilemas da ação coletiva abordados por Olson estão presentes nos cálculos dos catadores de Cláudio/MG. Isso sugere que a construção de uma associação para coleta seletiva de resíduos sólidos deve ser planejada tendo como princípio a promoção do mérito de desempenho de cada catador e isso deve ser enfaticamente esclarecido para os mesmos como estímulo para sua adesão.

Portanto, a comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Minas Gerais – Unidade de Cláudio/MG – poderá contribuir para a criação de uma associação de catadores no município através de medidas como: 1º) desenvolver junto aos catadores uma cultura política favorável ao associativismo; 2º) apresentar estímulos ideológicos e contratuais, junto a cada catador, no intuito de superar os dilemas da ação coletiva que podem estar os influenciando a se manterem na coleta isolada e dispersa.

ASSOCIAÇÕES DE CATADORES (Um panorama histórico)

PEREIRA & TEIXEIRA. (2009). A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional (Fichamento).

A sobrevivência por meio da cata de materiais no lixo desnuda uma das faces da elevada desigualdade social existente no Brasil. Aqueles que sobrevivem do lixo – os catadores de materiais recicláveis – estão presentes nas ruas, em aterros ou em lixões³ da maioria das cidades brasileiras, trabalhando em condições adversas e precárias. Atuam como “operários terceirizados” da indústria da reciclagem, desprovidos de qualquer direito trabalhista, bem como dos demais direitos que configuram o exercício da cidadania (LAYARGUES, 2002; BOSI, 2008).

As primeiras experiências associativas de catadores no Brasil iniciaram-se em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Em São Paulo, por meio do trabalho de apoio à população de rua, desenvolvido pela Organização de Auxílio Fraternal (OAF), foi criada a Associação dos Catadores de Papel, em 1986. Mais tarde, em 1989, esta se tornou a Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare). Neste mesmo ano, durante a gestão Luiza Erundina (1989-1992) foi implantado o primeiro programa de coleta seletiva da cidade, no entanto, nas gestões seguintes sofreu várias descontinuidades e retrocessos (JACOBI e VIVEIROS, 2006). Em Porto Alegre, no ano de 1986, foi criada a Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre, na Ilha Grande dos Marinheiros, com o apoio do trabalho eclesial de base da Igreja Católica. Em 1990 foi implantada a coleta seletiva no município durante a gestão petista de Olívio Dutra (1989-1992) (MARTINS, 2004). Em Belo Horizonte, depois do trabalho de apoio aos catadores realizado pela Pastoral de Rua, em 1990, foi constituída a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare). Em 1993, foi construído o programa de coleta seletiva de Belo Horizonte em um trabalho conjunto com a Asmare durante a gestão de Patrus Ananias (1993-1996) (PEREIRA, 2011). É interessante observar que as três experiências têm sua origem em trabalhos desenvolvidos por organizações da Igreja Católica, e que nas três cidades os programas de coleta seletiva foram criados durante gestões do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao longo das décadas seguintes, várias associações e cooperativas de catadores foram formadas pelo Brasil, e também alguns governos locais implantaram programas de coleta seletiva⁴ com inclusão de catadores. A partir do final da década de 1990 e nos anos 2000, os catadores foram se articulando com apoio de uma rede de organizações da sociedade civil e formaram o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2001. Gradativamente o tema da inclusão social e produtiva de catadores foi ganhando repercussão pública e espaço na agenda de governos locais, tendo, em 2003, no governo Lula, alcançado a agenda governamental nacional. É importante destacar que tais processos não foram simples, tampouco lineares, mas sim marcados por dinâmicas variadas e conflitos sociais.

No âmbito do governo federal, em 2003, por decreto presidencial, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. Também foi publicado o decreto 5.940, de 2006, que prevê que todas as repartições públicas da

administração direta ou indireta devam fazer coleta seletiva e doar os materiais para cooperativas de catadores. Por meio da Lei 11.445/07, que altera a Política Nacional de Saneamento, permitiu-se que as administrações públicas pudessem contratar com dispensa de licitação, as organizações de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de coleta seletiva. Por sua vez, dentro do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), teve início a realização de ações de apoio aos catadores, ligadas à inclusão social e produtiva. Outro avanço em âmbito federal foi a aprovação, em 2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305), que prevê a inserção de catadores em programas de coleta seletiva municipais como requisito do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a ser elaborado por todos os municípios.

Como afirmam Schommer e França Filho (2008, p. 66) “o termo Gestão Social sugere assim que, para além do Estado, a gestão das demandas e necessidades do social pode se dar pela própria sociedade, por meio de suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização” que geram pressão social, negociação política e demandas aos governos e esses podem atendê-las sob a forma de políticas públicas. Tratando também desse assunto, Tenório (2008, p. 40) chama atenção para a inversão da lógica capitalista presente nas ações permeadas pela gestão social. Para ele, existe um grande potencial para a inversão da ordem de categorias importantes como de capital-trabalho para trabalho-capital e de Estado-Sociedade para Sociedade-Estado, evidenciado que, nesse processo, a pessoa, ou o grupo social, podem estar acima da racionalidade meramente econômica. A inserção, no caso de catadores, pode ocorrer pelo protagonismo do grupo em uma luta para não se tornarem meramente úteis aos mecanismos de reprodução capitalista, mas sim para exercerem seus direitos como cidadãos.

Os procedimentos metodológicos adotados foram: revisão bibliográfica; observação participante em eventos ligados ao tema, principalmente do MNCR; levantamento de dados secundários; conversas espontâneas; e entrevistas semiestruturadas. Inicialmente foi feita revisão bibliográfica sobre o tema e leitura de trabalhos abordando experiências de organização de catadores e programas de coleta seletiva municipais.

Catadores de Recicláveis e Programas de Coleta Seletiva: da Agenda Local à Nacional

Em situação de rua, submetidos a condições precárias de vida e ao desrespeito por parte da sociedade, os catadores iniciaram um processo de luta para mudar essa realidade. Esse processo ocorreu inicialmente em algumas capitais do país, como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, por meio do trabalho desenvolvido por organizações da Igreja Católica.

Neste artigo destaca-se a experiência de Belo Horizonte, uma vez que atores que atuaram na capital mineira passaram a ocupar posições importantes no âmbito nacional e influenciaram no processo de inserção do tema na agenda federal. Além disso, vale destacar que a experiência de Belo Horizonte ganhou grande repercussão nacional e internacional, sendo considerada uma das mais exitosas do país; o que ajudou a legitimar em certa medida a forma de ação governamental adotada para a inserção de catadores. Entretanto, é importante frisar, desde já, que atores diversos, pessoas, organizações e outras realidades locais também influenciaram no processo. O caminho trilhado nesse trabalho, por sua vez, se deve às principais conexões e relações entre atores, reveladas durante a fase exploratória da

investigação, que, com a realização de entrevistas semiestruturadas, se confirmaram ao mesmo tempo em que novas dimensões, atores e pessoas foram destacados no processo.

A dinâmica de organização de catadores de Belo Horizonte teve início quando algumas irmãs beneditinas da OAF migraram para a capital mineira e, por intermédio da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, iniciaram, como em São Paulo, um trabalho com a população de rua que sobrevivia da cata de materiais no lixo (JACOBI e TEIXEIRA, 1997).

A Pastoral de Rua iniciou os primeiros contatos com esse grupo, que a princípio reagia de forma arredia, em virtude das situações de violência e opressão que estavam acostumados a sofrer por parte do poder público local. Os catadores eram vistos pela população e pelo poder público como “vagabundos” e “delinquentes” que sujavam a cidade, de modo que as políticas adotadas para a questão envolviam ações denominadas “operação limpeza”, que os retiravam à força do centro da cidade (JACOBI e TEIXEIRA, 1997; DIAS, 2002; GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA, 2008; PEREIRA, 2011). Diante desse contexto, a Pastoral começou a desenvolver um trabalho sociopedagógico com os catadores, buscando mostrar, por meio de práticas socioeducativas, a importância do trabalho que realizavam, estimulando-os a formar uma associação para lutarem por seus direitos. Esse processo ofereceu as bases para a constituição da ASMARE no ano de 1990 (JACOBI e TEIXEIRA, 1997; DIAS, 2002; GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA, 2008; PEREIRA, 2011).

A organização dos catadores iniciou-se com uma atuação reivindicatória junto ao poder público municipal durante a gestão do então prefeito Eduardo Azeredo (1990-1992), realizando intensa mobilização, por meio de atos públicos, ocupação de espaços para a futura triagem de recicláveis e protestos encaminhados à Câmara Municipal. Essa atuação buscava forçar o poder público a romper com uma postura de discriminação e violência (GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA 2008). Nesse processo, a Pastoral sensibilizou outros atores e os catadores passaram a contar, também, com o apoio de organizações da sociedade civil local, como a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA) e a Pastoral de Direitos Humanos. Além disso, conseguiram apoio de alguns membros da Câmara Municipal, entre eles o então vereador Patrus Ananias, do PT.

Esse processo de mobilização viabilizou em 1990, por ocasião da votação da Lei Orgânica do Município (constituição municipal), a inclusão de instrumentos para a implantação de uma futura coleta seletiva no município, com preferência por cooperativas de trabalho na realização da coleta e comercialização de materiais recicláveis (JACOBI e TEIXEIRA, 1997). Outra conquista dos catadores ocorreu em 1992, quando teve início a construção de um galpão para triagem de resíduos pela prefeitura (GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA, 2008).

A partir de 1993 a relação com o poder público muda de forma significativa. Patrus Ananias, eleito prefeito de Belo Horizonte por uma coligação de partidos de esquerda, viabiliza, em sua gestão, a criação do programa de coleta seletiva municipal, firmando um convênio com a Asmare. Entre os membros da equipe da nova administração municipal, Heliana Kátia Tavares, que antes apoiava os catadores como militante de uma ONG ambiental, foi nomeada superintendente da autarquia de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU).

Foi firmado um convênio entre prefeitura, Pastoral de Rua e Asmare. As atribuições do poder público

consistiam em criar as condições necessárias ao funcionamento da associação, tais como: prover toda a estrutura logística e operacional de suporte ao trabalho dos catadores, incluindo os galpões de triagem, implantação de contêineres para recebimento de materiais separados pela população, caminhões para a coleta dos recicláveis; assessoria no processo de capacitação dos catadores associados, por meio de trabalho conjunto entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a SLU; e repasse de recursos financeiros mensais para a manutenção das instalações. Também coube à prefeitura divulgar a coleta seletiva e mostrar à população a importância do trabalho da Asmare, ressaltando os benefícios ambientais, sociais e econômicos decorrentes dessas atividades. A Pastoral de Rua ficou responsável pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Associação, apoiando os catadores em seu trabalho e organização. A Asmare, por sua vez, responsabilizou-se pela realização da coleta de recicláveis, pela manutenção do galpão, pela organização do cadastro e identificação dos associados, além de buscar ampliar a presença da Associação por intermédio de núcleos de trabalho em pontos estratégicos da cidade, assim como zelar pelo bom andamento de todo o trabalho (JACOBI e TEIXEIRA, 1997; DIAS, 2002).

A forma como é concebido um problema social ou a categoria em que é inserido influencia o tratamento que lhe é dado mediante políticas públicas, como ressaltam Kingdon (1995) e Fuks (2000). Em Belo Horizonte, quando os catadores eram vistos como “vagabundos e delinquentes” que sujavam o centro, as ações adotadas eram de repressão e violência (JACOBI e TEIXEIRA, 1997; DIAS, 2002; GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA, 2008). Já a partir de 1993, o problema passou a ser concebido da lógica da necessidade de inclusão social desse grupo, sendo adotadas ações inclusivas no âmbito do programa de coleta seletiva.

Na década de 1990, começou a ganhar repercussão pública a situação precária de milhares de pessoas, inclusive crianças, que sobreviviam da cata de materiais em lixões. Diante dessa situação de calamidade em vários lixões do país, em 1998 foi criado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC) por uma iniciativa do United Nations Children’s Fund (UNICEF) com os seguintes objetivos: erradicar o trabalho de crianças e adolescentes em lixões; estimular a inserção social e econômica de catadores em programas de coleta seletiva; e mudar a forma de destinação do lixo no país, eliminando os lixões e adotando aterros sanitários. O Fórum era coordenado por uma secretaria executiva composta por: representantes do UNICEF, entre eles Heliana Kátia Tavares, que passou a ser gestora do programa após o término do governo Patrus Ananias em 1996; do Ministério do Meio Ambiente; do Ministério Público Federal; da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU); da Caixa Econômica Federal; da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); e da ONG Missão Criança. Posteriormente foram criados fóruns estaduais Lixo e Cidadania em 23 estados da federação. Fóruns municipais também foram constituídos e se multiplicaram pelo país. A iniciativa do UNICEF contribuiu para trazer à discussão pública a situação precária daqueles que sobrevivem da cata de recicláveis no lixo.

No decorrer da década de 1990 e nos anos 2000, as experiências de cooperativas e associações de catadores se espalharam pelo país, formando a base inicial do que viria a ser o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O MNCR foi criado em meados de 1999 durante o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo

Horizonte, sendo formalizado em junho de 2001 durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília. Esse congresso contou com cerca de 1700 participantes, entre catadores, técnicos e assistentes sociais de dezessete estados brasileiros, e mais 3000 participantes da Marcha Nacional da População de Rua. Durante o evento foi formulada a “Carta de Brasília”, um documento com reivindicações e propostas à sociedade e ao poder público. Na carta foi destacada a necessidade de convênios para a destinação de recursos e apoio a empreendimentos de catadores; inclusão deste grupo no Plano Nacional de Qualificação Profissional; implantação em nível nacional de uma política de coleta seletiva baseada em um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos; e erradicação dos lixões, oferecendo condições de trabalho e renda para as famílias que neles vivem.

O Movimento Nacional se constitui em um mecanismo de pressão dos catadores sobre o governo federal, bem como sobre diferentes esferas de governo. Uma das primeiras conquistas, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, foi o reconhecimento, em 2002 da ocupação “catador de material reciclável” pelo Código Brasileiro de Ocupações. O reconhecimento da ocupação no CBO exerceu uma função simbólica e deu visibilidade pública ao catador, já que muitas vezes sua atividade não é reconhecida socialmente pela sociedade (PEREIRA, 2011).

Os catadores conquistaram alguns avanços durante o governo Lula (2003-2010) em termos de ações públicas de inclusão social e produtiva do segmento. Uma das primeiras foi a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores (CIISC), em setembro de 2003, por meio de decreto presidencial. O Comitê é formado pelos seguintes órgãos do governo federal: MDS; Ministério das Cidades; Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH); Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Previdência Social; Ministério de Minas e Energia; Caixa Econômica Federal; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Petrobras e Eletrobrás (CIISC, 2010). Por meio do Comitê Interministerial são apoiadas ações voltadas aos catadores de materiais recicláveis, como o edital do BNDES para disponibilização de recursos a cooperativas e associações, o apoio da Petrobras à rede de organizações de catadores, a disponibilização pelo Ministério das Cidades do Programa PAC-Resíduos Sólidos, e doação de recursos financeiros da Fundação Nacional de Saúde e MTE, em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), a organizações de catadores de todo o país.

Com a criação do MDS, Patrus Ananias foi convidado a assumir o novo ministério. O MDS foi criado para integrar e desenvolver as políticas sociais do governo Lula, estabelecendo relações com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, desse modo se tornou alvo de demandas sociais por parte da sociedade civil. Como ressalta Fucks (2000, p. 81), “[...] a existência de agências governamentais dedicadas à solução de um determinado problema incentiva a formulação e o encaminhamento de demandas difusas em termos adequados ao perfil do problema tal como definido institucionalmente”.

No âmbito do MDS foram desenvolvidas ações de inclusão socioprodutiva de catadores com o objetivo de incentivar os municípios a criar programas de coleta seletiva e apoiar cooperativas e associações de catadores. Essas ações foram articuladas com o Decreto presidencial 5.940/06, que prevê que todas as repartições públicas da administração direta ou indireta devem fazer coleta seletiva e doar os materiais para cooperativas de catadores. E também com a Lei 11.445/07, que altera a Política Nacional de Saneamento, permitindo que as administrações públicas contratem com dispensa de licitação as organizações de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de coleta seletiva, possibilitando dessa forma, a sua remuneração.

Entre as ações voltadas para os catadores desenvolvidas no MDS, inserem-se: o convênio (2004-2007) firmado entre a Cáritas Brasileira e o MDS, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), para a implantação da Coleta Seletiva Solidária na Esplanada; convênio com a OAF para capacitação de lideranças, fortalecimento do Movimento Nacional de Catadores e estudo do custo do posto de trabalho do catador; pesquisa para quantificação e caracterização da população em situação de rua das capitais e principais cidades brasileiras; edital da UNESCO para projetos de apoio à organização dos catadores e à população de rua, visando ao fortalecimento institucional dos catadores, propiciando encontros nacionais, articulações estaduais e capacitações; projeto BID/FUMIN, de apoio à organização de cadeias produtivas em comunidades de catadores, com o desenvolvimento de atividades que promovam a integração da família na comunidade, assim como o incentivo à melhoria das condições habitacionais; criação do Fórum Participa, um fórum permanente de articulação de parcerias, voltado para discussões de geração de trabalho e renda, organizado pela SAIP e que conta com representantes da sociedade civil e de empresas públicas e privadas. Neste fórum, a Fundação Avina atua no fortalecimento do MNCR e na integração com os movimentos da América Latina.

Considerando o contexto e os processos abordados acima, pode-se perceber que a definição da situação dos catadores como um problema deu-se por meio de construções sociais. Como ressalta Fucks (2000), os problemas são construídos muito mais pela dinâmica sociopolítica, que envolve a mobilização da atenção e a compreensão pública dos assuntos, do que pelas condições objetivas das questões. É importante apontar que a recuperação de materiais extraídos do lixo é uma atividade milenar: desde os tempos antigos, os destituídos obtinham sua sobrevivência das sobras da sociedade (DIAS, 2002). A atividade de catação no Brasil e a sobrevivência de milhares de pessoas por meio do lixo já vêm ocorrendo há muitas décadas. Em Belo Horizonte, por exemplo, a catação de lixo remonta desde o final da década de 1930 (DIAS, 2002). No entanto, somente nas duas últimas décadas a atividade ganhou atenção pública e reconhecimento como um problema social.

A construção social em torno desse problema é carregada de grande teor moral e de crenças, já que lida com questões de pobreza, desrespeito, falta de condições dignas de vida, humilhação, negação de direitos humanos. Envolve também elementos da problemática ambiental, que estão ligados à qualidade de vida das pessoas e à sobrevivência da humanidade no longo prazo. Além disso, a questão ambiental tem recebido grande destaque e atenção pública nas últimas décadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente coordena a coleta do lixo em Cláudio. Essa coleta é feita com funcionários e veículos da Prefeitura vinculados a Secretária Municipal de Obras. Nessas condições, o poder público municipal dispõe de sete (7) funcionários e um (1) caminhão para coleta do lixo. Além disso, a Prefeitura ainda dispõe de uma prensa utilizada para os resíduos sólidos recicláveis. A Secretária do Meio Ambiente, Maria Helena Gonçalves Mitre Amorim, colaborou com esse trabalho ao dispor várias informações sobre o assunto e mostrou-se como uma potencial aliada do projeto. De acordo com a secretária já houve empenho, por parte da Prefeitura, para formação de uma associação de catadores, porém não houve consenso entre os mesmos. A efetivação de uma associação continua sendo um anseio da Prefeitura que poderá dispor a prensa, um caminhão e um galpão. No âmbito da conscientização já existem ações, por parte da Secretaria de Meio Ambiente, que podem ser intensificadas pelas ações traçadas a partir desse projeto. Verificamos a necessidade de estimular e desenvolver a participação e a conscientização a respeito da coleta seletiva de resíduos sólidos e sua reciclagem, que podem se dar através do associativismo, uma que vez que, isolados, os catadores vendem os materiais por um valor agregado menor. Ocorre que há restrições por parte dos catadores quanto à efetivação de uma associação, com forte indisposição para o associativismo, além de uma grande pressão por parte do comprador dos resíduos recicláveis sobre os catadores para que não se associem.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento do trabalho continua em progresso. Podemos falar que até o momento as primeiras impressões são de que o trabalho em prol do coletivo não será fácil de ser praticada entre os sujeitos catadores e que esperamos que com o restante da população de Cláudio-MG não haja a mesma resistência para a execução do projeto. Contudo, entendemos que a oportunidade da UEMG-Cláudio participar da construção do projeto de resíduos sólidos é uma realidade e que o trabalho será de longo prazo, o que trazemos nesta escrita é apenas as primeiras impressões da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Ângela. (2009). *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86.
- AVRITZER, Leonardo. (1997), *Um desenho institucional para o novo associativismo*. Lua Nova — Revista de Cultura Política, 39: 149–174.
- DOWNS, Anthony. (2012). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EdUSP, 2012.
- FEREJOHN, John. & PASQUINO, Pasquale. (2001). *A teoria da escolha racional na ciência política: conceito de racionalidade na ciência política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.16, n°.45. fevereiro. 2001. p.5-24.
- MARSHALL, T.H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- OLSON, Mancur. (2011). *A lógica da ação coletiva*. São Paulo EdUSP.
- PEREIRA, M & TEIXEIRA, M. (2009). A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. Cad. EBAPE, v.9, n.3, set.
- PUTNAN, Robert. (2006). *Comunidade e democracia: a experiência italiana moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- TOCQUEVILLE, Alexis. (1979). *A Democracia na América*. Coleção Os Pensadores. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural.
- YONG, Iris. (2014). *Desafios ativistas à democracia deliberativa*. Revista Brasileira de Ciência Política, n°13. Brasília, janeiro - abril de 2014, pp. 187-212.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. Rev. Katál, v.12, n.1, jan/jun, 2009.
- BOSCHI, Renato. (1987), *A arte da associação*. Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj.
- BRINGHENTI, J. & GÜNTHER, W. Participação social em programas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. Eng. Sant. Ambiental. V.16, n.4, out/dez, 2011. P421-430.
- BRINGHENTI, J.R. Coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos: aspectos operacionais e da participação da população. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DEMAJOROVIC, Jacques at. al. Integrando empresas e cooperativas de catadores em fluxo reverso de resíduos sólidos pós consumo. Caderno EBAPE, v.12, edição especial, ago, 2014.

KERSTENETZKY, C. L (2003), *Sobre associativismo, desigualdades e democracia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18 (53): 131-152.

LÜCHMANN, L. H. H (2011), *Associações, participação e representação: combinações e tensões*. Lua Nova, 84: 141-174.

_____. (2012), *Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações*. Revista de Sociologia e Política, 20 (43): 59-80.

_____. (2014). *Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos*. RBCS, vol.29, nº85, junho/2014.

RIBEIRO, L.M.; JACOBI, P.R.; BESEN, G.R. et al. Coleta seletiva com inclusão social: cooperativismo e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2009.

SANTOS, Gemmelle & SILVA, Luiz. O significado do lixo para garis e catadores de Fortaleza. Rev. Ciência e Saúde Coletiva, v.16, n.8, Nov, 2011.

VISÃO COOPERATIVISTA DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA CREDIPRATA DE MOEMA - MG

Wicente De Paulo Mesquita De Sousa

wpwpms@gmail.com

Marcos Vinícius Gomes

marcos.gomes@uemg.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo fazer um estudo sobre a visão cooperativista dos associados da cooperativa CREDIPRATA, localizada na cidade de Moema – MG, embasando-se no questionamento: “Os associados da cooperativa de crédito CREDIPRATA sabem o que é cooperativismo?”. Destacando-se que o cooperativismo é a associação de sujeitos que visam interesses comuns e a cooperativa de crédito é aquela que proporciona, a seus associados, exclusividades em créditos e produtos financeiros, dentre outros. Como método de estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas para embasar teoricamente o estudo e, para sua efetivação, utilizou-se a pesquisa qualitativa de caráter exploratório de uma pesquisa de campo, por meio de um questionário proposto aos associados dessa cooperativa. Resultante disso, percebe-se que, dentre outras questões presentes no questionário e visando a ideia do conhecimento cooperativista, apenas um pequeno percentual estão informados sobre assuntos relacionados com o cooperativismo, os produtos/serviços e benefícios oferecidos pela CREDIPRATA. Portanto, é indispensável a disseminação do conhecimento cooperativista, ampliando, com isso, a participação, convivência e maior aproveitamento entre cooperativa e cooperado, buscando obter sucesso e crescimento daquela, visando sempre o bem-estar e suprindo as demandas dos assistidos.

Palavras-Chave: Associados. Visão. Cooperativismo.

ABSTRACT

This article aims to do a study about the cooperative view of CREDIPRATA cooperative's members, located in Moema – MG, based on the questioning: “Do Credit Cooperative CREDIPRATA's associated know what is cooperativism?”. Evidencing that cooperativismo is the individuals association that aim common interests and the credit cooperative is the one that provides to its memebbers, credit

exclusivities and financial products, among others. As the study method, bibliographic research were carried out to theoretically base the study and, to its effectiveness, was used the field research exploratory character qualitative research, by a proposed questionnaire to this cooperative associated. As a result, it is noticed that, along with other questions presente in this questionnaier and aiming cooperativist knowledge idea, only small percentages are informed about subjects related with cooperativismo, products/services offered by CREDIPRATA. Therefore, the cooperativist knowledge dissemination is indispensable, expanding, thereby, the participation, coexistence and better exploitation between cooperative and cooperated, seeking to obtain success and growth of that cooperative, aiming always the well being and suplying the assiteds' demands.

Keywords: Associates. View. Cooperativism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo fazer um estudo sobre a visão cooperativista dos associados da cooperativa CREDIPRATA, localizada na cidade de Moema – MG.

O cooperativismo visa à associação de pessoas que possuem os mesmos interesses, buscando vantagens em suas atividades econômicas e, dentro desse cooperativismo, há as cooperativas de crédito, fonte desse estudo, que são associações de sujeitos, sem fins lucrativos, possuidoras de natureza jurídica, cujo objetivo é proporcionar a esses associados créditos e produtos financeiros exclusivos.

O artigo apresenta conceitos e definições sobre o cooperativismo, a cooperativa e o cooperado, delinea os princípios cooperativistas e disserta sobre as cooperativas de crédito.

Para o desenvolvimento do artigo utilizou-se uma metodologia embasada em pesquisas bibliográficas para o referencial teórico e para efetivação do estudo, a pesquisa qualitativa, empregando o caráter exploratório de uma pesquisa de campo, por meio de questionário proposto aos associados da cooperativa CREDIPRATA de Moema- MG, que foram os sujeitos de estudo, para assim, no final apresentar os resultados obtidos, as análises e as considerações finais.

2 COOPERATIVISMO E COOPERATIVA

2.1 Traçando Conceitos e definições

A ideia do cooperativismo faz parte de um fenômeno contemporâneo que está em pleno desenvolvimento, o qual surge para ajudar pessoas com os mesmos objetivos, a buscar formas de vencer as dificuldades encontradas em uma sociedade cada vez mais competitiva.

De acordo com Sales (2010, p.24) o cooperativismo é “uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência. É uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades”.

Lauschner (1982, p.57) conceitua a ideia de cooperativismo como:

O cooperativismo prega o predomínio do trabalho sobre o capital e constitui-se em sistema econômico alternativo em relação ao capitalismo e socialismo de estado e poderia tornar-se, em algum país, o sistema predominante. No capitalismo e no socialismo de estado é o capital que mantém total autonomia e decisão empresarial. É o capital que assume o risco e arrenda o trabalho, pagando-lhe taxa fixa. Pago o arrendamento do trabalho e outros custos, o capital se apossa de todo o excedente gerado. No sistema cooperativista pretende-se criar o predomínio do trabalho sobre o capital. O risco e a gestão da empresa pertencem ao trabalho. O voto não está relacionado e não é proporcional ao capital que cada pessoa possui dentro da cooperativa, mas é igual para cada um dos associados. O trabalho assumindo o risco e a gestão, paga uma taxa do arrendamento do capital e depois de pago o capital e outros custos da cooperativa apossa-se de todo o excedente gerado. Numa visão cooperativa não pode, portanto, existir salário fixo, equivalente a um arrendamento do trabalho. Todo excedente gerado deve ser atribuído a todos os trabalhadores, estejam eles no campo ou na indústria (LAUSCHNER, 1982, p.57).

A intenção do cooperativismo é fazer com que cada participante, seja do campo ou da indústria, se realize pessoalmente e conjuntamente.

Através da união de pessoas e somando seus esforços é que se baseia o cooperativismo. Nessa visão, Schneider (1991, p.01) define a cooperativa como sendo uma organização jurídica diferenciada das outras organizações econômicas que possui duas dimensões:

{...} uma econômica e outra social. Na sua dimensão econômica visa acometer o importante objetivo de assegurar aos associados os meios adequados de subsistência e de trabalho, segundo os critérios da melhor eficiência e racionalidade possível, assegurando-lhe a autonomia e a segurança num aspecto essencial e sujeito a tantas distorções e explorações no mundo de hoje. Na sua dimensão social, visa assegurar aos associados sua condição de sujeitos de todo o processo, exigindo sua plena participação decisória e controladora na empresa, como condição necessária para poderem ser os usuários dos bens e serviços de toda a ordem que a sociedade-empresa proporcionar (SCHNEIDER, 1991, p. 01).

Existe uma constante busca pela melhoria das condições econômicas e sociais, por isso, algumas pessoas com esses objetivos se associam com o intuito de criar as cooperativas a fim de valorizar e integração do ser humano na comunidade.

Para tanto, Maior (2000, p. 322) disserta que:

As cooperativas são sistemas de ajuda mútua em que pessoas que possuem necessidades comuns associam-se, voluntariamente para, mediante o exercício de um esforço conjunto e eliminando intermediário, satisfazer essas necessidades. As cooperativas têm um fim econômico porque visam à melhoria da situação econômica de seus membros, mediante um escopo puramente mercantil, o que as distingue das demais atividades empresárias (MAIOR, 2000, p.322).

Uma cooperativa se inicia através da união de pessoas com um mesmo objetivo, onde a soma de seus esforços produz desenvolvimento.

Schmidt e Perius (2003) *apud* Pies *et al* complementam afirmando que:

As cooperativas são organizações constituídas legalmente e que têm como principal atribuição oferecer produtos e serviços aos associados. O objetivo das cooperativas, diferente das empresas, não é lucrar, mas melhorar as condições de vida de seus membros. Pode-se afirmar que as cooperativas são formas de organização, pautadas pelos valores da democracia, da igualdade, da ajuda mútua, da solidariedade, da autonomia, da equidade e da responsabilidade, que envolvem atividades socioeconômicas e que têm como missão atender às necessidades de seus associados (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

Carrion (1999, p.167), finaliza apregoando que a cooperativa é uma associação voluntária de indivíduos que buscam contribuir seja com seu esforço

pessoal ou com suas economias, com a finalidade de obter para si, as vantagens propícias do agrupamento.

2.2 O Cooperado

O cooperado é um indivíduo que exerce alguma atividade socioeconômica, o qual se associa a uma cooperativa, passando a participar e a cumprir deveres e adquirir direitos.

Os cooperados são como disserta a OCESC (2003), os donos e usuários dos serviços das cooperativas, portanto responsáveis pela execução dos atos e conservação dos objetivos estabelecidos.

No mesmo sentido, se encontra a definição de cooperados dada pelo Banco central (BRASIL, 2018): “Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços”.

Interessante destacar que os cooperados têm atuações múltiplas, uma vez que podem ser sócios, fornecedores, clientes e muitas vezes empregados da cooperativa, possuem de acordo com Oliveira (2007, p.45): “direitos e obrigações baseados nas normas aprovadas em assembleia geral, onde cada associado tem somente um voto, independente do seu poder econômico, ou participação”.

É importante e necessário que o cooperado busque conhecer e compreender muito bem sua cooperativa para analisar suas vantagens e obter um melhor aproveitamento da mesma, pois como afirma Oliveira (2007, p.47) ele deve ter ciência da maneira como é e como “funciona uma organização cooperativa, de preferência antes do seu ingresso como associado, e para que isto seja possível, este deve estar provido de diversas características que lhe permitirá tomar a decisão de associar-se, ou não, a uma empresa cooperativa”.

2.3 Princípios Cooperativistas

Desde a criação da primeira cooperativa ela é regida por princípios, que definem seus valores e sendo isso o que as diferenciam das empresas. Nesse sentido Singer (2002) diz que:

O cooperativismo, desde seus primórdios, é direcionado por princípios, que diferenciam este tipo de organização das demais sociedades empresariais. Desde sua primeira experiência em 1844, em Rochdale, seu estatuto já previa princípios, que explicitavam os valores sobre os quais a organização cooperativa seria criada (SINGER, 2002).

Em 1844, na cidade de Rochdale, surge a primeira cooperativa, e com ela seu estatuto já trazia em seu bojo alguns princípios. Princípios estes que descreviam os valores sobre os quais a organização cooperativa seria criada.

Os sete princípios criados em Rochdale, foram alterados ao longo do tempo pelo congresso realizado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1937 na cidade de Paris, em 1966 na cidade de Viena e em 1995 na cidade de Manchester, conforme quadro abaixo:

PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congressos da Aliança Cooperativa Internacional		
	1937 (Paris)	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros 1. Adesão aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno Pro Ratas das Operações 4. Juros Limitados ao Capital b) Métodos Essenciais de ação e Organização	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racional e social).	1. Adesão Voluntária e Livre
2. Gestão Democrática		2. Gestão Democrática	2. Gestão Democrática
3. Retorno Pro Ratas das Operações		3. Distribuição das Sobras:	3. Participação Econômica dos Sócios
4. Juro limitado ao Capital investido		(A) aodesenvolvimento da cooperativa;	4. Autonomia e Independência
5. Vendas a dinheiro		(b) aos serviços comuns;	5. Educação, Formação e Informação.
6. Educação dos Membros		(c) aos associados pro - rata das operações.	6. Intercooperação
7. Cooperativização Global		4. Taxa Limitada de juros ao Capital Social	7. Preocupação com a Comunidade.
		5. Constituição de um Fundo para a Associação e do público em Geral	
		6. Ativa Cooperação entre as	

	<p>5. Compras e Vendas à Vista</p> <p>6. Promoção da Educação.</p> <p>7. Neutralidade Política e Religiosa.</p>	<p>Cooperativas em âmbito local, nacional e internacional.</p>	
--	---	--	--

Fonte: Silva, *et. al.* *apud* Schneider (1999), Crúzio (2002), Pereira (2002).

As últimas modificações dos princípios cooperativistas foram votadas pelo XXXI congresso realizado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1995 na cidade de Manchester, na Inglaterra, sendo apresentados por Etgeto *et al* (2005, p. 10-11) a seguir:

1º Princípio: Adesão Livre e Voluntária: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e assumir responsabilidades como associados, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de sexo. O princípio da porta aberta, todavia, não deve ser tomado com um sentido absoluto.

2º Princípio: Gestão Democrática pelos Cooperados: As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus associados, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. A gestão democrática é a essência operacional do cooperativismo.

3º Princípio: Participação Econômica dos Cooperados: Os cooperados contribuem equitativamente para o capital de suas cooperativas e o controlam democraticamente. Pelo menos parte deste capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os associados recebem, habitualmente, uma limitada remuneração - se houver - ao capital subscrito. Os excedentes são destinados a um ou mais dos seguintes objetivos: • Desenvolvimento de suas cooperativas, eventualmente por intermédio da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será indivisível. • Benefício dos associados, na proporção de suas transações com a cooperativa. • Apoio a outras atividades aprovadas pelos associados.

4º Princípio: Autonomia e Independência: As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, geridas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações - incluindo instituições públicas - ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus associados e se mantenha a autonomia das cooperativas.

5º Princípio: Educação, Formação e Informação: As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus associados, eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º Princípio: Intcooperação: As cooperativas servem de forma mais eficaz a seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, por intermédio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Princípio: Interesse pela Comunidade: As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos seus associados (ETGETO *et al*, 2005, p. 10-11).

Estes princípios servem de base para a doutrina cooperativista, levando à compreensão de que independente da modalidade de cooperativa, todos os cooperados são, sócios, fornecedores, clientes e muitas vezes empregados, acontecendo isso ao mesmo tempo.

Segundo Braga *et al* (2002, p.14) a ideia dos princípios possa estar talvez, para muitos, fora da realidade, mas para outros poderia se considerar o desafio a se buscar, mesmo apresentando certas dificuldades acerca de sua incorporação na sociedade brasileira, juntando a eles a evolução do pensamento social, visando melhorar a organização da sociedade.

Incorporar os princípios cooperativistas à sociedade e agregando a ele o pensamento de evolução social, trará melhorias às organizações, mesmo que para muitos seja até uma utopia, mas para outros seja algo desafiador diante das grandes dificuldades, porém realizáveis.

O quinto princípio cooperativista que disserta sobre Educação, Formação e Informação é o princípio que mostra a importância da disseminação do conhecimento cooperativo e é através dele que o cooperado e toda sociedade evolui o pensamento cooperativo, assim promovendo melhorias em toda a área de abrangência da cooperativa. Nesta linha de pensamento, observa-se a importância deste princípio, uma vez que ele trará esclarecimentos às pessoas envolvidas, principalmente no que se refere aos seus direitos e deveres como associados e de promover o cooperativismo junto a outras entidades. Ressaltando que já é até previsto recursos para este fim através do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

Sobre o tema em voga, Koslovski (1987, p.11) afirma que os comitês de Educação são constituídos visando à promoção constante da educação cooperativista, sendo as principais características desse comitê a difusão dos princípios do cooperativismo entre os associados; o esclarecimento de deveres e direitos desses associados; colaboração na promoção das Assembleias Gerais;

promoção do cooperativismo junto a outras entidades, autoridades e público em geral; além de coordenar a utilização dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. Com isso, estes órgãos podem ser considerados veículos para a aplicação prática do princípio.

Ainda sobre o quinto princípio, Gadotti (2009, p.35) acrescenta:

A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários, a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente. Não se pode entrar numa cooperativa com uma mentalidade capitalista. Seria o mesmo que dar continuidade ao projeto capitalista (GADOTTI, 2009, p. 35).

Diante do exposto, não se pode deixar de assegurar o conhecimento a todos, principalmente devido ao fato que já está tudo previsto nas cooperativas. Uma vez instruídas as pessoas envolvidas mantêm seu foco voltado ao cooperativismo, desta forma elas saberiam distinguir o cooperativismo do capitalismo.

2.4 Cooperativas de Crédito

Sabe-se que há variados tipos de cooperativas, mas como o estudo é voltado para uma cooperativa de crédito em especial, ele se restringirá a mesma.

As cooperativas de crédito são nas palavras de Pinheiro apud Naves (2007, p.38):

As cooperativas de créditos são como sociedades que tem como objetivo principal proporcionar a seus associados crédito e moeda, por meio da mutualidade e da economia, mediante a uma taxa módica de juros, auxiliando de modo particular o pequeno trabalho em qualquer ordem de atividade na qual se manifeste, seja agrícola, industrial, comercial ou profissional, e, acessoriamente, podendo fazer com pessoas estranhas a sociedade, operações de crédito passivo e outros serviços conexos e auxiliares do crédito (PINHEIRO *apud* NAVES, 2007, p. 38).

A cooperativa de crédito tem por objetivo oferecer soluções financeiras aos seus associados, sendo uma maneira mais acessível a produtos e serviços

adaptados às necessidades desses e também respeitando suas condições financeiras.

Sobre o assunto, Brasil (2018) define:

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Por meio da cooperativa de crédito, o cidadão tem a oportunidade de obter atendimento personalizado para suas necessidades. O resultado positivo da cooperativa é conhecido como sobra e é repartido entre os cooperados em proporção com as operações que cada associado realiza com a cooperativa. Assim, os ganhos voltam para a comunidade dos cooperados. No entanto, assim como partilha das sobras, o cooperado está sujeito a participar do rateio de eventuais perdas, em ambos os casos na proporção dos serviços usufruídos. As cooperativas de crédito são autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central, ao contrário dos outros ramos do cooperativismo, tais como transporte, educação e agropecuária (BRASIL, 2018).

A cooperativa de crédito visa atender seus associados de maneira a contribuir e sanar a demanda de serviços financeiros a esses, com a finalidade de oferecer estes tipos de serviços personalizados ao estilo de seus associados.

Destaca-se que as cooperativas de crédito possuem uma maneira de captação de dinheiro a custo zero que é a operação de depósitos a vista, há também os depósitos a prazo que devem ser remunerados, além de ofertarem produtos como talão de cheques, cheque especial, recepção de pagamento de contas de serviços públicos e até mesmo folhas de pagamentos (FORTUNA, 1999).

As cooperativas de crédito possuem a forma de ajuda mútua como objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, se baseando em valores de igualdade, equidade, solidariedade, democracia e responsabilidade social. Como fundamento, essas cooperativas buscam, além de prestar serviços comuns, a diminuição das desigualdades sociais, facilitação ao acesso dos serviços financeiros, difundem o espírito da cooperação e buscam estimular a união de todos em prol do bem-estar comum (PAGNUSSATT, 2004, p. 13).

Como a cooperativa de crédito provém da espécie cooperativa, ela promove a captação de recursos financeiros para financiar atividades econômicas dos cooperados, se assemelhando ao banco, por administrar suas poupanças e prestar serviços dessa natureza (SCHARDONG, 2003, p.82).

Mas, o que diferencia a cooperativa de crédito de um banco é que a cooperativa possui objetivos e métodos administrativos distintos do banco. E as diferenças vão além, como na descrição do SICOOB (CECREMGE, 2018):

As cooperativas de crédito e os bancos são entidades de intermediação financeira, porém com foco bastante distintos. Enquanto os bancos privilegiam o capital e o acúmulo de patrimônio através de margens de lucros cada vez maiores, as cooperativas de crédito privilegiam seus cooperados, gerando recursos para sua manutenção, expansão e diversificação. A atuação do banco é de caráter eminentemente econômico, direcionando o capital para as aplicações mais lucrativas, mesmo que desvinculadas de produção e consumo, que é o que gera a riqueza do país. A atuação da cooperativa é de caráter mais social, atendendo prontamente as necessidades específicas dos cooperados e da sociedade onde está inserida, otimizando a distribuição e a circulação da renda, atuando como agente de desenvolvimento local (CECREMGE, 2018).

Enquanto os bancos privilegiam o “dinheiro”, a cooperativa de crédito privilegia seus cooperados, além disso, enquanto a atuação do banco visa à área econômica “lucro”, a cooperativa visa à área social.

No mesmo sentido, Araújo (2017) afirma que as distinções entre a cooperativa e o banco são profundas e importantes, pois:

Banco é uma sociedade anônima, controlada pelos detentores dos maiores capitais, visando essencialmente o lucro, que é destinado aos acionistas, não mantendo qualquer vínculo com a comunidade. As cooperativas são sociedades de pessoas, sem finalidade lucrativa, que operam unicamente com os seus associados, aos quais é assegurada a participação igualitária nas decisões e, proporcional às suas operações, nos resultados, tendo a missão de gerar em favor dos cooperados soluções financeiras adequadas e sustentáveis, mantendo comprometimento com as comunidades onde atuam (ARAÚJO, 2017).

As vantagens da cooperativa em relação ao banco são várias, pois a primeira não possui fins lucrativos e surge com a finalidade de atender aos interesses dos associados, podendo ofertar serviços com menor percentual de juros e taxas, e destaca-se por distribuir entre seus associados às sobras excedentes.

Por tanto, torna-se imprescindível que o associado conheça sua cooperativa, suas vantagens, desvantagens, o que de bom pode ofertar para que possa usufruir dos bens e serviços da melhor maneira, contribuindo significativamente para com a qualidade de melhoria de vida deste.

3 METODOLOGIA

A metodologia objetiva realizar uma análise complexa, para que se obtenha uma compreensão mais detalhada e um entendimento específico dos dados abordados.

Salienta-se, de acordo com Cervo *et al* (2007) que o conceito de metodologia se dá na maneira pela qual se utiliza para averiguar e obter resultados, através da ciência, dos problemas de uma sociedade, na qual o método científico é o meio necessário para identificação e conexão dos fatos entre o saber popular e o conhecimento científico.

Com a metodologia é possível investigar sobre os processos idealizados nas pesquisas, por meio de procedimentos, métodos e resultados.

3.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa é um processo sistemático para a construção do conhecimento humano, sendo caracterizada como uma atividade presente no cotidiano, considerada como uma atitude, ou ainda, como um questionamento sistemático crítico e criativo, considerando a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático (DEMO, p.34).

Segundo Gil (2008, p.42):

A pesquisa tem um caráter pragmático, é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo (GIL, 2008, p.42).

Caracteriza-se a pesquisa como um campo de investigação, composta por elementos complexos cujo objetivo principal é diagnosticar resultados.

Quanto ao referencial teórico do estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas por meio de documentos como livros, livros virtuais, revistas, jornais dentre outros, como um meio de conhecer as diferentes formas de contribuição científica realizadas sobre determinado assunto ou fenômeno (OLIVEIRA, 2004, p. 119).

Para a efetiva realização do estudo, baseou-se na estratégia de pesquisa qualitativa, utilizando o caráter exploratório de uma pesquisa de campo.

A escolha se deu pelo fato de que na pesquisa qualitativa, não há preocupação com a representatividade numérica e sim, em aprofundar a compreensão de um grupo social de uma organização, dentre outros (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

No mesmo sentido, Vieira e Zouain (2005) também dissertam que neste tipo de pesquisa o que importa são os depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles, prezando pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos envolvidos.

Dentro do método de pesquisa qualitativa, optou-se pelo modelo de investigação exploratória e como meio, a pesquisa de campo, uma vez, que esse modelo é realizado em ambientes onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, não comportando hipóteses que poderão surgir durante ou ao final da pesquisa, pelo fato de sua natureza de sondagem não permitir (VERGARA, 2009, p. 42). E, ainda, sobre a pesquisa de campo, o mesmo autor afirma ser uma investigação empírica que é realizada no ambiente onde ocorre ou ocorreu um fenômeno o qual dispõe de elementos para explicá-lo, incluindo, no caso,

entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não (VERGARA, 2009, p.43).

3.2 Sujeito do Estudo

Os sujeitos deste estudo são associados da cooperativa de crédito CREDIPRATA da cidade de Moema, Minas Gerais. É de fundamental importância escolher corretamente o sujeito de estudo, para que as perguntas do questionário propostas pela pesquisa sejam alcançadas de maneira eficaz.

3.2.1 A CREDIPRATA

A CREDIPRATA surgiu como forma de suprir as necessidades enfrentadas por um grupo de produtores rurais que, na década de 1980, sofriam dificuldades para conseguir recursos e de ter acesso ao crédito, junto às instituições financeiras.

No ano de 1989, firmes no propósito de construir uma cooperativa forte e sólida, que os ajudassem na construção de seus sonhos, criaram, por meio de uma Assembleia Geral, a Constituição da Cooperativa de Crédito Rural de Lagoa da Prata – CREDIPRATA, quando 25 produtores rurais que estavam presentes, tornaram-se os sócios fundadores (SICOOB, 2018).

Com a evolução e fortalecimento dos negócios, objetivando beneficiar as cidades vizinhas, foi aprovado à abertura de agências do CREDIPRATA em várias cidades, inclusive, no dia 06 de janeiro de 2003, foi o marco de abertura da agência da cidade de Moema, fonte dessa pesquisa.

Hoje, essa cooperativa se tornou sólida e competitiva no mercado financeiro, a qual conseguiu conquistar o seu espaço e ser uma das principais instituições financeiras da cidade e da região.

3.3 Amostra

A amostra segundo Vergara (2006, p.50) “é uma parte do universo (população) escolhida segundo algum critério de representatividade”. Por tanto, para esse estudo foram consideradas a amostragem de 60 cooperativistas na cidade de Moema, os quais serão pesquisados levando em consideração a acessibilidade do pesquisador no momento da coleta dos dados.

3.3.1 Instrumento e Coleta de Dados

O presente estudo possui como instrumento de coleta de dados um questionário intitulado: “Pesquisa sobre conhecimento cooperativista”.

Importante compreender a definição de questionário dada por Gil (2008) como sendo uma técnica investigativa social, composta a um conjunto de questões submetidas às pessoas com a intenção de se obter informações acerca de conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado. Pode-se falar também, em instrumento de coleta de informação por meio de sondagem ou inquérito.

Nessa mesma linha, Amaro, Póvoa e Macedo (2005), dissertam sobre as vantagens do questionário:

A escolha do questionário como instrumento de inquisição a um determinado número de pessoas apresenta vantagens relativas à sua aplicação. A aplicação de um inquérito por questionário possibilita uma maior sistematização dos resultados fornecidos, permite uma maior facilidade de análise bem como reduz o tempo que é necessário despendido para recolher e analisar os dados. Este método de inquirir apresenta ainda vantagens relacionadas com o custo, sendo este menor (AMARO, PÓVOA e MACEDO, 2005, p.8).

Foi aplicado para os associados um questionário estruturado, onde as perguntas foram direcionadas de maneira a extrair o máximo possível de informação, de modo, a responder de maneira eficaz ao problema proposto pela pesquisa.

O questionário foi elaborado com perguntas voltadas para os associados da cooperativa de crédito CREDIPRATA, da cidade de Moema, Minas Gerais, com o intuito de alcançar a maior quantidade de informações possíveis para suprir os

objetivos do estudo, para tanto, alguns questionamentos como “o que o levou a associar-se a cooperativa?”, “você conhece os produtos oferecidos pela cooperativa?”, “para você existem diferenças entre a cooperativa e os bancos?” e “você tem conhecimento dos benefícios oferecidos pela cooperativa?”.

O questionário foi estruturado com perguntas de múltiplas escolhas. Apresentada aos questionados, um conjunto de declarações, sobre as quais os mesmos são solicitados a assinalar a opção que corresponda à sua visão particular de importância sobre a assertiva em questão.

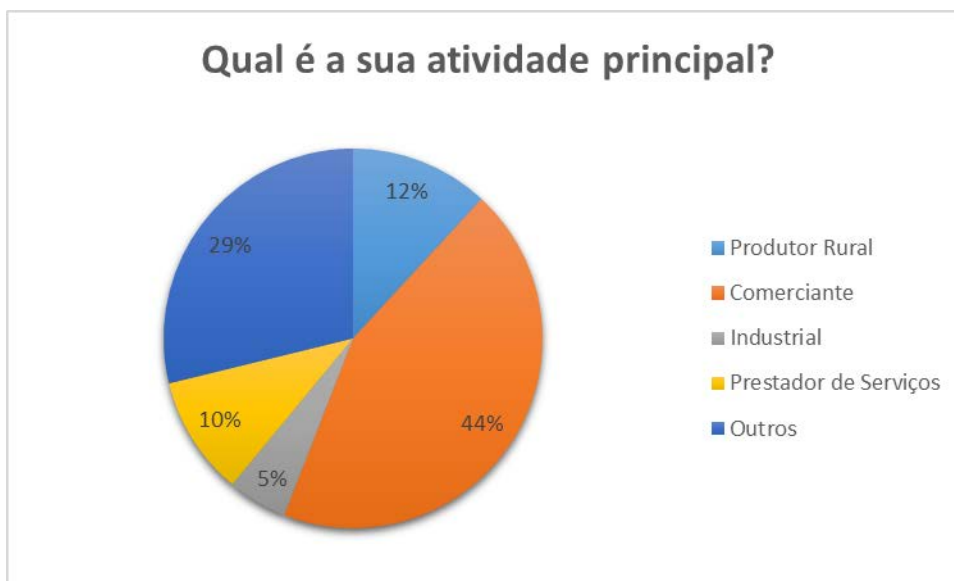
A aplicação do questionário foi realizada pelo pesquisador do estudo aos associados da CREDIPRATA, agência de Moema, Minas Gerais entre os dia 27 de março e 16 de maio de 2018, que estavam mais acessíveis.

A análise de dados foi realizada através de pesquisa com 60 associados da agência, utilizando um questionário contendo 14 perguntas, distribuídas em alternativas de múltipla escolha, objetivando responder ao questionamento: Os associados da cooperativa de crédito CREDIPRATA sabem o que é cooperativismo?

3.3.2 Instrumento de Análise de Dados

Como instrumento de análise de dados será utilizado à ferramenta Microsoft Excel 2013, para realizar a tabulação dos dados coletados a partir dos questionários aplicados. Assim as informações fornecidas pelo Excel geram os gráficos que visam facilitar a análise dos dados.

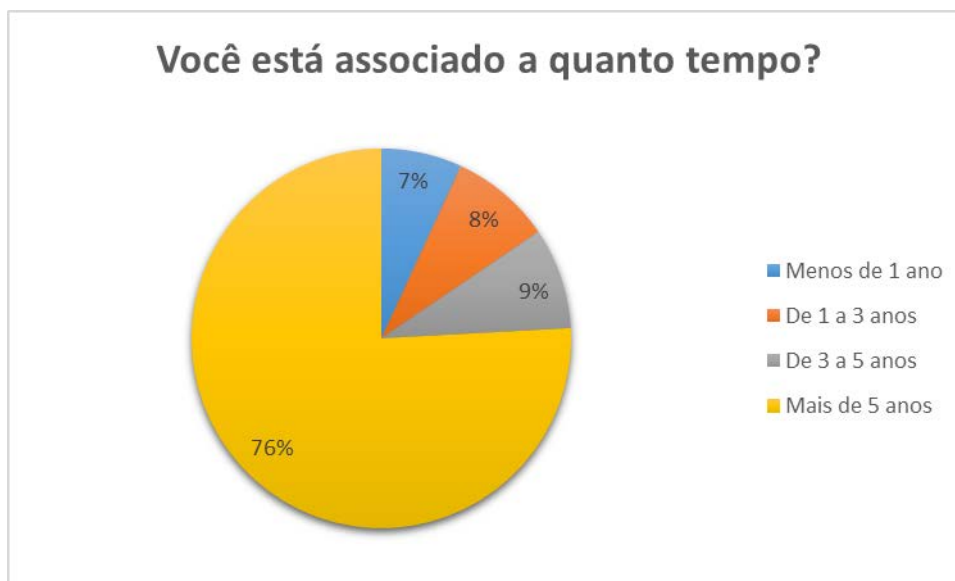
4 RESULTADO DA PESQUISA



Esse gráfico mostra que apesar da cooperativa CREDIPRATA ter sido fundada por produtores rurais, atualmente a maioria dos seus associados são comerciantes (44%) e produtores somente (12%).



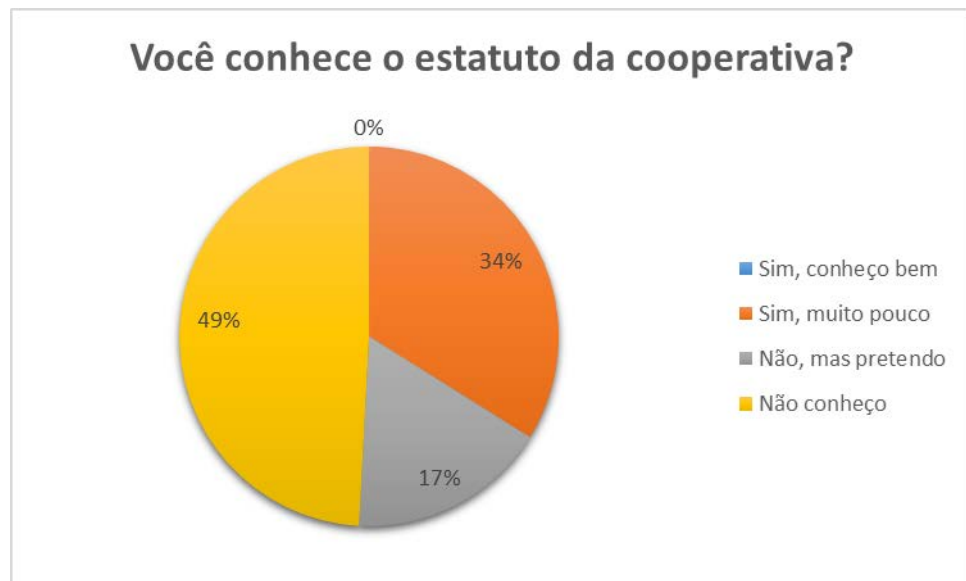
No quesito idade, observa-se que a maioria absoluta dos associados tem idade superior a 41 ano e que esse percentual diminui com a redução da idade.



Em se tratando de tempo, em que está associado, vimos que 76% têm mais de 5 anos e que o percentual de crescimento foi bastante uniforme nos últimos anos.



Observa-se nesse gráfico que os associados ingressão na cooperativa buscando poucas taxas, juros mais baixos e com a necessidade de um banco. Mostrando que a CREDIPRATA oferece algo mais que os bancos.



Analisando o conhecimentos do estatuto da cooperativa, o percentual apresentado, mostra que a maioria dos associados desconhece o estatuto da CREDIPRATA, sendo que apenas 34% conhece um pouco, os demais desconhecem.



Verifica-se que apenas 5% dos associados procuram sempre participar acuidamente das assembleias das cooperativas e que 53% raramente participam e os demais nunca participaram.



No gráfico apresentado nota-se que os associados percebem que tem diferença entre as cooperativas e os bancos, porém pelas perguntas anteriores, entende-se que as diferenças percebidas pelos associados são dos valores das taxas e dos juros mais baixos.



Esse gráfico mostra que 65% dos associados disseram que não receberam informações sobre cooperativismo quando associaram, as quais certamente contribuiriam para o conhecimento cooperativista.



É possível observar nesse gráfico que o baixo interesse em participar da gestão da cooperativa se dá por falta de conhecimento cooperativista, um vez que 27% tem interesse, porém não sabe como participar e 64% não tem interesse algum.



Um percentual de 56% dos associados apresenta estar consciente de que a cooperativa tem responsabilidade com eles e com a sociedade, porém os demais

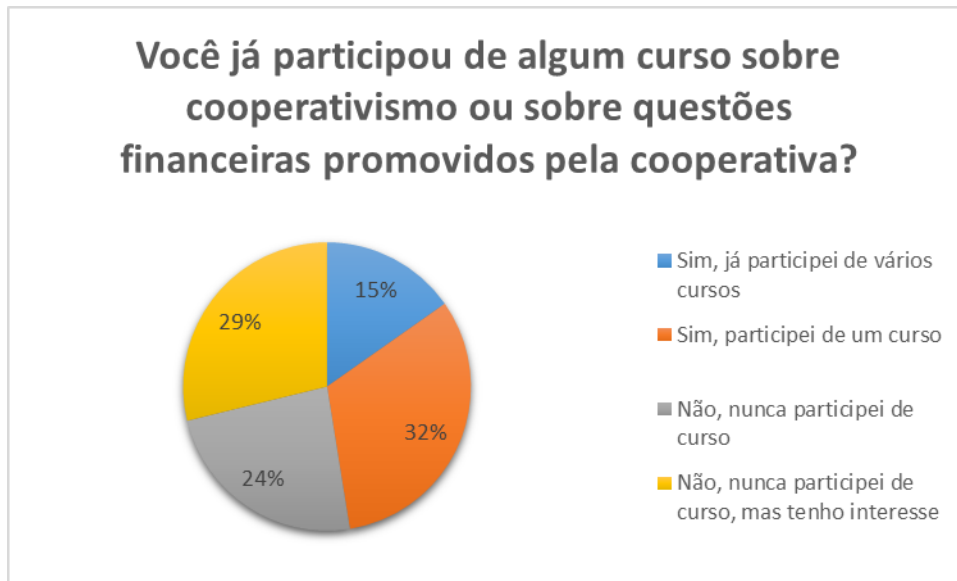
não têm conhecimento da responsabilidade com a comunidade onde a cooperativa está inserida.



Nesse gráfico vemos que mesmo os associados não tendo muito conhecimento cooperativista, 79% deles têm conhecimentos no que diz respeito aos produtos oferecidos pela cooperativa. Mostrando assim que dão uma atenção especial as partes econômica e financeira.



Os benefícios oferecidos pela cooperativa poderiam ser mais aproveitados pelos associados se os mesmos tivessem mais conhecimento cooperativista, no gráfico observa-se que a maioria deles desconhece ou conhece apenas alguns.



No gráfico, nota-se que os associados têm interesse em participar de cursos relacionados com o cooperativismo e/ou questões financeiras promovidos pela cooperativa, porém o percentual de cooperados que já participaram de vários cursos ainda é muito baixo.



Esse gráfico mostra que a falta de conhecimento cooperativista leva os associados a desconhecer seus direitos e deveres, assim passam a ter dificuldades de participação junto a cooperativa.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir das amostras levantadas, percebe-se que a cooperativa de crédito CREDIPRATA possui um quadro de associados cuja maioria absoluta têm idade superior a 41 anos e que apesar de ter sido fundada por produtores rurais, o maior número de associados que a integram são comerciantes. Observa-se que 76% dos cooperados ingressaram na cooperativa há mais de 5 anos e que, nos últimos anos, o percentual de crescimento vem sendo bastante uniforme.

Notou-se, também, que a procura da CREDIPRATA se dá pela busca de poucas taxas, juros baixos e pela necessidade de um banco. Isso mostra que as cooperativas de crédito têm condições de oferecer algo muito além do que os bancos oferecem.

Com relação à busca do conhecimento cooperativista, observa-se que apenas um pequeno percentual de cooperados estão informados sobre assuntos relacionados com a sua cooperativa, tais como: como o estatuto e participação das assembleias.

Apesar de perceberem diferenças entre cooperativas e bancos, aquelas observadas são apenas a facilidade e comodidade de acessos a produtos e serviços oferecidos.

O fato de 65% não ter recebido materiais ou informações sobre cooperativismo quando ingressaram, o baixo interesse em participar da gestão, o não conhecimento da responsabilidade da cooperativa para com eles e com a sociedade e o próprio questionamento sobre o conhecimento, mostra que os associados têm pouco conhecimento cooperativista. Assim sendo, como visto nos

questionamentos posteriores, percebe-se que parte destes desconhecem até mesmo os produtos/serviços e benefícios oferecidos pela CREDIPRATA.

É preciso comentar também que os associados têm interesse em participar dos cursos relacionados com o cooperativismo e ou questões financeiras promovidos pela cooperativa, porém poucos participam. E por fim, vê-se a dificuldade de participação junto à instituição por desconhecer seus direitos e deveres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo pode-se observar que a aplicação do quinto princípio cooperativista: Educação, Formação e Informação, faz toda a diferença no que diz respeito ao crescimento sustentável de uma cooperativa de crédito, pois quando os associados detêm conhecimentos cooperativistas, passam a participar dos assuntos relacionados à instituição.

Assim sendo, os cooperados tornando-se conhecedores dos direitos e deveres seus e da cooperativa, se transformarão em protagonistas do desenvolvimento da empresa.

Buscando disseminar o conhecimento cooperativista para os associados, pode-se usufruir de recursos já previstos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, que podem ser aplicados nos treinamentos sobre cooperativismo.

Por isso, é importante e necessário haver maior comprometimento das cooperativas em disseminar o conhecimento e a informação e, também, divulgar mais o seu papel perante seus associados, buscando a participação, convivência e maior aproveitando entre ambos, para com isso, obter sucesso e o crescimento da mesma, visando sempre o bem-estar e suprimindo as demandas de seus cooperados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARAÚJO, Luiz Antônio Ferreira de. **Cooperativas de Crédito X Banco**. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/2017/10/cooperativas-de-credito-x-banco/> Publicado em: 24 de outubro de 2017. Acesso em: 18 de maio de 2018.

AMARO, Ana; PÓVOA, Andreia; MACEDO, Lúcia. **A arte de fazer Questionários**. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Mestrado em Química para o Ensino. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/A-arte-de-fazer-question%C3%A1rios.pdf> Publicado em: 2005. Acesso em: 15 de maio de 2018.

BRAGA, M. J.; PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C., VIEIRA, N. S.; CARVALHO, D. M.; CETTO, V. M.; RIGO, A. S. **Tirando a máscara: princípios cooperativistas e autenticidade das cooperativas**. Viçosa, UFV, 2002 (Relatório Final de Pesquisa, CNPq).

BRASIL, Banco central do. **O que é cooperativa de crédito?** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp> Publicado em: 2018. Acesso em: 15 de maio de 2018.

CARRION, Valentin. **Cooperativa de trabalho: autenticidade e falsidade**. São Paulo: LTr, 1999.

CECREMGE, Central SICOOB. **Diferenças entre Cooperativas de Crédito e Bancos**. Disponível em: <http://www.sicoobcentralcecremge.com.br/cooperativismo/diferencas-entre-cooperativas-de-credito-e-bancos> Publicado em: 2018. Acesso em: 17 de maio de 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ETGETO, Anderson Augusto; BATISTA, Cássio Gabriel Silva; VICENTE, Fabrício César; GIROTTO, Michel Willian. **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil**. Maringa Management: Revista de Ciências Empresariais, v. 2, n.1, p. 7-19, jan. /jun. 2005.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 13ª Ed, Rio de Janeiro, Qualitymark, 1999.

GADOTTI, Moacir. **EdL Economia Solidaria Como Práxis Pedagógica**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

KOSLOVSKI, J. P. **O cooperativismo paranaense: progresso e justiça social**, Organização das cooperativas do Estado do Paraná, Curitiba, 1987, 44p.

LAUSCNER, Roque. Autogestão, cooperativismo e capitalismo. In: **Revista Perspectiva Económica**. São Leopoldo: UNISINOS, n. 36, 1982. p. 57-116

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **O Direito do Trabalho como instrumento de justiça social**. São Paulo: LTr, 2000.

NAVES, Carolina F. B. **A sustentabilidade financeira das Cooperativas de Crédito Rural: Um Estudo de Caso no Estado de São Paulo**. Dissertação de mestrado em economia aplicada, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-17072007-150840/pt-br.php> Acesso em: 18 de maio de 2018.

OCESC. **Sindicato e organização das cooperativas do estado de Santa Catarina**. O cooperativismo ao alcance de todos. Florianópolis, 2003.

OLIVEIRA, Silvo Luiz. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Thonson, 2004.

PAGNUSSATT, Alcenor. Guia do cooperativismo de crédito – organização, governança e políticas corporativas. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004.

PIMENTEL, R. **Princípios cooperativistas**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Brasília, DF (Brasil). Depto. De Desenvolvimentos Rurais Princípios cooperativistas 2. ed. Brasília, DF (Brasil), 19__.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989

SALES, João Eder. **Cooperativismo: Origens e Evolução**. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Número 1 Jan-jun 2010, 34p.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. 2 ed. Porto Alegre: Rigel, 2003.

SCHNEIDER, José Odelso. **Cooperativas de produção ou de trabalho:** sua viabilidade no Brasil. Cadernos CEDOPE. Série Cooperativismo. N. II-6. São Leopoldo, UNISINOS, 1991. p. 5.

SICOOB, CREDIPRATA. **Nossa História.** Disponível em: <http://www.sicooobcrediprata.com.br/pagina.php?pg=historia-sicooob-crediprata> publicado em: 2018. Acesso em: 18 de maio de 2018.

SILVA, Paola; ABRANTES, Rumening; OLIVEIRA, Aladenisa C. de. **Doutrina e princípios cooperativistas:** um estudo de caso na cooperativa maxi mundi. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.5, n.3, Pub.6, Julho 2012.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, 130p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANEXO - Pesquisa sobre conhecimento cooperativista

- 1) Qual é a sua atividade principal?
 Produtor Rural
 Comerciante
 Industrial
 Prestador de Serviços
 Outros
- 2) Qual a sua idade?
 15 a 20 anos
 21 a 30 anos
 31 a 40 anos
 Mais de 41 anos
- 3) Você está associado há quanto tempo?
 Menos de 1 ano
 De 1 a 3 anos
 De 3 a 5 anos
 Mais de 5 anos
- 4) O que te levou a associar-se? (Pode ser marcadas mais de uma alternativa)
 Ser dono da cooperativa
 Poucas taxas
 Ações da cooperativa junto à comunidade
 Juros mais baixos
 Necessitava de um banco
- 5) Você conhece o estatuto da cooperativa?
 Sim, conheço bem
 Sim, muito pouco
 Não, mas pretendo
 Não conheço
- 6) Você participa das assembleias da cooperativa?
 Nunca participei
 Raramente
 Sempre
- 7) Para você existem diferenças entre as cooperativas dos bancos?
 Sim, são muitas diferenças
 Sim, mas praticamente não existem diferenças
 Não existem
 Não sabe responder
- 8) Quando você se associou à cooperativa foi discutido ou entregue algum material sobre cooperativismo?
 Sim, foi discutido e recebi material
 Sim, somente discutido
 Sim, somente material
 Não foi discutido e não recebi material
- 9) Você tem interesse em participar da gestão da cooperativa?
 Sim, tenho muito interesse em participar
 Sim, mas não sei como fazer para participar
 Não tenho interesse em participar
- 10) Você sabe se a cooperativa tem responsabilidade para com a sociedade ou só mesmo com o seu associado?
 Sim, a cooperativa tem responsabilidades para com a sociedade e também com os associados
 Sim, a cooperativa somente tem responsabilidades com os associados
 Não tenho conhecimento
- 11) Você conhece os produtos oferecidos pela cooperativa?
 Sim, tenho conhecimento de todos os produtos oferecidos
 Sim, conheço alguns produtos oferecidos
 Não tenho conhecimento
- 12) Você tem conhecimento dos benefícios oferecidos pela cooperativa?
 Sim, tenho conhecimento da maioria
 Sim, conheço alguns
 Não tenho conhecimento
- 13) Você já participou de algum curso sobre cooperativismo ou sobre questões financeiras promovidos pela cooperativa?
 Sim, já participei de vários cursos
 Sim, participei de um curso
 Não, nunca participei de nenhum curso
 Não, nunca participei de nenhum curso, mas tenho interesse
- 14) Você tem espaço de participação na cooperativa?
 Sim, sempre que preciso tenho espaço de participação
 Sim, mas muito pouco
 Não tenho espaço de participação
 Desconheço

**A ATUAÇÃO DO CONTADOR EM UM CENÁRIO DE INSTABILIDADE:
Um Estudo da Crise de 2014 – 2017 e seus Reflexos no Polo Calçadista de
Nova Serrana – MG**

Ciro Antônio Pereira Lemos¹

Gabriel Henrique Silva²

Rafael Augusto Silva³

RESUMO

O presente estudo buscou verificar quais os impactos da atual crise econômica brasileira no polo calçadista de Nova Serrana, e qual a atuação do contador nesse cenário de instabilidade. Foi realizada uma pesquisa de campo, com finalidade descritiva, coleta de dados documental e bibliográfica. O trabalho contém análises qualitativas e quantitativas. Os Dados foram coletados por meio de um questionário com perguntas objetivas, o que foi passado a administradores e contadores pertencentes ao ramo calçadista da cidade. As conclusões apontam que o Brasil vive uma forte crise econômica com pequenos indícios de melhora. Em Nova Serrana, podem-se observar reflexos da forte crise do país, porém em proporções menores. Os dados coletados mostram que os administradores valorizam muito o trabalho desempenhado pelos contadores. Consideram as informações fornecidas pelos mesmos importantes nas tomadas de decisões e classifica-os como atuantes na empresa. Os administradores e contadores se mantêm precavidos sobre o cenário econômico de Nova Serrana e a maioria o classifica como indefinido.

Palavras-chave: Crise econômica. Indústria calçadista. Nova Serrana. Atuação do Contador.

ABSTRACT

The present study sought to verify the impacts of the current Brazilian economic crises on the footwear pole of Nova Serrana and what's the counter performance in this instability scenario. A survey was carried out with a descriptive purpose, collection of documentary and bibliographical data. The work contains qualitative and quantitative reviews. The data were collected through a questionnaire with objective questions, which was passed to administrators and accountants belonging to the city's slice branch. The conclusions show that Brazil is experiencing a strong economic crisis with small signs of improvement. In Nova Serrana it can observe reflections of the strong crisis of the country, but in small propositions. The data collected show that managers value the work of accountants a lot. Consider the

¹Ciro Antônio Pereira, Mestre em Administração-Prof. Da UEMG-Cláudio-MG e da FANS- Nova Serrana-MG – ciroapl@oi.com.br

²Gabriel Henrique Silva, aluno –gabrielsilva2014@outlook.com

³Rafael Augusto Silva, aluno – rafaelsilvans@outlook.com

information provided by them is important in decisions and classifies them as active in the company. Administrators and accountants remain cautious about the economic scenario of Nova Serrana and most classify it as indefinite.

Keywords: Economic crisis. shoe industry. Nova Serrana. Accountantsactuation

1 INTRODUÇÃO

Muitas empresas não conhecem a importância da contabilidade nas tomadas de decisão, principalmente, em cenário de instabilidade econômica, e como ela pode oferecer técnicas, informações e procedimentos, que possibilitem auxílio em suas atividades. Os empresários contratam os serviços no setor contábil, normalmente, apenas para calcular impostos e para atender às exigências do governo.

Nos últimos anos, o cenário econômico brasileiro ficou em destaque devido à crise econômica que se instaurou. Em meados de 2016, a economia do país sentiu de forma mais veemente essa forte crise, que chegou a ser considerada a pior da história econômica brasileira. Os principais motivos dessa instabilidade econômica foram as investigações da operação Lava-Jato, realizada pela Polícia Federal, que intensificou a crise política e resultou numa onda de protestos em todo o Brasil, além do cenário econômico mundial desfavorável para países em desenvolvimento.

Diante do cenário de instabilidade vivido pelo país, pode-se inferir que o profissional contábil não atua apenas como um prestador de serviços, mas passa a ter uma ação ainda mais importante como consultor. Além disso, aparece como um grande aliado dos administradores na gestão das instituições, fornecendo informações precisas sobre o comportamento da organização, auxiliando no processo de tomadas de decisão, contribuindo para o desenvolvimento empresarial.

Este artigo tem por principal objetivo identificar se a crise no Brasil gerou reflexos no polo calçadista de Nova Serrana e apresentar, o quanto possível, a atuação do contador nesse cenário de instabilidade. Pretende-se também contribuir para o entendimento das crises econômicas, dando definições e conceitos sobre o tema, além de procurar apresentar as principais crises no mundo e no Brasil. Por fim, ainda existe a pretensão de mostrar a importância da contabilidade na gestão

das organizações, com intuito de proporcionar melhores resultados quanto aos lucros e ganho patrimonial.

2 AS CRISES MUNDIAIS E A ATUAL CRISE ECONOMICA BRASILEIRA: 2014-2017

A crise econômica pode ser definida como uma perturbação originada de um desequilíbrio em relação à produção e ao consumo, localizados em setores isolados de produção, isso ocorre quando um grande volume de bens é produzido e não é vendido devido à baixa demanda. As crises podem ser causadas por diversos fenômenos como, por exemplo, desastres naturais, que podem ser inundações, terremotos ou secas, os quais podem afetar o conjunto da economia e correspondem a uma fase regular do ciclo econômico. (SANDRONI, 1999)

Ao longo da história, ocorreram diversas crises de cunho mundial que afetaram grandes economias. Dentre as principais instabilidades econômicas pode-se citar, a crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, que aconteceu no ano de 1929, seus principais efeitos foram o desemprego em massa e a falência de várias empresas. A crise do petróleo teve início na década de 1970, seus principais efeitos foram a diminuição da produção industrial, o aumento generalizado dos preços dos produtos relacionados com o petróleo e, conseqüentemente, aumento da taxa de desemprego. E, por último, a crise financeira de 2008, também conhecida como a Grande Recessão, que teve como principal efeito a redução bastante significativa na produção industrial dos países desenvolvidos. (FERNANDES,2018; FREITAS, 2015; OREIRO 2011)

A partir de meados do ano de 2014, o cenário econômico brasileiro fica em destaque, devido à crise econômica que começa a se instaurar, devido à união de diversos fatores, Dos quais se destacam a crise mundial do petróleo e o início das investigações da operação Lava-Jato, essa que é a maior investigação relacionada à corrupção na história do país. A operação realizada pela Polícia Federal intensificou a crise política e resultou numa onda de protestos em todo Brasil naquele ano. (BASTOS; ROSA; PIMENTA 2016).

O país começou a sentir os reflexos desse cenário de instabilidade no PIB, que é um dos principais indicadores para mensurar a atividade econômica de uma

região, ele representa o montante de todas as riquezas produzidas internamente. Através do PIB brasileiro dos últimos anos, podem-se observar os efeitos da crise econômica instaurada no país desde meados do ano 2014, como pode ser verificado no GRÁF. 1.O indicador em 2014 apresentou um pequeno crescimento de 0,1%, entretanto, no ano seguinte, houve uma grande queda de 3,5%, que se manteve em 2016, mostrando os reflexos da crise enfrentada pelo Brasil, motivada principalmente pelos escândalos de corrupção e as investigações da operação Lava-Jato. Já no ano de 2017 o país dá indícios de uma pequena melhora em sua economia apresentando um crescimento de 1%, primeira alta depois de anos de retração.

Gráfico1 – PIB do Brasil 2010 - 2017

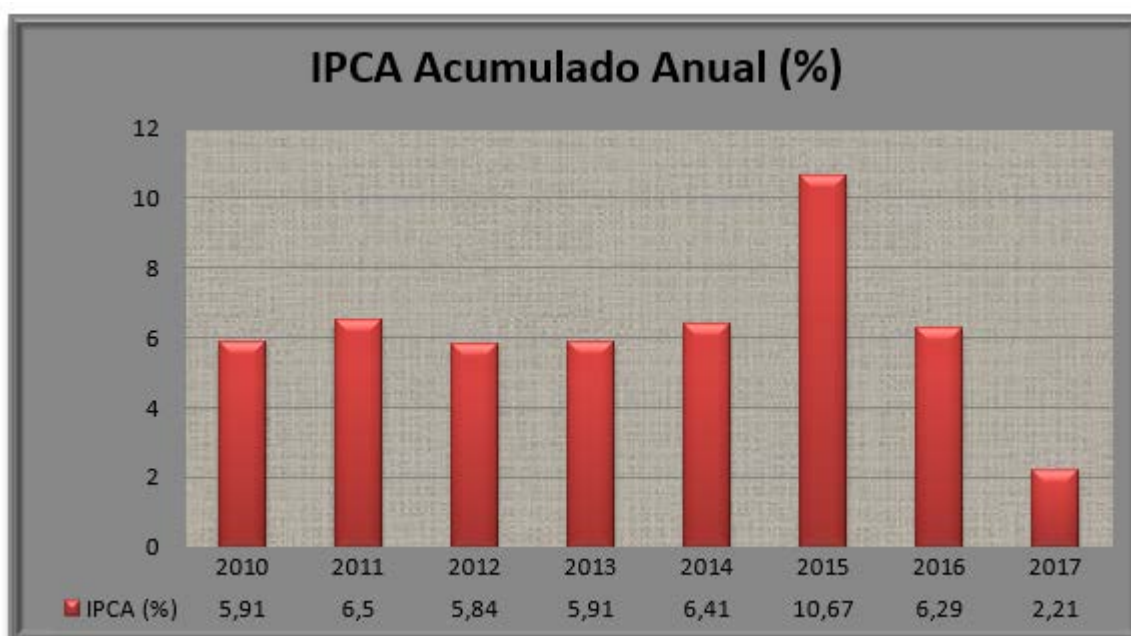


Fonte: Adaptado de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2018)

A atual crise pela qual passa o Brasil afeta diversos setores, como a indústria e comércio, mas se destaca pela insatisfação da população, com o governo e a classe política, além da alta taxa da inflação, que atinge diretamente os cidadãos, pois aumenta o preço dos produtos em todo processo de produção até chegar ao usuário final.

Conforme representado no GRÁF. 2 sobre o IPCA, pode-se observar que o índice se manteve praticamente estável até 2014, tendo pequenas alterações. Mas a partir de 2015 houve um considerável aumento, passando 6,41% registrado no ano anterior para 10,67%, um aumento de 66,46%, demonstrando o momento de instabilidade econômica vivida pelo Brasil. Já nos próximos anos, em 2016 e 2017, o índice apresentou uma queda significativa, apresentando um percentual de 6,29% em 2016 e fechou o ano de 2017 com 2,21%.

Gráfico 2 – IPCA Acumulado Anual 2010 - 2017



Fonte: Adaptado de (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2018)

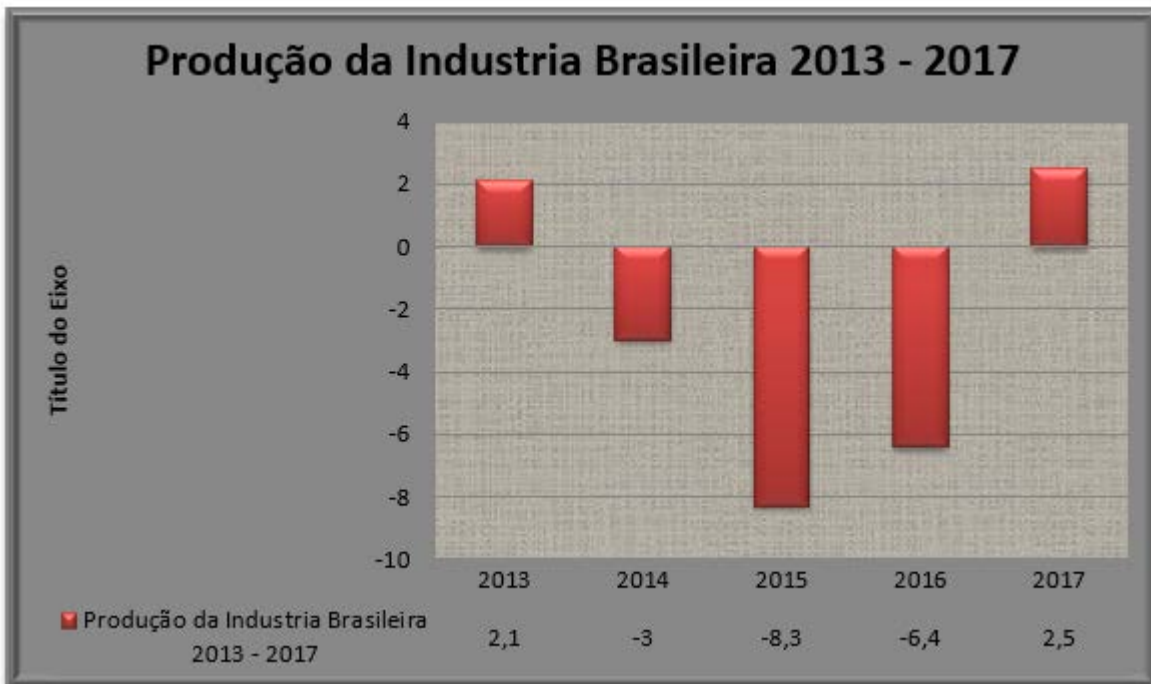
A atual crise econômica brasileira atingiu diversos setores do país e um dos mais afetados foi o setor industrial.

Segundo a Confederação Nacional das Indústrias – CNI (2016), as indústrias em quase todo o Brasil foram atingidas pela crise econômica, sendo que vinte e três estados brasileiros registraram diminuição da participação da indústria na composição do PIB estadual; dentre os estados mais afetados se destacam a Bahia, Amazonas, Tocantins e São Paulo.

Conforme pode ser observado no GRÁF. 3, a partir do ano de 2014 a produção brasileira começou a cair, registrando um percentual de -3%, já em 2015 a queda foi

mais drástica, registrando -8,3%, o resultado continuou negativo no ano de 2016, registrando -6,4%. Em 2017 a produção da indústria começa a demonstrar sinais de melhora com uma porcentagem de 2,5%.

Gráfico 3 – Produção da Indústria Brasileira 2013 – 2017



Fonte: Adaptado de (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2018)

Através dos dados apresentado no GRÁF. 3, pode-se observar o quanto a crise econômica refletiu na produtividade das indústrias brasileiras, apresentando quedas significativas que sobrecarregam sobre a população, principalmente com o aumento do desemprego.

3 A ATUAÇÃO DO CONTADOR EM ÉPOCAS DE INSTABILIDADE ECONÔMICA

Segundo Carvalho⁴ (2018), “Com a instabilidade do cenário que se encontra o mercado atual no Brasil, o profissional de Ciências Contábeis se tornou essencial para as empresas.” A autora ainda afirma que “atualmente é o contador que planeja,

⁴<https://pt.linkedin.com/pulse/o-profissional-graduado-em-ci%C3%A2ncias-cont%C3%A1beis-e-cen%C3%A1rio-carvalho>

controla e fornece as informações necessárias para a tomada de decisões, além é claro de organizar a contabilidade da empresa”.

Com o mesmo pensamento, Souza (2016) diz que o contador que estiver atento às oportunidades criadas com o momento de instabilidade atual, saberá aproveitá-las, demonstrando ao seu cliente que seus serviços não são apenas um balanço, um balancete, uma guia de imposto, que através deles são extraídas importantes informações para uma tomada de decisão acertada.

O bom contador está preparado para orientar as empresas sobre como transpor momentos de crise e de dificuldades. Enquanto o empresário está preocupado com a produção, faturamento, mão de obra e volume de vendas, o profissional contábil mantém o foco nas possibilidades e consegue prospectar possíveis cenários futuros. (RUAS, 2015).

Em um cenário com muitas incertezas econômicas, não existe uma ciência igual ou semelhante à contabilidade, capaz de fornecer informações precisas aos empresários; somente ela apresenta dados sobre o comportamento de custo fixo e variável, preços, demonstrações financeiras, planejamentos tributários e pareceres contábeis. (MARTINS, 2016).

O país está atravessando uma situação econômica preocupante, acontecimentos como a instabilidade e desprestígio na política, aumento da inflação, queda no consumo e da taxa de desemprego têm preocupado as pessoas e, principalmente, o empresariado, levantado diversas discussões sobre o assunto. Em meio a tudo isso a contabilidade é vista como uma importante ferramenta para superar alguns desses desafios. Nesse cenário de instabilidade e desaquecimento econômico, o profissional contábil se destaca devido à sua capacidade de juntar e disponibilizar informações confiáveis e essenciais para as tomadas de decisões. De acordo com Bazzi (2015), um dos principais objetivos da contabilidade gerencial é o de atender às principais necessidades dos gestores das organizações, utilizando-se ferramentas próprias disponíveis, abrangendo eventos contábeis, financeiros e econômicos, constatando que o controle gerencial é essencial para o ambiente empresarial.

A contabilidade é apontada como um instrumento estratégico, pois tem uma grande capacidade de produzir informações assertivas, além de proporcionar

inúmeras ferramentas que auxiliam nas tomadas de decisões e no controle dentro do processo de gestão. Atualmente, tem-se observado um maior número de possibilidades desenvolvidas na área contábil se comparado há anos. (Dantas, 2017)

O profissional da contabilidade tem uma posição bem estabelecida na economia global, pois seu campo de trabalho é amplo, gerando muitas oportunidades aos profissionais, como crescimento e desenvolvimento na área. Além disso, o alto nível de competitividade das empresas, juntamente com as exigências variáveis do mercado, implica em novos desafios à contabilidade e também oportunidades de crescimento e avanço. (IUDÍCIBUS; MARION, 2009).

Um ponto importante é que nesse período de fragilidade econômica, saber utilizar a contabilidade é uma vantagem fundamental para a saúde da empresa e os gestores não podem deixar de usar ferramenta. Segundo Padoveze (2010), a contabilidade gerencial tem como função atender às necessidades informacionais de todos os interessados na gestão das entidades, seja elas com fins lucrativos ou não. Mesmo considerando a primazia dos gestores internos, as novas necessidades de informações contábeis para gestão de empresas e avaliação dos investimentos fazem com que a contabilidade hoje desenvolva instrumentos e conceitos que contribuirão na gestão empresarial.

4 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, pra se obter informações sobre a atual crise econômica brasileira, e sobre importância da atuação do contador nesse cenário de instabilidade. Posteriormente foi feita uma coleta de dados por meio de um questionário, em que foram selecionadas oitenta amostras para aplicação do questionário, sendo quarenta contadores, e quarenta administradores de indústrias de calçados, ambos da cidade de Nova Serrana. Eles foram selecionados pelos autores de acordo com a disponibilidade dos entrevistados em responder o questionário e o tempo de atuação no mercado local.

A seleção dos entrevistados foi elaborada de forma que existisse evidente heterogeneidade, contemplando profissionais de variadas idades e tempo de

atuação no mercado, com diversificadas experiências, de forma que existisse uma diversidade entre os entrevistados, para que a avaliação pudesse ser feita de maneira mais precisa e refletisse a realidade do mercado em estudo.

O público-alvo foram os contadores e os administradores de indústrias de calçados de Nova Serrana, onde foi feito um paralelo entre as respostas dos profissionais das duas áreas. O propósito foi de se obter um resultado mais fidedigno de como foi a atuação dos profissionais contábeis nas indústrias calçadistas existentes na cidade, mediante a atual crise econômica brasileira, ouvindo diferentes opiniões. Conforme Gil (2016), quando a amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos tendem a serem mais próximos, dos que seriam obtidos se fosse possível pesquisar todos os elementos do universo.

Os dados foram analisados pelos autores para avaliar qual a atuação do contador no Polo calçadista de Nova Serrana diante da atual crise econômica brasileira. As análises se deram através dos dados tabulados, análises gráficas e quantitativas, além de comparações entre resultados obtidos através dos questionários aplicados e a teoria pesquisa da sobre o assunto. Conforme Gil (2016) juntamente com a análise, ocorre também a interpretação dos dados, estabelecendo ligação entre os resultados obtidos com as teorias estudadas.

5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Nova Serrana está localizada na região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais, às margens da BR-262, a 112 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte. De acordo com o IBGE, o censo realizado em 2010 constatara que a cidade dispunha de uma população de 73,699 mil habitantes, com um crescimento demográfico de 8% ao ano. Sua emancipação política aconteceu em 1º de janeiro de 1954, envolveu-se rapidamente com a manufatura de calçados, particularidade que hoje lhe permite ser um dos mais desenvolvidos polos calçadistas do Brasil.

Para o SINDINOVA (Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana), a cidade conta atualmente com 1.200 indústrias de calçados em atividade, gerando emprego para 20 mil trabalhadores diretos e 22 mil indiretos, com uma produção média de 105 milhões de pares de calçados ao ano.

Segundo Barcelos (2010), o município não possui empresas classificadas como grandes. As indústrias de calçados da cidade possuem em média cerca de 10,7 empregados, sendo que as micro e pequenas empresas são responsáveis por 98,8% do total dos estabelecimentos e 83,9% do total dos empregos do setor.

5.1 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa elaborada pelos autores procurou coletar dados para avaliar qual a atuação do contador nas indústrias do Polo calçadista de Nova Serrana diante da atual crise econômica brasileira. Será apresentado um paralelo sobre as opiniões de profissionais da área administrativa e contábil que atuam na cidade, estabelecendo ligação entre os resultados obtidos com as teorias estudadas.

O estudo foi realizado com profissionais de variados tempo de atuação no mercado de Nova Serrana, com diversificadas experiências, de forma que exista uma heterogeneidade entre os entrevistados, com a finalidade de que o resultado obtido reflita a realidade.

Houve uma grande diversidade entre os entrevistados da área administrativa. Atuantes até 5 anos representaram 25%; de 5 a 10 anos representaram 22%; de 10 a 15 anos representaram 13%; de 15 a 20 anos representaram 20%; e 20% atuaram há mais de 20 anos.

Também houve uma grande variedade entre os profissionais da área contábil. Sendo que atuantes até 5 anos corresponderam a 27%, de 5 a 10 anos 27%, de 10 a 15 anos 15%, de 15 a 20 anos 23%, e 8% representaram os profissionais com mais de 20 anos de atuação, os dados demonstraram uma grande polarização entre os entrevistados, com diversificados tempos de atuação e experiência de mercados.

A próxima questão tem o objetivo de medir a percepção dos administradores e contadores diante a atual crise econômica brasileira. Quanto mais alta a nota, mais forte é a crise. Ao serem indagados, os entrevistados puderam dar notas em uma escala de zero a dez, sendo zero para uma percepção inexistente e dez sendo muito forte.

Dos entrevistados da área administrativa, 66% colocaram entre nota 8 a 10, mostrando uma forte percepção da crise brasileira, dando a entender que ela foi

sentida de forma bem intensa pelos administradores. Em média, a nota das respostas foi 7,78, sustentando a interpretação feita acima.

A maioria dos contadores avaliou com altas notas a crise econômica de 2014 – 2017 no Brasil, sendo que 56% utilizaram notas entre 8 e 10, 32% usaram nota 7 e somente 12 classificaram com notas medianas 5 e 6, a nota média auferida foi 7,73, demonstrando que houve uma grande percepção da atual crise econômica vivenciada pela país por parte dos profissionais contábeis.

Os administradores e contadores entrevistados tiveram uma percepção semelhante em relação à crise econômica de 2014 – 2017 no Brasil. A média ponderada das notas das duas áreas foi aproximada, sendo que entre os profissionais do administrativo apresentou uma nota média de 7,78, e por parte dos profissionais contábeis foi 7,73, apresentando uma concordância entre as opiniões dos profissionais em relação a crise no Brasil.

Na questão seguinte a pergunta foi semelhante à anterior, mas com a diferença de que consistia em avaliar a crise em Nova Serrana, também utilizando notas de zero a dez, sendo zero para inexistência da crise e dez para uma crise muito forte.

Pode-se observar com os percentuais de respostas dos entrevistados da área administrativa, um equilíbrio maior nas notas dadas se comparado com as da crise no Brasil, onde 29% colocaram entre 0 e 5, considerando a crise na cidade de inexistente à mediana, 35% deram notas 6 e 7, considerando a crise de mediana a forte, e 36% consideraram a crise de forte a muito forte dando entre 8 nota e 10. Em média, as notas das respostas foram de 6,65, sendo assim pode-se entender que, de acordo com os administradores, a crise brasileira foi sentida em Nova Serrana, porém em menor proporção.

Segundo a avaliação dos contadores em relação aos reflexos da atual crise econômica em Nova Serrana: 38% avaliariam com notas entre 8 e 10, 20% usaram nota 7, 37% utilizaram notas medianas 5 e 6 e 2% avaliaram com nota 4. Isso mostra que, para os profissionais, o impacto da crise foi menor na cidade do que no Brasil, apresentando uma média 7,02 nas notas dadas.

Mostrou-se que a compreensão por parte da área administrativa e contábil foi que a atual crise econômica que se instalou no país foi sentida em menor proporção

em Nova Serrana do que no Brasil, com uma nota média de 6,65 e 7,02 de administradores e contadores respectivamente.

Posteriormente, questionou-se sobre a produção de calçados em Nova Serrana no período de crise, foram dadas três opções e os profissionais puderam expressar se houve crescimento na produção, se ela se manteve estável ou se diminuiu.

Os entrevistados da área administrativa, especificamente 73%, consideraram que a produção de calçados em Nova Serrana diminuiu no período de crise econômica referenciado no trabalho, confirmando assim o impacto dela na cidade.

Na opinião de 83% dos contadores entrevistados, a produção de calçados teve uma queda durante o período de recessão econômica; somente 17% consideraram que a produção se manteve durante esse período.

Administradores e Contadores em um todo apresentaram um ponto de vista parecido com base na produção de calçados durante a crise, com algumas divergências. Assim, 73% dos entrevistados do administrativo arbitraram que houve uma diminuição na produção das indústrias, contra 83% do setor contábil que dispões da mesma ideia, e 7% dos administradores consideraram que não houve crescimento nenhum dos contadores dispuseram deste posicionamento.

Em seguida foi analisada a opinião dos entrevistados sobre a importância do contador nas tomadas de decisão das empresas, tendo os mesmos como opção de marcar que o profissional é desnecessário, relevante, importante, muito importante ou indispensável.

De acordo com as respostas obtidas os administradores reconhecem a importância do contador nas tomadas de decisões da empresa, pois nenhum votou como desnecessário e somente 5% classificaram como só relevante. A maioria classificou como muito importante e indispensável a atuação do profissional contábil nas tomadas de decisões, sendo 25% e 43%, respectivamente, e 27% classificaram como importante.

Para os contadores, 70% dos mesmos avaliariam como indispensável a sua presença nas tomadas de decisão da empresa, 23% opinaram como muito importante e 7% como importante, tendo como entendimento que o profissional contábil deve estar junto à empresa auxiliando nas tomadas de decisão.

Essa questão apresentou algumas incompatibilidades entre as respostas das duas áreas entrevistadas. Enquanto 70% dos contadores consideram-se indispensáveis nas tomadas de decisão, na opinião dos administradores o percentual foi de 43%, 27% dos mesmos entendem como importante a participação do profissional contábil, frente 7% dos entrevistados da área contábil e ainda 5% das pessoas do administrativo avaliaram como relevante. Com base nesses dados, pode-se apurar que ambos os setores reconhecem a importância da participação do contador nas tomadas de decisão na empresa.

Os entrevistados dispõem do mesmo entendimento da teoria e de grandes autores como Ludícibus e Marion (2009) que demonstram o trabalho da contabilidade na coleta de todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando e transformando-os em relatórios, tornando-os um importante instrumento que auxilia os gestores a tomar decisões.

A próxima pergunta tem o objetivo de avaliar a participação do contador na administração das empresas sendo dadas as opções, tendo a participação do profissional como inexistente, pouco atuante, atuante, muito atuante e sempre participativa.

De acordo com as respostas dos administradores, existe uma grande participação dos contadores na administração das empresas, sendo que 55% classificaram a atuação do profissional contábil como muito atuante, 37% como atuante, e nenhum marcou como inexistente e somente 5% marcaram como pouco atuante.

As pessoas indagadas do setor contábil avaliam que participam da administração das empresas, sendo que 35% classificam que sempre participam, 25% como sendo muito atuante, 33% como atuante e 7% pouco atuante.

Houve divergências entre o parecer dos interrogados dos dois setores, enquanto 35% do contábil entendem que sempre participam da administração da empresa; no administrativo, essa opção foi escolhida por somente 3% dos indagados, 55% deles avaliam como muito atuantes, contra 25% dos contadores e 33%, por sua vez, opinaram pela opção atuante, frente a 3% dos administradores, concluindo que, de acordo com a maioria, o contador participa da administração das empresas.

O posicionamento dos entrevistados pode ser encontrado na teoria de renomados autores como Crepaldi (1998) que explica que o contador tem como principal atribuição na moderna Contabilidade Gerencial a de assessor, é o seu departamento que tem a tarefa de prestar serviços especializados aos outros administradores e à presidência da organização.

A questão a seguir é semelhante à passada, com o detalhe de que, nesta, o intuito é avaliar a participação do contador mediante a atual crise econômica brasileira. Foram apresentadas as mesmas opções, expondo a participação do profissional como inexistente, pouco atuante, atuante, muito atuante e sempre participa.

De acordo com os administradores entrevistados, na atual crise econômica brasileira os contadores têm sido muito participativos, sendo que 43% classificaram como muito atuantes e 37% como atuantes. Se comparado com a questão anterior pode-se observar um aumento no número dos que classificaram a atuação do contador como pouco atuante, onde 17% assinalaram essa alternativa.

Na visão dos profissionais contábeis entrevistados, conforme sua participação mediante a atual crise econômica brasileira, 35 % classificaram como sempre participam, 28% como muito atuante, 25% entendem como atuantes, pouco atuantes foram escolhidos por 12% dos interrogados.

Como na questão anterior, nesta também houve algumas discordâncias entre as opções, enquanto 35% dos contadores classificam que sempre participam mediante atual crise econômica brasileira, esta opção foi escolhida por somente 3% dos administradores. Por eles, as opções mais selecionadas foram as muito atuantes e atuantes que somaram 80%, contra 53% dos entrevistados da área contábil, a alternativa pouco atuantes foi escolhida por 17% dos interrogados do administrativo e 12% do contábil. Ambos os setores em pesquisa que foram aplicadas concordam que houve participação do contador mediante a atual crise econômica brasileira.

A participação de um profissional contábil na administração das empresas nesses momentos de instabilidades é fundamental para o desenvolvimento da mesma. Souza (2016) diz que o contador que estiver atento às oportunidades criadas com o momento de instabilidade atual, saberá aproveitá-las, demonstrando

ao seu cliente que seus serviços não são apenas um balanço, um balancete, uma guia de imposto, que através deles são extraídas importantes informações para uma tomada de decisão acertada.

Na pergunta abaixo, os entrevistados tiveram que expressar sua opinião sobre a importância do contador na administração da empresa mediante a atual crise econômica brasileira e tiveram como opção de resposta avaliar como desnecessário, relevante, importante, muito importante e indispensável.

Os administradores consideram o contador como grande aliado no atual período de crise vivenciado no país, onde 43% classificam como indispensável a atuação do contador, 28% classificam como muito importante e 22% classificam como importante. Nenhum classificou como desnecessário, e somente 7% classificaram como só relevante.

Dos contabilistas entrevistados, 58% julgaram como indispensável sua participação na administração da empresa mediante a atual crise econômica brasileira, 32% escolheram a opção muito importante e 10% a alternativa importante.

Confrontando as respostas dos profissionais dos dois ramos de atuação pode-se analisar que ambos entendem que o contador é de grande valia diante da crise, havendo uma variação nas respostas, sendo que 71% dos administradores avaliaram como indispensável e muito importante, versus 90% dos contadores que selecionaram as mesmas opções.

O posicionamento dos entrevistados entra em concordância com a teoria estudada, a qual descreve que o contador tornou-se peça importante na administração das empresas mediante o cenário de crise que o país vivencia. De acordo com Carvalho (2018), “Com a instabilidade do cenário em que se encontra o mercado atual no Brasil, o profissional de Ciências Contábeis se tornou essencial para as empresas.” A autora complementa dizendo que “atualmente é o contador que controla, planeja e fornece as informações necessárias para a tomada de decisões, além é claro de organizar a contabilidade da empresa”.

O questionamento foi em relação à contribuição do contador com a empresa no momento de instabilidade vivido pela economia brasileira, em que foram apresentadas as alternativas, mostrando que houve contribuição; com certeza, expondo que é fundamental a participação do profissional e a opção não contribui.

Os administradores entrevistados, indicam a contribuição do contador no momento de instabilidade vivido pela economia brasileira, sendo que 42% falaram que ele é fundamental, e 55% disseram que ele contribuiu. Apenas 3% afirmam que o contador não contribuiu.

De acordo com as repostas obtidas, 60% dos contadores elegem como fundamental sua contribuição com a empresa no momento de instabilidade vivido pela economia brasileira e 40% expressaram que contribuem.

Ambos os profissionais concordam que o contador contribui com a empresa no momento de instabilidade econômica, somente 3% dos interrogados da área administrativa acham que o profissional contábil não contribui com a empresa.

Segundo Martins (2016), em um cenário com muitas incertezas econômicas não existe uma ciência igual ou semelhante à contabilidade, capaz de fornecer informações precisas aos empresários.

Por último, indagou-se sobre o atual cenário de Nova Serrana, contadores e administradores puderam avaliar como promissor, arriscado e indefinido.

De acordo com os administradores entrevistados, pode -se observar um equilíbrio das respostas, onde 43% classificam como indefinido, 30% como arriscado e 27% como promissor.

Os contabilistas, quando indagados como avaliariam o cenário de Nova Serrana, 60% classificam com indefinido, 13% como arriscado e 27% como promissor, concluindo que, na visão da maioria, a cidade apresenta um cenário indefinido.

Ao analisar as respostas dos entrevistados, pode- se observar que 27% dos interrogados de ambas as áreas pensam que o cenário de Nova Serrana é promissor. Os profissionais divergem suas opiniões nas outras duas opções, sendo que 30% dos administradores veem o cenário local como arriscado, frente a 135 dos contadores, já a maioria julga como indefinido, 60% dos profissionais da área contábil e 43% da área administrativa, mostrando que, na opinião dos entrevistados, a cidade objeto de estudo apresenta um cenário incerto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento deste artigo, procurou-se oferecer mais informações e esclarecimentos sobre a atual crise econômica brasileira, a atuação do contador nas empresas e como o mesmo pode contribuir na administração das organizações diante do cenário de instabilidade econômica vivenciado pelo país. A partir do tema exposto, buscou-se compreendê-lo e debatê-lo de maneira mais objetiva, atentando a realidade presenciada no mercado local de Nova Serrana, que está em constante crescimento e é reconhecido nacionalmente pela produção de calçados.

A atual crise no Brasil, que teve início em 2014, começou a se instaurar no país devido à união de diversos fatores, dos quais se destacam a crise mundial do petróleo e o início das investigações da operação Lava Jato, essa que é a maior investigação relacionada à corrupção na história do país. Foi possível sentir os reflexos desse cenário de instabilidade no PIB onde, em 2015, apresentou uma grande queda. O setor industrial foi um dos mais afetados pela crise, quase todas as indústrias sofreram reflexos desse momento de instabilidade, apresentando diminuição na produtividade.

O Contador tornou-se peça fundamental para empresas no atual cenário de crise, pois a contabilidade é capaz de fornecer informações precisas aos empresários e apresentar dados sobre o comportamento de custo fixo e variável, preços, demonstrações financeiras, planejamentos tributários e pareceres contábeis. O momento é de buscar estratégias e a contabilidade possui instrumentos importantes que ajudam no desenvolvimento da gestão e no controle de processos e monitoramento interno.

Em um cenário de instabilidade e desaquecimento econômico, o profissional contábil se destaca devido a sua capacidade de juntar e disponibilizar informações confiáveis e essenciais para as tomadas de decisões. Nesse período de fragilidade econômica, saber utilizar a contabilidade é uma vantagem fundamental para saúde da empresa e os gestores não podem deixar de usar esta ferramenta.

Recomenda-se, para futuras pesquisas realizadas sobre o tema, coletar dados sobre a quantidade de indústrias calçadistas iniciando e encerrando atividades em Nova Serrana, para ser possível analisar e classificar como este período afetou as indústrias da cidade.

Para um melhor entendimento deste assunto, sugere-se também a continuidade dessa pesquisa, para acompanhar o progresso do contador, que vem ganhando espaço na administração das empresas, sendo como consultor, orientador e auxiliador nas tomadas de decisão, contribuindo para desenvolvimento das organizações em períodos de instabilidade. Esses dados podem ser muito úteis a docentes e discentes das escolas e faculdades que tenham intenção de fazer uma pesquisa nessa mesma linha de pensamento e pode trazer importantes contribuições para a comunidade local.

REFERÊNCIAS

BARCELOS W. C. F., Entre o Global e o Local: A indústria calçadista de Nova Serrana. São Paulo: Clube de Autores, 2010.

BASTOS, E. D. S.; ROSA, M. P. D.; PIMENTA, M. M. Os Impactos da Operação Lava Jato e da Crise Internacional do Petróleo nos Retorno Anormais e Indicadores Contábeis da Petrobras 2012-2015. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 49–56, set.–dez. 2016. Disponível em <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2947/2382>. Acesso em: 01 maio 2018.

BAZZI, S. **Contabilidade Gerencial; Conceitos Básicos e Aplicação**. 1. ed. Curitiba, 2015. 238p.

CARVALHO, C.; O Profissional graduado em Ciências Contábeis e o Cenário do Mercado Nacional. **Portal Contábeis**. 2018. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/o-profissional-graduado-em-ci%C3%A7%C3%A2ncias-cont%C3%A1beis-e-cen%C3%A1rio-carvalho>. Acesso em: 12 maio 2018.

CRISE ECONÔMICA MINA INDÚSTRIA NOS ESTADOS. **CNI**. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2016/09/crise-economica-mina-industria-nos-estados/>. Acesso em: 01 maio 2018.

DANTAS, L. A. O. A Contabilidade Pública como Ferramenta de Gestão no Enfrentamento da Crise Financeira. **Núcleo do Conhecimento**. 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/contabilidade-publica>. Acesso em: 09 de setembro 2018.

FERNANDES, C. O que foi a Crise de 1929? **Brasil Escola**. 2018. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-a-crise-1929.htm>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

FREITAS, E. A Crise do Petróleo. **Brasil Escola**. 2015. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/a-crise-do-petroleo.htm>. Acesso em: 08 abr. 2018.

GIL, A, C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 184p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2018. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#economia. Acesso em: 07 abr. 2018.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para não Contadores**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 274p.

MARTINS, F. A. O Papel da Contabilidade em um Ano de Crise. **Portal Contábeis**. 2016. Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/noticias/27552/o-papel-da-contabilidade-em-um-ano-de-crise/>. Acesso em: 12 maio 2018.

OREIRO, J. L. Origem, Causas e impacto da crise. **Economia, Opinião e Atualidades**. 2011. Disponível em: <https://jcoreiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PADOVEZE, C.L. **Contabilidade Gerencial; Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 641 p.

RUAS, D. Contador pode ser peça chave na crise. **Portal Contábeis**. 2015. Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/noticias/25771/contador-pode-ser-peca-chave-na-crise/>. Acesso em: 12 maio 2018.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. 649p.

SINDINOVA (Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana). Disponível em: <http://www.sindinova.com.br>. Acesso em 23/09/2018.

SOUZA, H. J. O Papel do Contador na Crise. **Portal Contábeis**. 2016. Disponível em <http://www.contabeis.com.br/artigos/3158/o-papel-do-contador-na-crise-/>. Acesso em: 12 maio 2018.

**A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNICAÇÃO E A INTENSIDADE DE POSSÍVEIS
BARREIRAS: um estudo envolvendo as empresas do polo calçadista de Nova
Serrana – MG**

Ciro Antônio Pereira Lemos¹

Marcos Vinícius Maciel Diese²

RESUMO

Este estudo busca identificar e analisar como o processo de comunicação contribui para as micro, pequenas e médias empresas do setor calçadista de Nova Serrana, além de verificar a existência de barreiras e, em caso positivo, qual a intensidade das mesmas. Trata-se uma pesquisa de campo predominantemente descritiva e apresenta características explicativas, com coleta de dados realizada através de meios eletrônicos e de forma presencial nas empresas. Foram coletados dados diretamente com os gestores sobre os meios de comunicação mais utilizados, e a atenção em orientar os funcionários e receber retornos de informação, além de opiniões a respeito da influência da comunicação e a presença de barreiras. Os resultados mostram que a maior parte das empresas tem o hábito de utilizar os meios digitais para se comunicarem com os públicos interno e externo, além não parecerem demonstrar sinais de desleixo para com as ferramentas *feedback* e *feedforward*, entretanto, o processo de comunicação interna é considerado ineficaz em muitas delas. Sendo assim, as conclusões apontam que são necessárias algumas medidas para tornar o processo de comunicação eficaz.

Palavras-Chave: Comunicação. Comunicação Organizacional. Comunicação Interna. Barreiras à comunicação.

¹ Mestre em Administração. Professor na UEMG-Cláudio-MG e FANS-Faculdade de Nova Serrana-MG.

² Graduando em Administração pela Faculdade de Nova Serrana – FANS.

ABSTRACT

This study seeks to identify and analyze how the communication process contributes to the micro, small and medium enterprises of Nova Serrana's footwear sector, in addition to verifying the existence of barriers and, if so, how strong they are. It is a predominantly descriptive field research and presents explanatory characteristics, with data collection performed through electronic media and face-to-face in companies. Data were collected directly from the managers about the most used communication means, and the attention to guide the employees and receiving information returns, as well as opinions about the influence of communication and the presence of barriers. The results show that most companies have a habit of using the digital means to communicate with the internal and external public, and they don't seem to show signs of neglect with the tools feedback and feedforward, however, the internal communication process is considered ineffective in many of them. Therefore, the conclusions point out that some measures are necessary to make the communication process effective.

Key-Words: Communication. Organizational Communication. Internal Communication. Barriers.

INTRODUÇÃO

A evolução da comunicação ao longo dos séculos acompanha os avanços tecnológicos. Inicialmente, era praticada através de figuras e gestos, contudo, com a invenção da escrita, há 5 mil anos, as informações passaram a ser registradas e transportadas de um local para outro. Já a partir da invenção da tipografia, há 5 séculos, o conhecimento registrado pôde ser reproduzido em larga escala. Durante o século XIX, em decorrência do surgimento da eletricidade, foram inventados os primeiros telefones e telégrafos, enquanto no século passado, iniciou-se a utilização das ondas eletromagnéticas, por meio do rádio, televisão e telégrafo sem fio. Por

fim, no cenário atual, devido à *Internet*, as informações atravessam o planeta em poucos segundos (PIMENTA, 2006).

A pesquisa realizada tem como objetivo geral identificar e analisar como o processo de comunicação pode influenciar de maneira positiva e/ou negativa no desenvolvimento das organizações do polo calçadista de Nova Serrana. É esperado que o estudo seja importante para o mercado, pois pode auxiliar os empresários da cidade a melhorar o processo de comunicação nas empresas e antecipar e resolver possíveis falhas. Pode, também, mostrar-se relevante ao meio acadêmico, uma vez que há a possibilidade de atrair novas análises focadas na cidade e servir de objeto de estudo para futuras pesquisas sobre o mesmo tema.

O ponto de partida da pesquisa foi formulado a partir da constatação de um problema. Desta forma, surge a seguinte questão que irá orientar todo este trabalho: Qual a contribuição efetiva e a intensidade de possíveis barreiras do constructo comunicação para as indústrias e prestadoras de serviços do polo calçadista de Nova Serrana?

Acredita-se que haja contribuição para com os bons resultados financeiros, velocidade nas atividades da empresa, bom relacionamento com os públicos internos e externo e a qualidade do produto final. Pensa-se, ainda, que existem barreiras no processo de comunicação das empresas, já que, por mais dedicados que gestores e funcionários sejam, sempre podem haver falhas. Além disso, imaginam-se que as barreiras existem em baixa intensidade. Estas foram as hipóteses levantadas neste estudo.

Sendo assim, o trabalho apresenta aspectos teóricos referentes aos conceitos de comunicação em sociedade e no ambiente organizacional. Em seguida, busca explicar a metodologia adotada e a análise dos resultados, finalizando com as considerações finais dos autores.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi elaborado com a finalidade de compreender os conceitos do constructo comunicação, para, desta forma, gerar um maior conhecimento ao leitor acerca dos temas abordados na pesquisa.

COMUNICAÇÃO

De acordo com Matos (2014, p. 2), o termo comunicação tem sua origem no latim *communicare*, que significa “partilhar, repartir, conferenciar, associar, trocar opiniões”. Baena (2011, p. 1) define comunicação como “qualquer processo pelo qual nós, seres humanos, trocamos informações, fazemos questionamentos, expressamos nossos sentimentos e pensamentos”. É uma atividade sempre presente no dia-a-dia das pessoas e é uma forma de alcançar os outros através da transmissão de ideias, fatos, pensamentos, sentimentos e valores (NEWSTROM, 2008).

Teixeira (2007) afirma que, para que a comunicação ocorra, são necessários seis elementos: emissor, definido como a pessoa que elabora e envia a mensagem; receptor, sendo a pessoa que recebe e realiza o processo de decodificação; mensagem, ou seja, o próprio conteúdo da comunicação; canal, isto é, o meio que possibilita o contato entre emissor e receptor; código, visto como o sistema de signos aos quais a mensagem foi construída; e, por fim, o contexto, entendido como o ambiente no qual ocorre a comunicação e os envolvidos fazem parte.

Em contrapartida, Matos (2014) apresenta outros sete elementos da comunicação, além dos já apresentados: fonte, definida como o sistema onde se inicia a mensagem; ruído, ou seja, tudo que perturba a compreensão da mensagem; codificação, sendo a transformação da mensagem em linguagem; decodificação, caracterizada pela interpretação da mensagem por parte do receptor; signo, visto como a combinação dos conceitos de significado e significante; linguagem, isto é, um sistema de signos capaz de servir à comunicação entre indivíduos; e, finalmente, a língua, que trata-se de um conjunto de convenções necessárias para permitir o exercício da linguagem.

Os elementos devem ser adequadamente trabalhados para evitar falhas. “Cada um deles exerce um papel essencial no processo de comunicação, e qualquer falha em um desses elementos pode prejudicar ou invalidar a percepção ideal da mensagem” (TEIXEIRA, 2007, p. 10).

Os tipos de comunicação mais frequentes no cotidiano da sociedade são classificados como verbal e não verbal. Pestana (2006) defende que a comunicação verbal é aquela que faz uso de palavras ou signos. O autor ainda explica que é através dela que o homem compreende e domina o mundo que o rodeia. Esta comunicação existe em todos os ambientes nos quais o homem é inserido e é fundamental para as relações humanas, seja no trabalho, em família, na sociedade etc. (MARQUES, 2016).

Já a comunicação não verbal, por sua vez, é um meio constituído apenas de sinais não verbais, capazes de revelar as emoções dos envolvidos na comunicação face a face, através da linguagem corporal ou gestual (TERCIOTTI; MACARENCO, 2013). Trata-se, essencialmente, de observar os pequenos barulhos utilizados ao falar, as pausas feitas entre as frases e as palavras, a ênfase colocada na voz. São relevantes, também, as expressões faciais e as posturas corporais, além da distância interpessoal e o toque (MATOS, 2014).

BARREIRAS À COMUNICAÇÃO

Qualquer processo de comunicação é suscetível a falhas que são chamadas de barreiras ou ruídos. De acordo com Chiavenato (2004, p. 76), “ruído significa uma perturbação indesejável que tende a deturpar, distorcer ou alterar, de maneira imprevisível, a mensagem transmitida”. “O ruído pode impedir totalmente a realização de uma comunicação, filtrá-la parcialmente ou proporcionar-lhe um sentido incorreto” (NEWSTROM, 2008, p. 50). Teixeira (2007, p. 14) complementa, afirmando que os ruídos ocorrem “quando algum dos elementos não está completamente integrado ao processo de comunicação ou ocorre algum tipo de interferência”.

Chiavenato (2004) divide as barreiras em três grupos: barreiras pessoais, que se originam a partir de limitações, emoções e valores humanos; barreiras físicas, que ocorrem no ambiente no qual acontece o processo de comunicação; e barreiras semânticas, estas são decorrentes dos símbolos aos quais a comunicação é realizada.

Natiq (2017) apresenta, além das já mencionadas, uma outra barreira à comunicação: barreira fisiológica. Esta é caracterizada por disfunções corporais, como deficiência auditiva, visual e distúrbios na fala.

No âmbito organizacional, as barreiras à comunicação também podem se apresentar. Robbins (2005) ressalta as seis barreiras mais importantes à comunicação eficaz: filtragem, sendo a manipulação da informação realizada pelo funcionário para que seja vista de forma favorável pelo gestor; percepção seletiva, onde o receptor vê e escuta seletivamente, com base em características pessoais, tais como necessidades, motivações históricas e experiências, projetando suas expectativas e interesses na decodificação da mensagem; sobrecarga de informação, ou seja, o excesso de informações que podem fazer com colaboradores e gestores ignorem ou se esqueçam de tarefas importantes; emoções, uma vez que a mesma mensagem pode ter interpretações diferentes, de acordo com o estado emocional do receptor; linguagem, visto que as palavras podem ter significados distintos, em função da cultura do receptor; e medo da comunicação, que ocorre quando os indivíduos têm medo ou ansiedade para se comunicar, de forma a dificultar o contato.

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Para Azeredo (2011, p. 1), “a comunicação é, hoje, uma das principais preocupações das empresas num mundo globalizado”, ou seja, o processo de comunicação mostra-se essencial para que uma organização possa se manter viva no mercado, através da troca de informações com os funcionários, clientes e fornecedores.

Comunicação empresarial é a relação da empresa com seu público interno e externo, envolvendo um conjunto de procedimentos e técnicas destinados à intensificação do processo de comunicação e à difusão de informações sobre as suas atuações, resultados, missão, objetivos, metas, projetos, processos, normas, procedimentos, instruções de serviço etc. (MATOS, 2014, p. 110).

A comunicação no ambiente organizacional possui como finalidade “promover, desenvolver e manter a relação das empresas com seus públicos interno

e externo mediante um conjunto de atividades e técnicas destinadas à difusão da informação” (CHINEM, 2010, p. 31). Tomasi e Medeiros (2010, p. 64) esclarecem ainda mais, eles afirmam que a comunicação empresarial “tem por objetivo criar, manter, ou mudar para favorável, se for negativa, a imagem da empresa junto a seu público”, ou seja, ela busca maneiras para atrair e fidelizar clientes, além de melhorar a reputação da empresa.

De acordo com a São Judas Campus Unimonte (2017), o processo de comunicação no âmbito organizacional é dividido em duas vertentes: comunicação interna e externa, onde, conforme Tomasi e Medeiros (2010), a comunicação interna é caracterizada pelo relacionamento entre diretores e subordinados, isto é, pessoas diretamente vinculadas à empresa. “É a ferramenta que vai permitir que a administração torne comuns mensagens destinadas a motivar, estimular, considerar, diferenciar, promover, premiar e agrupar os integrantes de uma organização” (MATOS, 2014, p. 131). Ela possui a proposta de trazer consenso aos valores da empresa, bem como facilitar sua aceitação (TERCIOTTI; MACARENCO, 2013).

Tão relevante quanto a comunicação interna para as organizações é a comunicação externa. Tomasi e Medeiros (2010, p. 79) afirmam que esta “é responsável pela imagem da empresa no mercado”, tendo em vista a opinião pública, ou seja, se refere à maneira pela qual as pessoas de fora veem a empresa. Está “relacionada a clientes, fornecedores, acionistas, empresas concorrentes, mídia, governo, órgãos públicos, escolas, sindicatos e à sociedade de um modo geral” (MATOS, 2014, p. 111). “Não se trata apenas de propaganda, mas sim de um conjunto maior de atividades que inclui assessoria de imprensa, *branding*³, gestão de redes sociais, campanhas institucionais e relações públicas” (SÃO JUDAS CAMPUS UNIMONTE, 2017, p. 1).

FEEDBACK E FEEDFORWARD

O processo de comunicação no ambiente organizacional pode ser bem-sucedido com as ferramentas *feedback* e *feedforward*. De acordo com Rabaça e

³ Expressão de língua inglesa que se refere à gestão de marca.

Barbosa (1987)⁴apud Matos (2014), o conceito de *feedback* tem sua origem na teoria de sistemas e significa retroalimentação, sendo o processamento e transmissão de informações ao sistema para a continuidade de seu funcionamento, ou seja, é o retorno da informação.

O *feedback* é considerado a principal ferramenta para medir o desempenho dentro e fora de uma empresa, visto que sua aplicação contribui para orientar os funcionários e proporcionar um parecer sobre seu trabalho (MARQUES, 2018). O autor ainda afirma que existem três tipos de *feedback*: positivo, que é aquele mais aguardado pelo gestor e pelo funcionário, uma vez que exalta pontos positivos, como, por exemplo, um bom comportamento e bom andamento das atividades; negativo, sendo o menos aguardado, porém necessário, visto que é importante para entender em que aspectos deve-se haver melhora; e, o construtivo, definido como a junção dos anteriores, já que aponta algo que não está adequado e sugere uma solução para a resolução do problema.

Já a respeito do *feedforward*, Ribeiro (2015) defende que trata-se de uma ferramenta cujo objetivo é orientar um profissional, tendo, como foco, o aperfeiçoamento de suas competências. Duarte (2016, p. 1) acrescenta que a ferramenta “busca identificar os erros e a partir deles verificar o que pode ser feito para mudar o futuro no curto, médio e longo prazo”. O site Mundo Carreira (2014) complementa que o *feedforward* é de crucial importância na gestão de pessoas, visto que, através dele, é possível auxiliar os funcionários no processo de aprendizado e crescimento profissional.

O *feedforward* é uma melhoria do *feedback*, considerando que este possui mecanismos limitados que se propõem a buscar melhorias por meio de perguntas que forcem as pessoas a reviver um passado que muitas vezes é negativo (BARRICHELO, 2015).

METODOLOGIA

⁴ RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.

Foi realizada uma pesquisa de campo junto à comunidade de Nova Serrana, por meio de um questionário, aplicado a gestores de nível administrativo das indústrias e prestadores de serviços do polo calçadista da cidade, buscando-se alcançar todas as categorias existentes: microempresa, empresa de pequeno porte e empresa de médio porte.

Os dados foram coletados e analisados por meio de gráficos e comparações, para identificar a contribuição da comunicação para as empresas do setor calçadista de Nova Serrana, bem como verificar a existência de possíveis barreiras e, em caso positivo, qual a intensidade das mesmas.

As amostras para a aplicação do questionário foram coletadas ao longo do período de 3 de julho a 29 de agosto de 2018. Entre elas, 6 são classificadas como microempresas, 20 empresas de pequeno porte, além de 16 empresas de médio porte, e, foram selecionadas com base na disponibilidade e interesse dos gestores em responder à pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Situado na região do alto São Francisco, no Centro Oeste mineiro, o município de Nova Serrana, outrora conhecido como Distrito de Cercado, surgiu em meados do século XVIII, no início da colonização de Minas Gerais, época em que os portugueses buscavam minas de metais preciosos. Cercado era um tradicional produtor de artefatos de couro que, inicialmente, foi apenas uma paragem que continha um curral e uma hospedaria para viajantes, e, ao longo do século XIX, tornou-se um arraial (IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

Conforme dados do IBGE (2018), a cidade apresenta, atualmente, uma população estimada de 99.770 habitantes, um aumento de aproximadamente 35% em comparação ao último censo, realizado em 2010, que constatava 73.699 pessoas, e uma média de crescimento pouco inferior a 4,5% ao ano.

Nova Serrana é uma das principais cidades do país na fabricação de calçados, possuindo o terceiro lugar nacional no quesito e a primeira posição em vendas de calçados esportivos populares, além de gerar, de maneira direta e

indireta, aproximadamente 50 mil empregos para a população (G1 CENTRO OESTE DE MINAS, 2016).

O polo é composto de 848 indústrias, 84 fornecedores de matérias primas, além de 15 empresas que realizam atividades produtivas, 35 empresas de comércio de produtos e 15 fornecedores de equipamentos (SINDINOVA, 2017). A mesma fonte afirma também que 90% das indústrias têm uma capacidade média de produção diária de pouco menos que 1.200 pares, e, juntas, somam 177 mil pares por dia.

RESULTADOS DA PESQUISA

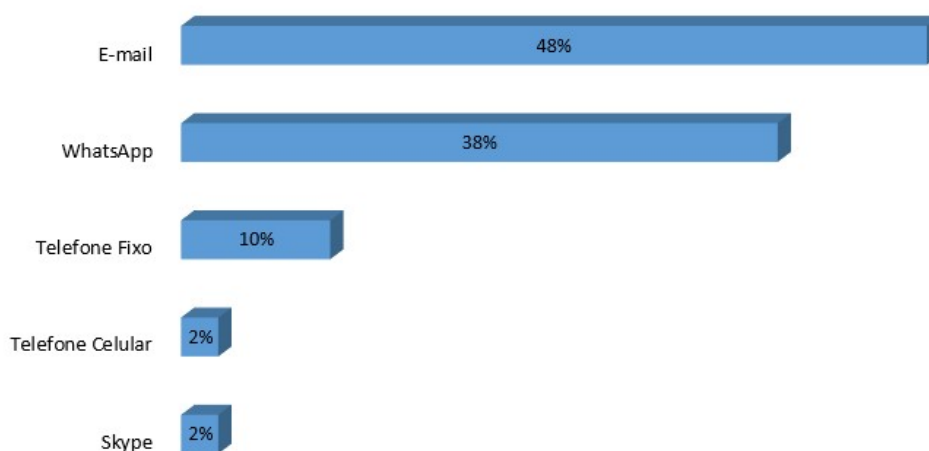
A pesquisa elaborada pelos autores buscou coletar dados com o propósito de identificar a contribuição do constructo comunicação para as empresas do polo calçadista de Nova Serrana, bem como verificar se o processo de comunicação das mesmas apresenta barreiras, e, em caso positivo, qual a intensidade das mesmas.

Para sua realização, foram pesquisadas um total de 42 empresas, divididas em 28 indústrias e 14 prestadoras de serviços, representando, respectivamente, 67% e 33%.

A primeira questão aplicada buscou identificar o porte das empresas pesquisadas. Através dos resultados obtidos, pôde-se verificar que 6 delas classificam-se como microempresas, enquanto 20 são classificadas como pequenas, além de outras 16 médias, que representam 14%, 48% e 38%, respectivamente.

A próxima questão aplicada aos gestores serviu para identificar o meio de comunicação mais utilizado atualmente pelas empresas. Neste quesito, foi possível perceber a grande relevância dos recursos digitais (GRAF. 1).

Gráfico 1 – Meios de Comunicação mais Utilizados



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Dentre as alternativas disponíveis, 48% dos gestores responderam que o *e-mail* é o meio de comunicação mais utilizado, seguido pela ferramenta *WhatsApp*, com 38% das respostas e o telefone fixo, com 10%. Os 4% restantes foram divididos igualmente entre telefone celular e *Skype*.

Sendo assim, entende-se que os recursos digitais são, em sua maioria, prioridade para o processo de comunicação nas empresas de Nova Serrana, visto que são mais utilizados por 88% das mesmas, enquanto apenas 12% priorizam chamadas por telefone.

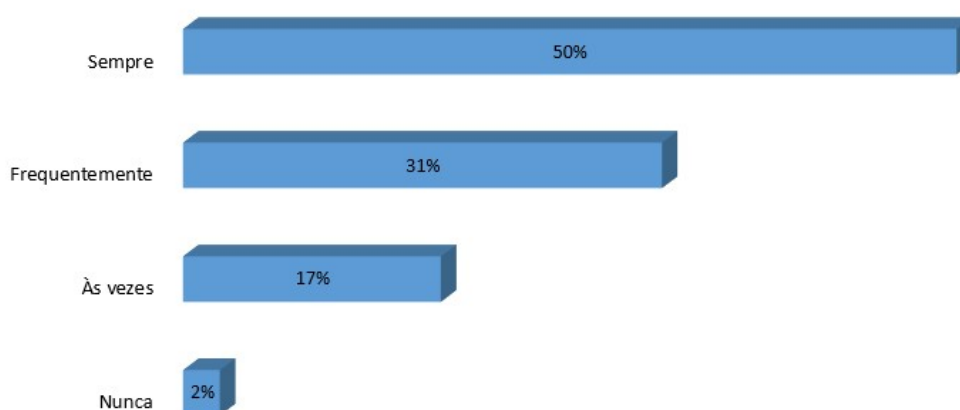
Esta grande diferença pode ter sido ocasionada pela facilidade em enviar *e-mails* e mensagens instantâneas nos dias de hoje, afinal, diferentemente das chamadas telefônicas, a utilização de *e-mail*, *WhatsApp* e *Skype* (em sua versão padrão) é gratuita.

Ainda com relação aos meios de comunicação mais utilizados, a pergunta seguinte teve a finalidade de verificar se o gestor o considera adequado ou inadequado para a empresa, e, a grande maioria dos gestores (93%) classificou como adequado o meio de comunicação mais utilizado pela sua empresa, independentemente de qual seja, enquanto apenas 7% consideraram como inadequado. Este é um resultado muito positivo, considerando que meios inadequados de comunicação podem proporcionar barreiras aos bons resultados de uma empresa, como, por exemplo, mau relacionamento com os públicos internos e externos e perda de produtividade, além de colaboradores desmotivados, falta de

clareza dos altos níveis hierárquicos e dificuldade em fornecer e receber *feedback* e *feedforward*.

Ainda a respeito de *feedback* e *feedforward*, foi feito um questionamento cuja finalidade era verificar a frequência com a qual o gestor utiliza as ferramentas de desempenho no ambiente organizacional e incentiva os funcionários a praticá-los (GRAF. 2).

Gráfico 2 – Frequência de Utilização do *Feedback* e *Feedforward*



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

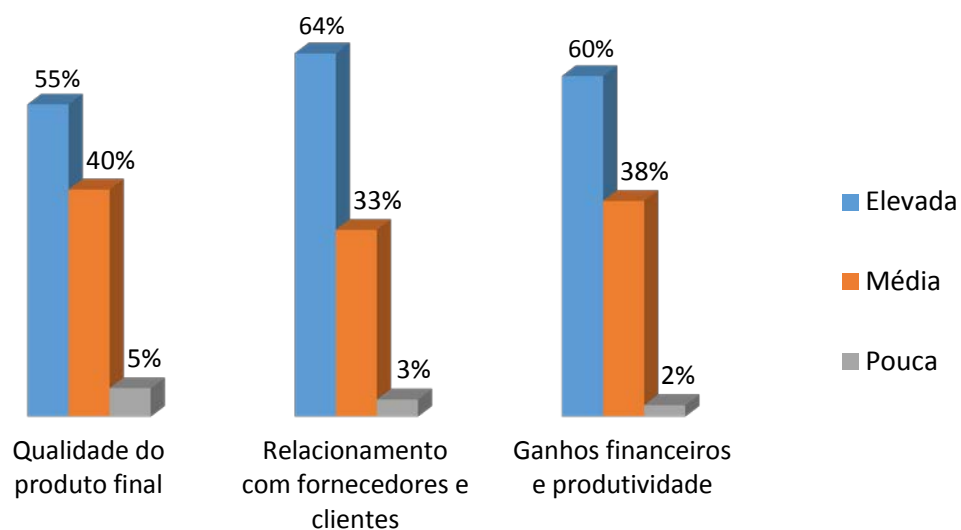
Metade dos gestores afirmou que sempre há a preocupação em fornecer um bom *feedback* e um bom *feedforward*, enquanto 31% responderam que a atenção às ferramentas é frequente. Entretanto, 17% utilizam com pouca frequência e 2% dos gestores afirmaram que não se preocupam com as ferramentas.

Embora haja um elevado índice de entrevistados que utilizam a ferramenta *feedback*, é necessário que o mesmo seja bem trabalhado para que seja fornecido da maneira adequada, sobretudo quando negativo, pois, apesar de ser benéfico, por demonstrar aspectos onde é necessário haver melhora, pode ser mal interpretado e gerar constrangimentos e mal-entendidos.

Ao mesmo tempo, a ausência de ambas as ferramentas por parte de 19% das empresas pode ser responsável por complicações ao sucesso da comunicação, e, conseqüentemente, prejudicar o relacionamento duradouro entre as partes envolvidas.

As três próximas perguntas aplicadas aos gestores buscaram medir a influência do processo de comunicação em relação à qualidade do produto final, ao bom relacionamento com os fornecedores e clientes e aos bons resultados financeiros e produtividade. Ao serem questionados, os entrevistados puderam avaliar entre quatro categorias: elevada, média, pouca e desprezível, sendo que não houve respostas com a última opção (GRAF. 3).

Gráfico 3 – Influência do Processo de Comunicação



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

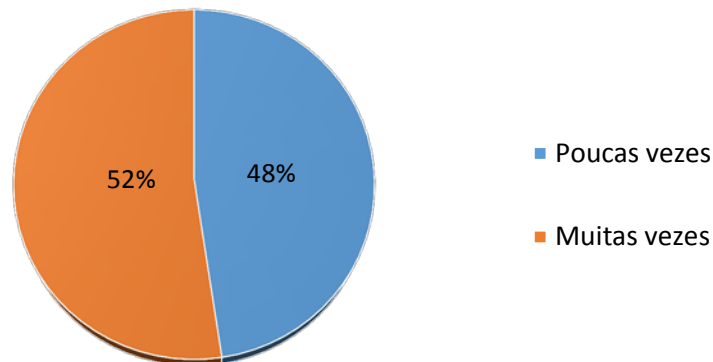
Considerando os resultados obtidos, observa-se que os entrevistados acreditam que o processo de comunicação exerce maior influência para o bom relacionamento da empresa com os fornecedores e clientes (64%) do que com os bons resultados financeiros e produtividade (60%) e a qualidade do produto final, com 55%.

Este maior índice pode ter sido ocasionado pelo fato de a maioria das empresas se preocupar em construir um vínculo com o cliente, tendo em vista que é mais vantajoso fidelizar um cliente do que conquistar novos.

O questionamento seguinte teve como propósito entender se alguma atividade da empresa já foi prejudicada devido a falhas no processo de comunicação. Para esta avaliação, os gestores puderam atribuir entre quatro alternativas: nunca, poucas vezes, muitas vezes e o aspecto nunca foi considerado.

Nenhum dos entrevistados assinalou a primeira, tampouco a última opção, tornando possível supor, portanto, que todas as empresas do polo calçadista de Nova Serrana já foram prejudicadas por barreiras à comunicação (GRAF. 4).

Gráfico 4 – Atividades Prejudicadas Devido às Barreiras à Comunicação

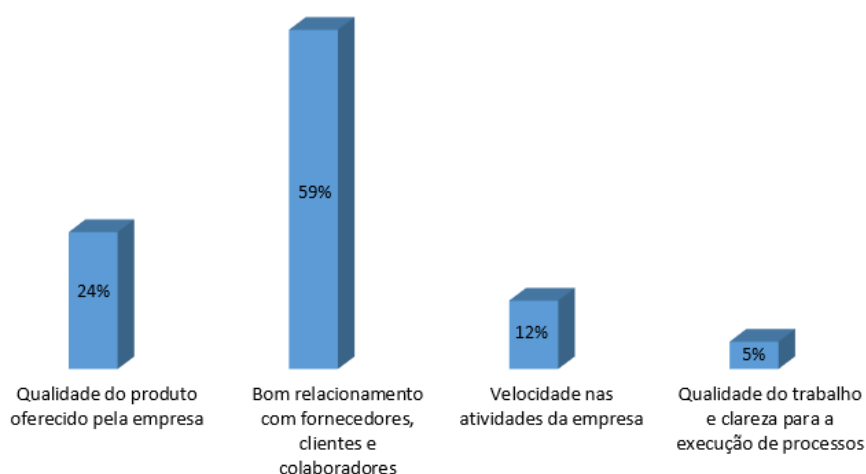


Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Todas as empresas pesquisadas já tiveram atividades prejudicadas em função de falhas no processo de comunicação, sendo que 48% delas tiveram poucas atividades prejudicadas, enquanto 52% tiveram muitas atividades prejudicadas. Trata-se de um resultado preocupante, visto que para uma empresa prosperar e alcançar seus objetivos são necessários processos eficientes de comunicação. Mostra-se importante, portanto, identificar os fatores que favorecem as falhas e buscar maneiras para corrigi-las.

A penúltima questão aplicada aos empresários objetivou descobrir, na opinião do entrevistado, qual o maior benefício que uma comunicação adequada proporciona ao desenvolvimento da empresa. Foram disponibilizadas quatro alternativas: a qualidade do produto oferecido pela empresa, o bom relacionamento com fornecedores, clientes e colaboradores, além de velocidade nas atividades da empresa. A última opção continha um espaço para que o gestor pudesse dar sua opinião, caso discordasse das alternativas (GRAF. 5).

Gráfico 5 – Benefícios da Comunicação ao Desenvolvimento da Empresa



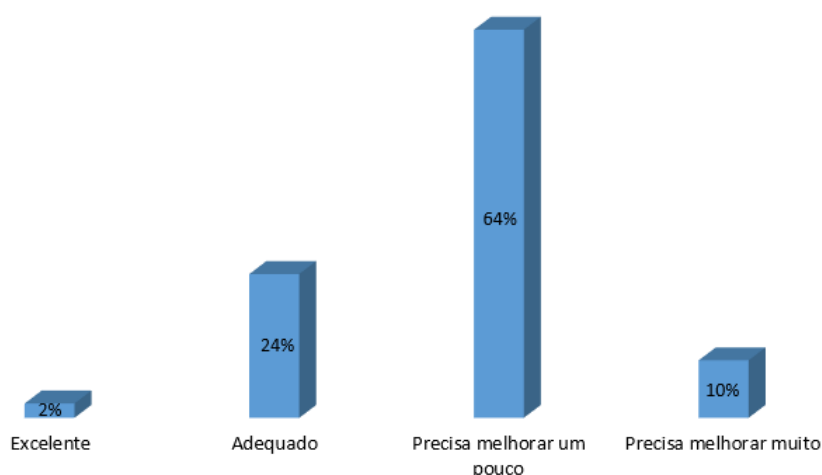
Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

A maioria dos gestores (59%) assinalou o bom relacionamento com os fornecedores, clientes e colaboradores. Em segundo lugar, estão aqueles que marcaram a qualidade do produto oferecido pela empresa, com 24%, representando o dobro dos que escolheram a velocidade nas atividades exercidas. Por fim, 5% optaram pela última opção e escreveram que a qualidade do trabalho é o maior benefício proporcionado pelo processo de comunicação na empresa.

Este resultado pode ter sido ocasionado pelo fato de, segundo Chiavenato (2014), lidar com pessoas deixou de ser um desafio e passou ser visto como uma vantagem competitiva para as empresas. Ao mesmo tempo, entende-se que a qualidade do trabalho pode ser alcançada quando os demais fatores forem bem-sucedidos.

Finalmente, o último questionamento pediu para que os empresários classificassem o processo geral de comunicação interna na empresa. Neste quesito, foi possível perceber que quase todos os entrevistados acreditam que a comunicação interna precisa de melhorias (GRAF. 6).

Gráfico 6 – Classificação do Processo Geral de Comunicação Interna



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

A maior parte dos entrevistados (64%) afirmou que o processo geral de comunicação interna na empresa precisa melhorar um pouco, seguido dos 24% que o classificaram como adequado. Em terceiro lugar, está o grupo de gestores que acredita que o processo de comunicação deve melhorar muito, representando 10%, e, por fim, apenas 2% o atribuíram como excelente.

Assim, 74% das empresas precisam de melhorias. Supõe-se que este índice elevado esteja relacionado ao fato de todas as empresas terem vivenciado atividades sendo prejudicadas por falhas à comunicação. Visando reduzir a grande proporção de falhas, Martins (2015) afirma que os gestores podem adotar medidas para melhorar a comunicação nas empresas, como incentivar os funcionários a compartilharem entre si informações úteis e aderir plataformas de vídeos e mensagens instantâneas, além de utilizar agendas *on-line* e evitar realizar reuniões muito longas.

CONCLUSÕES

A elaboração deste artigo trouxe conceitos voltados à área de comunicação, como a própria comunicação na sociedade e nas empresas, seus elementos, suas barreiras e tipos, e a importância de fornecer e receber *feedback* e *feedforward*.

É possível dizer que todas as hipóteses levantadas no início do estudo foram totalmente confirmadas. Na visão dos gestores, a comunicação exerce uma influência elevada nos quesitos qualidade do produto, relacionamento com os públicos internos e externos e bons resultados financeiros. Pode-se afirmar, ainda, que, de acordo com a pesquisa, as indústrias e prestadores de serviços do polo calçadista de Nova Serrana, em geral, apresentam barreiras no processo de comunicação. Entretanto, estas apresentam baixa intensidade, uma vez que, embora o processo de comunicação necessite de melhorias, grande parte dos gestores classificou como adequado o meio de comunicação mais utilizado pela empresa, além de se preocupar em fornecer boas orientações e receber bons retornos de informação.

Com relação ao problema, considera-se que foi resolvido parcialmente, uma vez que a quantidade de empresas estudadas é muito baixa em comparação ao total de empresas existentes em Nova Serrana. É possível afirmar que o processo de comunicação contribui significativamente para as empresas pesquisadas e as mesmas apresentam barreiras em baixa intensidade, visto que, embora a maioria delas classifique o meio de comunicação mais utilizado como adequado e haja uma preocupação com as ferramentas *feedback* e *feedforward*, a maior parte das empresas já teve muitas atividades prejudicadas por barreiras.

Recomenda-se, para futuros trabalhos relacionados à comunicação organizacional, um maior aprofundamento a respeito do conceito de *feedforward*, que ainda é um tema recente e não dispõe de muitos estudos científicos. Outra sugestão relevante é a continuidade da pesquisa, tendo sua realização feita periodicamente, para que seja possível verificar, por exemplo, a influência da tecnologia da informação para o processo de comunicação empresarial.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, T. A. C. **O processo de comunicação dentro da empresa.** 5 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/o-processo-de-comunicacao-dentro-da-empresa/56412/>> Acesso em: 16 abr. 2018.

BAENA, A. **A Importância de uma boa Comunicação.** 04 mai. 2011. Disponível em: <<http://douranews.com.br/opiniaio/item/16152-a-importancia-de-uma-boa-comunicacao>> Acesso em: 02 abr. 2018.

BARRICHELO, F. **Pratique o feedforward, não o feedback.** 2015. Disponível em: <<http://www.barrichelo.com.br/blog/trechos.asp?id=153>> Acesso em: 20 jul. 2018.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações.** 4ª ed. Barueri: Manole, 2014. 494 p.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos: O Capital Humano das Organizações.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2004. 515 p.

CHINEM, R. **Introdução à Comunicação Empresarial.** 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 108 p.

DUARTE, T. **A Gestão da Comunicação Organizacional e o Feedforward.** 13 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.ideiademarketing.com.br/2016/05/13/gestao-da-comunicacao-organizacional-e-o-feedforward/>> Acesso em: 22 jul. 2018.

G1 CENTRO OESTE DE MINAS. **Criação do polo calçadista de Nova Serrana passa em nova comissão.** 09 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2016/11/criacao-de-polo-calcadista-de-nova-serrana-passa-em-nova-comissao.html>> Acesso em: 02 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE –. **Nova Serrana.** 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/nova-serrana/panorama>> Acesso em: 04 set. 2018.

MARQUES, J. R. **A Importância do Feedback Positivo e Negativo na Empresa.** 27 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-carreira/feedback-positivo-negativo-sempre-importante/>> Acesso em: 09 mai. 2018.

MARQUES, J. R. **Comunicação verbal e não verbal.** 22 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.jrmcoaching.com.br/blog/comunicacao-verbal-e-nao-verbal>> Acesso em: 13 abr. 2018.

MARTINS, R. **Como melhorar a comunicação no ambiente corporativo?** 30 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.qinetwork.com.br/como-melhorar-a-comunicacao-no-ambiente-corporativo/>> Acesso em: 13 set. 2018.

MATOS, G. G. **Comunicação Empresarial sem Complicação: Como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo.** 3ª ed. Barueri: Manole, 2014. 207 p.

MUNDO CARREIRA. **Entenda o que é Feedforward.** 12 set. 2014. Disponível em: <<http://www.mundocarreira.com.br/gestao-de-pessoas/entenda-o-que-e-feedforward>> Acesso em: 04 jul. 2018.

NATIQ, Z. **Barreiras pessoais, físicas e semânticas para uma comunicação efetiva.** 20 jul. 2017. Disponível em: <http://www.ehow.com.br/barreiras-pessoais-fisicas-semanticas-comunicacao-efetiva-info_48891/> Acesso em: 06 mai. 2018.

NEWSTROM, J. W. **Comportamento Organizacional: O Comportamento Humano no Trabalho.** 12ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008. 508 p.

PESTANA, G. D. M. **A Comunicação Verbal.** 15 mai. 2006. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=156&doc=11595>> Acesso em: 18 abr. 2018.

PIMENTA, M. A. **Comunicação Empresarial.** 5ª ed. Campinas: Alínea, 2006. 182 p.

RIBEIRO, H. **Feedforward – Uma Ferramenta do Coaching de Equipe.** 02 set. 2015. Disponível em: <<http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/feedforward-uma-ferramenta-do-coaching-de-equipe/>> Acesso em: 02 jul. 2018.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional.** 11ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 463 p.

SÃO JUDAS CAMPUS UNIMONTE. **Comunicação externa e interna: você sabe qual é a diferença?** 2 jan. 2017. Disponível em: <<http://blog.unimonte.br/comunicacao-externa-e-interna-voce-sabe-qual-e-a-diferenca/>> Acesso em: 23 abr. 2018.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS DE NOVA SERRANA – SINDINOVA –. **Perfil Industrial – Polo Calçadista Nova Serrana – MG e Região.** 2017. 142 p. Disponível em: <<http://www.sindinova.com.br/novo/wp-content/uploads/2017/12/Perfil-Industrial-Nova-Serrana-home.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2018.

TEIXEIRA, L. **Comunicação na Empresa.** 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 196 p.

TERCIOTTI, S. H.; MACARENCO, I. **Comunicação Empresarial na Prática.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 234 p.

TOMASI, C.; MEDEIROS, J.B. **Comunicação Empresarial.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 445 p.